AGALIA

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

ESTUDOS
Aurora Marco
Carlos Alhegue Leira
Isaac Alonso Estraviz
Antom Santos Pérez
Joám Bernardes Vilar
Jorge Rodrigues Gomes
José Luís Valinha

POESIA~PROSA
Ivo Machado
X
Touro-Sentado Ugio
José Augusto Seabra
Paula Barge Carrete
Vanesa G. Blanco
João Guisan Seixas

NOTAS
Antom Corbacho Q.
Carlos Taibo
Estrella Lôpez G.
J. Chrys Chrystello
Joel R. Gômez
J.-M. Montero Santalha
Manuel Rivero Pérez

RECENSOM
Carlos Alhegue Leira
Joel R. Gômez
Raquel Bello Vázquez
Maurício Castro
Raquel Miragaia
Joám Manuel Araújo

+ PERCURSO

números 75/76 2º Semestre 2003

AGÁLIA

PUBLICAÇOM INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

números 75|76 2º Semestre 2003

director:

Carlos Quiroga

conselho de redacçom:

Carlos Garrido Rodrigues, Carmen Villarino Pardo, Isaac Alonso Estraviz, Isabel Morám Cabanas, J. Henrique Peres Rodrigues, Joám Manuel Araújo, José António Souto Cabo, José Luís Rodríguez, José-Martinho Montero Santalha, Mário Herreo Valeiro, Oscar Diaz Fouces, Paulo Valério.

conselho científico:

(Galiza) **Alberto Garcia Vessada, Aurora Marco, Carlos Campoy, Cláudio Lôpez Garrido, Felisindo Rodríguez, Higino Martínez Estêvez, Joám Trilho Pêrez, José Agrelo Ermo, José Posada, Luís Gonçales Blasco, Manuela Rivera Cascudo, Marcial Gondar Portasany, Maria das Dores Rei Teixeiro, Ramom Nogueira Calvo, Ramom Reimunde Norenha, Xavier Vilhar Trilho** / *(Brasil)* **Gilda da Conceição Santos, Júlio Barreto Rocha, Leodegário A. de Azevedo Filho, Raúl Antelo, Reynaldo Valinho, Yara Frateschi Vieira** / *(Moçambique)* **Fátima Mendonça** / *(Portugal)* **Albano Martins, Álvaro Iriarte Sanromám, Amadeu Torres, Benjamim Moreira, Carlos Assunção, Inocência Mata, José Luís Pires Laranjeira, Mário Gomes dos Santos, Óscar Lopes** / *(Estados Unidos)* **Onésimo Teotónio de Almeida.**

N O T A D A R E D A C Ç O M

1. *AGÁLIA* reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.
2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.
3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.
4. Os trabalhos publicados aparecerám na normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.
5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.
6. Os trabalhos publicam-se na ordem alfabética do primeiro nome da autora ou autor.

Assinatura da Revista
30 € *Estado Espanhol*
34 € *Europa*
37 € *resto do mundo*

Arranjo Gráfico: Carlos Quiroga
Imprime: LITONOR artes gráficas
Santiago de Compostela
litonor@corevia.com

Dep. Legal: C-250-1985
ISSN: 1130-3557

R E C E P Ç O M D E O R I G I N A I S E A S S I N A T U R A S
Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)
Fax: 986 438 856
agalia@agal-gz.org ♦ fgtinta@usc.es
www.agal-gz.org

S U M Á R I O

ESTUDOS

9 **Avilês de Taramancos: vida e poesia**
Aurora Marco

29 ***As Torres no ar* e *Última fuxida a Harar*. Umha perspectiva genética**
Carlos Alhegue Leira

47 **Avilês de Taramancos e o Reintegracionismo**
Isaac Alonso Estraviz

55 **Reflexons sobre a Construçom Nacional Galega. História e perspectivas**
Antom Santos Pérez

85 **Os Olhos da História. A Cartografia, dos seus inícios às decisivas contribuições do português «Planisfério Cantino» (1502)**
Joám Bernardes Vilar

111 **Origem e formaçom do baralhete e novo contributo lexical (II)**
Jorge Rodrigues Gomes

139 **Por uma ortofonia do português da Galiza**
José Luís Valinha

POESIA RELATO CRÓNICA

171 Ivo Machado

172 *A.* *(contributo no anonimato)*

174 *Touro-Sentado* Ugio

175 José Augusto Seabra

178 Paula Barge Carrete

178 Vanesa G. Blanco

179 João Guisan Seixas

NOTAS

185 **Acerca do *Imigrante imaginário***
Antom Corbacho Quintela

199 **Guerra e resistência global**
Carlos Taibo

203 ***Voilà, He aquí, Eis, Velaí*:**
Inovaçons Deícticas em algumhas Línguas Românicas
Estrella Lôpez Gonçález

ILUSTRAÇOM DE CAPAS E INTERIORES
a partir de fotografias realizadas por Carlos Alhegue Leira nos manuscritos de Anton Avilés de Taramancos (2000)

209 **Mitos da Lusofonia (I)**
J. Chrys Chrystello

215 **Apresentaçom básica de Ricardo Flores**
Joel R. Gômez

239 **Documentos medievais galegos (2)**
José-Martinho Montero Santalha

245 **Espaços comunais de encontros e de tarefas: o forno**
Manuel Rivero Pérez

RECENSONS

267 Carlos Alhegue Leira
"QUEM QUER QUE VIU OU QUE LEU/ TERÁ POR NOVO E MODERNO..." (FREDERICO LOURENÇO)

271 Joel R. Gômez
***TEMPO BRASILEIRO*: 40 ANOS DE VIDA**
***CONFLUÊNCIA*, Nº 22**
NA PONTA DA LÍNGUA* (VOLUME 5), DE EVANILDO BECHARA *ET ALII

273 Raquel Bello Vázquez
***VÍCIOS E VIRTUDES*: SEBASTIANISMO EM TEMPO CONDICIONAL**

277 Maurício Castro
UMHA LEITURA EM GALEGO DO *III INQUÉRITO SOCIOLINGÜÍSTICO DE EUSKAL HERRIA*

283 Raquel Miragaia
ENTRE OS TEUS OLHOS

284 Joám Manuel Araújo
***XORNADAS DE COORDINACIÓN DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS*, DE AA. VV.**
***CONTOS II*, DA EDIÇOM CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS**

PERCURSO

265 ASSEMBLEIA GERAL DO MDL / A AGAL TOMA O PULSO AO PAÍS /REFORMA NORMATIVA DA RAG / COORDENADORA GALEGA DE ROTEIROS / UXIA EM LISBOA / NOTÍCIAS DO BERÇO / MUNDO WEB (PGL, O MAIS IMPORTANTE FÓRUM INTERNÁUTICO ACERCA DA LÍNGUA GALEGA NA GALIZA) / *FESTIGAL 2003* / GARCIA-NEGRO EM BUENOS AIRES / GALIZA MÁRTIR / *DESCIDA EM DEFESA DA LÍNGUA (VI) E JORNADAS DA LÍNGUA* DE TUI (III) / POESIA / O TEXTO GALEGO-PORTUGUÊS MAIS ANTIGO APRESENTADO POR JOSÉ ANTÓNIO SOUTO / FEIRAS DO LIVRO EM PORTUGAL / *NOVA RENASCENÇA* EM COMPOSTELA / ALBERTO AUGUSTO MIRANDA E A GUILHERME COSSOUL / JOGOS POPULARES / JORNADAS DO ENSINO / SEMINÁRIO DA *ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL* / JORNADAS DE VERAO / MAPAS E NOMES / PROPOSTA PARA A REFORMA DA LEI DE NORMALIZAÇOM LINGUÍSTICA / *UNIDADE GALEGA* DESAPARECE / PROPOSTAS DE *NÓS-UP* / CINEMA EM OURENSE / GRUPO LOCAL EM LUGO / PROCESSO DE SUBSTITUIÇOM LINGÜÍSTICA NA GALIZA / VALENCIANO NAS EOI / GALABRA EM LISBOA / BNG E GALEGO-PORTUGUÊS / CAMPANHA AMI POR IDIOMA / *LA VOZ* CONTRA A CAMPANHA / DIÁLOGO ENTRE O TEATRO GALEGO E O PORTUGUÊS EM *CANTIGA PARA JÁ* / LIVROS E REVISTAS

314

ESTUDOS

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 009 - 028 / ISSN 1130-3557

Avilês de Taramancos: vida e poesia

Aurora Marco

(Universidade de Santiago)

I. PAISAGENS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (1935-1953)

"O tempo, como un soño, pódese esmiuzar… Os ros - tros son os signos de identificación, vense os trasavós e vense os fillos e hai sempre un risco, un sinal, un aire ou un xesto de familia co que un se sente reconfortado e continuador da xénese que os criou."

Taramancos é umha pequena aldeia da paróquia de Boa, que dista do concelho a que pertence, Nóia, três quilómetros. Umha aldeia de trinta casas, entre a praia de Testal e o souto de castanheiros e nogueiras que se recorta no horizonte. Numha dessas casas vivêrom as famílias de Pastora Queiro Casais e Josefa Fuentes Queiro, bisavó e avó do poeta respectivamente. A aquele núcleo familiar que morava de velho na aldeia noiesa, uniu-se o formado por Manuela Vinagre Fuentes e Severiano Avilês Outes, natural de Vilar de Boa, sapateiro de profissom, logo embarcado como outros homes da família para perder-se no mundo e, alguns, para nom volver. Quatro filhos sobrevivêrom dos dez partos de Manuela Vinagre: José António, nascido em 6 de Abril de 1935; Guilherme (1940); José Manuel (1942) e Afonso (1945).

O mundo inicial do pequeno Antom foi Taramancos, onde o futuro poeta encontrou a força criadora: os rostos que amou; os cantos e contos da avó, das gentes do lugar; o cheiro fresco da terra; os aromas da infância; o trabalho comunal e também o pranto; o cam Drake; a língua… A natureza,

a paisagem, os espaços interiores e exteriores: o forno de pam, a lareira, o sobrado, a corte do gado, a janela e as duas balconadas desde onde se divisa o mar, o mar imenso de Avilês... componhem o seu mundo infantil.

Ali está a sua pátria –a pátria da infância que dixera Rilke–, naquelas branhas verdecidas, no souto de castanheiros e nogueiras onde se escuita o fundo musical do xílgaro, da laverca, do papo-ruivo, da cotovia; o rugir das folhateiras, o soar das pingueiras em tardes de chuva… E os jogos da rapaziada –o marro, a estornela, a anha- a monte aberto, na estrada que vai cara a Portosinho ou na praia.

Até ao ano lectivo 1946-1947 freqüentou a escola de Boa, à frente da qual estava Jesus Rios Silva, um mestre que viu no rapaz de Taramancos excelentes aptitudes para a escrita. Através das composiçons que fazia e o interesse que amostrava pola leitura, alentou-no e proporcionou-lhe livros, a grande paixom do escritor. Mais adiante, em Nóia, Manuel Fabeiro apoiou e guiou os primeiros passos do poeta que, aos quinze anos, viu impresso o seu primeiro poema na revista noiesa *Tapal*.

De 1947 a 1950 estudou no Colégio "Andrés Manjón" de Nóia, rebaptizado como "Academia Balmes" em 1949. Avilês fijo o ingresso no Liceu Gelmírez de Santiago em Junho de 1948 e o primeiro curso em Setembro desse mesmo ano. Em Junho de 1949 aprovou as matérias de segundo e, um ano depois, as de terceiro. Ao finalizar o 3º curso de Bacharelato e antes de partir para a Corunha a iniciar estudos de Náutica, obtivo o título de Mecanografia na "Real Sociedad Económica de Amigos del País" de Santiago de Compostela.

A luz, a ledice, a inocência, os jogos infantis, a escola, os trabalhos de umha casa labrega, o mar, o amor da mai que acompassa o alento inicial, "*vagalume na tebra*"; o amor da avó, "*pomba escura do tempo na lareira*", de onde provém o fermento do canto do poeta; o pai no paquebote, "*ese cas - telo que por sempre cruza/ polo meu corazón como unha ausencia*"; as gentes do lugar de Taramancos, som as goletas da infância do poeta. Infância feliz, decisiva para o futuro do escritor, que foi entrando maininho na vida, nessa vida de um cativo no meio rural.

Ausências das aulas, brincadeiras com os amigos, primeiros amores adolescentes, leituras… Nom havia muito tempo para o estudo, de que nom gostava demasiado, embora fosse um meninho inteligente. As vivências dessa etapa, naquele entorno camponês e marinheiro, ficárom plasmadas nos primeiros versos que compujo, hoje perdidos, e nos publicados posteriormente.

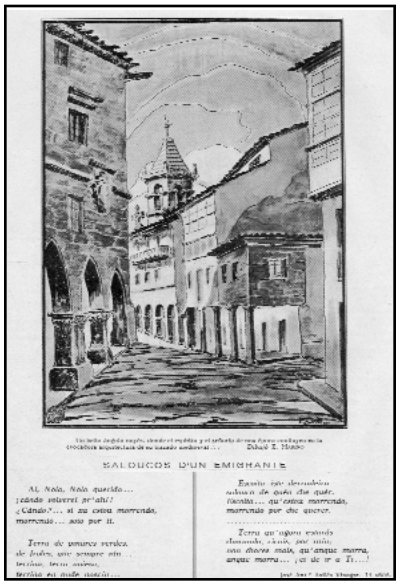
A vocaçom literária

"No meu cerne estaba xa decidido, tempo antes, no souto da aldea, o meu ofício de poeta"

Avilês começou a compor poesia sendo um meninho. Daquela produçom inicial quase nom se conserva nada: poemas de exaltaçom de todo o galego na sua vertente rural, camponesa e marinheira; poemas de amor; poemas em que aflorava a fina ironia de que estava dotado, como os dedicados a algum professor da Academia Balmes. Ao mesmo tempo, como tinha umha grande afeiçom pola leitura, ia adquirindo formaçom, desusada para os rapazes daquele tempo, máxime no entorno em que se movia. Era, segundo testemunham os amigos da infância, um *rara avis*.

Na etapa escolar, escapava com freqüência dos jogos infantis em que andava enredado com os outros rapazes para se debruçar na leitura de livros que lhe emprestava o galeguista Manuel Fabeiro. Na bem nutrida biblioteca deste muradám afincado em Nóia, foi completando a formaçom e abrindo-se ao conhecimento e amor pola Galiza. E começou a compor. Se daquela produçom inicial, de que fica constância polos testemunhos dos amigos, nom há amostras, a partir de 1950 si as há em várias revistas.

Foi na revista noiesa *Tapal* onde viu a luz a primeira composiçom publicada do poeta de Taramancos. Fundada e dirigida por Manuel Fabeiro, en colaboraçom com Andrés Rodríguez Milhares –com o apoio do impressor Severo Loronho Laciana–, tinha como Administradores Eduardo Cés Iglésias e Ramom Patinho Ronquete, e como



Repórter a Francisco de Andrés Pérez. Na parte artística colaborárom importantes figuras da plástica: Argimiro Soárez, Francisco Creo, Carlos Maside, Leyra Domínguez, etc. Nos nove números publicados, o 1º em Novembro de 1950 e o derradeiro em Agosto de 1955, colaborárom destacadas personalidades da cultura galega: Otero Pedrayo, Fernández del Riego, José Maria Castroviejo, Paz-Andrade, Garcia Sabell, Ramom Vilar Ponte, os irmaos Carré Alvarelhos, Sam Luís Romero, Fernández Oxea, Gonçález Alegre, Manuel Maria, Roxérius..., além, claro é, dos colaboradores da vila: Manuel Fabeiro, José António Avilês Vinagre, Isolino Nieto, Rodríguez Milhares, Eduardo Núnhez, "D´Arxellas", Manuel Blanco Ons, Fernández da Ponte, Basílio Fernández Barbazám.

Em *Tapal*, que tivo umha extraordinária acolhida (editavam-se 1000 exemplares) e desapareceu em 1956 por problemas de censura quando estava a preparar-se o número 10, iniciou a sua andadura literária: "Eu non sei que tendes" (nº 2); "Morriña" (nº 3); "Saloucos d´un emigrante" (nº 5); "Poema da lúa e do mar" (nº 6); "Antón de Noia" (nº 6); "Cadarso" (nº 6); "Lume que morre" (nº 7); "Soneto" (nº 8); "Morte belida" (nº 9).

Com "Antón de Noia" e "Cadarso", obtivera o poeta "Mençom honorífica" de poesia em galego no Certame Comemorativo do Centenário da fundaçom do "Circo de Recreación", o Casino noiês. O acto público para a entrega de prémios tivo lugar no Cinema Galicia, o 14 de Março de 1952, e abriu-se com umha conferência de Ramom Otero Pedrayo, "*que tivo frases encomiásticas para la labor de aquel mozo que prometía excepcionales dotes poéticas*"[1].

A estas colaboraçons em *Tapal* seguiriam outras: "Ofrenda a Manuel Antonio. Poema da nai soia" em *Rianxo* (suplemento de *Sonata Gallega*), 1952. "Lume que morre" e "A Castelao" em *Lar*, revista da "Asociación Gallega de Beneficiencia y Mutualidad" do Hospital Galego de Buenos Aires (1953); produçom impressa à qual haveria que engadir muitas composiçons perdidas, entre elas o poemário *Ondas para el amor y la tierra*, de cuja existência tem constância o seu irmao, José Manuel Avilês.

(1) M(anuel) F(abeiro) G(ómez), "José António Avilés. El poeta más joven de Galicia", *Lar*, nº 248-250, Buenos Aires, 1954, p. 66.

Entre os inéditos recuperados[2] figura un texto poético manuscrito, datado o 25 de Março de 1952, "Eran pañuelitos blancos en adioses sensibles"; "Paloma" (1953); "Levarei na miña dorna" (1953).

Nesta poesia inicial "*joven e inexperta pero exenta de vanagloria y presunción*"[3], em palavras de Manuel Fabeiro, aponta já a sensibilidade, a musicalidade e a riqueza léxica que chegará a ser um dos aspectos mais destacáveis da sua linguagem poética.

II. ANOS DE BOÉMIA E POESIA (1953-1960)

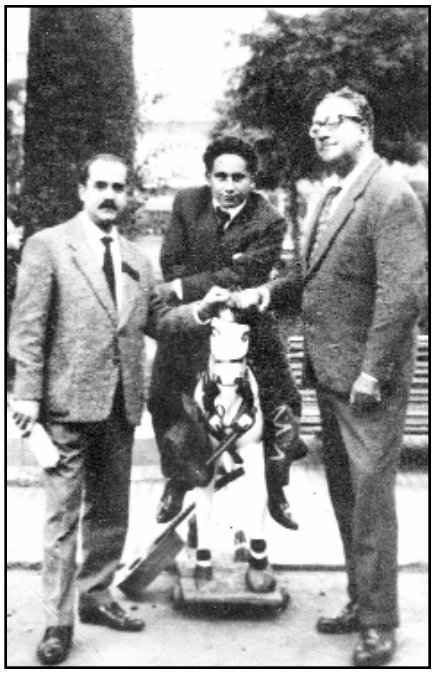
"Eu fora á Coruña para estudiar Náutica pero descubrín que o meu amor ao mar era máis ben distante, de velo pero non de sufrilo, era un amor de paisaxe pero non de vivencia total. Eu xa tiña decidido ser unicamente poeta".

Avilês trasladou-se à Corunha empurrado polo seu pai, que queria seguisse estudos na Escola de Náutica, estudos que nom despertavam nengun entusiasmo nele. Do mar interessava-lhe a dimensom estética, nom o entendia como objecto de estudo e singradura. O noiês instalou-se naquela cidade no ano lectivo 1953-54. Em Maio de 1953 solicitou a admissom ao exame de ingresso. Esta é a única constância documental da passagem de Avilês por esta Escola. Outros interesses, outros compromissos –nom os académicos– atavam o poeta, nomeadamente a literatura, a poesia, a Galiza…

A partir de Novembro de 1953 documenta-se a sua presença na Corunha. Nesta data pronuncia umha conferência nos salons do Ministério de Informaçom e Turismo sobre "A saudade en la poesía celta", possivelmente no quadro das actividades que desenvolvia a "Peña Amanecer", movimento juvenil nascido em 1953 e integrado por José Maria Guilhém Rodríguez, Afonso Gallego Vila, Manuel Álvarez Torneiro e o próprio Avilês, ao qual se uniriam mais tarde Rogério Sam Luís, Pepe Álvarez Torneiro, Pantaleom de Escalante, Clarina Díez Martim,

(2) Marco, A., Avilés de Taramancos. *Un francotirador da fermosura*, Toxosoutos, Nóia, 2003, pp. 47-48.

(3) Art. cit. em nota 1.



entre outros. Com eles participou activamente em recitais, conferências, nas festas da poesia que celebravam cada 21 de Março, nos famosos "viafloris" poéticos, em veladas literárias... O órgao de expressom do grupo era a revista "Cuadernos de Amanecer", cujos primeiros números estavam escritos a máquina e os restantes editou-nos o "Club Imperio" da Frente de Juventudes. Era um grupo muito activo, que alguns tomavam a brincadeira, todo há que dizê-lo. Mas as suas actividades abrírom-lhe as portas dos meios de comunicaçom; gozárom, em geral, de boa imprensa; tinham poder de convocatória; um pai espiritual (Gonçálex Garcês); mantinham relaçons com o grupo de poetas de Ferrol, "Aturuxo"... Mas também tivo detractores. O próprio Avilês manifesta em *Obra viva*: "Alguén na prensa, por orde oficial, chamábanos "*caterva insignifi - cante de iconoclastas que circulan por el camino del mal*"[4].

Neste período na cidade herculina entrou em contacto com um mundo novo para ele, "*un mundo irreal onde a literatura, a pintura, a arte, existian, e andaban polas ruas, polas tabernas, tiñan voz humana*"[5]. Fôrom anos de aprendizagem, de reafirmaçom no seu ofício (escolhido) de poeta, de aprofundaçom no compromisso nacionalista; anos, sobretodo os últimos, de um certo desacougo provocado pola insegurança perante um futuro incerto, como se desprende da correspondência pessoal, e anos de abundante produçom literária, muita dela perdida.

Nas lembranças daquele tempo sempre aparece a figura fascinante de Urbano Lugris. Da sua mao entrou o noiês no mundo da boémia corunhesa: tertúlias nas tascas e cafés, irmandade com as gentes da cultura: pintores, escritores, gentes do teatro, músicos. As ruas de Olmos, Galera, A Estrela fôrom testemunho excepcional daquelas noites de poesia, arte, golos de vinho e ousadia, num entorno sócio-político que nom entendia as argalhadas daqueles moços, e nom tam moços: "*Habia que deixar-se pasar por persoaxes pintorescas –falar galego era pintoresco– e andar nas cata -*

(4) Avilés de Taramancos, A., *Obra viva*, escolma de Ana González Vázquez, Laiovento, Santiago, 1992, p. 205.
(5) *Ibid.*, pág. 203.

cumbas á percura dalgunha persoa afin para contar as nosas cuitas ou os angu - riantes proxectos de futuro"[6].

O período do serviço militar em Ferrol (1956-1958) aproveitou-no o escritor para ler e escrever, para se relacionar com os membros de "Aturuxo" (Tomás Barros, Mario Couceiro, Miguel Carlos Vidal), que faziam tertúlia no café "Bonilla" e aonde acudia Avilês de Taramancos quando as suas obrigas como escrevente lho permitiam. Naquele período compujo umha obra de teatro em verso sobre a vida e feitos no Quartel de Marinharia, perdida; e um silabário, também perdido, escrito com um objectivo concreto: que os escolares pudessen ler, escrever e comprender o galego na escola. Estava o escritor integrado na vida cultural ferrolá e a sua produçom literária era objecto de atençom e de crítica laudatória por parte de um destacado analista no campo literário, Gonçálex Garcês, um poeta que Avilês conhecia da "Peña Amanecer".

"Co mundo da pintura dos anos cincuenta andaba a miña alma a espreitar e non sei se ainda hoxe non me queda algo de plástica na palabra."

O sentido da amizade e um profundo e desinteressado amor por Galiza, uniu-no de por vida ao pintor corunhês José Luís Rodríguez Sánchez. Na altura em que se conhecêrom, o pintor tinha o estúdio na rua Real. Ali se juntava aquele grupo de artistas da palavra e do pincel, e liam *El Jardinero* de Tagore, o *Werther* de Goethe; reliam Bécquer e Rosalia; descobriam Rimbaud; deleitavam-se com *Isla de dos* e *El libro y el verso*, de Gonçálex Garcês, e finalizavam as leituras escuitando música de Chopim num velho fonógrafo de buguina. Nestas coordenadas amistosas há que interpretar a presença do poeta em Sam Juliám de Samos em 1958, etapa de permanência do pintor corunhês naquele mosteiro para realizar os murais do Claustro de Feijó, centrados na vida de Sam Bieito, onde estám os rostos dos amigos e amigas, entre eles Antom Avilês, imortalizado na figura do diabo.

(6) *Ibid.*, pág. 22.

As experiências com as gentes do teatro constituem um interessante capítulo na sua trajectória vital e literária. Entre os amigos: António Naveyra Godoy, director do Teatro de Câmara da "Asociación Cultural Iberoamericana"; actores e actrizes: José Luís Caramês, Marisa Naia, Joám Rodríguez Guisám, Pilar Rodríguez Guisám, Jesus Mosteiro, o pintor José Luís Rodríguez... Com eles participou como ajudante na montagem do auto sacramental de José Luís López Cid, *La mujer más probada*, na igreja de Santa Eufêmia de Ourense o 12 de Junho de 1955; e na representaçom de *O incerto Señor Don Hamlet, Príncipe de Dinamarca,* acontecida no Teatro Colom da Corunha em Agosto de 1959. O amor polo teatro, nas suas diversas manifestaçons, deveu nascer por naqueles anos, em contacto com este mundo dos "cómicos", com quem se reunia nas tertúlias de "La Cosechera", no desaparecido "Villanueva", em "La Galera"; ou assistia aos ensaios nos locais da ACI, que lhes emprestava Gonçález Garcês.

"Cando colles o ofício de poeta como unha reserva ínti - ma podes desempeñar todos os ofícios da vida pero do que estás seguro sempre é de que a tua verdadeira voca - ción é a poesía"

Havia que sobreviver e o poeta andou a trabalhar em diversos ofícios: de alvanel na construçom; em *Emesa*, de ajudante de laboratório, de representante de botons... Trabalhava para poder manter-se. E escrevia, nunca deixou de fazê-lo, embora na cronologia das suas publicaçons haja alguns saltos porque muita da produçom avilesiana se perdeu ou está inédita, sobretodo a desta etapa.

Galiza

Na Corunha –conta-o o escritor em vários artigos e textos de conferências– estabeleceu relaçons amistosas com um grupo de moços comprometidos com o seu povo, com a sua terra: Joám Casal, Reimundo Patinho, Henrique Iglésias, Eduardo Martínez. Os quatro celebrárom

umha cerimónia, "O juramento de Laracha", umha noite de 1954. onde se comprometêrom a defender umha Galiza livre: "*veláramos as armas e fixéramos do lume e dos montes pondalianos testemuña da nosa adicación até a morte, folgo a folgo, por unha Galiza ceibe e popular*"(7).

Outros contactos fôrom com os irmaos Carré Alvarelhos, Leandro e Ugio. À casa deste último, em Eiris, casa de galeguidade, acudia o poeta con freqüência, como quem vai colher os estandartes para cavalgar cara a vitória. Também conheceu Álvaro Cebreiro, o autor do Manifesto "Máis alá", os irmaos Vilar Chao, Alexandre Cribeiro, companheiro do serviço militar; Manuel Maria e Novoneira; Otero Pedrayo. Com todos eles mantivo vivo e fortaleceu o fermento da galeguidade.

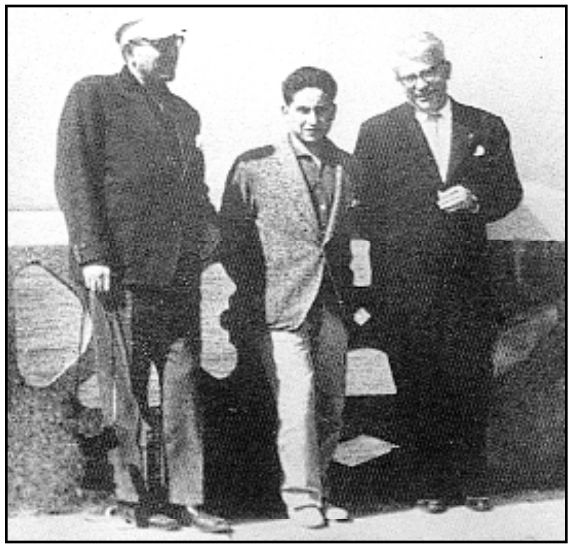
Nas lembranças dos amigos de infância e mocidade, já se pom em destaque o amor pola terra, a defesa de Galiza, o compromisso, o que el próprio corrobora: "*Eu nacín galeguista quizais pola miña orixe labrega e mari - ñeira… Non me facía falta unha idea teórica ou intelectual do galeguismo senón que era unha idea de home criado ao pé da Terra*"(8).

No que di respeito ao galego como veículo de expressom literária, nos começos publicou alguns poemas em castelhano, poucos. A partir da estadia na Corunha, o galego seria o único meio de expressom escrita. Avilês tem declarado que escrevia na sua língua porque tinha um problema que nom podia resolver em castelhano. O galego era para ele um instrumento de trabalho, mas aginha passou a ser "força liberadora"(9).

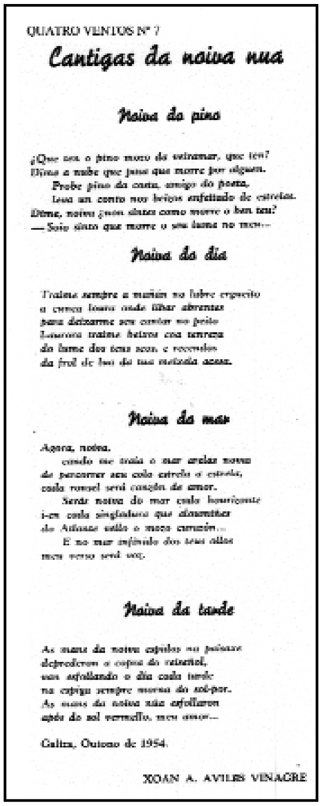
A escrita ininterrompida

"Cantos poemas se perderon, afortunada - mente quezais, naquela boémia …"

A permanência na Corunha, desde 1953 a 1960, nom fijo mais que acrescentar a vocaçom nascida em Taramancos: "*ser unicamente poeta*" foi umha decisom assumida de meninho. Além de todos os poemas perdidos,



(7) *Obra viva*, cit., p. 17.
(8) Agrelo Hermo, X., *Avilés de Taramancos*, Toxosoutos, Nóia, 2002, p. 6.
(9) *Obra viva*, cit., p. 15.



QUATRO VENTOS Nº 7

Cantigas da noiva nua

Noiva do pino

¿Que ten o pino mozo de ultramar, que ten?
Dime a nube que pasa que morre por alguen.
Probe pino da costa, amigo do poeta,
leva un conto nos beiços enfeitado de estrelas.
Dime, noiva ¿non sentes como morre o ben teu?
—Soio sinto que morre o seu lume no meu...

Noiva do día

Traime sempre a mañán no lubre espeito
a cereza loura onde libar abrentes
para deixarme seu cantar no peito
L-aurora traime beixos coa tenreza
do lume dos teus seos, e recendos
da frol de luz da tua melodía acesa.

Noiva do mar

Agora, noiva,
cando me traia o mar arelas novas
de percorrer seu colo estrela a estrela,
cada romel será canción de amor.
Serás noiva do mar cada horizonte
i-en cada singladura que alcanzar
do Atlante saílo o meu corazón...
E no mar infinido dos teus ollos
meu verso será voz.

Noiva da tarde

As mans da noiva cativas na paisaxe
desprenderon a copa do reiseñol,
van esfollando o día cada tarde
na espiga sempre morna do sol-por.
As mans da noiva xa esfollaron
após do sol vermello, meu amor...

Galiza, Outono de 1954.

XOAN A. AVILES VINAGRE

de cuja existência há constância, os publicados nesta etapa corunhesa som:

"Meu anceio", "Muiñeiro", em *Lar*, precedidos de um breve artigo-apresentaçom de Manuel Fabeiro Gómez, "José Antonio Avilés Vinagre. El poeta más joven de Galicia.", a que já se fijo alusom.

Em *Atlántida* (1954-1956), herdeira de *Alfar*, que compaginou o literário com o artístico, também está a assinatura do poeta: "Sede. Poema louro de amor" (1955). Nesta revista vírom a luz *As moradias do vento* (separata nº 11-12, de Dezembro de 1955), sete composiçons recompiladas anos mais tarde em *O tempo no espello* (1982). O vento é o protagonista desta poesia musical, desta poesia da natureza, humanizada: o vento mareiro que anda a bailar moinheiras no coraçom da noite; o vento nordês toleirom e afiado; o gigante vento, moinheira de pulos… Poesia e música, característica apontada por Luísa Villalta: "*Non hai un só poema, unha soa descrición deste vento vitalizador do mundo que non se vexa inserido nun ritmo, un instrumento ou forma musical*"(10).

Publicou também em *4 Ventos* (1955), "Cantigas da noiva nua"; em *Aturuxo* (1958), "Balada do barqueiro mozo"; no *Programa oficial de Fiestas de San Juan Bautista* (Sárria, 1959), "Cantos de nenos en roda"; em *La Noche* (1959 e 1960), umha carta poética dirigida ao amigo, "Carta gnómica a Urbano Lugrís" e "Veleiro entrando na ría".

A frauta i-o garamelo, composto por dez poemas numerados e dous finais sob os títulos "Cántico ao albre" e "Carta a un corvo que se chama Alberte", publicou-se em 1959. Os fundos para a ediçom arrecadárom-se por subscriçom popular entre os amigos das tertúlias e tabernas da Corunha; tivo umha tiragem reduzida. Se antes era o vento o protagonista da separata de *Atlántida*, agora é toda umha escolania de pássaros: a rola, o melro, o xílgaro, o paspalhás… Som os poemas que nascem da íntima relaçom com a natureza, iniciada com *As moradías do vento*. O livro enriqueceu-se com as formosas ilustraçons dos pintores e amigos Alexandre Gonçález Pascoal e José Luís Rodríguez Sánchez, que fijo a

(10) "Un canto á procura do corpo", Antón Avilés de Taramancos, *A Nosa Terra*, 21, 2002, p. 34.

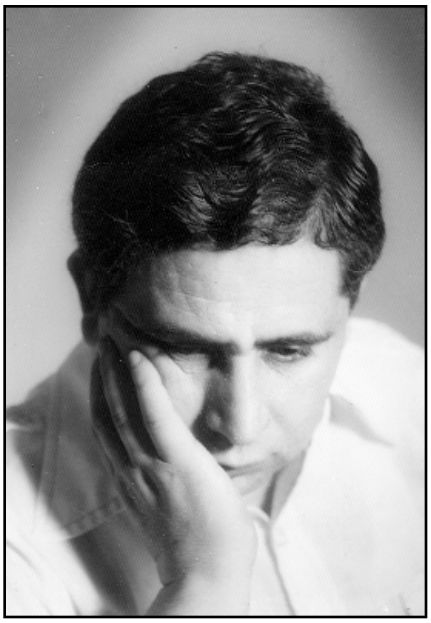
capa e a quem dedica o poemário. Foi mui bem acolhido pola crítica: Álvaro Cunqueiro dizia que "*está lleno de estupendas revelaciones*"[11]. Aquilino Iglésia Alvarinho mostrava-se algo desiludido pola "algarabia" da linguagem empregada mas destacava: "*el temblor de las imágenes de que esta poesía va revistiendo las cosas que ven los ojos en la más nueva y más tradicional manera de la poesía de Galicia*". E engadia: "*La fuerza de la expresión, sin embargo, es tanta que quema todas estas impurezas, dejando al aire la música y la luz de unos versos limpios como cerezas*"[12].

Dez anos depois, com Avilês longe da terra, Júlio Sigüenza fazia-se eco deste livro. Nom concordava com o léxico "totalmente arbitrário" mas reconhecia: "*el ímpetu creacional, la rica y viva fantasía, y un claro sentido de que el arte supone siempre una elaboración reflexiva que pule y perfecciona los brotes de la espontaneidad. (…) Un buen primer libro… que hace impaciente la espera de los que sin duda han de sucederle en el futuro*"[13].

Com *Pequeno canto para un peito xoven* concorreu o poeta ao certame convocado polo grupo Brais Pinto em Outubro de 1960 e ficou finalista[14]. Este poemário incluiria-o na ediçom de *O tempo no espello*, 1982, com o título *Poemas a Fina Barrios. Pequeno canto*. Está integrado por dezanove composiçons, datadas em 1959, e um poema-epílogo, de 1960. Um amor (e um desamor) de juventude, o da corunhesa Fina Bárrios, inspirou este conjunto de poesias que a Aquilino Iglésia Alvarinho lhe parecia "*un libro importante pois trataba o amor dun xeito sensual como non se fixera aínda en galego*", segundo manifestava Avilês em carta a Bodanho[15]. O poeta nom gostava do título mas sim do conteúdo: "*ten poemas ledos e logrados... Indaga por ahí que ó mellor atópalo, para min sería como atopar un anaco de corazón. Foi o meu primeiro amor*"[16].

Fôrom muitas as composiçons escritas nesta etapa, algumhas em paradoiro ignorado, outras recuperadas, como "A verba tenra e garimoso o lume", "Galiza no meu sangue é quen che fala"[17] ou o inédito "Poema da nena namorada", que conservava José Mª Guilhém em Paris e com que agasalhou a quem subscreve.

(11) "Una ventana", *La Voz de Galicia*, 3 de Março de 1959.
(12) *La Noche*, 2 de Fevereiro de 1960.
(13) *Faro de Vigo*, 11 de Fevereiro de 1969.
(14) Gonçalez Blasco, L., "Algo sobre Brais Pinto e as minhas relaçons com o fato", *Agália*, nº 63-64, A Corunha, 2000, p. 168.
(15) Carta de 28 de Janeiro de 1970. Em Marco. A., *ob. cit.*, p. 195.
(16) *Ibidem*.
(17) Em Marco. A., *ob. cit.*, pp. 107.



Volta a Taramancos

"Terra que me amamanta e que me alcende /
de afervoada arxila…"

No verám de 1960 volveu a Nóia. A ideia da emigraçom bulia na sua cabeça. Da Corunha voltara algo desnorteado quanto ao futuro. Sentia-se um "guerreiro fracasado" e buscava um meio para sobreviver. Em Nóia reatou a relaçom, nunca interrompida, com os velhos amigos (Basílio Fernández Barbaçám, o "Mestre" Moas, Generoso Souto, Manuel Guerra, Manuel Várzia, o médico José Bieites), gentes de esquerda e galeguistas, que acolhiam nas tertúlias do bar "A nosa casa", em "A Parra", em "O Escorial", a um grupo de moços nacionalistas de sentimento, entre os quais estava o poeta. Entre taças de vinho e conversas, continuavam a sentar cátedra aqueles mestres do sentir popular e generoso, para ir domeando, segundo Avilês, a bravia juventude daquele grupo e assentando o conhecimento de umha Galiza malferida.

Para encontrar umha saída económica à sua vida e mais por certas pressons políticas, decidiu emigrar, ideia em que matinava desde o ano anterior. A Suíça era o destino pensado inicialmente mas, ao fim, seria Colômbia o país eleito.

III. ONDE CANTA O TURPIAL (1961-1980)

Em Outubro de 1961 iniciou o périplo americano que duraria quase duas décadas. Com a bagagem ligeira, algo de roupa, um gabám no braço e poucos cartos, chegou um dia a Bogotá. De 1961 a 1970, o período de maior instabilidade, a aventura foi a sua companheira e contribuiu a tecer a lenda arredor da sua figura, alimentada por algumha carta que enviou a Bodanho. Com vinte e cinco anos e o espírito de aventura próprio da mocidade, foi –segundo o relato epistolar– caçador de tigres, domador de cavalos, contrabandista, guerrilheiro, afiador, pirata, churreiro nas feiras, comerciou com cabeças reduzidas ... Mistério, aventura, incursons na selva –onde encontrou o betanceiro Pakarainha como chefe de umha tribo–, trabalhos fugazes...

Ao pouco de chegar entrou nas oficinas da fábrica de manteiga "Retina" e em Março de 1962, mercê do escultor compostelano Jesus Picom –com quem fundou a "Embaixada da Galiza en Bogotá"– encontrou trabalho como mordomo na Embaixada do Brasil onde permaneceu arredor de ano e meio. Ali achou nom só um ambiente agradável, mas também Sofia Baquero Céspedes, a colombiana com que formou umha família e que compartilhou com ele momentos de alegrias e adversidades, mai dos seus três filhos. A peregrinaçom por diversos ofícios (muitos deles ligados ao mundo da hotelaria), levou o par por diversos bairros da cidade: "Chapinero", "Rincón Llanero", "Gaitán", "Minuto de Dios", "La Bonanza"; trabalhou nas oficinas de Ibéria, numha "marranería", vendeu produtos da horta que ele próprio cultivava, exerceu de químico improvisado na Bayer, S.A., como especialista em tratamento de águas; tentou a introduçom de "Cervezas El Águila"; vendeu livros a domicílio... Como distribuidor-vendedor da Editora-Livraria Santa Cruz, conheceu José Porto, um galego que regia a "Cultural Colombiana" com sucursal em Cali. Ali marchou Avilês com Sofia, Santiago (1967), e Luís (1969) –antes casaram em Bogotá, em 29 de Novembro de 1970–. Em Cali veu ao mundo o terceiro filho, Guilherme (1971). Umha nova etapa de quase dez anos começou para os Avilês-Baquero, umha etapa de estabilidade económica e de certo acougo.

Com o trabalho como gerente na Cultural Colombiana de Ocidente transcorrêrom os melhores anos por terras andinas (1971-1980). Profissionalmente, era o ambiente mais ajeitado para um home com tantas inquietudes culturais, que nunca abandonara a leitura e que, de vez em quando, escrevia "*a ráfagas, como os furacáns*". O poeta volveu aos recitais, a organizar actividades culturais, como aquela exitosa feira do livro no primeiro ano da sua chegada; relacionou-se com as gentes da cultura, do jornalismo; trabalhou em diversas iniciativas para dar a conhecer a literatura galega; leu, leu muito: poe-

tas cubanos, peruanos, colombianos, venezuelanos, brasileiros, que deixárom pegadas na poesia posterior. Tentou, inclusive, a aventura política com um jornalista cubano amigo seu, José Pardo Llada, no denominado "Movimiento Cívico" que chegou a apresentar-se às eleiçons.

"Ando lonxe e senlleiro, triste e lonxe,
como unha besta acoitelada brúo
e arrepíanse os Andes ó meu paso."

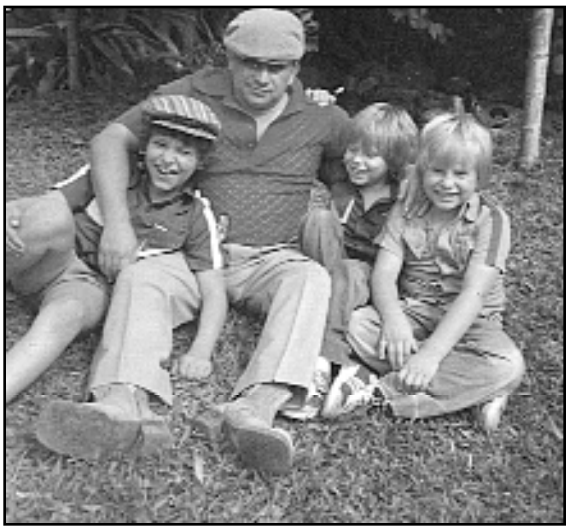
O ânimo do poeta passou durante todos os anos em que estivo fora por horas mui baixas. A saudade, que o mortificava, a dor da ausência, o nome da Galiza, a família, os amigos e amigas, a extrema sensibilidade, sumírom-no num estado de tristeza que se reflecte em toda a correspondência e na poesia desta época: "*Unicamente a saudade me ten crucifi - xado. Non poido ter un día de festa, nen de acougo. Nos logares máis fermosos onde poidera ter un intre de lediza, o nome de Galiza, dos amigos, acoitélanme terrivelmentes e vólvome aspro, duro, incomprensível. Non podo desfacer o nó dista forza cósmica*"[18].

A Avilês custou-lhe a adaptaçom a um novo país, porque aquele fundo buraco onde tratou de soterrar o sentimento, nunca chegou a fechar-se. Dez anos depois, de regresso à Galiza, sentiria essa mesma saudade pola Colômbia, que fijo dele um home tam colombiano como galego, mas naquela altura nem os amigos, nem a chegada dos filhos, nem o novo trabalho, com o qual se sentia mais realizado do ponto de vista pessoal, o faziam esquecer por um momento a terra que deixara no mês de Outubro de 1961:

Este brado da terra, esta atadura,
esta diaria e fonda coitelada
que escarabella na raíz mais pura,
tenme a vida de morte atravesada.

Os anos que viveu na Colômbia fôrom fundamentais para a produçom literária. Além da obra escrita durante aquele período –que veria a luz umha vez regressado a Nóia–, o germe dos nostálgicos *Cantos caucanos*

(18) Carta a Salvador Garcia Bodanho de 28 de Janeiro de 1970. Em Marco. A., *ob. cit.*, p. 195.



(1985), da *Nova crónica das Indias* (1989), unido às leituras, nomeadamente de poetas brasileiros (Manuel Bandeira, Olavo Bilac, Afonso de Guimaraes), há que procurá-los naquela terra. Avilês nom abandonara a escrita e numha daquelas "ráfagas" compujo "Poemas da ausencia", 1ª parte (1963), os poemas do emigrante habitados pola saudade. Na 2ª parte (1969), em que de novo a nostalgia da terra mai estala em formosos e irados versos, no "*pranto dun tigre malferido e lonxano*", inicia-se a fusom do poeta com o mítico Ulisses/ Odisseu, umha constante na obra posterior, um *leit-motiv* que estará presente a partir daquele momento na produçom poética e prosística.

Nova crónica de Ulises (1978), constitui o derradeiro livro composto, em parte, na Colômbia. Dous poemas, "¡Ai a miña cidade de sol!" e "Cali" estám escritos desde a saudade da terra americana: "*Agora teño saudade/ do camiño que hei de andar/ lonxe da miña cidade*". Tentado estivo Avilês/Ulisses a retomar o caminho andado, trás o regresso a Ítaca-Nóia porque a terra que o acolhera, aquela terra dos mil rios como nervaduras, ficou para sempre no seu coraçom; mas, após os agoiros dos vinte anos de exílio-emigraçom, Ulisses Fingal –pseudónimo que utilizou como homenagem a Urbano Lugris– emprendeu a rota de encontro à branca silhueta dos montes que se apresentam trás o mar.

IV. NA PORTA-ÚTERO. NA PORTA-PORTO (1980-1992)

"De novo nas ribeiras da patria o pai Ulises canta,
a voz ven desde o fondo das arterias peneirada nun soño
como cando o derradeiro lobo do mundo ouvea no solpor
ou o neno orfo e solitario tece o seu berce ás dentelladas."

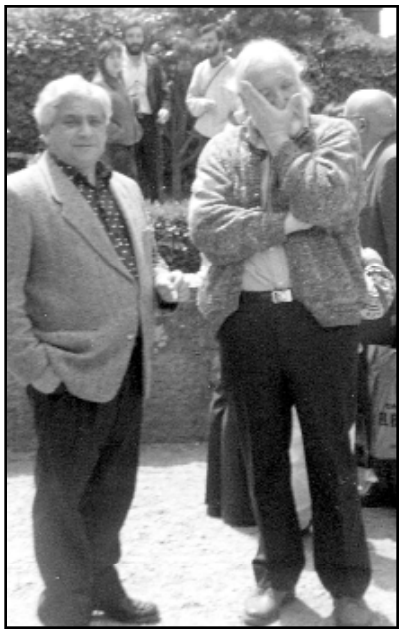
Em Abril de 1980 chegou o escritor ao porto mais abrigado do mundo, Nóia, com a lembrança da avó, que morrera em 1973, do seu canto, da sua voz, e com "*as bágoas xordas a caer na alma*". Quijo entom devolver-lhe, com a sua entrega e entusiasmo, os vinte anos de ausência. Montou um negócio de hotelaria, "Tasca Típica", que se converteu de imediato

em centro de reuniom e de actividade cultural.

Colher brio para nova andadura: essa foi a ideia de Avilês ao regresso. Através de Miguel Iglésias, o amigo de sempre, foi estabelecendo relaçons amistosas com gente nova, gente com inquietudes culturais que andava a dar os primeiros passos em movimentos reivindicativos. Aginha buscou um oco e quijo pôr-se ao dia. Começou a participar de forma activa em todos os actos celebrados na vila e pujo-se ao trabalho com entrega e paixom. Nasceu a Associaçom Cultural "Catavento" na primavera de 1983. Embora tivesse vida curta, a ideia de juntar pessoas que estavam a trabalhar em solitário pola cultura, foi muito proveitosa. Ao pouco de se constituir, organizou um acto para celebrar o Dia das Letras Galegas, que contou com a presença de Ricardo Carvalho Calero num atestado salom de plenos do Concelho de Nóia. A este seguiriam-lhe outros muitos, como as Jornadas de Teatro na Escola; a "I Mostra de curtidores e zapateiros"; actos em homenagem à poetisa noiesa Maria Marinho em Outubro desse mesmo ano, com a colocaçom de umha placa na casa onde nasceu, a rua Cega…

A presença de Avilês nesta década de 1980 em actos culturais foi constante: Encontros de Escritores celebrados em Poio (1981) e Baiona (1986), neste último como Presidente da Associaçom de Escritores em Língua Galega para a qual fora eleito em 1986; numerosos recitais por vilas e cidades; debates, actos reivindicativos; conferências em associaçons e centros de ensino; dirigiu a sua palavra acesa aos emigrantes de Lausanne em 1987; pronunciou discursos, alguns recolhidos em *Obra viva*… Actividade intensa que nom lhe impediu a dedicaçom ao labor poético.

O contacto com a Galiza, com a gente que o fazia sentir, o afiançamento na própria terra, a recuperaçom das raízes e da força criadora, dérom-lhe um vigor extraordinário. Além desta actividade incessante, abrolhou o



labor poético e começárom as colaboraçons em *Dorna, Cen augas, Caravela de xiada, A Nosa Terra, Agália, Boletín Galego de Literatura, Nó, Luzes de Galiza, Seiva, Mocidade, Eis…*

A publicaçom de *O tempo no espello* (1982), que inclui a obra anterior a 1980, foi umha excelente carta de apresentaçom para o escritor de Taramancos. Salvador Garcia Bodanho destacava na Introduçom que a sua poesia era de umha qualidade e dimensom pouco freqüentes.

Desde que chegou a Nóia escreveu de modo ininterrompido poemas e poemas que entregava aos amigos e amigas (muitos deles nom vírom a luz nem a verám possivelmente); composiçons ou prosas líricas para programas de exposiçons; poemas destinados a personagens populares de Nóia e aos amigos, como os "Sonetos de corpo enteiro" (1980); a obra de teatro, *Tres capitáns de tempos idos*, escrita para que a representassem os escolares da Serra de Outes (1983)[19]; colaborou com três secçons no jornal *Barbanza*, dirigido por Socorro Santos Lorenzo, que durou quase dous anos (1988-1989). Parte dos textos publicados neste jornal fôrom reunidos em ediçom póstuma, *Obra viva* (1992). Nesta década saírom os livros que o consagrárom como um dos mais importantes poetas do século XX:

Cantos Caucanos (1985), nascido da saudade revertida, do amor à Colômbia, é umha exaltaçom, umha homenagem de amor a aquela terra percorrida pola luz extensa do Cauca, por onde desfilam cidades (Popaián, Tolima, Ipiales, Chachauí, Catamarca), personagens (Nereo, o índio Sandoná), a música (o mapalé, a cúmbia, o currulao), paisagens, amores, odores (coentro e malvasia), sabores, e até a recei-

(19) Esta obra foi publicada por Edicións Xerais neste ano de 2003, ao cuidado de Pilar Sampedro Martínez.

ta do "sancocho", que Avilês preparava muito bem. Com este livro de madurez converteu-se em referência inquestionável dentro da poesia galega. Foi premiado pola "Asociación de Escritores de España", em 1986, e ficou finalista do "Premio Nacional de Literatura".

Em *Nova Crónica das Indias* (1989), livro de relatos escrito ao jeito das antigas crónicas, oferece umha visom da terra onde viveu, misturada com elementos autobiográficos. Som dezasseis narraçons, em que a realidade e a ficçom se entrelaçam. Entre o texto que abre o livro –um retrato da vida na aldeia, da infância feliz em Taramancos– e o epílogo –o regresso de Ulisses à sua Ítaca particular–, há catorze textos co-protagonizados por personagens que tivérom algo que ver na vida do poeta.

As torres no ar (1989), ilustrado com debuxos de Urbano Lugris, Afonso Costa e Alexandre Gonçález Pascoal, supom a recuperaçom do paraíso perdido, umha maneira de entrar de novo na terra retomando o tempo da infância, com umha temática centrada na terra, no mar e no amor, os caminhos que sempre trilhou o poeta.

Em ediçom póstuma viu a luz, em Dezembro de 1992, *Última fuxida a Harar*, o livro que foi compondo durante o processo da doença, um testamento poético, acompanhado de formosas ilustraçons, onde se funde de novo a vida com a literatura, com a poesia. Em nota introdutória, Miguel Anjo Fernám-Velho, a quem dedicou o livro, apresenta o poemário como "*o produto dunha imensa fe no acto poético: enfrentado o autor, con lucidez rimbaudiana, a unha morte anunciada e cruel…*"[20].

A obra de Avilês de Taramancos foi considerada como "*unha das mellores poéticas que podían suceder nunha Galicia necesitada da esperanza dos seus mellores homes*"[21]; "*Un dos estádios máis brillantes da história literária con - temporánea*"[22], por citar duas críticas de escritores que se ocupárom da sua poesia.

(20) *Última fuxida a Harar*, Espiral Maior, A Coruña, 1992, p. 7.
(21) Assim opinava Ramiro Fonte em *Luzes de Galiza*, 7, 1993, p. 29.
(22) "Antón Avilés de Taramancos. Torre de poesía", em *El Correo Gallego*, 5 de Maio de 1992.

Actividade política

Umha das vertentes em que Avilês exerceu o labor social foi na política. Galeguista por convicçom desde a adolescência, quando voltou à Galiza começou a freqüentar pessoas, grupos e ambientes do nacionalismo independente ou militante. Na verdade, Avilês nom era home de disciplina partidária, segundo se desprende dos testemunhos dalguns amigos e da leitura de um texto seu(23) , que resume, em minha opiniom, o seu pensamento. Mas trabalhou de braço dado com o BNG, organizaçom com que compartilhou ideário, e foi nas suas listas nas eleiçons municipais de 1987, encabeçadas polo polémico Pastor Alonso.

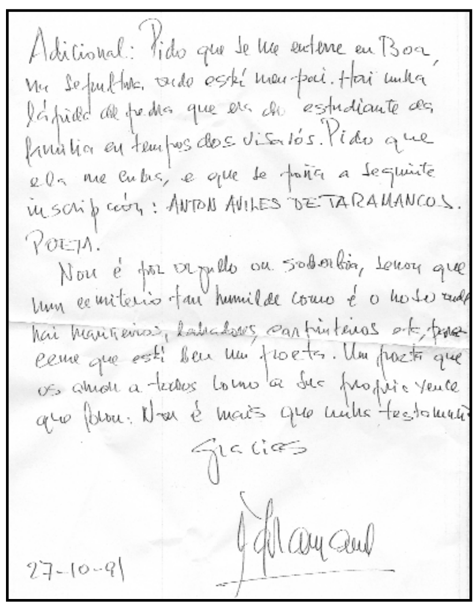
A passagem de Avilês pola Concelhalia de Cultura (1987-1991) foi extraordinariamente fecunda. Com um labor árduo e teimoso, converteu as ideias em brilhante gestom: Restauraçom e classificaçom do Arquivo Notarial do Concelho; criaçom de umha Casa de Ofícios, inaugurada em Novembro de 1989; A Casa da Cultura que leva o seu nome, inaugurada em 12 de Maio de 1990; promoveu a publicaçom de obras; as colecçons de poesia "Verba que comenza", destinada aos poetas novos, e "Vento de fóra" para as traduçons de poetas estrangeiros; dotou de infraestrutura material e humana a Escola de Música, que passou a converter-se no Conservatório Municipal "Felipe Paz"; propiciou a celebraçom de *Artesanoia*; o inventário do patrimonio histórico; a classificaçom e ordenamento do Arquivo Municipal; a restauraçom da porta lateral da igreja de Sam Martinho, peça de grande valor histórico-artístico; as escavaçons em Santa Maria a Nova; a restauraçom do órgao da igreja de Sam Martinho; a promoçom das Letras Galegas através de concursos entre rapazes e raparigas das escolas; a organizaçom de exposiçons, concertos, da Semana Musical, das Festas Patronais… Umha

(23) "*Ainda sigo a soñar. E soño acaso que na miña taberna –a que ias visitar no dia da tua morte– alzare mos a copa no teu nome, Bautista e mais Ferrin, Beiras e mais Camilo, Claudio e mais Pousa Antelo, os capitáns cicatrizados na loita e na esperanza, e que unha nova forza unificada agrome a tua sombra e nos devolva a pátria*" ("Na morte de Reimundo Patiño. Soñar en vegliota", *Obra viva*, cit,. pp. 17-18).

etapa muito feliz no terreno das realizaçons e muito triste, sobretodo ao final, no terreno pessoal polos desencontros com o alcalde Pastor Alonso.

Na primavera de 1991 detectou-se-lhe a enfermidade, um cancro de gânglios linfáticos, "a besta". Apenas dous anos depois da morte de Lela da Pastora –a "*mater amabilis, amantíssima mãe, amor de pedra firme*", falecida em Maio de 1990– desapareceu Antom Avilês no Hospital "Juan Canalejo" da Corunha o 22 de Março de 1992. Morreu novo, ia fazer 57 anos dias depois, mas deixou atrás umha vida intensa, rica em amizades, em amor, e umha obra literária que há que situar entre a melhor produçom escrita em Galiza na segunda metade do século XX.

O seu testamento, ológrafo, assinado em 27 de Outubro de 1991, constitui outra manifestaçom mais do amor à família e à terra, amor que quijo transmitir aos filhos, a quem pedia respeitassem o seu credo: "*Déixovos en primeiro lugar meus fillos, vós sabedes que poucos bens materiais teño, a miña propria patria que é Galicia, a quen amei sempre, e pola que vos pido que fagades todos os actos da vosa vida, pois foi sempre patria vilipendiada e sometida, e foi sempre o meu afán loitar para conquerir as liberdades que Galicia reclama e que lle son inherentes como nación. Ese é o meu credo que rogo respetedes*"[24].



Adicional: Pido que se me enterre en Boa, na sepultura onde está meu pai. Hai unha lápida de pedra que era do estudiante da familia en tempos dos visalós. Pido que ela me cubra, e que se poña a seguinte inscripción: ANTON AVILES DE TARAMANCOS. POETA.

Non é por orgullo ou soberbia, senon que nun cemiterio tan humilde como é o noso onde hai mariñeiros, labradores, carpinteiros etc, paréceme que está ben un poeta. Un poeta que os amou a todos como a súa propia xente que foron. Non é mais que unha testemuña.

Gracias

27-10-91

(24) Marco, A., *Avilés de Taramancos. Un francotirador da fermosura*, cit., pág. 298 e 300.

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 029 - 046 / ISSN 1130-3557

As Torres no ar e *Última fuxida a Harar*.
Umha perspectiva genética.

Carlos Alhegue Leira

(Ponte-Vedra)

Umha das características que sem dúvida condicionam o avanço dos estudos literários galegos é o haver explosons anuais de trabalhos e ediçons sobre o autor a que se lhe dedica o dia 17 de Maio. Com certeza, os arautos da normalidade do campo literário galego tenhem nessa circunstáncia um belo tema de reflexom que, se conseguirem associar ao conceito que por sua vez tanto se esforçam em normalizar, consolidará ainda mais o vigor dos seus postulados. Dous mil e três nom fugiu da sua explosom e a ele devemos várias biografias, novas ediçons de livros que, mesmo sendo considerados por muitos como obras primas da poesia da década de oitenta, nom entravam num prelo há catorze anos, e mesmo umha *Obra poética completa.* Depois de todas essas efemérides é lícito interrogarmo-nos sobre a durabilidade do conhecimento que transmitem todas essas páginas, em certa medida isso é o que pretende o presente estudo. Aceitamos o convite da direcçom de *Agália*, que conhecia a existência dum trabalho sobre os manuscritos de Avilês realizado em 2000 para um seminário de doutoramento, nom com a vontade de ser mais outra na cadeia de deflagraçons, mas de manter vivo um lume, que com a explosom do novo ano já à vista, corre o risco de morrer pola mesma causa que o acendeu.

Nom é umha revista o espaço para se fazerem ediçons genéticas de obras, assi que nom é isso o que vamos fazer. Queremos apenas apresentar aos especialistas umha parte da obra de Avilês de Taramancos, os manuscritos, que a luz das explosons nom iluminou suficientemente, e também oferecer as nossas leituras para completar lacunas dos novos trabalhos, sem por isso querer que envelheçam. É esse outro interessante assunto para reflectir sobre a nossa normalidade. Por que serám tam escassos os trabalhos sobre génese na Galiza, quando em literaturas aparentemente normais, como a francesa, os manuscritos literários som considerados um bem cultural património de todos?

Queremos pois, saber algo que ainda ninguén nos dixo: como escrevia Avilês de Taramancos? Mas nom do ponto de vista estilístico e formal. Este "como" tem a ver com o processo da escrita, com como nasceu o manuscrito e como este se tornou texto impresso, através das pegadas que ficárom no caminho.

O *CORPUS* GENÉTICO DE *AS TORRES NO AR*

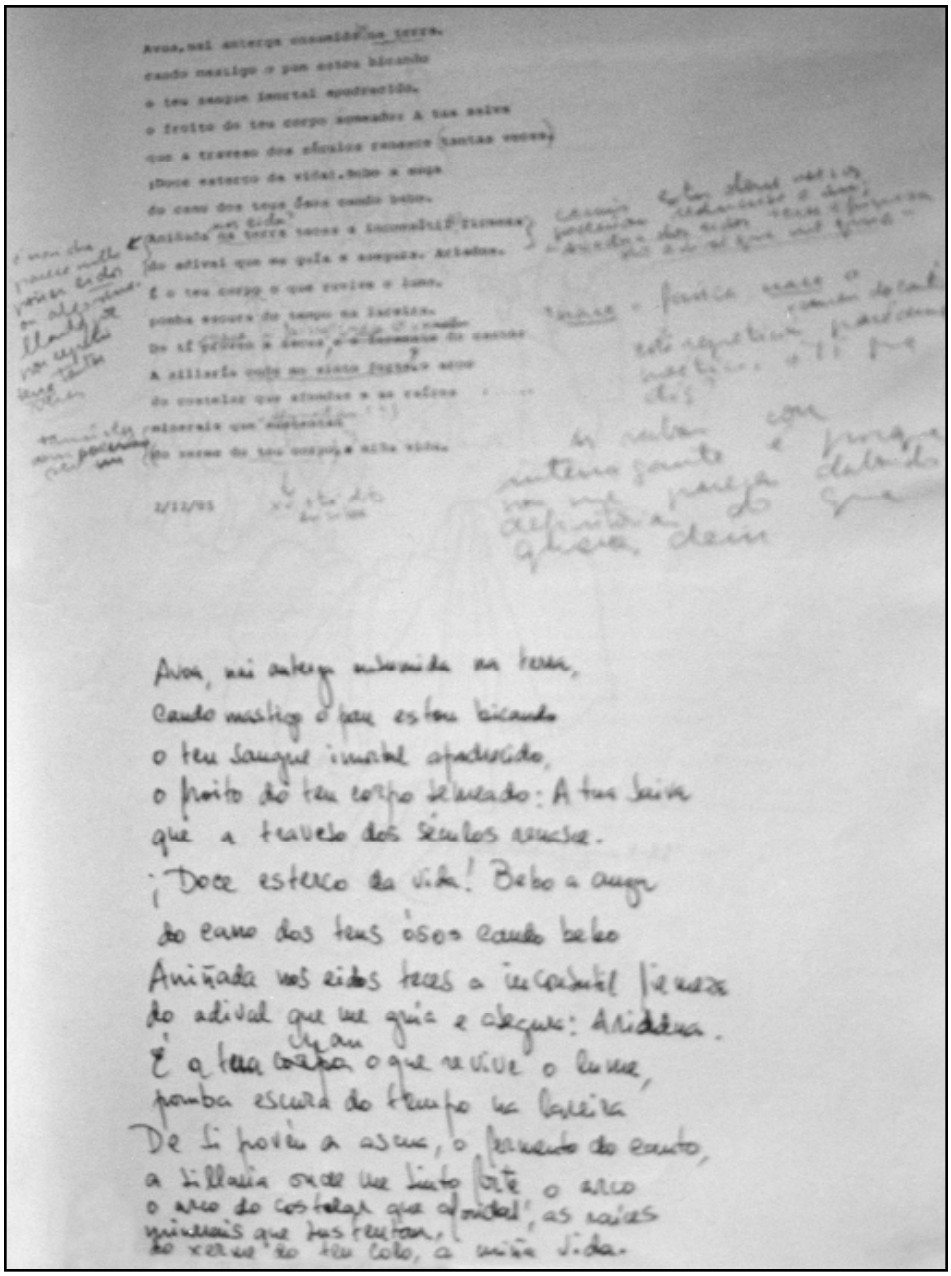
Como os nossos leitores ham de saber, este volume, publicado pola primeira vez em 1989 na editora Sotelo Blanco, divide-se em quatro partes bem diferenciadas segundo o conteúdo temático dos poemas. O "Pórtico" é constituído por apenas um poema, seguem-se os "Cantos a carón da terra", treze poemas em total, "O cántico das naves: elexias do mar" é composto por dez composiçons, e finalmente "A torre secreta" é um conjunto de doze sonetos de tema amoroso e/ou erótico.

Quanto ao conjunto de antetextos, dentro da pasta que continha os manuscritos de *As torres no ar*, encontravam-se três álbuns dactiloscritos correspondentes a polo menos duas campanhas de reescrita diferentes, constituindo a ediçom impressa umha terceira campanha. Desses três álbuns, dous nom apresentam dissemelhanças quanto ao tamanho ou à capa –cartolina de cor azul–, todo indica tratarem-se de fotocópias encomendadas na mesma ocasiom. Ao longo deste trabalho, denominarelo-mo-los manuscritos A e A'. Um destes exemplares (A) foi, segundo o testemunho de Luís Avilês, filho do poeta, enviado polo seu pai à poetisa corunhesa Ánxeles Penas[(1)], cujos comentários e sugestons rodeiam o texto e, como veremos, motivam em ocasions mudanças que Avilês introduz nos textos. O álbum A' nom contém qualquer marca de interesse para a reconstruçom da génese.

"Avoa, nai anterga..."

É este o poema de *As Torres no Ar* onde mais pegadas deixou a leitura de Ánxeles Penas. No manuscrito resulta evidente a presença de duas maos, já que por baixo do texto dactilografado original, Avilês elabora

(1) Este envio é confirmado por umha carta da destinatária a Avilês, datada em Janeiro de 1986, publicada dentro do anexo II ao capítulo IV, na biografia do poeta da professora Aurora Marco, Toxosoutos, Noia, 2003, p. 329-30. Aí, Penas refere a demora em "enviar o comentario do teu libro" e sugere algumhas reorganizaçons e revisons. Infelizmente nom sabemos se a carta acompanhava as variantes propostas no exemplar, pois a editora indica a supressom de fragmentos cujo assunto desconhecemos.



Avoa, nai anterga consumida na terra,
cando mastigo o pan estou bicando
o teu sangue imortal apodrecido,
o froito do teu corpo semeado: A tua saiva
que a traveso dos séculos renasce.
¡Doce esterco da vida! Bebo a auga
do cano dos teus ósos cando bebo
Aniñada nos eidos teces a incorsutil fiemeza
do adival que me guía e asegura: Ariadna.
É a tua corpa o que revive o lume,
pomba escura do tempo na lareira
De si provén a ascua, o fermento do canto,
a sillaria onde me sinto forte o arco
o arco do costelar que afondas, as raíces
minerais que sustentan,
do xerme do teu colo, a miña vida.

2/12/95

Fig. 1: Manuscrito de “Avoa, nai anterga”.

umha versom manuscrita no espaço branco da parte inferior da página, que tem em conta algumhas das sugestons da colega que rodeiam a primeira versom. As caligrafias, a intensidade da tinta e a diferente grossura dos traços dam prova da dupla autoria de comentários e cópia. Exceptuando as correcçons ortográficas ou erros de cópia, o texto reescrito polo poeta é coincidente com a ediçom impressa.

Assi, no final do verso 5 (Vid. Fig. 1), que na versom impressa é "que através dos séculos renasce", Penas sugere, colocando-a entre parênteses, suprimir a sequência "tantas vezes" que concluía a linha no manuscrito. O sintagma desaparece já na cópia à mao dessa mesma página.

Na versom definitiva o verso 8 é "Aniñada nos eidos teces a inconsútil firmeza", mas neste manuscrito começa com "aniñada na terra". Ánxeles Penas sublinhou "na terra" e no espaço interlinear oferece a variante "nos eidos" com um interrogante, que o poeta noiês aceita. Na glosa marginal esclarecem-se os motivos da sugestom: "non che parece millor poñer eidos ou algo semellante que non repetir terra tantas veces". Note-se que o vocábulo suprimido, aparecia também no primeiro verso do poema.

As mudanças que se produzem nos versos 10 e 16 entre o manuscrito e a ediçom impressa também perseguem o fugir à repetiçom. Na ediçom definitiva o primeiro deles di "É a tua man a que revive o lume", e o que encerra o poema dizia "do xerme do teu colo, a miña vida". Tanto "man" como "colo" nom constam no manuscrito, onde em ambos os casos o lugar é ocupado por "o teu corpo". As duas ocorrências do termo som unidas por Penas com umha seta para assinalar a redundáncia. Com estas alteraçons, o poema ganha em concreçom e riqueza, ao substituirem as partes o todo.

A décima terceira linha da versom impressa é outro produto dumha alteraçom, neste caso relativa aos nexos. Antes de ser "a sillaria na que me sinto forte [...]", tal como consta no livro, tanto na versom original dactilografada como na revisom manuscrita o texto dizia "a sillaria onde me sinto forte". O verso catorze contém outro exemplo de troca de nexos. No texto definitivo, "as raíces", último elemento da enumeraçom que começava no verso 12 com "áscua", aparece separado por umha vírgula do anterior ("o arco do costelar que afondas"), mas o que figurava nesse ponto na versom dactilografada era a conjunçom copulativa: "do costelar que afondas e as raíces". Portanto, esta variante nom é provocada pola opiniom da poetisa corunhesa, mas polo critério do autor; e nom se

trata dum caso isolado. Este texto contém algumhas propostas de mudança que Avilês acabou por nom aceitar, como por exemplo para fundir num só os versos 8 e 9, ou também os dous últimos (15 e 16).

Mudanças em "O Cántico das naves: elexias do mar"

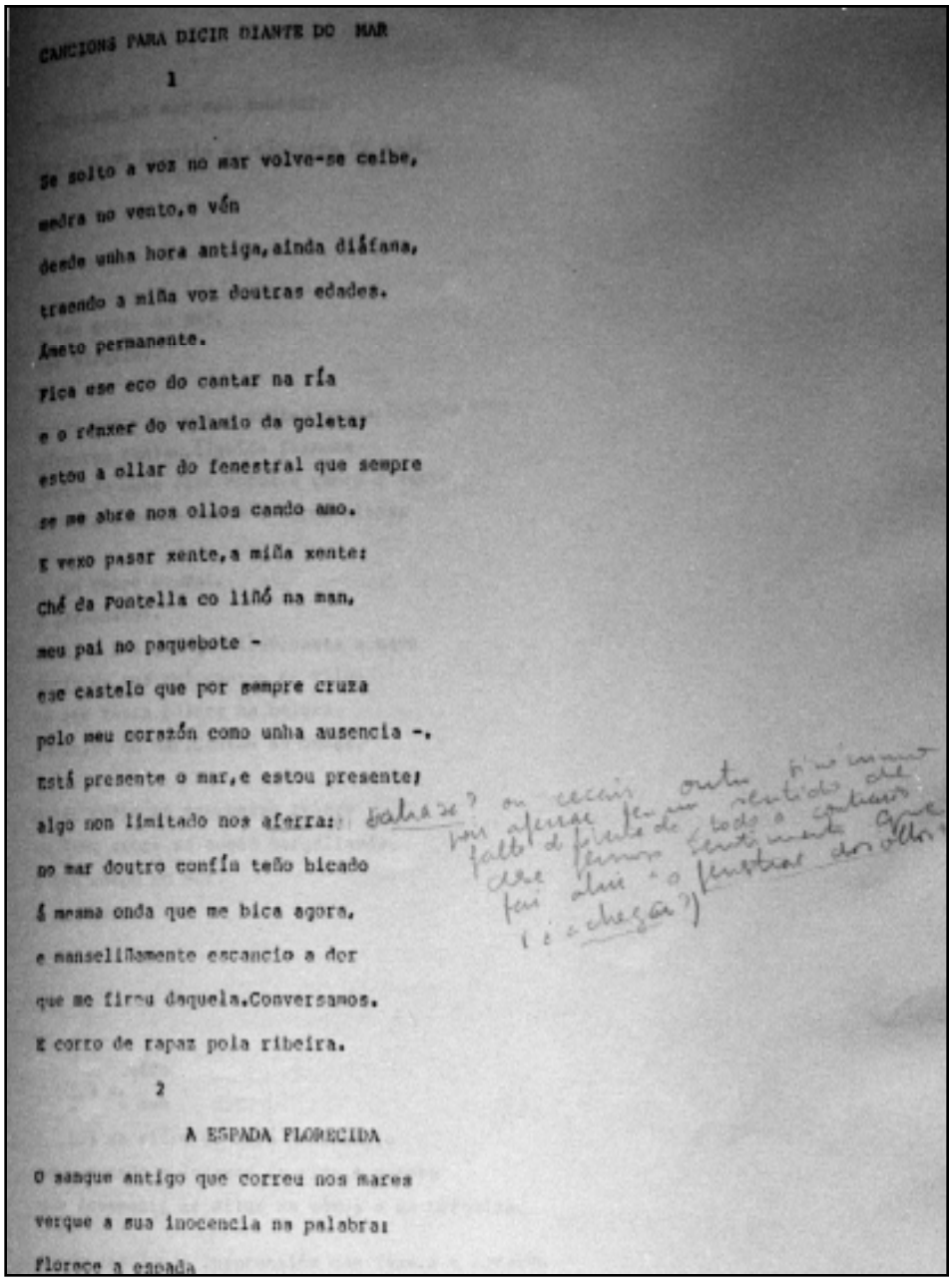
Ainda no exemplar comentado por Ánxeles Penas, a terceira parte de *As Torres no Ar* apresentava umha feiçom diferente da que acabou tendo na ediçom de 1989, principalmente a nível estrutural. O que é oitavo poema desta parte na versom impressa, "A espada florescida", era, no caderno dactiloscrito, o segundo texto dumha série intitulada "Cancións para dicir diante do mar" cujo primeiro elemento era o que na ediçom impressa vai a seguir ao dito poema, quer dizer, o iniciado polo verso "Se solto a voz no mar, volve-se ceive". O texto número 3 da série tinha como *incipit* "O teu corpo no mar"(2), e o número 4 é o que começa com "Poño o ouvido no crisol do tempo. Poño o amor:". Este último poema ocupava, na ediçom impressa, a página 71, imediatamente a seguir a "Se solto a voz no mar [...]". Portanto, na ediçom de 1989 abandona-se a ideia de série, altera-se a orde dos textos dentro do volume e mesmo um deles desaparece do livro.

Para além dessa alteraçom ordinal, o poema "Se solto a voz no mar [...]" (Fig. 2) passou por algumhas modificaçons a nível sintáctico, léxico e de disposiçom dos versos desde a variante do manuscrito à versom final do livro. Quanto à sintaxe, já o primeiro verso da variante impressa di "Se solto a voz no mar, volve-se ceive,", sendo que a vírgula que separa "mar" de "volve-se" nom estava no manuscrito.

O verso 5 passa das duas palavras que o constituíam no manuscrito, "Ámeto permanente", a umha oraçom com verbo que, ao terminar em dous pontos, anuncia um desenvolvimento posterior: "O ámbito é permanente:". Também o ponto e vírgula que fechava o verso 7 se torna, no texto de 1989, num ponto depois de "goleta".

Na décima linha produz-se outra alteraçom da sintaxe, dada neste caso pola posiçom do complemento directo na oraçom. O que na variante que saiu do prelo é "vexo xente pasar, a miña xente", era no manuscrito "E vexo pasar xente,...". Pode-se perceber também a supressom da

(2) Este poema foi publicado dentro da "Obra poética inédita", na *Obra Poética Completa* de Avilês de Taramancos, Espiral Maior, Corunha, 2003, concretamente na p. 432.



CANCIONS PARA DICIR DIANTE DO MAR

1

Se solto a voz no mar volve-se celbe,
medra no vento,e vén
desde unha hora antiga,ainda diáfana,
traendo a miña voz doutras edades.
Áneto permanente.
Fica ese eco do cantar na ría
e o rúxer do volamio da goleta;
estou a ollar do fenestral que sempre
se me abre nos ollos cando amo.
E vexo pasar xente,a miña xente:
Ché da Pontella co liñó na man,
meu pai no paquebote -
ese castelo que por sempre cruza
polo meu corazón como unha ausencia -.
Está presente o mar,e estou presente;
algo non limitado nos aferra:
no mar doutro confía teño bicado
á mesma onda que me bica agora,
e manselíñamente escancio a dor
que me firou daquela.Conversamos.
E corro de rapaz pola ribeira.

2

A ESPADA FLORECIDA

O sangue antigo que correu nos mares
verque a sua inocencia na palabra:
Florece a espada

Fig. 2: Manuscrito de “Se solto a voz no mar...”

conjunção copulativa, assi como a substituiçom do ponto por umha vírgula no verso anterior. O texto ganha deste modo em ritmo ao diminuir a duraçom da pausa. Cousa que também acontece no verso 15, onde o manuscrito continha umha vírgula antes de "e estou presente" que se suprime na variante impressa, assi como a que ía a seguir a "bica agora" na linha 18.

Relativamente à disposiçom dos versos, a variante impressa tem mais um (22) que a manuscrita, já que o "Conversamos." que constitui isoladamente o verso 21 da versom definitiva, fazia parte do verso 20 no seu antetexto. Tampouco coincide a mudança de linha do verso 19, pois a primeira metade do verso 20, "escáncio a dor", era ainda parte do verso anterior na versom inicial.

Quanto a opçons léxicas, "O mariñeiro co liñó na man" que aparecia no verso 11 da ediçom impressa era, na variante manuscrita, um personage concreto, "Ché da Pontella". Esta referência liga directamente este texto com outro dos poemas publicados na "Obra poética inédita", o intitulado "O vello Pontella"[3], sobre a pesca de fanecas e a passage do tempo. Aliás, o poema inédito tem umha semelhança muito grande, desde o pormenor descritivo dum processo tradicional até o verso final iniciado com "O demais...", que aqui nom se materializa na sentença irónica, com "O pé do mariñeiro", o que o torna também antecedente dele. A outra amostra de variante de escolha léxica dá-se no último verso (22), "E brinco de rapaz pola ribeira", onde o verbo era"corro" no manuscrito.

Finalmente, este poema constitui outra amostra de sugestom rejeitada polo poeta noiês. Concretamente, o verso 16 di em ambas as variantes "algo non limitado nos aferra", e Ánxeles Penas escreve na marge, ao lado do verbo "aferra": "graba-se? Ou cecais outro sinónimo pois aferrar ten un sentido de falta de libertade, todo o contrario dese fermoso sentimento que fai abrir «o fenestral dos ollos»". Penas ainda sugere "achegar", mas nengumha das hipóteses foi tomada em consideraçom.

Últimas emendas

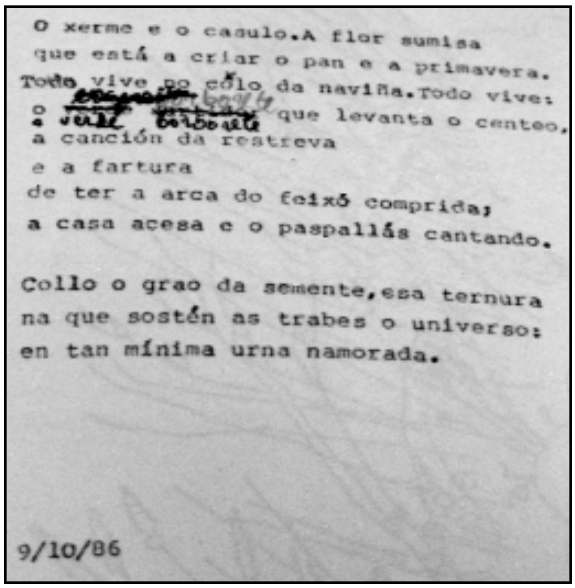
O terceiro álbum de *As torres no ar* é um dactiloscrito original num tamanho de papel maior, equivalente com o comumente chamado de A3, em que as páginas estám numeradas a lápis até 42. Nesta ocasiom a capa é de cor castanha. No álbum, a que chamaremos manuscrito B, o poeta

(3) *Obra Poética Completa*, op. cit., p. 416.

vai elaborando as versons definitivas, que incluem já as variantes do manuscrito A, e fazendo as últimas emendas em algumhas composiçons.

Entre estas pequenas alteraçons conta-se a que realiza no último verso do poema que serve de "Pórtico", "Escuro, escuro, nai...". Avilês substitui a sequência que ia entre aspas na versom do manuscrito A, "«Nai, adorada nai, mártir escura...»", aliás coincidente com a versom do poema publicada na revista que hoje nos cede as sua páginas[4] em 1986, por "Alta torre no ar", variante que proporciona umha ligaçom mais forte com o título da obra.

No oitavo verso do poema "Collo o grao da semente...", que na versom definitiva di "o verde borborete que levanta o centeo", o poeta experimentou, segundo prova este manuscrito, um momento de hesitaçom. Inicialmente, Avilês escrevera "verde surtidor" mas essa variante nom o satisfijo e colocou como alternativa, numha primeira campanha de reescrita, a que iria ser soluçom final, "borborete", escrito a lápis no espaço interlinear superior. Num segundo momento, e com caneta de feltro preta, Avilês risca o termo "surtidor" e também o adjectivo "verde", introduzindo no espaço interlinear superior a variante de leitura[5] "ergueito borborete", que ainda nom foi definitiva. O poeta acabou por riscar esse novo adjectivo, e restituir no espaço entre linhas inferior o adjectivo que estava na primeira versom, dando assim lugar à versom definitiva.


O xerme e o casulo. A flor sumisa
que está a criar o pan e a primavera.
Todo vive no colo da naviña. Todo vive:
o [illegible] que levanta o centeo,
a canción da restreva
e a fartura
de ter a arca do feixó comprida;
a casa acesa e o paspallás cantando.

Collo o grao da semente, esa ternura
na que sostén as trabes o universo:
en tan mínima urna namorada.

9/10/86

Fig. 3: Versos de "Collo o grao da semente..."

(4) Antón Avilês de Taramancos, "Poemas", in *Agália* nº 7, Associaçom Galega da Língua, Ourense, 1986, p. 344.

(5) Nos estudos de genética "variante de leitura" designa a reescrita realizada após umha interrupçom do gesto de escrita, geralmente depois dumha releitura, situando-se no espaço interlinear ou nas marges. Opom-se a "variante de escrita", em que a pluma intervém imediatamente, e onde a reescrita ocupa o lugar a seguir à unidade riscada, na mesma linha. Vid. Grésillon, Almuth, *Eléments de critique génétique*, Paris, PUF, 1994, pp. 69-70.

Por último, no poema "Os que amades o mar..." (Fig. 4), o verso que inicialmente encerrava o poema "E ainda navega o corazón; ainda navega o corazón" é riscado e substituído, na primeira campanha de reescrita, por "Navega nos roteiros que tece o corazón". Esta variante de leitu-

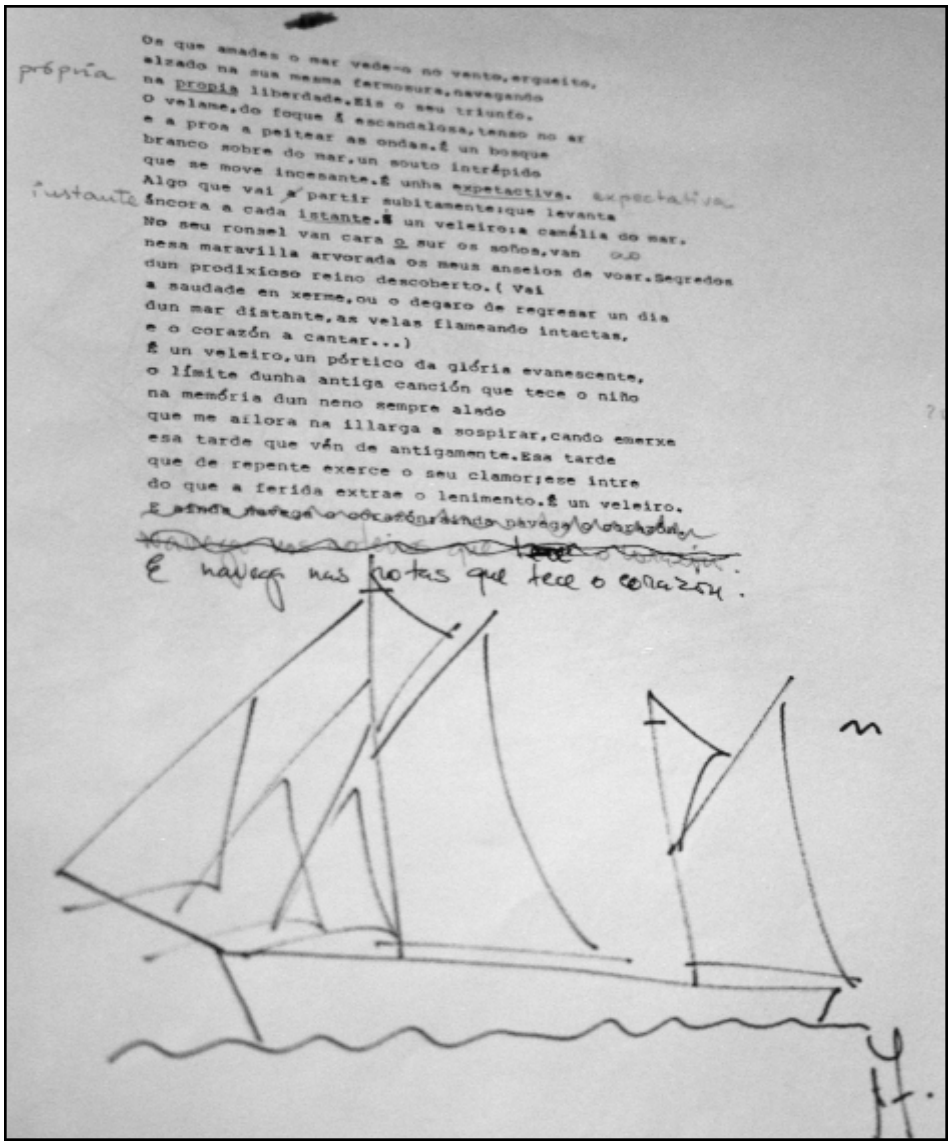


Fig. 2: Manuscrito de "Os que amades o mar..."

ra está escrita, como fora o caso da anterior, com lápis. Posteriormente, Avilês prefere "rotas" a "roteiros" e, com caneta de feltro preta, risca a primeira variante e reescreve o verso definitivo "E navega nas rotas que tece o corazón". Deste modo, elimina umha repetiçom e constróe umha metáfora que nom deixam de lembrar os "oucéanos d'o noso corazón" que também encerram "Os cóbados n-o barandal" de Manoel-António.

O facto de, em ambos os poemas, a primeira variante de leitura estar feita com lápis e a segunda e o riscado do anterior serem feitos com caneta de feltro preta, indica que correspondem a campanhas de reescrita diferentes feitas após um intervalo temporal.

A dataçom

Este é outro aspecto importante para qualquer corpus genético e, para o caso que nos ocupa, os manuscritos da maior parte dos poemas apresentam a data do dia em que fôrom escritos, pormenor que nom recolhia a primeira ediçom impressa e tampouco o faz a *Obra Poética Completa*. Porém, a consulta dos manuscritos nom nos permite datar com exactitude o momento em que se produzem as diferentes campanhas de reescrita.

Seja como for, verifica-se que o primeiro poema a ser composto é precisamente o que ocupa o primeiro lugar no livro, concretamente "Escuro, escuro, nai...", escrito em 20 de Agosto de 1984, data que confirma a versom da revista *Agália*. Seria, pois, uns meses posterior à finalizaçom dos *Cantos caucanos*, a obra que precede *As Torres no Ar* na trajectória do poeta de Taramancos. Segundo se conclui dumha carta de Basílio Losada[6], já estava em posse do manuscrito dos *Cantos* em Abril de 1984, um ano antes da publicaçom (Sotelo Blanco, 1985). O resto das datas percorrem todo o ano 1986 e os primeiros quatro meses de 87, o último poema datado, que aliás é o último do livro, "Sinto alentar a meu carón o peito", tem data de 22 de Abril de 1987. Contodo, nom todos os poemas tenhem data, nomeadamente nengumha das composiçons incluídas no "Cántico das naves: elexias do mar" está datada. Mesmo assi, os poemas dessa secçom já estavam incluídos no caderno que Avilês de Taramancos enviou a Ánxeles Penas e esta lhe devolveu, como vimos, em Janeiro de 1986. Parece, portanto, que o livro estava pronto para entrar no prelo em 1987, dous anos antes da sua publicaçom, e meses antes das eleiçons munici-

(6) *Avilês de Taramancos. Un francotirador da fermosura*. Op. cit., p. 325.

pais de 10 de Junho de 1987, cujos resultados convertérom a Avilês em vereador de Cultura. Em carta datada em Barcelona em 26 de Maio de 1988, Basílio Losada acusa a recepçom dum exemplar manuscrito de *As Torres no Ar*[7], e oferece-lhe a Avilês a possibilidade de editá-lo na casa que acabaria por fazê-lo, Sotelo Blanco. Durante os quatro anos que passou no cargo de vereador, a produçom poética de Avilês limitaria-se aos oito poemas da *Obra inmisericorde*[8], escritos nos dias 19, 20 e 21 de Fevereiro de 1990, e mais dous ou três poemas.

O papel

O tamanho do papel dos manuscritos tem interesse porque, retomando a ideia proposta por Almuth Grésillon[9], a página costuma ser para os poetas a unidade redacional como o capítulo o é para os romancistas. Avilês nom precisava de demasiado espaço para emendar os textos, até porque é um escritor de tendência copiante e nom riscante, portanto, o papel de formato grande nos manuscritos só se justifica pola vontade de nom quebrar a unidade dos poemas com a passage para a nova página. Nessa linha, é significativo que os dous poemas mais longos do volume, "Escuro, escuro, nai..." e "O pé do mariñeiro é de natural ancho", nom ocupem no dactiloscrito original mais dumha página. Tanto a primeira ediçom impressa, em formato 14x21 cms., como a da *Obra Poética completa*, dum tamanho maior, nom mantenhem essa unidade.

ÚLTIMA FUXIDA A HARAR, POESIA E PINTURA

Avilês gostava de acompanhar a poesia com ilustraçons, umha prova disso som as que intercala nos manuscritos e na ediçom impressa de *As Torres no Ar*, da autoria de Alfonso Costa e Alejandro González Pascual. O cuidado que atestam aqueles manuscritos à hora de seleccionar os desenhos fazia pensar numha concepçom da pintura e do desenho como artes complementares da poesia. Tese que se confirma plenamente nos manuscritos de *Última fuxida a Harar*, em que é o próprio Avilês quem rodeia cada poema com pinturas e desenhos da sua autoria.

(7) *Ibidem*, p. 334.
(8) Avilês de Taramancos, *Obra inmisericorde, Boletín Galego de Literatura*, n.º 3, Universidade de Santiago de Compostela, Maio de 1990, pp. 148-152.
(9) *Op. cit.*, p. 61.

É importante notar que a génese desta obra coincide com o momento em que o autor tomou consciência da iminência da morte e esforçou-se por deixar pronta esta obra em que, tematicamente, também deixou plasmada essa experiência, nomeadamente na parte intitulada "O cazador no escuro" e no seu apêndice "En-psalmos para escorrentar a besta". O poeta de Taramancos morreu em 22 de Março de 92 e as datas dos poemas, que nem a primeira ediçom impressa[10] nem a *Obra Poética Completa* recolhem, estam compreendidas no período de 5 de Setembro até fins de Novembro de 1991.

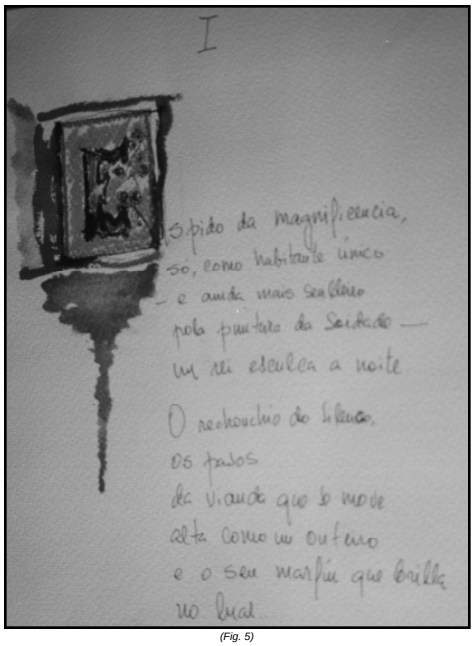
Nessas circunstáncias é fácil imaginar um trabalho continuado e cuidadoso nos manuscritos, estes si autógrafos, para deixar acabada a obra. Contodo, tanto o testemunho da família como a ausência de manuscritos da fase pré-redacional, dizem-nos que Avilês tinha em geral um modo de escrever sem muitas campanhas de reescrita, e neste caso parece ser que o que se conserva som as primeiras versons de todos os poemas.

As duas ediçons da obra, póstumas, estivérom ao cuidado do próprio editor, o também poeta Miguel Anxo Fernán-Vello, e reproduzem fielmente o texto dos manuscritos, com harmonizaçom a ortografias diferentes; mas som, ao nosso ver, ediçons incompletas, pois nom recolhem mais do que umha parte do conteúdo artístico dos manuscritos.

O trabalho pictórico centra-se em várias direcçons, a primeira delas, presente em poemas isolados, refere-se às letras capitais, muito mais grandes que o resto do poema e trabalhadas quanto à forma e às cores, imitando o que seria um texto de cancioneiro medieval. Um exemplo disto encontramo-lo no poema I de "O cazador no escuro", "Espido da magnificencia" (Fig. 5), mas aparece em mais textos, como "Ouh, ámovos desde o xerme" ou "Fusquenlla".

Outra das linhas pictóricas tem a ver com as páginas que abrem cada umha das partes do livro: "O cazador no escuro" (Fig. 6), "Silva de varia fermosura" (Fig. 7) e "Crónica de antigos reis" (Fig. 8) e os respectivos apêndices, "En-psalmos para escorrentar a besta", "Cruxol de amor e cofre dos olvidos" e "As armas e os barões assinalados". Aí, o título é acompanhado dumha pintura cujos motivos coincidem com o núcleo temático de cada parte. Os desenhos vam desde umha cena de caça de inspiraçom rupestre, a umha flor cuja forma lembra umha rosácea de igreja ou ao escudo da Galiza desenhado por Castelao.

(10) Antón Avilês de Taramancos, *Última fuxida a Harar*, Corunha, Espiral Maior, 1992.



(Fig. 5)

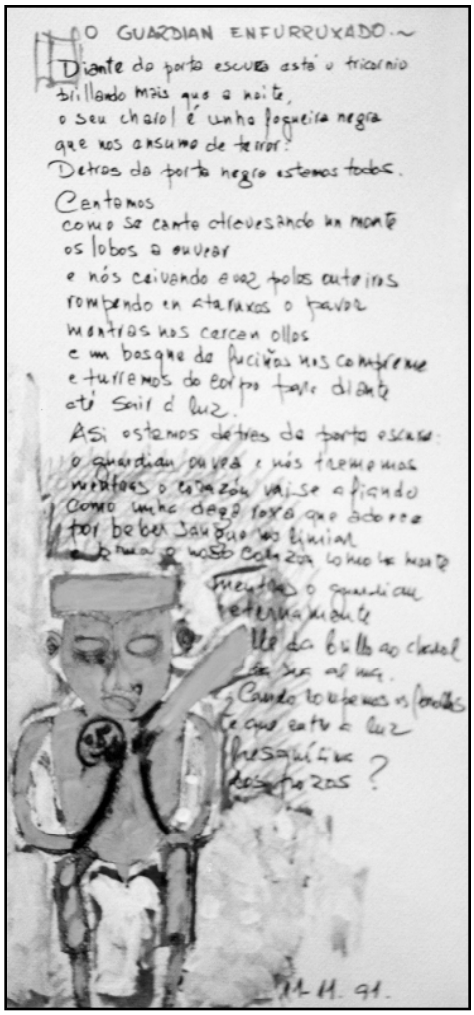
(Fig. 5)

(Fig. 7)

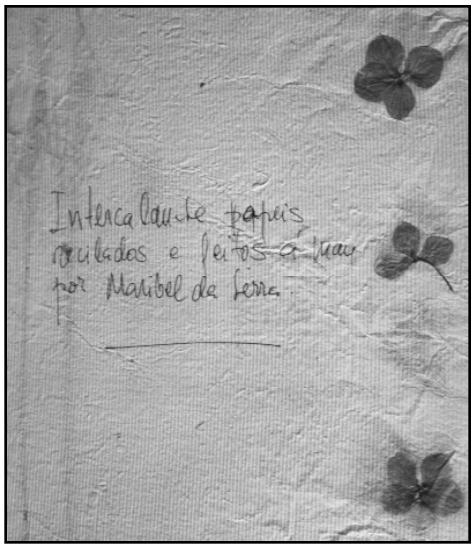
(Fig. 8)

Umha terceira linha é propriamente constituída polos desenhos que acompanham cada poema, também relacionados com o tema de cada um deles (Fig. 9), sendo muito poucas as excepçons. De qualquer modo, texto e pintura som complementares mas nom se fundem ao estilo puramente vanguardista em que o texto adopta a forma dum objecto.

Finalmente, também merece um comentário o próprio papel suporte do texto, pois há vários poemas que estam em folhas de papel reciclado

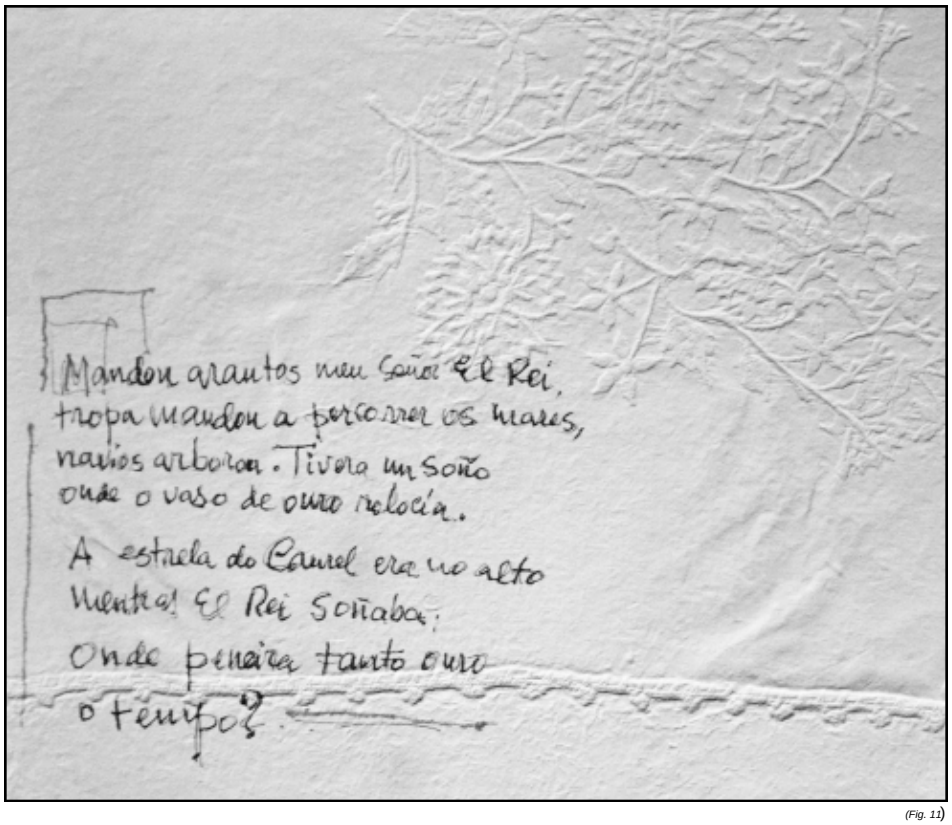


(Fig. 9)



(Fig. 10)

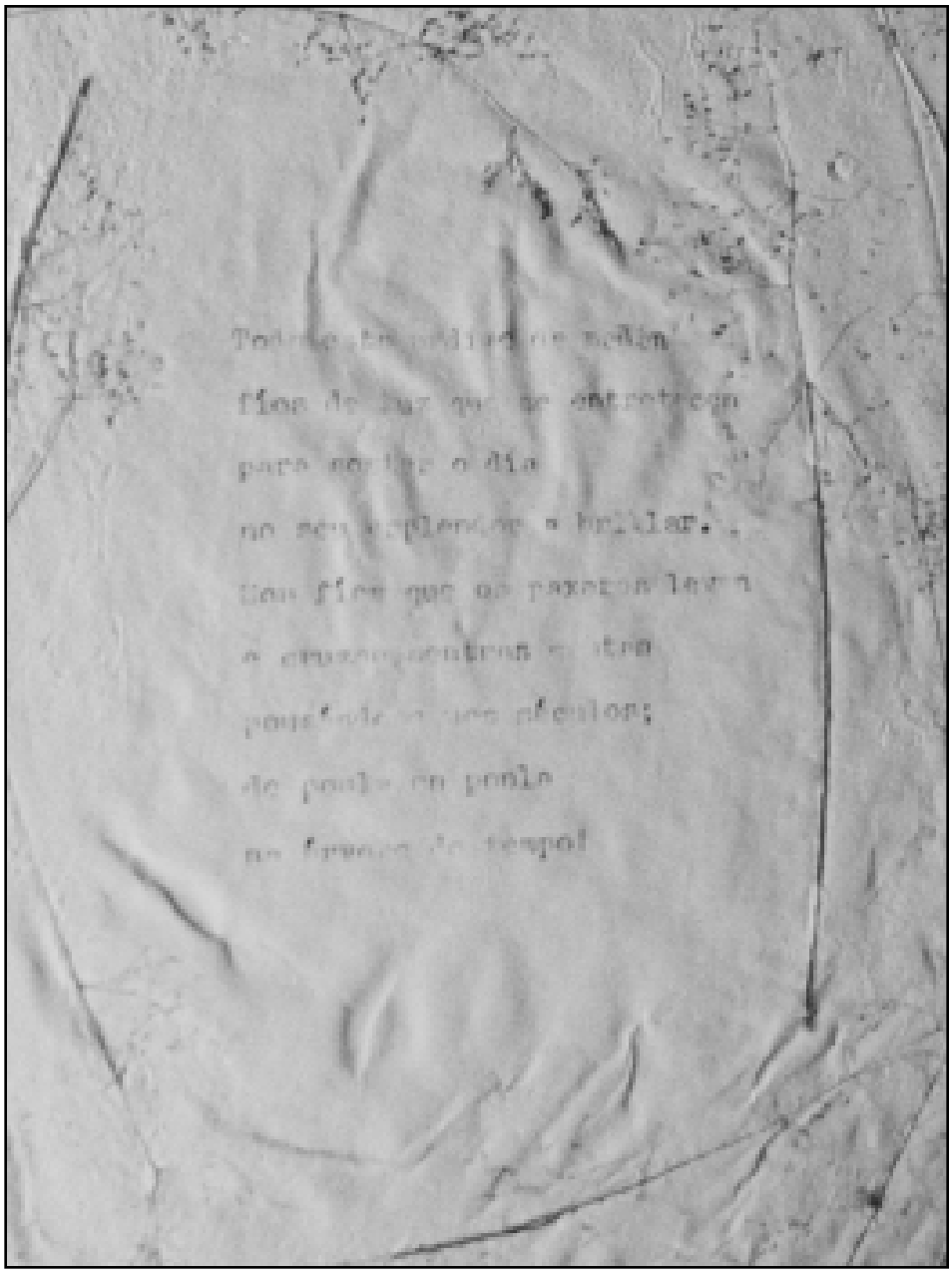
feito à mao por encomenda do próprio autor, que dá fé disto numha folha que precede o resto dos manuscritos: *"Intercalan-se papeis reciclados feitos á man por Maribel da Serra [de Outes]"* (Fig. 10). Estes papéis tenhem fundamentalmente motivos vegetais integrados ou vincados no próprio papel, constituindo também um complemento estético do texto do poema (Fig. 11).



(Fig. 11)

Todas estas particularidades, impossíveis de plasmar em ediçons convencionais como as que tivo até hoje *Última fuxida a Harar*, fazem com que o único modo de ser fiéis à hora de editar este texto seja através da ediçom fac-similar, pois nem a genética nem a diplomática fazem sentido ao tratar-se de manuscritos definitivos sem emendas.

Mas, para além desses aspectos técnicos relativos às características da ediçom, há também pegadas dum processo de selecçom de textos. O poema que encerra a parte intitulada "Silva de varia fermosura" no conjunto dos manuscritos nom é recolhido nem na primeira ediçom, nem na *Obra Completa*. Segundo o testemunho da pessoa que estivo ao cuidado de ambas, Miguel Anxo Fernán-Vello, essa é a única conservada de três composiçons que finalmente fôrom rejeitadas polo poeta. Trata-se do único texto dactilografado de todo o dossier, escrito numha folha de



(Fig. 12)

papel reciclado feito à mao (Fig. 12) que incorpora motivos vegetais que o rodeiam. A composiçom sem título tem nove versos:

Todo está urdido de mañán
fíos de luz que se entretecen
para soster o día
no seu esplendor a brillar.
Son fíos que os paxaros levan
e cruzan mentras cantan
pousándose nos séculos;
de ponla en ponla
na árvore do tempo!

Conclusons

Este pequeno percurso polo *corpus* genético destas duas obras é suficiente para concluir que, apesar de nom apresentar documentos da fase pré-redaccional, si é rico em informaçons que permitem trabalhos de crítica genética ainda mais profundos que o presente, tendo em conta, sobretodo, que se limita unicamente a dous livros.

A partir das obras estudadas, podemos carecterizar Avilês de Taramancos como um escritor que pratica a escrita de programa, ainda que nom se conservem documentos da fase pré-redaccional. O poeta manifesta umha tendência copiante mais do que riscante, reservando este último recurso para a fase de acabamento dos textos, onde mostra umha grande correçom, e mesmo na fase redaccional, já que, por exemplo, em *Última fuxida*... nom se encontra nengum exemplo de riscado. Os testemunhos da família dizem-nos que era capaz de ter pronta mentalmente a versom que logo plasma no papel, o que o torna um caso bastante particular dentro das tipologias de escritores elaboradas segundo o seu modo de escrita.

Assi se resumem os traços fundamentais do processo criativo em Antón Avilês de Taramancos, assi como se manifestam algumhas das carências que ainda tenhem, por excesso de pirotécnia, os estudos literários galegos.

OUTRA TORRE NO AR

Turris eburnea, canta na paixón de se erguer
como unha pomba embriagada. Firme e máis leve
como é a túnica de fermosura posta a enxugar.

O Giotto en 1334 ou a súa man de cosas brilantes,
o brazo desleído do vértice, unha águia elevando
este soño no ar mentres cantaban tronos,
dominacións, arcanxos, e Deus mesmo
choraba de pracer e marabilla. Turris davídica
cando David acariciaba un seio ou unha lira no serán.

Mais a alma mortal só ve no vento ese clamor,
o brado das chamas alcendidas onde se pode
principiar o cántico
— un voo de rulas na derradeira luz da tarde —
e todo se ergue en paz todo se ergue ferendo
como un tremo de sangue a borbollóns no espello
acoitelado pola inocencia e o desprégase
como nave no mar
sempre arriscando o límite da dor e da plenitude
por ver comer a vida. E así se planta, lúcida
detrás das outas, na noite de Florencia, que é detrás
onde a beleza nos confía os fétalos do gozo,
así como un espanto. Ou outra vida.

Se cavamos un pozo nas estrelas
atopamos ese brancor,
ardoras pálidas no púlpito da brisa, ese navío
que se abre de magnolias na alborada.
E todo empeza
esvaporarse este cristal no vento.

28-9-91

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 047 - 053 / ISSN 1130-3557

Avilês de Taramancos e o Reintegracionismo

Isaac Alonso Estraviz

(Universidade de Vigo)

Avilês criança

Do que mais gosto de Avilês de Taramancos é da sua infância na aldeia de Taramancos, talvez polo grande parecido que encontro na minha e na sua vida. Com uma pequena diferença: ele era de uma família acomodada que se podia dar o luxo de contratar trabalhadores e na minha não. Meus pais eram mais pobres. A sua mãe sabia ler e escrever e mesmo lhe escrevia cartas em galego ao filho quando estava em Bogotá. A minha nunca teve essa sorte. Mas meus pais, sem saberem ler, preocuparam-se porque todos os seus filhos fizeram estudos ainda que alguns ficaram a meio caminho. Nós também tínhamos que alternar as labouras do campo com as escolares, primando as primeiras. Mais ainda, os meus irmãos maiores não tiveram escola e aprenderam a ler guiados por um vizinho que aprendera um poucochinho no serviço militar. A minha escola não era tal. Era um primeiro andar frente a frente das escadas do sagrado onde se empena o concelho após da missa. A escola veu depois quando eu já não vivia em Vila Seca. E ainda que nascemos no mesmo ano eu nunca tivem um mestre que se preocupasse por mim e me emprestasse livros para ler.

Segundo nos contam os vizinhos, Avilês era muito dado a ler e tinha uma grande ânsia de o dia de amanhã chegar a ser um escritor. Enamorava-se de toda rapariga que conhecia e gostava do trabalho do campo. Segundo contam os meus companheiros de infância algo parecido acontecia comigo. Só que eu não me lembro, por-

que um acidente de carro apagou quase todos os meus recordos de criança. À margem da escola nós também jogávamos e isto faziamo-lo nas eiras e nas ruas da aldeia e sobretudo no monte andando com a fazenda ou sem ela. Aquele contacto com a natureza foi o que moldou os nossos espíritos e o que infundiu em nós a coragem de nos sentirmos orgulhosos do nosso lugar de origem.

Avilês literato

Avilês foi um boémio e muito original. Se não fosse assim, não seria ele. Como homem excepcional que foi tudo se lhe perdoa. Encanta-me a sua atitude perante a vida e percebo claramente as que teria que passar para se manter ele com a sua identidade. A sua vida na Crunha é muito atractiva, mas as vicisitudes polas que teve que passar só o assemelham vistas desde a distância. Querer ser escritor e viver na miséria é muito duro. E o mesmo podemos dizer dos distintos trabalhos polos que passou em Colômbia. Uma vida desgarrada pola distância do lar materno e sempre em constante mudança de postos de trabalho. Mas mercê a tudo isso ele foi o que foi. Através das contrariedades forjou-se a sua humanidade e a sua grande veia de poeta.

Seu grande amigo José Luís Rodríguez Sánchez foi quem nos deixou a imagem mais expressiva, atractiva e interessante de Avilês. No mural do claustro do Mosteiro de Samos deixou imortalizado o seu amigo encarnando a figura do diabo à galega. Efectivamente, Avilês em figura de demo aparece sentado acima da pedra fundacional da Ordem, cruzado de braços e pernas com um amplo sorriso. Numa mente castelhana é impossível conceber um diabo pintado deste jeito. E em realidade isso foi Avilês toda a sua vida: um demachinho familiar. Homem alegre, vital, idealista, inquedo, comprometido com a sua terra e sua cultura.

Esse seu compromisso com a nossa língua e cultura foi o motor que o empurrou, mesmo nos momentos mais difíceis da sua vida, a construir uma obra literária de grandes fôlegos. A escolha cuidadosa da linguagem, a sonoridade da sua poesia e o tratamento vivencial dos mais díspares temas, faz dele um dos nossos mais grandes poetas. Ouvir declamar a sua poesia provoca em nós um redemoinho de encontrados sentimentos, um afã de luta contra o colonizador.

A sua obra poética podemos agrupá-la nas seguintes etapas: a) Poesia infantil, a maioria dedicada às rapazas polas que se sentia atraído e que

grande parte se perdeu; b) Poesia de mocidade: *As moradias do vento* (1955), *A frauta i-o garamelo* (1959), na linha de Luís Amado Carvalho; c) Poesia de amor: *Pequeno Canto* dedicado a Fina Barrios e *Poemas soltos* a Maricarmen Pereira, todos eles publicados posteriormente em *O tempo no espello* (1982).

Mas o que realmente constitui a sua obra poética mais importante são: a) *Poemas de ausência* onde o tema dominante é a ausência da patria (1963-1969), publicados posteriormente também em *O Tempo no espello*. O poeta contempla desde Colômbia a sua Terra. A poesia já é diferente e de forte cunho pessoal (aconselho a leitura em voz alta dos poemas[1]: «E vesme eiqui, amigo duramente» (pp.37-38), «Dobrégate sin cólera, estás diante da terra» (pp. 39-40), «Sangue callado, Terra escura, terra» (pp.43-44); b) *Cantos Caucanos* (1985), um estilo de poesia fora do comum na nossa literatura. Desde a sua terra natal canta à terra colombiana como formando parte de si mesmo (para perceber um bocado o dito, aconselho a leitura de «Elegia de Popaián» (pp. 63-65), «Canto de Noralba Timbacoi» (pp. 67-69) e ainda «Os arrieiros de Antioquia...» (pp. 75-76); c) *As torres no ar* (1989) (deste poemário é muito significativo «Na outra banda do mar constrúen o navio.» (p. 103); d) *Última fugida a Harar*. Poemário elaborado quando sabia que tinha os dias contados e onde o seu estro procura eternizar-se (leam-se «Do escuro da caverna o ollo espreita o astro» p. 121; «Anxo da noite, cazador no escuro», p. 123; «É hora da luz! É hora da luz! É necesario», p. 145; «Fusquenlla», p. 155).

Como disse anteriormente, o seu léxico é um léxico escolhido e bom. De vez em quando aparece algum dialectalismo e mesmo formas espúrias herdadas da tradição literária galega. A sua prosa é também muito cuidada. Constitui um prazer ler os seus artigos de *Obra viva*.

Avilês reintegracionista

Resulta bastante chocante que se tenha falado de Avilês de Taramancos e da sua obra por activa e por passiva, mas se tenha esquecido, como acontece sempre que se homenageia algum escritor ilustre no Dia das Letras Galegas, que ortografia empregava. Só há um caso que sai deste tabu. Trata-se de Aurora Marco (2003) conhecedora do pensamento e da obra de Avilês, que sim o trata na sua ampla e bem documentada

(1) Todas as citações se fazem a partir da obra *Antón Avilés de Taramancos. Obra Poética. Antoloxía*, ed. de Xosé María Álvarez Cáccamo, A Nosa Terra, Vigo, 1997.

obra: *Avilés de Taramancos, Un francotirador da fermosura.* Alguns dados do que vou dizer a seguir, estão tirados da obra mencionada.

A respeito da escolha ortográfica, Avilês de Taramancos foi reintegracionista. Teoricamente defendeu, polo menos duas vezes claramente, a unidade linguística galaico-portuguesa. Na prática escreveu toda a sua obra —a partir de *Tempo no espello*— na chamada ortografia de mínimos. Aurora Marco (2003, p.274, nota 5) explica-nos o que aconteceu com *Tempo no espello* e *Nova Crónica das Índias*. *As torres no ar, Última fuxida a Harar, Obra viva*, foram escritos e publicados na linha reintegracionista. Na defesa da unidade linguística galego-portuguesa, prefiro deixar que fale o próprio poeta.

No encontro de poesia de Abril de 1987em Amarante diz aos ali presentes:«Se hoxe os portugueses entendedes e atendedes as vicisitudes do noso povo, se vos achegades com interés aos froitos literários da nosa língua, que cresce e se reforza na vosa própria andadura univesal;...» «Galiza terra irmá de Portugal: Estamos aqui mais unha vez para confirmá-lo, para que a vida e o destino de duas nazóns que deberan ser unha, e que a man infame da História cercenou no seu berce, sexan no futuro non irmás protocolárias de graves tratados oficiais, senón irmás sinxelas, nadas do mesmo berce, que ollan de cara ao futuro na mesma direzón e que comparten o pan e os pesares, as loitas e a alegria, **que fortifiquen as liberdades e alcen diante dos povos do mundo a mesma língua que nos une para pedir a paz e o traballo**» (O negrito é meu) (*Obra viva*, pp. 44-45.) Na entrevista que lhe fez Manuel Forcadela em 1989, *AVILES DE TARAMANCOS: COS PES NA TERRA*, e que se pode consultar na rede, na terceira das três páginas responde, à pergunta sobre a temática de *Torres no ar*, o seguinte que passo a copiar na íntegra:

> *«R: -Certamente non son eu, nin polas miñas características persoais nin pola miña vida social, un poeta que poda ser acusado de turrieburnista. A verdade é que teño que andar escribindo mesmo dentro da multitude. Admiro sen embargo o turrieburnismo dos poetas brasileiros do século pasado. No Brasil houbo unha xeración de poetas como Afonso de Guimaraes, Olavo Bilac ou Cruz e Sousa, que conforman o chamado par - nasianismo ou simbolismo brasileiro, tan importantes ou máis que os fran - ceses a pesar de que se coñecen pouco.* ***Influíron moito en min porque forman parte dunha literatura feita na nosa mesma lingua e clarí - sima, perfecta*** *(O negrito é meu). Algo de todos eles quere estar presen - te, aínda que sexa dun xeito inconsciente, no meu libro. Desde Olavo Bilac ata Cruz e Sousa, que, por certo, era un poeta mulato que facía moitas refe - rencias á brancura. Estaba obsesionado coa brancura».*

A ***Agália*** ofereceu dous poemas do livro *Torres no ar*, que se publicaram no nº 7 de 1986, pp. 343-344, na chamada naquela altura, ortografia de máximos. Eis o exemplo do que aparece na página 343 da revista mencionada:

A rosa que cultivas no teu colo
Tem a perfeita dimensom de vida:
Abre-se a daga como umha ferida;
É tam profunda como o desconsolo.

Fai-se grande no amor, e embravecida
Impom um pulo desbocado e tolo
De pantera em sazom, pomba em arrolo,
Onda que rompe a fúria submetida.

Fruto salobre, a rosa submarina
É medusa que se abre no centeio
E canta como a estrela matutina.

Eu bebo de joenlhos no teu seio
Esse tremor de força repentina
No que me profundizo e me recreio.

E por ser neste campo, como noutros, uma pessoa aberta, que tratava e falava com todo o mundo independentemente de ideologias políticas ou linguísticas foi arteiramente atacado por Méndez Ferrin que nunca emprega a ortografia que defende e que denomina os que não a seguem de fascistas. Eis uma carta que lhe dirigiu e que publica Aurora Marco (2003, 333-334) no seu livro:

15-7-1986

Querido Avilés:

Só para ti. Non comentes esta carta coa directiva da AELG.

Quero que saibas que me atopo incómodo na Asociación.

Non me parece ben que participes coa AGAL e coa ASPG en plataformas, e que reclames fórmulas de conciliación ortográfica. Son mentira, son cabalos de Troia do divisionismo CAINITA da pequena burguesía ociosa. Se fas así, fican fora os escritores que queremos unha soia ortrografía, a oficial, a do ILG. Calquera ortografía, pero a oficial para poder escolarizar e non dar unha imaxe de anarquia.

Tamén fican fora da Asociación os que non aceitamos a ortografía do Bloque-ASPG, no intre en que a asociación adopta oficialmente a sua ortografía.

O meu disgosto é grande: somos moitos os que estamos co ILG e coa irresponsábel campaña contra o seu inxente e utilísimo traballo. Hai que ser un pervertido para negalo.

Por outra banda, non estou de acordo coa presencia nun acto do Bloque da AELG. É ofender aos que non estamos nese partido e temos razóns comunistas e nacionalistas para non estar. Igualmente me repugnaría a tua presencia, como presidente da AELG nun mitin de outro partido. Aínda mais: daba a sensación de que estaba o Bloque e, ao seu carón, as suas organizacións satélites: A INTG (os que a destruiron), a Federación de Asociacións Culturais (que non anda...), os AELG (¿É certo?)

Así non se combate. Así non se destroi a Piñeiro e ao seu grupo. Agora entendo a operación de acoso a Pexegueiro. Ti verás.

Con infinda tristura

Asdo: Ferrín,

P.S.(...)

Esquecíame

No Consello de Redacción de «Espiral» acordouse non seguir envián - doche a revista, interpretando o teu silencio verbo da suscripción como unha positiva falla de interés polos seus contidos.

A carta de Ferrín não pode ser mais reveladora. O homem defende fantasmagorías e crê-se tão imprescindível que quer ter a AELG ao seu dispor. É a atitude e o dilema dos que não se sentem seguros. Por isso ainda defendendo de palavra o comunismo e o nacionalismo, aliam-se com os poderes mais reaccionários. Quem está certo de possuir a verdade não precisa de dogmatismos, nem de poderes opressores para defender o que crê. A verdade defende-se por si só. Se tão seguros estão por que não pedem liberdade e ajudas para todos ou que não se concedam a ninguém!? Deste jeito ainda podiam aspirar a que se lhes considerasse como intelectuais. Ora que classe de intelectual pode ser o senhor que acha que quem não está com ele está fora da verdade e se esconde para o dizer pedindo que ninguém saiba o que ele lhe diz a Avilês?

Felizmente, Avilês continuou a tratar com todo o mundo. Pessoalmente sempre me senti à vontade com ele em todo momento e o mesmo aconteceu com outros colegas de uma ou outra linha. Estava por cima de mentalidades raquíticas como as de Ferrín que encontra inimigos por toda a parte. Eis a força e a vontade de Avilês que transcendeu a olhada mesquinha de uma cultura submetida servilmente à castelhana por muito nacionalistas que se proclamem.

A que conduziu a normativa?

No 1987 cheguei a Ourense para leccionar no Otero Pedraio. Era difícil ouvir falar castelhano polas ruas do Possio. Hoje o que resulta difícil é ouvir falar galego. Tanto dogmatismo linguístico por parte de grande parte do professorado, levou a que hoje os jovens aborreçam o galego e se neguem abertamente a falá-lo. Os mesmos complexos estendidos agora a mais gente. Chumbam uma e outra vez os alunos galego-falantes e aprovam àqueles que não sendo galego-falantes aprendem uma norma que não empregam nem na fala nem na escrita! Quanta paciência cumpre para os convencer e que não desertem do idioma como desertaram do arado!

E os académicos a defenderem uma pseudonorma e a escreverem cada qual como lhes peta!! Só pessoas dialogantes e compreensivas como Avilês de Taramancos poderiam pôr remédio à desfeita total que se avizinha.

Bibliografia

ÁLVAREZ CÁCCAMO, José Maria, *Antón Avilés de Taramancos, Obra poética. Antoloxía*, A Nosa Terra, Vigo, 1997.

AVILÉS DE TARAMANCOS, Antón, *Obra viva*, Laiovento, 1992.

AVILÉS DE TARAMANCOS, Antón, *Última fugida a Harar*, Espiral Maior, 1992.

MARCO, Aurora, *Avilés de Taramancos, Un francotirador da fermosura*, Toxosoutos, 2003.

VIII

Anxo da noite, cazador no escuro
que vés lixeiro a me expulsar do Souto:
o varal está listo, a andelia posta
o corazón afeito ao longo exilio.
O mundo que eu criei foi só de sombras
soños foron os froitos, as vendimas,
e só o amor brillou, brillou acaso
tamén o lar da patria sempre aceso
que me mantén o sangue exaltecido.
Mais a palabra, si: foi sempre viva!
Foi espada e arado e cotovía
lanza de señardá, ai meu amigo,
derrota e singradura. O artificio
é o que me leva agora a esto desterro;
quero volver á simples moradía
que un día fixen no dintel do vento,
á terra do labor, xa feito cinza
para pular na seiva, e ter de novo
os páxaros na man... Ese curto tempo.

15-9-91

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 055 - 084 / ISSN 1130-3557

Reflexons sobre a Construçom Nacional Galega. História e perspectivas

Antom Santos Pérez

1. Por que é precisa umha análise histórica

Em poucas ocasions um movimento detém pacientemente a sua marcha e, ainda num breve instante, fai balanço do caminho percorrido, localizando-o no longo percurso que se marcou transitar até o momento em que roça os objectivos estratégicos. Em menos ocasions o fai abstraindo-se das peculiaridades do enquadramento em que sofre e combate, pois numha luita como a nossa estas som agudas e condicionam vitalmente as pessoas que dumha ou outra maneira vinculam a sua vida com um projecto colectivo. Com efeito, é mais fácil debruçar-nos na análise estrita dumha determinada formaçom política, ou mesmo na constelaçom de estruturas que num tempo dado se esforçam por tecer um projecto simultaneamente global e sectorial, do que dar umha olhada no horizonte à procura de raízes e condicionamentos dum projecto. Quantas vezes temos travado intermináveis conversas entre companheir@s sobre as razons da queda deste ou aquele projecto? Quantas vezes temos defendido fervorosamente o seu sucesso –se bem que estratégico e nom imediato– frente a quem certificava com a sua defunçom o fracasso de toda umha linha? E podemos quantificar o tempo que temos empregado a analisar, conversando ou escrevendo, as vicissitudes da luita independentista, as continuadas ofensivas que procurarárom liquidá-la do campo "amigo" ou inimigo? Esta conscienciosa dedicaçom ao estudo da nossa história mais "política" –mais partidária– e mais imediata, obedece razons evidentes. Como militantes, somos pessoas vinculadas subjectivamente a certos processos, ligadas a estes em relaçom aos nossos tempos vitais. É mui difícil assumir esse desajustamento entre tempos biográficos e tempos políticos: a nossa luita transcende-nos, é difícil enxergar desde a brevidade dumha

vida a verdadeira dimensom dum êxito, soma de centenas e milhares de esforços conjugados que, de certeza, nom veremos inteiramente materializados; polo contrário, as quedas, retrocessos e fracassos apresentam-se como vivências pessoais rotundas e directas, calham com grande amargura em quem vê esfarelar-se nuns meses a arquitectura que se levantou custosamente. Deitam por terra anos de labor esperançoso e deitam sobre a nossa moral de combatentes os lastros de certa resignaçom inconfessa. Sem desconsiderarmos o peso de tudo o que há de entranha e paixom –com que defenderíamos ingenuamente um inexistente modelo militante desprovido de toda a condiçom subjectiva-, sim achamos que cumpre recorrermos a focagens mais úteis e adequadas. *Fijo-se umha revoluçom, mas nom se fijo grande cousa*, dixera um célebre comunista ao se consumar a tomada do poder. Agitaram-se os alicerces dumha complexa estrutura social, travara-se umha cruenta guerra, mobilizaram-se milhons de pessoas durante décadas e começava-se a percorrer um caminho absolutamente novo na história desse país. Todavia –e aí está a profundidade dessa frase aparentemente frívola- precisava-se da ampla visom de todo um processo histórico para certificar a dimensom e viabilidade real da luita empreendida, quiçá menos simples e mecánica do que nos convidava a reflectir o fragor do momento. E a isto queríamos chegar: o independentismo, o único movimento que nas últimas décadas, de maneira planificada e sistemática, trabalhou por erguer um contrapoder nacional galego da perspectiva da ruptura sem ambagens com Espanha, deve ser compreendido no interior dum processo mais amplo. O processo, iniciado há mais dum século, de construçom nacional, de forja dumha identidade sócio-política galega e da activaçom das ferramentas teóricas e organizativas orientadas para a consecuçom –sob diferentes fórmulas jurídicas– da soberania arrebatada. O já velho arredismo nom é, nem mais nem menos, do que umha das propostas –se bem que a mais audaz e cabal, e a menos tacticista- colocadas na arena política do que se denomina questom nacional galega. Os grandes condicionamentos de tal questom –a formaçom social em que abrolha, a sua peculiar história, a configuraçom do Estado espanhol, os diferentes subprocessos que marca a inserçom deste Estado no centro da economia-mundo capitalista, os contextos e conjunturas políticas– som, por sua vez, os grandes condicionamentos do independentismo como movimento que representa os sectores nacionalmente mais maduros e desalienados do país.

Só dessa dialéctica englobadora entre movimento e naçom poderemos situar adequadamente o decorrer do independentismo, nomeadamente nas últimas décadas. E poderemos, agora sim, descer ao estudo do nosso passado imediato, às distintas sortes dos sucessivos projectos, à evoluçom de siglas e militantes... mas sempre vinculando as tendências fortes que marcam a evoluçom da nossa naçom com a evoluçom da subjectividade auto-organizada nas diferentes conjunturas políticas. Como produto genuíno dum povo que trava um conflito profundo e dramático, e nom como invençom de laboratório, a causa independentista fai parte dumha corrente geral, plural e nem sempre coerente internamente, que avança em direcçom à construçom da Galiza contra as forças conducentes a negá-la. Se a situarmos nesta mais ampla dimensom é, por um lado, para compreendê-la mais correctamente; polo outro, contra o que pudera parecer, nom para minimizá-lo nem para esfumaçá-lo no conjunto do nacionalismo –quando o que defendemos é precisamente que tem entidade própria-, mas para comprovarmos em que medida pudo, pode ou poderá actuar como sector de vanguarda real do processo de libertaçom, arrastando com as suas propostas e iniciativas os sectores mais capitulacionistas e timoratos, que historicamente levam fechando esperançosas portas que pareciam entreabrir-se. O objectivo deste percurso com vista de pássaro nom é outro, portanto, que preparar o futuro. Detectar fendas, avaliar possibilidades, e medir hipotéticas linhas de avanço do projecto em momentos –e isto nom é nengum lugar comum– verdadeiramente decisivos para o futuro da naçom; ao texto impulsiona-o umha sincera *razom de urgência*, a que nasce de constatar, primeiro, os ataques ferozes e com renovado arsenal dumha Espanha que pretende recuperar os espaços políticos e simbólicos que tacticamente cedeu; segundo, a imediata entrada no processo constituinte do proto-estado europeu, variável fundamental para integrar em análise e praxe das naçons sem soberania; e terceiro, e em definitivo, da confirmaçom do ponto de nom retorno na aniquilaçom dos nossos alicerces materiais (demografia e sectores produtivos) e simbólico-identitários (idioma e imaginário colectivo). Que umha análise de urgência (mas precisamente por isso sólida e rigorosa) seja seguida dumha prática também de urgência provará, em certa medida, o que há de acertado nestas linhas.

2. A nossa questom nacional

Pres@s do imediatismo citado, tememos as análises históricas. Provoca-nos vertigem reparar nesses grandes processos que traçam o quadro sócio-político em que nos movemos. Se calhar associamos com o intelectualismo ou com o mero exercício académico o estudo no longo prazo que supere o enquadramento estreito do nosso presente. E, no entanto, poucas vezes levamos em conta os exaustivos esforços do poder em matéria histórica e sociológica quando o que interessa é extrairmos um perfil definido do nosso movimento. Em todo o documento contra-insurgente de corpos policiais ou militares, em todo o texto encarregado às burocracias intelectuais em situaçons de *confusom* ou conflito social, procura-se umha aproximaçom cuidadosa ao enquadramento histórico da luita que se trava e, partindo do presente, detectam-se as tendências de interesse que determinarám a intervençom nesse campo no futuro. Ponhamos dous exemplos conhecidos: quando o centro de estudos do exército espanhol CESEDEN realizava em 1986 umha análise comparativa das resistências nacionais galega, basca e catalá, destacava do nosso movimento o forte peso da orientaçom culturalista; faziam-no antecipadamente, quando o nacionalismo galego mantinha umha considerável vitalidade e se movia à margem e contra o regime jurídico-político vigente. Mas, encadeando com o aspecto que mais nos interessa, a inteligência espanhola conhecia o importante substrato pequeno-burguês e intelectualista da esquerda nacionalista galega desde as suas origens mesmo quando só se apresentava como um traço velado. Conhecia os seus grandes condicionamentos históricos; detectava, naquela altura, as suas tendências fortes e as suas limitaçons, perfeitamente explicitadas poucos anos mais tarde. Aí temos um exemplo de planificaçom do futuro desde o conhecimento de certa evoluçom histórica, aplicável também à pequena campanha de repressom preventiva que sofre a recém-nascida AMI nos anos 95-97. O contingente de dados e a formulaçom "teórica" obtida no labor repressivo da etapa imediatamente anterior servia ao centro director da planificaçom anti-independentista para abortar tendências futuras.

Assinalámos acima que fazemos parte dum vasto processo, o da construçom nacional galega. Para percebermo-lo, ainda nos seus traços mais esquemáticos, seria necessário aprofundar em todas as variáveis históri-

cas e sociológicas, a longo e meio prazo, que incidem num ou noutro sentido na luita desse sector de galeg@s que, geraçom após geraçom, e sempre em funçom do contexto de que som herdeir@s, resistem à dissoluçom pretensamente harmónica ou abertamente violenta da Galiza nessa entidade chamada "Espanha". Surpreende-nos e entristece-nos que a maioria dos trabalhos históricos –e os documentos que alimentam práticas políticas- do nacionalismo maioritário se limitem à enumeraçom, mais ou menos completa ou exaustiva, das diferentes propostas políticas e organizativas que assumem a causa da libertaçom nacional, sem reparar em absoluto em quais as grandes dinámicas sociológicas que as definem, qual a entidade dos inimigos que enfrentam, e qual o sucesso das estratégias mantidas em termos globais. Temos que debruçar-nos nos textos que habitam o universo académico do espanholismo, ou em sisudos manuais sobre a questom nacional na Europa, para detectarmos as tendências subterráneas da nossa questom nacional. Podemos detectar três constantes nas análises:

a) A primeira tem a ver com a nossa própria condiçom nacional. Se a propaganda oficial e as sistemáticas campanhas nacionalizadoras (sistema escolar, exército obrigatório, vida política e hoje indústria mediática e cultural) assentam o seu êxito na difusom reiterativa da nossa espanholidade, diferentes observadores e observadoras afastadas da nossa realidade tenhem reivindicado o carácter nacional da Galiza. O deles tem sido, neste sentido, um pronunciamento sincero: era difícil dar uma vista de olhos a este País sem reparar na sua centenária coerência etno-cultural, antropológica e territorial, encarnada num topónimo cuja antigüidade e continuidade testemunha umha entidade pefeitamente reconhecível para o visitante. Nom se di explicitamente que somos "naçom" (se bem que os nossos ilustrados empregassem já este termo na acepçom de povo dentro dum plural "mundo hispánico"), mas contempla-se a nossa singularidade irredutível à das regions espanholas. O próprio imaginário cultural espanhol, popular ou de elite, recolhe na idade moderna toda umha gama de ditados populares xenófobos antigalegos que marcam umha coincidência essencial: entre o reconhecimento dumha vincada personalidade e a associaçom da mesma com o atraso, miséria e desonra. O pensamento protonacionalista –e já nitidamente galeguista- denuncia sem ambagens este tratamento ultrajante, numha linha que vai do padre Sarmiento à própria Rosalia de Castro no seu *castellanos de Castilla*.

Engana-se quem quiger interpretar o anteriormente dito desde historicismos empobrecedores, como se galegos e galegas sofrêssemos eternamente a desgraça de ser povo miserento, submisso e humilhado: significados viajantes europeus na etapa de maior auge do caminho compostelano salientam as nossas conexons culturais com o resto do Continente e comparam-nos com povos mais "atrasados", desmentindo assim umha suposta "periferizaçom cultural"; os cronistas dos Reis Católicos falam no século XV dum povo "rude e feroz" quando planificam submeter a conflituosa nobreza.

b) A reflexom galeguista ou protonacionalista tem um carácter precoce, de certeza porque com facilidade se transita da simples constataçom da diferença e atraso galegos a umha formulaçom nitidamente política. Mas, para além de ser precoce, é madura e valiosa, até o ponto de constituir boa parte do substrato ideológico de toda a formulaçom que se enquadre na causa galega: a avantajada sociolingüística dum Sarmiento e o "reintegracionismo" latente que já insinua; o progressismo da geraçom de 46, quase um sinal de origem que acompanha o nosso nacionalismo até hoje; o discurso histórico de Murguia, o seu cientificismo e as suas intuiçons (libertadas dos lastros da época). Mas esta precocidade e riqueza intelectual é a cara dumha moeda que tem também um reverso: as dificuldades para o discurso nacional e a prática que o sustenta e alimenta hegemonizar a formaçom social galega, levantando umha eficaz nacionalizaçom alternativa ao esmagador espanhol; as grandes balizagens que se colocam para superar fórmulas organizativas embrionárias e fraccionadas, carentes de continuidade no tempo (desde o primeiro e atomizado regionalismo até o nacionalismo actual, passando polos conflitos nas Irmandades e pola liquidaçom do PG); a tentaçom permanente do confortável refúgio no intelectualismo, colocando-se na periferia da nossa formaçom social e negando-se a dar a batalha por um centro ocupado por Espanha.

c) Nom é alheio a este estado de permanente imaturidade política e hipertrofia intelectual o extremamente complexo panorama sócio-económico que desenha o colonialismo. Nunca se insistirá o suficiente na importáncia substantiva desta nossa condiçom, desta nossa *anormalidade*: a Galiza nom foi apenas inserida violentamente num quadro estatal alheio, mas foi mexida e desestruturada internamente; privada dumha

elite capaz que pensasse em chave nacional e que sintetizasse interesses diversos numha estratégia política já nom só nacionalista, mas simplesmente autóctone e autocentrada. Entre Espanha e nós (entre Espanha e a imensa maioria social, o povo trabalhador galego) nom houvo um colchom amortecedor do impacto, umha classe que ocupasse lugares económico-políticos intermédios e travasse a estratégia assimilacionista. Esta origem limitada do nosso movimento nacional –e dizemos limitada pola omnipresença espanhola na altura, e nom pola tópica e recorrente "submissom galega"- é a origem, também, de profundas eivas posteriores. Até pensadores do espanholismo soubérom vê-lo acertadamente:

> *Difíceis condiçons objectivas de possibilidade davam-se na Galiza finisse - cular para a consolidaçom dum movimento galeguista de massas. O atra - so na generalizaçom do modo de produçom capitalista e a permanência de relaçons de produçom tardo-feudais, como as rendas forais, a prática ausência de industrializaçom, o atraso no comércio e ausência de vias de comunicaçom, um deficiente e retardatário processo de urbanizaçom que desconhecia a presença dumha só grande cidade na Galiza...induzia umha peculiar e desarticulada estrutura de classes que (...) contemplava interes - ses sociais fragmentários, dispersos e contrapostos (...) Há que acrescentar um grande peso e controlo ideológico por parte da Igreja, que supunha a incapacidade de qualquer um destes sectores para apresentar um projecto social, político e económico alternativo como projecto de inteira nacionali - dade. Isto traduzia-se para a existência dum diluído sentimento de povo diferenciado na sua miséria, atraso e diglossia, enquanto que na ausência total e absoluta de consciência nacional, assim como nas conseguintemen - te difíceis (...) condiçons de recepçom do discurso galeguista de base urba - na (...) Nengumha das classes sociais galegas dos finais do século XIX se achava em situaçom de se erigir em "classe nacional" articulando aos seus próprios interesses aos "interesses da Galiza", hegemonizando amplos sec - tores sociais sob um projecto nacional e de classe.*[1]

Nom sofremos nengumha ocupaçom militar extensa e directa que pudesse gerar consciência resistente se nom foi a repressom anti-nobiliária do século XV; quatro séculos medeiam entre aquela e a primeira tomada de consciência nacional galega, suficientes para a instalaçom *nom traumática* de elites eclesiásticas estrangeiras, para o esfarelamento e

(1) Máiz, R.: "El nacionalismo gallego. Apuntes para la historia de una hegemonía imposible", in Hemández, F., Mercadé, F.: *Estructuras sociales y cuestión nacional en España*, Ariel, 1986.

substituiçom da nobreza militar autóctone, para o engrossamento dos exércitos imperiais espanhóis de gentes populares galegas...para a eliminaçom de qualquer memória e capital simbólico que relacionasse a Galiza nom só com um empobrecido povo camponês (sobrevivente na precariedade como tal graças a um persistente isolamento), mas com algumha instáncia política ou institucional autóctone e com o desejo e possibilidade de poder. Nestas mais que difíceis condiçons sobreviveu teimosa a nossa idiossincrasia étnica e cultural e desenvolveu-se, nos seus primeiros passos, um movimento político-cultural de matriz galeguista. O drama –o primeiro dos nossos dramas, originados em processos históricos e nom em covardias genéticas- é a intensidade das agressons na nossa inserçom na naçom espanhola em construçom e a fraqueza e atomizaçom da resposta. E a genial percepçom dos nossos clássicos detectou, ainda em forma literária, esta catástrofe. Di Rafael Martínez Castro:

> *A "dor do mundo" que anima a visom rosaliana é umha dor bem real. O que a intelectualidade galeguista vai percebendo é algo mais do que umha língua e umha cultura. Gostaria talvez que nom houvesse mais do que isso, mas há mais. Há um país que sucumbe sem remédio sob o peso dumha naçom: Espanha. Galiza sofre muito vivamente as consequencias do grande fracasso histórico do capitalismo espanhol. Nom se trata só de que o nacionalismo espanhol esmague a cultura e o idioma galegos. Por muito que nos doa reconhecê-lo, a Galiza entregaria sem a mais mínima resistência a sua língua e a sua "cultura". A comoçom é grande porque a desfeita é radical, fisicamente humana. Som fisicamente os homens e mulheres da Galiza que som sacrificados à barbárie hispánica. Nom se trata, como noutros lugares da Europa, de o progresso material que consigo arrasta o estado arrombar com a "cultura nacional". Trata-se de que aqui a "cultura nacional" e o idioma se perdem num contexto de desprezo e marginaçom, de brutal espoliaçom e espólio.*(2)

d) Drama físico, material, deserçom de elites e precariedade da resposta. E precisamente por tudo isso, pola conjugaçom de factores aludidos, consequências imateriais, intangíveis, mas dum pavoroso efeito prático, social e político. Um povo eivado de outras representaçons próprias que as que vem elaborando como comunidade campesina milenária. De

(2) Martínez Castro, R.: "Mirando o chan", in AAVV: *Catro ensaios sobre a esquerda nacionalista*, Sotelo Blanco, 1990.

representaçons de si próprio para a sua dignificaçom, de compreensom da sua situaçom em chaves de participaçom ("cidadania", em termos burgueses) na arena política e de superaçom do presente de penúria (emigraçom, foros, isolamento...). Nom pidamos ao nosso povo responsabilidades que nom assumiu. Nem lancemos mao do mui simples e académico apelativo de *labrego* para explicar supostas inércias e conservadorismos. Fôrom labregos que alimentárom em pleno século XIX o grosso do nacionalismo irlandês, o seu tecido associativo e político de massas. Os socialistas toscos e dogmáticos dos inícios do século XX apressárom-se a identificar a questom nacional com a questom labrega, o que desmente essa recorrida "despolitizaçom campesina". E labregos, galegos agora, sustivérom o primeiro ensaio de imprensa monolíngüe galega e anti-caciquil, o *Tio Marcos da Portela*, e protagonizárom o fortíssimo movimento social que foi o agrarismo. Nom havia consciência nacional se nom era embrionária, com efeito. Dificilmente podia havê-la com o estofo da colonizaçom vestido –e nom contrarrestado além dos cenáculos restritos de pensadores urbanos-. Hoje margina-se este termo, e noutra altura enfatizou-se até a obsessom o que tinha de subordinaçom e periferizaçom económica, como se o arrasamento eléctrico, a sangria migratória ou a drenagem financeira fossem resumo de todos os nossos males. Mas o que acontece com o auto-ódio, a descrença, o cepticismo, o fatalismo, a nom adesom à única causa viável, a nacional? Estas som as chaves essenciais nom da nossa pobreza, mas da dificuldade para organizarmos a resistência. E os nacionalistas constatárom-no desolados, historicamente, mas carecêrom de estudos em profundidade. As suas "soluçons" práticas estavam em parte eivadas porque carregavam com todo o peso desta inércia auto-destrutiva. Luitavam pola liberdade nacional e contra Espanha –por mais que na sua timidez e ingenuidade a chamassem apenas "Castela"–, mas constatavam que tinham que luitar contra os pesos mortos que levavam à aceitaçom calada e resignada, mas conflituosa internamente, da extinçom. Um conhecido historiador revela o carácter central dessa pergunta:

> *O assunto central de que nos teremos que ocupar é o dos factores que explicam que Galiza mantivesse a sua condiçom de naçom-cultura e, polo contrário, nom se convertesse numha naçom-estado ou, polo menos, num país com umha consciência nacional assumida pola maioria da sua populaçom e, sobretudo, polas suas elites. Dumha forma ou de outra, esta é a pergunta que está por trás de quase toda a historiografia galega que, desde Verea*

> *y Aguiar, Vicetto ou Murguia chega à época da Geraçom Nós, e se trans - mite à historiografia actual.*[3]

Se esta foi umha pergunta constante na nossa intelectualidade, imaginemos o peso que atingiu nos patriotas consagrados na prática ao futuro do País; Castelao alude à questom em várias ocasions no seu *Sempre en Galiza*, e se é que enfatiza a naturalidade e harmonia com que o povo trabalhador vive a sua consciência étnica é para solapar a verdadeira ausência dumha consciência nacional política. Losada Diéguez, figura egrégia da facçom mais conservadora das Irmandades e em absoluto situado no independentismo, ousou dizer com toda a dureza e acritude que *Galiza existe apesar dos galegos*[4]. O núcleo arredista da *Sociedade Nazonalista Pondal*, nada entretido em retóricas e acusador sem acanhamentos da verdadeira origem da nossa opressom nacional, reparava às claras no mesmo problema. Espanha era o inimigo, o seu aparelho político corrupto, o seu poder económico espoliador e marginalizador dos nossos interesses, a sua ofensiva colonizadora no cultural. Mas havia outro combate paralelo a travar: contra a condiçom eivada de grande parte do nosso povo: *Loitamos contra o suicídio*[5], afirma-se n'*A Fouce*. Quando a militáncia nacionalista de esquerdas contemporánea lia Frantz Fannon ou Albert Memmi e mergulhava nas aportaçons de psicologia social do mundo colonial nom estava, como diz hoje algum cronista idiotizado, *deixando-se levar pola mística revolucionária* do ambiente de 68. Memmi era claro quando afirmava:

> *descobrim que todos os colonizados se assemelhavam; pouco depois tirei a conclusom de que, de algum jeito todos os oprimidos se assemelham (...) Os mais recentes (em empregar o Retrato do colonizado) fôrom os cana - dianos franceses (quebequenses), que me figérom o honor de acreditar e achar neste Retrato numerosos esquemas das sua própria alienaçom.*[6]

O militante galego lia no relato da colonizaçom –e evidentemente salvando as importantes diferenças de contexto– o próprio relato dos seus co-nacionais, a sua atitude perante a vida e o seu desesperado e infru-

(3) Villares, R.: "Sobre a identidade histórica de Galicia", in *Galicia, unha luz no Atlántico*, Edicións Xerais, 2001.
(4) Losada Diéguez, "Conversa", 1926, in Beramendi, J., ed.: *Losada Diéguez. Obra completa*, Xerais, 1985.
(5) *A Fouce*, 1931.

tuoso esforço por se libertar de si próprio. E hoje, décadas depois, continuamos a luitar também contra a tentaçom do suicídio, alimentada pola derrota estratégica impingida à causa galega e popular em 36 e polo universo consensual e alienante dos meios de desinformaçom de massas. Veremos mais à frente esta questom, e veremos o desgaste acrescentado que implica para quem enfrenta um Estado e umhas condutas profundamente assumidas pola maioria dos seus compatriotas.

e) Vivemos absolutamente bombardeados pola mística da *submissom galega*: país de morrinha, de idioma doce, de paisagens enevoadas, de poetisa nacional choramingueira, de harmonia campesina...nesta versom espiritualista-folclorista concordam as achegas descontextualizadas de precursores nacionalistas e as deturpaçons muito hábeis do "galeguismo cultural", que liquidou a luita política organizada na longa noite de pedra e, por sua vez, vendeu o nosso património cultural enlatado para uso e desfrute de quem nos oprime, a começar polas figuras mais sinistras da direita espanhola na nossa naçom. Trata-se de desdramatizar o mais duro da opressom e converter a *galeguidade* numha atitude autocontemplativa e de saudável submetimento à adversidade. Esse "saber levar a opressom" é o traço comum que identifica, aos olhos das nossas gentes, os múltiplos vultos da causa galega: o choro de Rosalia, a erudiçom de Risco, a ironia finíssima de Castelao... É a receita, de hoje e de sempre, para criminalizar as propostas mais consequentes em favor da libertaçom nacional e social e para o nosso bondoso nacionalismo se mascarar de "civilizado" perante o colonizador: nos finais da década de 80, quando um sector do nacionalismo pegava nas armas, umha jornalista servil dizia que, apesar das tentativas de alguns, *nunca Galiza foi Belfast, nem os operários de Vigo ou Ferrol se assemelhárom nunca aos de Bilbo*[7] (isto é, a revolta é própria de outras latitudes e aqui é antinatural); em 2001, numha palestra ministrada na Corunha, o teórico do espanholismo "democrático", Fernando Savater, afirmava que *o nacionalismo galego era o que mais simpático lhe parecia, porque era o dos pobres* (isto é, permitia-se tratá-lo com paternalismo porque nom ameaçava em absoluto as posiçons da Espanha); em Fevereiro de 2002, o líder do BNG, Xosé Manuel Beiras, denunciava a escolha de Santiago de Compostela como sede da cimeira de ministros de interior e justiça da UE já que *Galiza nunca tivo problemas de violência* (isto é, nunca facçons do nosso Povo ousárom

(6) Memmi, A: *El hombre dominado. Un estudio sobre la opresión*, 1972.
(7) *Faro de Vigo*, 20 de Março de 1988.

defender-se com todos os recursos das agressons, e portanto a opressom foi mantida harmonicamente). Três pessoas com orientaçons relativamente divergentes oferecem as suas argumentaçons sobre a *placidez autóctone*. Som três exemplos, escolhidos entre centenares, bem ilustrativos dum quadro ideológico que desenha umha Galiza idealmente conformista na procura de neutralizar e esconjurar comportamentos e linhas políticas resistentes.

Como todos os lugares comuns, este contribui com o seu poder de convicçom para a simplificaçom extrema do que existe. Nunca em tempos recentes –tempos em que se desenvolve o nosso projecto de emancipaçom– o povo galego protagonizou conflitos de grande entidade, até o ponto de pôr em causa os grandes planos do poder espanhol na nossa Terra. É incorrecto e desacertado falarmos dumha *história épica*, porque o certo é que nom a temos. Sim podemos falar de *histórias épicas*, inúmeras pequenas e grandes resistências, muitas vezes inconexas, conhecidas umhas, ocultas outras, que podem, por si sós, desmontar de raiz o idílico quadro da *docilidade galega*. Quanto ao que aqui nos interessa especialmente, e como pano de fundo da atitude sócio-política da imensa maioria da populaçom galega, existiu sempre um larvado e implícito descontentamento entretecido em milhares de pequenas resistências: ao fisco, às levas, à privatizaçom de montes vizinhais, às forças policiais, a grandes infra-estruturas... nesse húmus, o dumha sociedade camponesa já desaparecida, abrolhou umha atitude de histórica desconfiança com tudo o que representava o Estado, mais de inibiçom geral com a *política* e de rechaço prudente e comedido do que de submissom directa ao poder. Um dos teóricos mais lúcidos do espanholismo, Ortega y Gasset, detectou com precocidade o hipotético *perigo* que supunha esta dinámica social, ao afirmar que nom compreendera nunca *por que preocupa o nacionalismo afirmativo da Catalunha e Vascónia e, no entanto, nom apavora o niilismo da Galiza*[8].

Para algumhas destas tendências sociológicas ligou acertadamente o nacionalismo popular nas suas etapas de maior vitalidade sócio-política, ganhando introduçom em certos sectores da populaçom e incorporando um mui valioso material humano.

Ainda, há que dizer, para honrar a verdade, que nunca o nosso projecto de emancipaçom transformou este desapego maciço pola política do regime em rebeliom organizada. Isto certifica um fracasso estratégico

(8) Citado em López Mira, A.X.: *Un modelo de participación democrática para Galicia, nacionalidade histórica*, Ediciós do Castro, 1996.

que culmina na desatençom voluntária e irresponsável da direcçom política das luitas populares numha linha de acumulaçom de forças e construçom de comunidade nacional substraída à espanhola. Quando um nacionalista amaldiçoa o povo que defende e critica a sua histórica submissom (comportamento paradoxal e mui difundido), abrindo umha fenda entre os sectores auto-organizados e a naçom que se afirma defender está-se indo além da constataçom da dificultosa tomada de consciência galega das nossas classes populares. Estám-se a exculpar as irresponsabilidades dos sectores de direcçom política para carregar a inteira responsabilidade sobre os ombros dum povo esgotado, desestruturado e privado de horizontes por um mui longo e dramático processo histórico: a colonizaçom. A falácia em que assenta esta conduta tam generalizada - até se fazer hegemónica em sectores autonomistas- é clara: *o nosso povo nom tem consciência, ergo, no nosso povo só fai sentido umha política reformista e nom independentista*. O mais lamentável dum razoamento tam pobre é que choca de frente com a experiência histórica: o fortalecimento qualitativo e o medre quantitativo do projecto de libertaçom nacional dá-se naqueles momentos de política global –política e sectorial– consequente, enquanto o enfraquecimento, desorientaçom e retrocesso se produzem aquando da ambigüidade populista e o tacticismo eleitoral e reformista; aquando da nom compreensom do carácter insubstituível e estratégico do mantimento e reproduçom dumha força popular auto-organizada e do carácter táctico e substituível da luita eleitoral e nos espaços do regime. Comparemos os diferentes sucessos da UPG e o PSG e comprovemos se o *radicalismo* foi obstáculo real para a criaçom de fortes e solventes estruturas; comparemos o modelo de militante juvenil, cultural, sindical ou partidário da dura década de 80 com os predominantes na *época doutrada* do auge eleitoral e os governos municipais nacionalistas...; o certo é que aproximadamente entre os anos 72 e 77 o nacionalismo popular atinge importantes sectores sociais. Restava definir por onde se encaminharia aquele viveiro associativo, político, sindical... que, a pesar de minoritário, nunca foi marginal, porque sempre ocupou a centralidade sócio-política, cultural e até intelectual do nosso país. Era o desmentido mais claro à suposta docilidade do galeguismo e à irremediável condena deste a chapinhar nos cenáculos do culturalismo. O independentismo armado da década de 80 foi mui agudo ao afirmar, na altura, que a maior responsabilidade na orientaçom do decorrer do movimento correspondia às

próprias direcçons políticas, e nunca a abstractos condicionamentos *étni - cos* que remetem mais para a proclamaçom romántica de certo velho galeguismo do que a umha análise materialista e dialéctica:

> *o tecto de conscientizaçom de certas camadas populares atingiu-se há anos. Desde essa altura, o povo trabalhador depende da identidade, capacidade e responsabilidade das suas vanguardas. Continua nesse impasse e pré-fecundaçom das suas filhas e filhos mais dignos.*[9]

3. A questom galega no presente
Sobre a caracterizaçom real do autonomismo

Acima vimos, grosso modo, as tendências que condicionárom a causa da construçom nacional desde as suas origens. Vimo-las conscientemente dumha óptica estrutural, quer dizer, reparando na peculiar conformaçom sociológica galega, nas razons que explicam a ausência dum processo de nacionalizaçom alternativo dirigido por elites auto-centradas, e nos lastros profundíssimos e nom episódicos que introduziu um prolongado processo de substituiçom cultural e periferizaçom económica aparentemente incruento, mas de efeitos terríveis na vitalidade popular e cívica e na auto-estima colectiva. Assinalámos –e nom vamos deixar de insistir neste aspecto em todo o documento– que a questom nacional galega, a sua génese e desenvolvimento, dificilmente será compreendida sem integrar na análise o significado da colonizaçom e os seus riscos mais intangíveis. Que o empobrecimento material da naçom e a sua espoliaçom nom continuariam o seu percurso harmónico sem o correlato mental dumha maioria social impedida, privada de futuro próprio, e destinada a exprimir em forma de doença individual umha frustraçom colectiva. Resta agora ensamblar estes grandes condicionamentos com os contextos e conjunturas políticas vividas. O que neles acontece, os rumos tomados, as decisons finalmente triunfantes, marcam de maneira muito nítida o contexto em que sofremos e transformamos. Nem é necessário dizer já que, se falamos de contextos e processos políticos, mergulhamos num campo inabrangente e corremos grandes riscos de simplificaçons. Todavia, e sem temor a nos enganarmos, assinalaremos três factos transcendentais da nossa história recente:

1. O acontecido em 1936 e as suas conseqüências, tam óbvias e palpáveis que nom nos deteremos demasiado nelas. Para além da decapitaçom social da naçom e a instauraçom dum clima de terror e miséria que

(9) EGPGC: *Nova Poesia Galega*, Imprenta de Coimbra, 1988.

logo se traduz em hegemonia de linhas de inibiçom e dependência (herdadas até hoje), lembremos neste ponto que antes da barbárie fascista apontavam os seus primeiros desenhos ideológicos e organizativos duas correntes incipientes: o independentismo juvenil dum sector da FMN (em aberta desavença com os seus maiores) e o marxismo patriótico em germe num restrito sector do PCE. A liquidaçom completa destas duas correntes e do potencial que guardavam supom um retrocesso de várias décadas que contribui, mais umha vez, para afiançar a imaturidade congénita do nosso movimento nacional.

2. A liquidaçom do nacionalismo político na pós-guerra e o triunfo parcial da linha de Ramón Piñeiro supom um primeiro esgarçamento contranatura, se pudermos falar nestes termos para explicarmos a parte de contingência e azar que tenhem os processos de emancipaçom: nega que a reconstruçom cultural galega faga parte dum mais vasto processo de libertaçom nacional; consagra um culturalismo de elites autosatisfeitas e entrega parte da nossa simbologia e referentes (bem que deturpados) ao inimigo secular. O espanholismo já tem máscara porque aceita umha aproximaçom cínica e epidérmica de parte da nossa cultura; nega-se de raiz, aliás, a possibilidade dum nacionalismo político abandeirado por sectores das elites galegas. Novamente Rafael Martínez Castro analisa com acerto esta questom. O facto de partir de posiçons brandas ou conciliadoras ainda reforça a razom e sinceridade da sua análise:

> *O nacionalismo tradicional, no entanto, nom consegue reconstituir-se projectiva e organicamente na ditadura e, em consequencia, fica definitivamente clausurado. Este fracasso histórico do nacionalismo tradicional nunca foi, ao meu entender, correctamente assimilado. Mas foi transcendental. A reduçom a puro galeguismo culturalista (...) consumava a patética mistura de fraqueza e ternura com que aos olhos da populaçom aparecia o "galeguismo". E nom serve em absoluto de coarctada a ditadura para justificar o uso hipócrita do culturalismo. Poucos som os casos em que a biografia avaliza o título de "bons e generosos". Nom gostaríamos de ser injustos, mas é muito o que se tem abusado do sentimentalismo para ocultar ineptidom e covardia. Se há umha doença que mina o nacionalismo galego, esta é a sua propensom à complacência.*[10]

3. Finalmente, o progressivo esfarelamento do projecto de libertaçom nacional que encarnou a primigénia UPG no decorrer dum longo e

(10) Martínez Castro, *Op. Cit*

complexo processo em que tivo lugar de privilégio umha permanente e exitosa cruzada anti-independentista supom um capítulo de destaque: ajudam-nos a compreendermos a deriva, as ambigüidades e o confusionismo ideológicos de que parte o projecto inicial a respeito dumha compreensom cabal da questom nacional e dumha aposta nitidamente independentista, a tomada permanente de posiçons por parte de sectores pequeno burgueses intelectuais e o deslocamento da militáncia popular e trabalhadora, e um sectarismo doentio incompatível com a construçom dumha sociedade nacional galega. Ainda como um actor parcialmente externo, o independentismo tem muito a ver com tal liquidaçom: a intermitência organizativa e a incapacidade na construçom dum sólido referente insuflou mais e mais oxigénio a esta linha hoje dominante. Cumpre umha denúncia aberta, razoada e firme dos sectores dirigentes que pejárom de tal maneira o nacionalismo, para o debate substituir de vez o impropério, a tagarelice gratuita ou o anedotário histórico. O retrocesso histórico que protagoniza esta geraçom de dirigentes nom se pode enquadrar no tam manuseado termo da moderaçom, palavra mágica com que muit@s quigérom simplificar umha questom mais complexa com distintas ramificaçons. Em termos rigorosos, estamos perante um processo bem mais amplo, e portanto bem mais grave. O que fijo o nacionalismo maioritário, especialmente na última década, nom foi abrandar linhas de actuaçom, flexibilizar tácticas ou ajustá-las a conjunturas determinadas, mas substituir tacitamente os objectivos estratégicos e enlear-se num imediatismo cego e confuso legitimado por imparáveis avanços no ámbito da presença institucional carentes de base social e inspiraçom ideológica coerente. Com efeito, umha primeira anomalia desta viragem –autêntica desintegraçom ideológico-política– foi a sua falta de sinceridade: nunca se abordárom sistemática e rigorosamente as hipotéticas razons da mudança de linha; foi trocada por inércia e irresponsabilidade enquanto se mantivérom incólumes os discursos e imaginário fundacionais. Num processo mui habitual em todos os reformismos, e especialmente naqueles inspirados na sua origem por certo estalinismo, quanto mais se fai um esforço desesperado por recriar a "pureza" interna e por reforçar toda a panóplia simbólica mais errática, imediatista e temerosa do velho revolucionarismo, é a linha política real. O resultado é conhecido: por um lado, um vasto consenso interno que tem mais de fidelidade familiar do que da autocrítica sincera

própria da esquerda; polo outro, a contradiçom entre um nacionalismo teórico e um regionalismo prático, ainda mais agudizada quando a direita espanhola apoia eufórica o alinhamento com as teses autonomistas e a imersom no universo simbólico do regime. Precisamente quem se enquadra sinceramente e desde os inícios no autonomismo é quem reconhece este fenómeno:

> *Pode-se fazer a seguinte apreciaçom sem perigo: se a tese do colonialismo tiver razom entom só cabe a imediata reclamaçom da independência e a linha FPG. O gradualismo e o reformismo progressivo (...) estám fundados, patentemente, na suposiçom de que resulta possível certo grau de modernizaçom, progresso e mantimento da identidade no quadro dumha situaçom que, de ser certa aquela tese, só poderia ser atalhada, exclusivamente poderia ser atalhada, através da ruptura do vínculo com o Estado. A contradiçom, acho, nom pode ser mais manifesta ainda que, sem dúvida, doutores tem a igreja que poderám desfazer o embrulho. Ora bem, sempre será paradoxal responder a pergunta de por que se colabora com um Estado –e as instituiçons autonómicas Estado som- ao que, previamente, se distingue, em exclusiva, como o agente da espoliaçom estrangeira.*(11)

Sabemos que, efectivamente, existem esses doutores que som aludidos no texto. E, com mais habilidade do que se poderia imaginar num começo, mantivérom e mantenhem a instituiçom unida com umha utilizaçom surpreendentemente eficaz da mitologia interna. A retórica, a inflamaçom verbal em contraste com a pobreza dos factos e a literaturizaçom do discurso som cortinas de fumo para ocultar impotências e incapacidades. Só os movimentos mais especulativos e acomodatícios, os que nom se jogam nada ou mui pouco numha luita, som especialistas nas cábalas intelectuais e em fugir de pensamentos operativos e rigorosos, úteis para o aqui e agora, necessários para a sobrevivência e o avanço. O nacionalismo galego, especialmente nutrido de literatos, ainda reforçou mais aquela linha pola sua malformaçom intelectualista. Porém, nas fases de maior madurez política e aposta de fundo na naçom e nas suas classes populares, o "bom pensamento", acertado e funcional, deslocou o sonho e a falácia. Nom temos mais que comparar as obras de referência autóctones da década de 70-80 com a pobreza (ou ausência) da produçom intelectual de hoje. Pois bem, o contingente intelectual gestado na altura, junto com a prática sócio-política que o ampliava e enriquecia, conduzia directamente a formulaçons independentistas. Poderiam ser discutíveis os ritmos da caminhada, a contundência da intervençom, as formas de luita... mas o

(11) Baamonde, A.: "Tres panfletos (im)pertinentes", in AAVV: *Catro ensaios sobre a esquerda nacionalista*, Sotelo Blanco, 1990.

que era inquestionável era a necessidade de alicerçar um projecto na reivindicaçom nuclear da autodeterminaçom e independência enquadrada na esquerda. Mesmo hoje, com umha plena inserçom prática do nacionalismo maioritário nos limites que marca o estado e no quadro europeu capitalista, é desonesto afirmarmos que há outra possibilidade para viabilizar umha Galiza soberana que um estado próprio.

O drama do autonomismo actual é o facto de sê-lo sem confessar-se como tal. O drama de manter, portanto, umha boa parte da militáncia ancorada nos objectivos originários mas alimentando umha prática diária contrária a estes. E, além do mais, de nom poder produzir-se o seu salto qualitativo e sincero ao autonomismo –ao *poder galego* tutelado e tolerado polos poderes fácticos– sem ganhar a confiança da escassa e fraca burguesia galega e das suas classes de apoio, plenamente satisfeita com o PP e o seu galeguismo formal. Nesta difícil posiçom intermédia, à espera dum apoio que nom chega e sem se fazer respeitar polo regime nem por *nacionalista* nem por *moderado* (nom encarna negumha elite e si mui prescindíveis sectores intermédios), o nacionalismo maioritário fica numha politiquice pobre: renunciou a impulsionar um projecto de libertaçom desde a reivindicaçom de mínimos democráticos (autodeterminaçom), mas também renunciou à construçom dumha comunidade nacional galega dotada de ferramentas, recursos e espaços próprios. Isto explica que, de fora da rede organizativa propriamente política, nom existam na actualidade recursos imprescindíveis para a nossa própria sobrevivência: um meio de comunicaçom diário galego e em galego digno de tal nome, um tecido cultural coordenado e implantado territorialmente, umha luita normalizadora de entidade, umha rede de infantários ou escolas para crianças galego-falantes, ou propostas de lazer alternativas na direcçom da construçom nacional. Enfim, boa parte do que se pujo em andamento na etapa de auge do nacionalismo popular desde os 70, e posteriormente congelado ou simplesmente liquidado. O independentismo nom reparou até hoje nesta histórica carência, desprezando quiçá que a ausência dumha sociedade civil galega limita profundamente a nossa proposta e impossibilita espaços de colaboraçom e convívio entre o conjunto da comunidade nacionalista. O certo é que, se é impossível o surgimento e implantaçom de organizaçons de classe de vanguarda num mundo do trabalho atomizado e sem funda tradiçom sindical (para citarmos o exemplo mais clássico da esquerda), tampouco nunca se intro-

duzirám propostas politicamente avançadas como as que encarna o independentismo numha sociedade cultural e nacionalmente desarticulada.

No entanto, enquanto a situaçom nom mudar qualitativamente (e quando o figer será fundamentalmente polo trabalho do independentismo organizado) o poder espanhol achará-se relativamente tranquilo e saberá à perfeiçom que é possível –e mesmo conveniente– a existência na Galiza dum amplo e plural *nacionalismo*: dum movimento que ocupe lugares institucionais nas diversas instáncias, sempre desde um respeito escrupuloso polos centros de poder real e polos rituais simbólicos onde se cria e recria a *legitimidade democrática* (da bandeira ao Borbom, passando polas figuras mediático-culturais do circo espanhol); que esteja presente em certas parcelas da sociedade a reivindicar umha saudável *galeguidade* (galeguidade de reserva, de literatura para iniciados e de festival folque, que nom tente atingir os diferentes campos de produçom cultural para ocupar o centro, que fuja da luita cultural normalizadora e se afogue no culturalismo); um nacionalismo que se mantenha afastado no possível da classe trabalhadora organizada, ou polo menos que coloque alguns dos sectores como cortejo da pequena burguesia assalariada dirigente; que combata feramente e com a paixom do converso os sectores nacionalistas independentistas que se mantenham firmes na defesa da auto-organizaçom popular e da soberania plena, impedindo um diálogo aberto entre dous campos *a priori* afins; que conserve, enfim, na cerimónia e ritual internos, a definiçom e auto-afirmaçom nacionalista como ferramenta auto-justificativa, compatibilizando-a com umha prática regionalista (mais "favores" do poder para o País, que vem ser o conteúdo da ilustrativa legenda *Galiza merece mais*, e nom todos os direitos para a naçom) de populismo economicista, mui na linha da composiçom de classe dos sectores dirigentes. Quando o economista do regime e assessor do SCH Guillermo de la Dehesa afirma que na Galiza fai sentido ser nacionalista no campo cultural, mas de maneira nengumha no económico polos efeitos da badalada *globalizaçom* está a expor polas suas palavras o processo que nós descrevemos: é factível reivindicar a própria identidade renunciando à própria soberania. Umha contradiçom de raiz que, de aceitar-se implicitamente, conduz ao suicídio e a um triste deambular sem perspectivas pola opereta política de Espanha.

4. Perspectivas da nossa luita

Consciência nacional, novo contexto e futuro do independentismo

O dilatado processo de transformaçom traumática (violenta e nom auto-centrada) que está a viver o país nas últimas décadas agita como nunca as bases dumha conformaçom histórica etno-cultural dumha singularidade extrema; coloca nas maos da Espanha ferramentas extremamente fortes de desculturizaçom e produçom de consenso, e inocula um imaginário presentista e resignado que coloca balizas poderosas contra a penetraçom de alternativas reais. Todavia, e de maneira dialéctica, som processos como estes que possibilitam a tomada de consciência em chave nacional de sectores crescentes dumha populaçom, sobretudo quando esta se une a umha crescente perda de legitimidade do Estado dominante. Os historiadores e sociólogos do regime fartam-se de assinalar este fenómeno e aproveitam para colocar a sua prédica do nacionalismo entendido como *regresso conservador a um passado idílico perante os temores da modernizaçom*. Ainda, sabem perfeitamente que se o processo desnacionalizador nom se acompanhar de certos incentivos, se o Estado nom conceder certas margens e consentir espaços para os *autóctones*, assegurando cinicamente confortável sobrevivência no seu seio, a contradiçom poderá fazer-se irresolúvel. Há toda umha artilharia ideológica, mediática e política conducente a enfraquecer a contradiçom e desenhar umha generosa permissividade da metrópole com os seus *periféricos* que teriam que agradecer. O barulho certeiro e confuso da *España plural* é, aqui entre nós, a sua expressom mais elaborada, correlato perfeito no campo político do que no lingüístico denominou o regionalismo "patufo" como *bilingüísmo harmónico*. A opressom nom se vê, simplesmente, porque nom existe, e um feliz convívio substitui a velha proclama franquista. Soluçom parcial, esta, que nom consegue ocultar um problema histórico; congela-o, abranda-o ou adia-o, mas nunca o soluciona. E nom o fai precisamente porque nas etapas de forte convulsom e mudança social, com os custos consabidos para as classes populares, é mais que factível que sectores correctamente auto-organizados relacionem a desfeita com a existência dumha naçom negada e privada de soberania. Este decifrar a situaçom, esta percepçom dumha longa agonia camuflada no universo do consenso e a pluralidade autonómica, aginha motiva a iniciativa social e o avanço. Javier Tusell,

conhecido historiador espanhol, apontava com certa razom que a extensom do nacionalismo basco e a sua vitalidade social se devia a interiorizarem sectores relativamente amplos deste povo um *medo à extinçom* a partir da constataçom do recuo histórico da sua língua.

Nom é por acaso que a *segunda vaga* de surgimento dumha certa consciência nacional galega (a primeira foi anterior ao 36) coincida no tempo com umha das etapas de mais acelerada transformaçom da nossa base produtiva e da nossa conformaçom sociológica, com as primeiras investidas da desruralizaçom, a última migraçom maciça e a conformaçom dos primeiros núcleos de proletariado industrial num marco de *sociedade de consumo*. As origens do nacionalismo de esquerdas acham-se neste contexto, o de incipiente renacionalizaçom galega: parcial dignificaçom idiomática, auto-organizaçom popular em campos mui diversos, assunçom maioritária dum difuso imaginário *galeguista* e conhecimento maciço por parte da populaçom da existência dum movimento nacional. Vimos anteriormente o limitado deste processo: as posiçons impolutas –materiais e simbólicas- que mantém o espanholismo e as graves deformaçons e renúncias que malbaratam ou minimizam este grande capital político. Porém, e numha etapa como a actual, com umha agressividade desmedida do nacionalismo espanhol e a sua hegemonia incontestada, os índices objectivos (se existirem) falam a favor da nossa causa. Os investigadores espanhóis constatam com preocupaçom a impossibilidade de soldar essa fractura histórica do seu falido projecto nacional; constatam o aumento da consciência galega e sabem que, de se encontrar ele com umha organizada e sólida intervençom política, abriria-se outro conflito de magnitude; daí o esforço por encaminhar tudo o que puder ser relacionado com a consciência galega para o inócuo e anedótico. Há só três anos, um estudo do CIS[12] reconhecia que 16% da populaçom galega considerava a Galiza umha naçom, número que entre a mocidade ascendia a 31%; esta posiçom associa-se com aquela juventude maioritariamente identificada com a esquerda e com atitudes teoricamente mais favoráveis ao nosso idioma. Da mesma maneira, um estudo de Outono de 1999 publicado em *La Voz de Galicia*[13], para além de registar um

(12) Moral, F., Mateos, A.: *Opiniones y actitudes nº 26. La identidad nacional de los jóvenes y el Estado de las autonomías*, CIS, 1999.

(13) *La Voz de Galicia*, 19 de Setembro de 1999.

importante sector social que se sentia *mais galego do que espanhol* (um 13% da populaçom), reflectia o nada desprezível número de 29% que se sentia só galeg@. Somos conscientes da escassa fiabilidade dos dados, mesmo do facto de estarem em contradiçom com estudos mais recentes, mas em todo o caso a tendência é coincidente. Nunca menos de 30% da populaçom coloca a sua condiçom de galeg@ sobre a de espanhol ou espanhola, e isto sem manejarmos dados mais concretos alusivos a faixas etárias e de origem de classe. No interior dessa consideraçom dumha *galeguidade vaga* que atinge um segmento populacional importante –com o correlato político da reivindicaçom dum maior grau de competências autonómicas– conforma-se um núcleo mais definido de 4% da populaçom aproximadamente que, sem ambiguidades, abraça as teses independentistas. O crescente posicionamento em coordenadas nacionais galegas, progressistas e em favor da língua dum segmento da populaçom jovem é por si próprio um avanço que, no entanto, carece de materializaçom por tudo o anteriormente dito. Por mui paradoxal que pudesse parecer, a fase de maior agressividade do nacionalismo, e de consumaçom dumha agressom profunda contra a nossa base cultural e material, coincide com um ressurgimento esperançoso de consciência galega e, em geral, crítica. Como valorizá-la? Da perspectiva mais auto-complacente (e habitual em nacionalistas à procura de auto-justificaçom) a conclusom é clara: *estamos em índices de consciência nunca atingidos e o processo de auto-determinaçom avança*. Mas, do nosso ponto de vista, nom adianta muito o facto de confirmarmos, como tantas vezes se tem feito, que hoje o nacionalismo galego é mais forte que em tempos da IIª República. Em nome dum rigor que achamos imprescindível, perguntaremo-nos: Qual é o nível de organizaçom com que se estrutura esta consciência aludida? Conduz-se para objectivos claros e delimitados politicamente? Supom um eficaz muro de contençom contra esse enraizado fatalismo que empece toda a acçom política solvente? E, finalmente, está a alimentar um movimento social e político que ponha em causa no curto ou médio prazo os grandes planos que, da Espanha, som traçados para espoliar-nos, desestruturar-nos e desnacionalizar-nos? As respostas, achamos, som por desgraça claras. E nada há mais difícil do que acometer umha análise franca e livre de preconceitos quando a ela vai ligada a avaliaçom de toda umha linha política; se a isto acrescentarmos que o que se avalia é a própria trajectória pessoal, a legitimidade de posiçons sociais, como-

didades e prebendas materiais, económicas e simbólicas–só sustentáveis predicando e exercitando a convivência pacífica com os nossos opressores– perceberemos o porquê da fraqueza e simplismo de certas análises históricas.

Chegados a este ponto, resta situarmos o nosso papel como independentismo organizado. Esclarecendo desde o início que nada há mais longe da nossa vontade do que actuarmos de porta-vozes da consciência de ninguém, nem situarmo-nos numha confortável atalaia para analisarmos com rigor e esperteza umha penosa realidade que nom queremos transformar à espera dum *momento ideal* para intervirmos. E é que também o intelectualismo se concilia às vezes –num trejeito bem aparatoso– com posiçons ideológicas consequentes.

A nossa prática situa-se nesta encruzilhada histórica: a do avanço acelerado das tendências desnacionalizadoras e do ressurgimento tímido e ainda indefinido de formas de consciência galegas e populares que nom tenhem ainda concretizaçom política e organizativa; formas de consciência latentes em círculos restritos da Galiza trabalhadora (sem por isso podermos simplificar e homogeneizar umha realidade socioeconómica extraordinariamente fragmentada) e muito ligadas às agressons sem precedente que o capital está a lançar contra o trabalho desde a vaga neoliberal e graças à liquidaçom e domesticaçom de ferramentas políticas noutra altura emblemáticas. Sem cairmos em mecánicas adaptaçons que asseguram que a um maior deterioramento das condiçons de vida corresponde maior auto-organizaçom e combatividade popular (sobretudo levando em conta o peso desse *colchom amortecedor* virtual que é o universo do consenso mediático-cultural), sim afirmamos com rotundidade que os poderes fácticos sabem do crescente risco de fractura social, conflituosidade e desordem que arrastam tais medidas. A histeria da *segurança cidadá* e o açoute aos princípios mínimos da sua doente *democracia* vam nesta direcçom, e a promoçom dum discurso caritativo e absolutamente desvirtuado onde *cabermos todos* com motivo da crise nacional do Prestige certifica como o poder teme o enfraquecimento da legitimidade simbólica de Espanha e do sistema socioeconómico que sustenta. E, ainda nesta linha, sabem que determinados sectores sociais facilmente abraçariam umha prática consequente como a do independentismo se esta se dotasse de recursos organizativos e linhas de intervençom criativas e solventes. Se a

umha leitura correcta da realidade social somarmos umha intensa pedagogia política que analise as razons evidentes do que nós denominamos umha verdadeira crise nacional (onte lenta e progressiva, hoje acelerada dramaticamente a olhos de tod@s) que nos ameaça como naçom a meio prazo, concluiremos que a preocupaçom espanhola tem fundamento.

Podemos concluir destacando dous aspectos diferenciados, mas com umha íntima relaçom: o primeiro, alude ao momento crítico, à autêntica crise nacional em que se encontra a Galiza. Apelamos apenas para o recurso aos dados que utiliza a intelectualidade e os órgaos institucionais do regime para comprovarmos a transcendência desta afirmaçom: da língua à demografia, às condiçons de vida e trabalho, passando pola desestruturaçom territorial, nom há dado que fale a favor de nengum índice de progresso após mais de 20 anos de autonomia e mais de quinze inseridos no quadro político europeu. Qualquer proposta transformadora que na Galiza de hoje nom leve em conta este enquadramento condicionante, e mascare torpemente a dureza da situaçom, ou é cega ou é desonesta. O segundo aspecto tem a ver com a subjectividade com que é enfrentado este estado de cousas: a fragmentaçom dos sectores críticos, a ausência dumha sociedade civil nacionalista, a condiçom embrionária daquelas ferramentas que poderiam superar aquela, e a hegemonia dumha cultura *política* de culturalismo *selecto*, anti-organizaçom e atomizadora, no campo d@s galeg@s conscientes, sempre à procura de sucedáneos estéreis à fórmula da auto-organizaçom popular. Este é um segundo grande condicionante negativo, que deve ser superado na prática, que o nosso movimento enfrenta.

Se fugimos de malabarismos e retóricas vácuas, tudo o anteriormente dito leva a umha tese bem clara: em tempos de deserçom maciça e ofensiva sem máscara dumha mistura sinistra de neoliberalismo e nacionalismo espanhol fascistizado só cabe ao independentismo aumentar a sua exigência e acelerar os ritmos. Nom para cair em precipitaçons, nom para descuidar a forja de sólidas bases sociais e organizativas, mas para decidir-se a dar desde elas saltos audazes que recuperem para a nossa naçom e umha linha revolucionária importantes núcleos que hoje esmorecem entre a quotidianeidade da exploraçom e o derrotismo autista.

A desproporçom entre um sistema crescido e desbocado, em desprague e alerta permanente, e as incipientes tendências positivas que assi-

nalámos é evidente, mas agrava-se ainda mais quando esse restrito núcleo de *galeg@s conscientes* nom se dota dumha subjectividade vigorosa que leve a acelerar aqueles processos conducentes à edificaçom de ferramentas de intervençom e ámbitos de socializaçom alternativos que arrebatem espaços à Espanha. Também é aqui que dominam inúmeros diagnósticos relativamente lúcidos contrastados com a ineptidom prática mais escandalosa; por elegermos novamente um exemplo mais ilustrativo, pensemos que desde há mais dum lustro contamos com dados perfeitamente quantificáveis da progressiva extinçom da comunidade linguística galega, dados tratados inúmeras vezes em publicaçons especializadas, colóquios, manifestos... mas que nunca se pretendêrom inverter na rua com umha dinámica global ambiciosa e adequada à etapa que vivemos –salvando honrosos casos muito localizados. A calma com que se reage, o peso da inércia e um défice de organizaçom endémico fam com que potenciais bem visíveis aqui e agora sejam esbanjados sem rubor sem saírem do selecto círculo dos iniciados. O erradamente denominado *conflito normativo*, tantas vezes reduzido a umha acalorada e aborrecida polémica entre académic@s, e a incapacidade do reintegracionismo para se deslocar à rua como eficaz prática normalizadora de massas, demonstrando na prática a sua validade, é também boa prova do que estamos a dizer.

Sem a superaçom hoje de estilos especulativos estéreis e de filosofias globais que anseiam um convívio sem sobressaltos da *galeguidade* no seio da democracia borbónica que padecemos, seríamos mais umha nota pitoresca na reserva que eles construem para nós: a de nacionalistas que, com toda a comodidade, debulham o presente do país nos cenáculos da academia, da tertúlia intelectual ou da restrita imprensa orgánica dos mais dependentes. Se estamos a assistir ao ressurgir do independentismo como movimento organizado –ainda em construçom–, como protagonista de peso dumha recuperada conflituosidade sócio-política na Galiza dos inícios do século XXI, é precisamente por se conjugarem análises adequadas com umha prática que nom teme nem obstáculos nem resultados, e nom por fazer de aquela entretimento especulativo para tempos de crise. E enfatizamos, como síntese, o que segue: a construçom dumha sociedade civil galega, dumha sociedade nacional, apearia muitos da autocomplacência em que navegam com os seus particulares projectos, mais interessados no *estar* do que no *vencer*, e, obviamente, apagaria o

sectarismo congénito de onde se dirige a prática do nacionalismo maioritário desde há três décadas.

Como independentistas, no aspecto que achamos prioritário no momento presente, corresponde-nos nem mais nem menos que desenhar as fórmulas da nossa emergência. E um movimento emergente precisa dumha nova identidade. Mas esta só pode ser exposta –e concretizada numha prática sócio-política- superando numha síntese toda a experiência anterior: experiência global do nacionalismo, do qual nasce e fai parte, e experiência do próprio independentismo como corrente definida durante oito décadas. E a superaçom das realizaçons mais ambíguas, pobres e timoratas que se dérom no seio do movimento nacional devem ser firmes e inequívocas. Um novo movimento vai abrolhar desde que se desprenda das rémoras mais pesadas que atam a sua imagem à que dele fabricou o inimigo. Valendo-nos das palavras dum clássico, *um grupo humano que se quiger libertar deverá levar avante, antes do mais, um combate contra si próprio*[14].

Este combate, na Galiza, passa pola assumpçom livre de preconceitos e sem matiz da própria condiçom nacional. Pola compreensom cabal de que a reconstruçom e libertaçom do País só podem partir desse sector social que se define como galego de naçom. Quem se sentir *galego e espanhol* está-se a considerar, em definitivo, espanhol. A sua galeguidade é um atributo periférico e simplesmente afectivo perante a centralidade social, política, cultural e idiomática da sua adesom a Espanha. O progresso das teses independentistas a partir de pedagogia tam simples pode parecer afirmaçom vácua e simples; e, no entanto, o próprio nacionalismo maioritário nom foi quem de desenhar na teoria e na prática esta linha tam evidente. A alimentaçom de identificaçons ambíguas em nome do ascenso imediato dumha alternativa populista afixou a continuidade dumha galeguidade afectiva, inútil, laxa e perfeitamente conciliável com a *espanholidade forte* que ainda hoje permite à metrópole suster incólumes as suas posiçons, consumar o nosso saqueio, manter a nossa pobreza e recriar o imaginário da nossa docilidade. E permitiu, nom esqueçamos, ignorar que a identificaçom nacional nom é umha relíquia guardada na intimidade, senom um processo dinámico que se constitui diariamente até assentar (até se natu-

(14) Memmi, A.: Op.cit.

ralizar) na quotidianeidade. Enquanto nos espaços cultural, lúdico, desportivo, educativo e sócio-político nom ajam estratégias nacionalizadoras, restringindo-se ao mui reduzido cerimonial político, a condiçom nacional haverá de viver-se sempre desde a catacumba e a anormalidade, acrescentando a histórica e dolorosa experiência d@ colonizad@ de se sentir estrangeir@ na própria Terra.

E quanto às achegas históricas do nosso movimento? A inconstáncia organizativa parece enodoar nalgumha medida e impedir umha síntese clara. Confus@s perante a sucessom de projectos e siglas, condicionad@s afectivamente na tomada de posiçom por umha ou outra corrente, quiçá aconteça que as árvores nom nos deixem ver o bosque. Todavia, nunca tantos anos de luita, experiências tam ricas e dilatadas, passam sem deixar o seu legado para as novas geraçons se estas sabem ler correctamente o passado. A actualidade e utilidade de certas teses e a necessidade de algumha aprendizagem parece indiscutível:

a) Em etapas mui determinadas sugeriu-se a possibilidade de o nosso movimento constituir um ramo totalmente autónomo do dominante no movimento nacionalista, libertando-se da tutela da corrente maioritária donde procedia. A ligaçom mesmo biográfica com esta dos actores principais, a nom consumaçom do processo de desintegraçom ideológica que culminou no autonomismo, e o mantimento dumha prática de relativa coerência com os princípios fundacionais impediu, como é lógico, esta necessária separaçom. Intuiu-se o curso dos acontecimentos, mas faltou sempre um bocado de audácia para assinalar que o fim do caminho do reformismo ia ser o presente. Lembremos neste ponto que desde finais da década de 80 e pola vez primeira, é desenhado um movimento como conjunto organizado de diferentes peças coordenadas, deixando de considerar-se o independentismo como simples *consciência crítica* do nacionalismo maioritário. É nos inícios deste século quando a proposta em germe pode materializar-se. E se o fai, é para superar para sempre visons cativas e auto-suficientes: movimento nom como soma de diferentes capelas ou como espaço de crescimento dumha alternativa partidária, mas como engrenagem ao serviço dumha naçom, aberto a ela, firme na construçom dumha identidade absolutamente partilhada da qual tod@s podamos e devamos orgulhar-nos.

b) Desde os finais dos 70 enquadra-se o independentismo em formulaçons e práticas de esquerda; nom surpreende, quando procede em linha directa dumha cultura política marxista que nunca se questionou na sua raiz. @s principais protagonistas, ontem e hoje, militantes procedente das diferentes facçons do nosso povo trabalhador. Qualquer tentativa de denunciar umha hipotética ausência de conteúdo revolucionário no nosso movimento e de sublinhar obsessivamente um esquerdismo terminológico é gratuita. Semelha que os restritos e fracos sectores sociais acomodados na nossa naçom poderiam invadir o movimento e chegar a jogar-se vida e prestígio numha luita dura e sem concesons como a que nós travamos, quando o autonomismo é o seu lugar natural. Na esquerda mais retórica e amiga da fraseologia sempre se explicárom os fracassos políticos nom como fruto da conjugaçom de diversos factores no seio de dinámicas sociais complexas, mas por causa da ausência da substáncia mítica do proletariado, elemento corrector e predestinado a guiar polo caminho da revoluçom movimentos pervertidos por classes sociais geneticamente *traidoras*. Isto está ligado, ainda, às históricas indefiniçons do marxismo quanto à análise das classes sociais, e que levou importantes líderes como Gramsci ou Lenine, ao se aperceberem da minoria numérica da classe operária estrita, a apostar pola hegemonia do proletariado industrial na conduçom de diversos sectores populares. Nom faltará quem, na maré complexa e plural destes, veja estranhos vírus a corromper louçanias, mas o difícil panorama que herdámos da história nom se explica só por meio de composiçons de classe de claridade cartesiana, senom recorrendo a variáveis diversas onde se enquadra a própria dinámica sócio-política no interior do movimento. A única esquerda real, no independentismo, parte de pular por dinámicas sociais de trabalho com e para as classes populares e de construir naçom e movimento fora da arquitectura institucional de Espanha.

c) O independentismo leva anos a teorizar sobre a violência defensiva e a tensom social, construindo umha prática neste sentido na medida em que o possiblita o decorrer do movimento. Para o autonomismo, as consequências desta aposta explicariam o fracasso de diversos projectos: a repressom, a falta de consciência nacional, a precariedade do contexto... serviriam por si sós para apagar de vez a questom e condenar a aposta realizada. Cai-se assim numha dupla falácia: exculpa-se a responsabilidade dos sectores dirigentes

e nom se analisa criticamente a esterilidade das filosofias políticas resistencialistas, com toda a sua carga de inércia narcotizante. A violência, esse *grande mal* produto da inconsciência, dinamitaria por si só o trabalho de lustros e fecharia o futuro. Como se vê, argumentos mui recorrentes do reformismo em qualquer latitude e conjuntura, invocando-se na esquerda umha *desigualdade de forças* que nos destinaria a sofrer sem dar resposta até um mágico dia D. Sabemos hoje, ainda, que neste convulso e polimorfo ressurgir da esquerda que é o movimento antiglobalizaçom capitalista, é um dos debates com maior transcendência de futuro. Tanto, que numerosos porta-vozes do sistema pretensamente progressistas, se apressam a pontificar a favor da *nom violência* (popular). Por seu lado, é desconsiderada umha posiçom ainda nunca refutada: toda a aposta na ruptura política ou social (e um processo de libertaçom nacional é ambas as cousas) motiva umha intervençom violenta do Estado, nas suas diferentes modalidades e intensidades. Os sectores auto-organizados dum povo que nom se defendem som sectores que nom avançam e, finalmente, som derrotados. Adiar *sine die* esta questom da aposta na estratégia de tensom social em nome das suas muitas repercussons práticas e vitais é, simplesmente, fugir dela de maneira pouco honesta para caminhar pola conciliaçom ou vegetar no universo político como enfeite da *Espanha plural*. Aliás, o que nos ensina a história em contextos como o nosso (situado na periferia do mundo *ocidental* e onde a assumpçom subjectiva da submissom joga um papel de primeira ordem), é a impossibilidade de imbricaçom social real sem a criaçom dumha legitimidade própria, injecçom de auto-estima e decodificaçom da opressom (oculta na mitologia do consenso). Sem os efeitos da prática desobediente e a dinámica de tensom entretecidos com umha vasta actuaçom política e social. As palavras de Frantz Fannon sobre a política do nacionalismo de resistência, ainda escritas num contexto bem diferente do galego, continuam a ter um grande valor pedagógico para nós:

> *O militante nacionalista decepcionado pola "política", descobre na praxe concreta umha nova política que nom se assemelha em nada à antiga. Esta política é umha política de responsáveis, de dirigentes inseridos na história que assumem com os seus músculos e os seus cérebros a direcçom da luita de libertaçom. Esta política é nacional, revolucionária, social. Esta nova realidade que o colonizado vai conhecer agora nom existe se nom é através da acçom. É a luita que, ao fazer estourar a antiga realidade colo-*

nial, revela fasquias desconhecidas, fai surgir significaçons novas e coloca o dedo sobre as contradiçons dissimuladas por esta realidade. O povo que luita, o povo que graças à luita, dispom esta nova realidade e a conhece, avança, libertado polo colonialismo, advertido por antecipado contra todos os intentos de mistificaçom, contra todos os hinos à naçom. Só a violência exercida polo povo, violência organizada e aclarada pola direcçom, permi - te às massas decifrarem a realidade social, dar-lhes a chave desta. Sem essa luita, sem esse conhecimento na praxe, só há entruido e enfeites.[15]

[Outubro de 2003]

(15) Fanon, F.: *Los condenados de la tierra*, FCE, 1987.

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 085 - 110 / ISSN 1130-3557

Os Olhos da História. A Cartografia, dos seus inícios às decisivas contribuições do português «Planisfério Cantino» (1502)

Joám Bernardes Vilar

(Vigo)

Nom se sabe de nengumha sociedade, ou cultura humana, que nom chegasse a representar de algum jeito, com maior ou menor precisom, ou sequer com um mínimo de fidelidade, o seu território, quer por meio de croquis, de planos, ou de representações topográficas, quer através de algumha classe de esboço, por rudimentares que fossem. Tais representações iconográficas referem-se, nalguns casos, apenas à zona em que se desenvolvia a sua actividade, mas noutros incluem também os territórios imediatos, e mesmo alguns outros mais afastados. Estamos a referir-nos tanto aos povos primitivos pré, proto-históricos e actuais, como às culturas mais evoluídas (Fig. 1).

Como nom podia ser menos, dentro de um leque tam amplo e variado como o que acabámos de indicar, os suportes utilizados para tais representações fôrom também diferentes: nervos de folhas, fibras de molusco, cabelos, côdeas, especialmente de vidoeiro, osso, marfim, tabuinhas de barro cozido, pinturas rupestres, insculturas sobre pedras e lajes, maquetas, desenhos sobre vitela, coiro, papiro, etc.

Fig. 1: Entre as culturas aludidas, também as nossas neolítica e castreja fizérom este tipo de representações. No gravado o que se considera o mapa da foz do Minho existente na citânia de Santa Tegra (Guarda).

O conhecimento e a análise desta riqueza informativa permite-nos, por outra banda, umha ajeitada avaliaçom do grau de conhecimentos de cada cultura, até o ponto de podermos dar por bom o que acerca destas

representações chegou a pensar o cartógrafo flamengo Abraham Ortelius (1527-98) quando considerou que «os mapas som os olhos da história».

A evoluçom do conhecimento geográfico

Deixando à parte a progressom dos distintos caminhos que o conhecimento geográfico tivo no mundo, do que aqui nos vamos ocupar é da evoluçom das representações cartográficas da cultura ocidental, sobre as origens da qual nom nos vamos deter tampouco dado que a perda no ano 365 da famosa Biblioteca de Alexandria nom nos permite pronunciar-nos com rotundidade acerca da influência que os desaparecidos conhecimentos egípcios tivérom na cultura grega, de que somos todos devedores.

Digamos para começar que os primeiros conhecimentos científico-racionais acerca da geografia procedem dos iniciais filósofos gregos, entom mui vinculados à cosmografia, além de também às matemáticas, a cronografia, a gramática e a poesia. Eles consideravam entom que a Terra era plana e circular, rodeada por um rio-oceano, com Delfos no seu centro, e que se mantinha imóvel no meio do Universo.

Umha concepçom semelhante à do Mapa-múndi babilónico do ano 600 a. C., o que sugere umha cronologia mui anterior para o surto da mesma, bem como à que aparece na Bíblia: «Há um que reina sobre o círculo da Terra» (Isaías, 40:22), frase em que «jugh», a palavra utilizada polo profeta para referir-se a «círculo», leva implícito o valor semântico de «esfericidade». «Gravou o círculo sobre as águas, até a fronteira entre a luz e as sombras» (Job, 26:10)[1].

Com umha leve posterioridade, Tales de Mileto (640c-545 a. C.), que, o mesmo que muitos outros sábios e eruditos gregos, estivo no Egipto, bem como o seu discípulo Anaximandro (610c-547 a. C.), o home que sustinha que «o infinito –"ápeiron"– é a origem», demonstrárom científica e matematicamente que a Terra era um corpo esférico que flutuava no espaço, se bem o segundo pareça inclinar-se mais a umha concepçom cilíndrica do mesmo. Lembremos também que o autor do bíblico Livro

(1) Se bem tanto Job como Isaías vivérom respectivamente nos séculos XV e VIII antes de Cristo, os analistas bíblicos consideram que os escritos a eles atribuídos fôrom redigidos com muita posterioridade, por volta dos séculos VI e V. *Vid.* H. Haag et alii: «Diccionario de la Biblia», Herder, Barcelona, 1963, págs. 916-20 e 998. Quer dizer, que a informaçom neles recolhida a respeito da forma da Terra pode proceder dos tempos do exílio na Babilónia, posterior portanto a esse mapa do ano 600 a. C.

de Job, chegara a afirmar: «Tendeu o norte sobre o vácuo e pendurou a Terra sobre o nada» (Job, 26:10).

O conceito da esfericidade da Terra seria também aceite por Pitágoras de Samos (580-500 a. C.), Aristóteles de Estagira (384-322 a. C.), responsável além disso pola elaboraçom dos conceitos de pólo, equador e trópicos, e Eratóstenes de Cirene (276-194 a. C.), director no seu tempo da Biblioteca de Alexandria. Este conhecimento acerca da forma do nosso planeta foi, porém, esquecido posteriormente, nom sendo retomado senom por Alberto Magno (1200c-1280), professor de teologia e filosofia em Paris e Colónia, através precisamente do seu conhecimento de Aristóteles.

Com base em todos estes imprecisos conhecimentos o já citado Anaximandro de Mileto elaboraria, numha data tam prematura como a de princípios do século VI antes de Cristo, o que podemos considerar como o primeiro Mapa-múndi analítico[2]. Nele, e ainda com as limitações que lhe impunha a exiguidade dos conhecimentos sobre as terras entom habitadas, Anaximandro utilizou o primeiro sistema de coordenadas do que temos notícia, constituído por meridianos e paralelos equidistantes entre si, que permitiam umha mais precisa definiçom do território, e, sobretudo, a localizaçom de qualquer lugar. A seguinte carta geográfica da que sabemos seria a de Hecateu de Mileto, (nascido em 549 a. C.), um dos primeiros autores tanto sobre história como de geografia, retomador da ideia de umha Terra plana e circular (Fig. 2).

Mas havia de ser Eratóstenes de Cirene, inventor tanto do calendário que, por ter sido adoptado mais tarde por Júlio César, denominamos hoje juliano, como das palavras Filósofo e Geografia, quem havia de conduzir ao grau mais elevado a cientificidade da matéria ao conseguir calcular com assombrosa aproximaçom a medida da circunferência terrestre[3]. Por último Eratóstenes elaborou outro Mapa-múndi ao que dotaria já da precisom que lhe confere a utilizaçom dumha escala, mantendo e aperfeiçoando ao mesmo tempo o sistema dos dous eixos de círculos ideados por

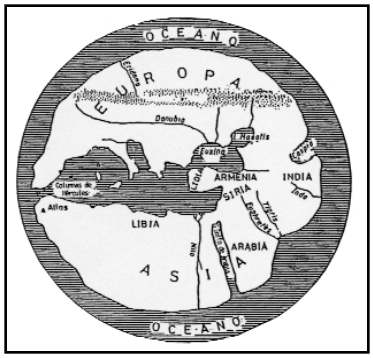


Fig. 2: Representaçom simplificada do mapa-múndi que Hecateu de Mileto elaborou por volta do ano 500 a. C.

(2) STEFOFF, Rebecca, págs. 26-27.

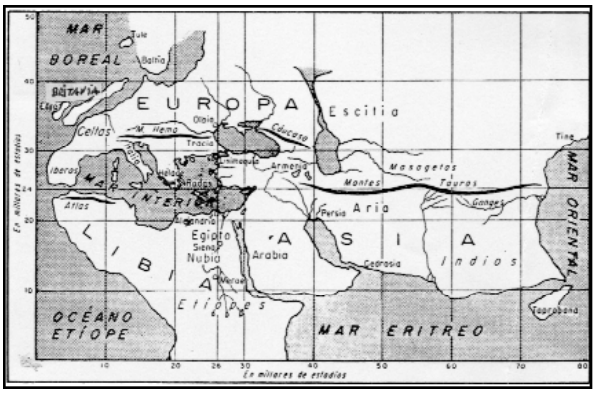


Fig. 3: Reconstruçom conjectural do mapa-múndi de Eratóstenes de Cirene, de arredor de 200 a. C., efectuado já à escala e dotado da oportuna rede de coordenadas.

Anaximandro para indicar a longitude e a latitude (Fig. 3).

Outro significativo avanço seria a contribuiçom de Aristarco de Samos (nascido no ano de 320 a. C.), quem, se bem que mantendo a concepçom geocêntrica do universo, preconizada tanto polos seus antecessores como por quantos estudiosos houvo até um tempo tam serôdio como o de Nicolau Copérnico (1473-1543), advertiu, já daquela, que a Terra nom estava imóvel no espaço senom que rotava sobre si própria, e se deslocava à volta do Sol.

A seguinte e decisiva contribuiçom correria a cargo de Hiparco de Rodas (190-125 a. C.), possivelmente o autor com que mais em dívida se encontra a cartografia universal. Hiparco, além de aceder ao conhecimento da excentricidade da órbita terrestre, ao da precessom dos equinócios, aperfeiçoar os cálculos acerca dos eclipses, advertir as irregularidades do movimento da Lua, fazer o primeiro catálogo fiável das estrelas, e idear a dioptria, um instrumento de cálculo astronómico, mui semelhante ao astrolábio, que também utilizou, e transcendental para a navegaçom, revolucionou também as ideias cartográficas. Rejeitou, em primeiro lugar, a rede irregular de paralelos e meridianos proposta por Eratóstenes, para substituí-la por outra determinada por critérios mais

(3) O resultado do seu cálculo foi o de 250000 estádios, ainda que muitos autores antigos citem 252000. O estádio é umha medida que equivalia a 600 pés gregos, umha magnitude que infelizmente contava com distintos comprimentos, segundo os lugares. Houvo, pois, estádios de 157 a 211 metros. Ora bem, a medida das outras distintas referências efectuadas por Eratóstenes conduz a considerar estes 250000 ou 252000 estádios que lhe outorgou à circunferência terrestre como: 46620 km., com base nos 185 metros de longitude do estádio ateniense (TATON, René, vol. 2, págs. 405-6). Sem dúvida por erro de cálculo, Arthur e Alan STRAHLER, pág. 4, reduzem este mesmo cálculo a 43000 km.; 44400 km., com o estádio grego de 177,6 m.; 40233 km. (STEFOFF, Rebecca: pág. 28); 39500 km. (ROMERO, Federico, e BENAVIDES, Rosa, pág. 14); 39690 km., umha das mais aceites, com base no estádio egípcio de 157,5 metros (TATON, René, vol. 2, págs. 405-6); 36000 km. (HOWATSON, M. C.: págs. 316-17). Como pode comprovar-se, e dado que o comprimento de um meridiano terrestre é de 40009 km. –o Equador atinge os 40076– o «erro» de Eratóstenes andaria por volta apenas de 1%, quer por excesso quer por defeito.

racionais, e adoptou a projecçom cónica para os mapas. Por último seria também o primeiro geógrafo que aplicou aos círculos terrestres a velha medida babilónica dos 360 graus, subdivididos à sua vez em minutos e segundos. Cada grau seu de meridiano resultou assim de 700 estádios gregos, que, ainda considerando os distintos comprimentos deste, nos oferece um valor mui próximo ao real: 111,7 km.

Três séculos depois, Marino de Tiro (nascido no ano de 120 d. C.), efectuou a revisom e o aperfeiçoamento dos conhecimentos de quantos geógrafos o precederam com base em cálculos puramente matemáticos. Traçou oito paralelos entre o equador e a ilha de Tule, e aplicou aos seus mapas a chamada de projecçom ortogonal, que ainda que nom excessivamente ortodoxa para a representaçom de grandes áreas, seria retomada catorze séculos depois polo flamengo Gerhard Kremer Mercator (1512-1594), e prestigiada no século XX através da variante denominada Universal Transversal Mercator, a mais utilizada nos nossos dias dado que evita toda a classe de deturpações. Marino, desenhador também, ao que parece, de algumhas cartas náuticas, pode ser considerado como o autêntico iniciador da cartografia científica. Deve-se a ele a eleiçom do ocidente das ilhas Canárias para situar o Meridiano Um, precedente do actual Meridiano 0º, ou de Greenwich, situado nas proximidades de Londres[4].

Infelizmente a obra de Marino perdeu-se. Dela sabemos apenas através das críticas que lhe formulou o seu coetâneo o astrónomo e matemático alexandrino Cláudio Ptolomeu (circa 100-180), autêntica e gloriosa eclosom da cartografia clássica, de que agora nos vamos ocupar.

Herdeiro directo do saber de Hiparco de Rodas, e, ainda sem sabê-lo, também do home que criticava, Ptolomeu sintetizou os seus conhecimentos geográficos em duas obras autenticamente determinantes: a «Mathematike Syntaxis», mais conhecida hoje polo seu título árabe de «Almagesto», e a «Geographike Hyphegesis», ou «Guia geográfico», também denominada «Geografia».

Na primeira, subdividida em treze livros, além de resumir os estudos astronómicos anteriores, oferece-nos os seus conhecimentos da matéria e as suas teorias cosmogónicas, e divide a Terra em vinte e nove paralelos, situando o último na ilha de Tule.

(4) O zero -«círculo pequeno»- é um conceito criado polos hindus no século VIII junto com o sistema de numeraçom decimal e posicional. Por volta do ano 830 estas ideias seriam recolhidas polo astrónomo e matemático de Bagdade, Al-Khwarizmi, o inventor da Álgebra, sendo através dele que chegárom mais tarde a Ocidente (TATON, René, vol. 3, págs. 501, 508, 509 e 516).

Quanto à sua «Geografia», ainda que, tal como chegou até nós, apresente evidentes amostras de ter sido retocada e, possivelmente, interpolada(5), consta de sete livros, em que, onde as necessárias instruções cartográficas, nas que reduz já a 21 os paralelos, um cada 5 graus, dá-nos a conhecer as diferentes projecções entom utilizadas, a de Hiparco e três mais. Inclina-se porém, pola cónica, enquanto rejeita a ortogonal de Marino de Tiro a causa da deturpaçom que produz nos lugares mais afastados(6), oferecendo-nos ao mesmo tempo as listas de uns oito mil lugares, que situa por meio das suas coordenadas de longitude e latitude. Entre eles, e isto é umha autêntica informaçom preferencial, perto de cem da nossa Gallaecia.

A representaçom do algarismo «5» que aqui aparece, aplicada tanto aos meridianos como aos paralelos, assemelha-se ao nosso «4». Nele pode-se observar também como o Meridiano Um se encontra a oeste das «Fortunatae Insulae», quer dizer, das actuais ilhas Canárias.

Mas seria o oitavo livro desta «Geografia» o que maior impacto havia de causar, já que continha nada menos que vinte e sete mapas à escala, um deles geral, (Fig. 4), elaborados segundo os dados e as instruções que aparecem nos sete anteriores. Contribuiçom, pois, autenticamente grandiosa, cheia do máximo rigor científico possível, cobiçosa e sem precedentes na história, tanto polo número, concreçom e pormenorizaçom dos topónimos que reco-lhe, como pola extensom da superfície representada, que abrange do Meridiano Um, nas Canárias, ao 180, situado além da actual península de Malaca, e do parale-

(5) TATON, René, vol. 2, pág. 409.

(6) Id. id. pág. 410. Admite, porém, a projecçom de Hiparco e Eratóstenes para as cartas regionais (AUJAC, Germaine, págs. 14-15).

lo 15, a sul da linha equinocial, ao 63 norte, onde se encontra a ilha de Tule, a última das terras conhecidas.

Apesar das críticas que lhe formula a Marino, temos de dizer que tampouco ele se livrou de importantes erros, ainda que umha boa parte se devam à inconsistência das distâncias que lhe subministravam os itinerários entom existentes, ou à inexactidom das informações com as que contou, bem como à ausência de observações astronómicas rigorosas. Mas tampouco deixa de ser menos certo que passou por alto algumhas informações e que tampouco efectuou a necessária análise crítica, território por território, dos dados com os que contava.

Ptolomeu comete também a grave equivocaçom de utilizar a medida da circunferência terrestre calculada por Posidónio de Apameia (135-50 a. C.), que considerava o grau apenas de 500 estádios, o que, na prática, supunha a reduçom do tamanho da circunferência terrestre, a respeito do real, em nada menos que 40%. Isto, junto com o sobredimensionamento ptolemaico tanto do comprimento do Mediterrâneo como da Ásia, conduziria, séculos depois, aos conhecidos erros de Paolo dal Pozzo Toscanelli, Martin Behaim, e o próprio Cristóvão Colombo que, curiosamente, haveriam de conduzir este a descobrir a América.

Quanto aos vinte e sete mapas que acabámos de mencionar, existem certas dúvidas acerca tanto de se som da autoria de Ptolomeu, como da cronologia dos mesmos. Nalguns códices gregos a Carta Geral tem a indicaçom de que foi elaborada por um tal Agathodemon Alexandrinus(7), um desconhecido, do que nom se sabe se se limitou a elaborar tam só esta Carta, num momento indeterminado, ou pudo mesmo ser o executor também das restantes, com base nas instruções do Livro VIII da Geografia, quer em vida de Ptolemeu, quer com posterioridade. Mas, ainda que haja quem pense que tais mapas mui bem pudérom ter sido elaborados a começos da Baixa Idade Média, por eruditos bizantinos, os argumentos a favor ou contra esta eventualidade nom som concludentes, enquanto parece mui pouco convincente a possibilidade de que existisse um cartógrafo grego de tanta entidade como este Agathodemon, na Alexandria pós-romana.

(7) PINHEIRO MARQUES, Alfredo: pág. 25.

Idade Média: ermo e ressurreiçom

Infelizmente, Ptolemeu nom tivo continuadores. Sendo o zénite da cartografia, depois dele, nom houvo nada mais que nadir, a maior das carências. Os romanos limitárom-se a representar apenas itinerários, e os povos germânicos nada contribuírom nesta disciplina, enquanto os árabes nom passariam nunca do relato, se bem que excepcionais muitos deles. Mas nom se molestárom em representar os lugares que descreviam, e, ainda que conhecessem Ptolemeu, polo menos a partir de princípios do século IX, interessárom-se preferentemente polos seus conhecimentos astrológicos e astronómicos.

Seria com Isidoro de Sevilha (560-636), quando aparece o primeiro e burdo intento de cartografia monástica. Referimo-nos aos mapas tripartidos circulares, também denominados em «T» ou em «O», que enchem os horizontes de umha grande parte da Idade Média. Neles, tanto os denominados «beatos» como outros autores eclesiásticos, tratárom de representar as três partes do mundo entom conhecidas. Em todos a Terra Santa figura na sua parte central, sendo os braços do «T», que separava a Ásia da Líbia (África), e da Europa, o mar Mediterrâneo, e os rios Tanais (Don) e Nilo. Os nomes das terras aparecem complementados polos dos três filhos de Noé que supostamente as povoaram: Sem, Cam e Jafeth. Quanto ao «O», era o Oceano que rodeava a Terra (Fig. 5).

Trata-se de umha elaboraçom mais cultual e alegórica do que geográfica, de umha mais que duvidosa utilidade prática. Assim o «T» simbolizava a Cruz, enquanto a tripartiçom do mundo aludia à Trindade de Deus. Em muitos destes mapas indicava-se também a situaçom do Paraíso Terreal.

Como gloriosa excepçom deste obscuro panorama temos de mencionar a «Tábula Rogeriana», elaborada em Palermo no ano 1154 polo geógrafo e matemático ceuti Al-Idrissi, ao serviço do rei Roger II da Sicília (1101-1130). Este Mapa-múndi circular, acompanhado por setenta mapas locais, aparece claramente influído pola obra de Ptolemeu, e mantém o Meridiano Um no mesmo lugar que este.

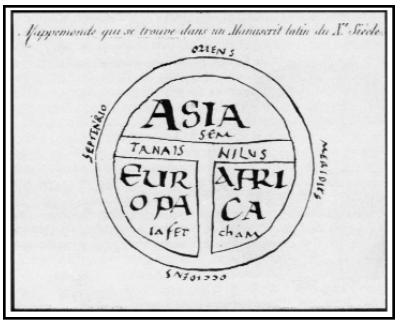


Fig. 5: Tipo de mapa circular em «T» e «O» do século X.

Felizmente, a partir do século XII observa-se umha substancial evoluçom ao aparecer o já mui detalhado mapa-

múndi de Henry de Mainz, melhorado na seguinte centúria com outros da entidade do da catedral de Hereford, Inglaterra, de 1290c, e o do mosteiro de Ebstorf, Alemanha (1339), que acrescentam as possibilidades destas representações ao incluir já copiosa toponímia, umha iconografia complementar, e claros indícios de aproximaçom à realidade física. Com eles aparecem também listas de vilas, com a indicaçom das suas coordenadas, as mais da vezes correctas, e começa-se a medir a latitude das mesmas com base nas horas nas que eram observáveis em cada um dos eclipses[8].

Mas um mundo em expansom geográfica e comercial como foi o da Baixa Idade Média necessitava de superar tamanhas carências, e acabou por consegui-lo ao se inventarem os Portulanos e as Cartas Marinhas.

Um Portulano era umha descriçom escrita das costas e os portos, à que se juntava um corpo de instruções, guia, ou «livro-portulano», com a indicaçom das diversas travessias possíveis. Apenas de jeito ocasional eram ilustrados.

As Cartas Marinhas, denominadas também Cartas-Portulano, cuja primeira mençom é do ano 1270, parecem ter surgido umhas décadas antes[9]. E som já autênticos documentos cartográficos, dotados além disso de umha eficaz técnica de representaçom tomada das experiências tanto de viageiros como de navegadores, acompanhadas de explicações complementares a respeito dos portos, conhecimentos práticos, ventos e acidentes, tanto por meio de textos incluídos na própria Carta, como no livro-portulano. Baseiam-se na prática da chamada navegaçom «à estima», um recurso com o que os marinhos de todos os tempos soubérom atingir sempre surpreendentes exactidões. Como novidade oferecem-nos as rosas-dos-ventos, bem como diversas linhas, feixes de rumos e escalas gráficas, com divisões e subdivisões, capazes de facilitar a sua interpretaçom e manejo. Muitas delas contêm, assim mesmo, representações iconográficas, algumhas autenticamente espectaculares, ainda que de discutível idoneidade. Estas Cartas-Portulano estám, evidentemente, inspiradas nos velhos Périplos da Antiguidade, e permitiam que qualquer patrom da Baixa Idade Média atingisse um destino simplesmente com seguir as suas indicações.

(8) TATON, René, vol. 3, pág. 689.

(9) Por volta de 1290 o maiorquino Ramon Llull declarava que os marinhos «habent chartam, compassum, acum et stellam maris», e que «a navegaçom nasce e deriva-se da Geometria e da Aritmética» (TATON, René, vol. 3, pág. 586).

As Cartas-Portulano, que parecem de origem itálica, supugérom umha autêntica revoluçom. Na sua confecçom utilizava-se já o compasso, ou «agulha de marear», chegada da China através do mundo árabe, pouco antes do ano de 1200[10]. A sua cartografia é nitidamente empírica mas também mui perfeita, ainda que útil apenas para o Mediterrâneo, por carecer de dados autenticamente astronómicos. No século XV acabariam por ampliar o seu conhecimento ao complexo mundo das ilhas Atlânticas, incluindo tanto as autênticas como as que hoje sabemos que procediam da fábula e do mito: Brasil, Antilha, Salvaga, Frisland, S. Brendan, etc.

Em todos eles, a rede de rumos partia de umha rosa-dos-ventos principal, e cruzava-se com outras redes que partiam por sua vez doutras rosas situadas à volta dela, possivelmente nos pontos onde se faziam as mudanças de rumo mais frequentes[11]. A melhor destas Cartas-Portulano foi, sem dúvida nengumha, o chamado de Atlas Catalám, elaborado sobre o ano de 1375 polo maiorquino Abrahm Cresques, hoje na Bibliotèque Nationale, Paris.

Mas, por surpreendente que pareça, a autêntica ressurreiçom da cartografia deveu-se a um home desaparecido havia XII séculos. Estamos a referir-nos, claro está, de novo a Cláudio Ptolemeu.

O conhecimento da sua obra em Ocidente produziria-se a finais do século XIV graças aos códices gregos que entom começárom a chegar a Florença. Os que mais iam influir fôrom os portados polo erudito Emmanuel Crisoloras, por terem sido traduzidos para latim polo seu discípulo, Jacopo Angelo, entre os anos 1401 a 1406. Desta versom fariam-se numerosas edições manuscritas, até o ponto de que ainda se conservam hoje nada menos que 38 exemplares das mesmas. Através da obra de Ptolemeu seria definitivamente retomada no Ocidente a ideia da esfericidade da Terra.

(10) Foi por volta de 1200 quando aparece citado o compasso pola primeira vez por autores como Guyot de Provins, Alexandre Nackham ou Jacob de Vitry. Difundirá-se primeiro sob a forma de umha agulha imantada fixa num flutuador colocado numha vasilha com água. O compasso com eixo é tam só ligeiramente posterior, pois que foi conhecido tanto por Alexandre Nackham como por Petrus Peregrinus. (TATON, René, vol. 3, págs. 683-85).

(11) Nas *Cartas-Portulano* observa-se a imperfeiçom de que a «loxodromia», a curva que na superfície terrestre forma um mesmo ângulo na sua intersecçom com todos os meridianos e serve para navegar com rumo fixo, é confundida com umha recta. Tampouco estám elaboradas à escala, polo que as distâncias devem de calcular-se a olho. E ainda que algumhas contenham quadrículas, nom utilizam os meridianos nem tampouco os paralelos.

Claudius Clausson Swart: a inovaçom da cartografia

Antes sequer do maciço espalhamento da obra manuscrita de Ptolemeu, um dinamarquês que possivelmente estivo na Itália, Claudius Clausson Swart, tivo a premonitória clarividência de adaptar os conhecimentos e os dados do mesmo à realidade do seu tempo, incorporando-lhes relatórios tanto do norte da Europa como da Islândia e Gronelândia, territórios sobre os que o geógrafo alexandrino nom sabia absolutamente nada.

Deste autor dinamarquês, mais conhecido polo seu apelativo latino de Claudius Clavus, com o qual a partir de agora o vamos citar, sabemos apenas que nasceu em 14 de setembro do ano 1388 em Sallingue, a sul de Odense, na ilha de Fyn, ou Fiónia, ignorando-se onde e quando morreu. Mas um mapa seu chegaria às mãos do cardeal Guillaume de Fillastre (1348-1428), talvez entre os anos 1418 e 1425, que o incorporou ao seu trabalho cartográfico iniciado com posterioridade ao concílio de Constança do ano 1414. Esta primeira carta de Clavus, complemento e actualizaçom dos conhecimentos ptolemaicos a respeito do Atlântico Norte, conserva-se actualmente na cidade francesa de Nancy, sob a denominaçom de Tábua de Nancy[12].

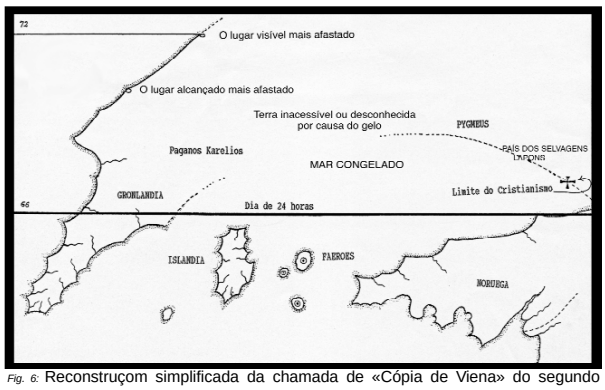


Fig. 6: Reconstruçom simplificada da chamada de «Cópia de Viena» do segundo mapa de Claudius Clavus. Observe-se o perfil do cone meridional da Gronelândia, e a imprecisom acerca das zonas congeladas do mar de Barents e o Atlântico Norte.

Mas existe ainda outro mapa seu, chegado a nós através da chamada Cópia de Viena (Fig. 6), elaborada por um grupo de eruditos entre os anos 1420 e 1430, segundo P. D. A. Harvey, com base nos trabalhos do dinamarquês bem como nos comentários dele contidos no Códice Vindobonense[13]. Nele confirma-se a forma triangular do sul da Gronelândia, território que Clavus afirma ter

(12) AUJAC, Germaine: pág. 17. KARROW, R. W., págs. 261, 676, 722. STEFOFF, Rebecca, pág. 91. TATON, René, vol. 3, pág. 689. Segundo estima P. D. A. Harvey, págs. 54-55, a obra de Fillastre foi rematada por volta do ano 1427.

(13) Harvey, P. D. A.; págs. 54-55. CARTOGRAFÍA HISTÓRICA: pág. 49. STEFANSSON, Vilhjalmur: págs. 125-126.

visitado, e que esboçara já na Tábua de Nancy. Semelhante perfil da ilha americana nom seria assumido senom até 1482 nos mapas editados em Ulm por Johannes Schinitzer e Donnus Nicolaus Germanus, no famoso globo construído em 1492 em Nüremberg por Martin Behaim, e na anónima «Carta de Paris» de 1493c.

Consequência desta decisiva actuaçom de Claudius Clavus foi que, bem logo, as 27 Cartas de Ptolemeu, ainda que integralmente respeitadas, começárom a ser acrescentadas por outras, denominadas «tabulae novae», que actualizavam a antiga e incompleta visom que o geógrafo alexandrino tinha de determinados espaços[14].

De 1475, em Vicência, é a primeira ediçom impressa da obra de Ptolemeu, ainda que a das cartas se demoraria dous anos mais, em Bolonha. Esta foi seguida polas de Roma, 1478; Florença e Ulm, 1482; Ulm, 1486; e Roma e Nápoles, 1490. Tratava-se de reproduções efectuadas por meio de pranchas de madeira e cobre.

Bem logo, também, como nom podia ser menos num momento no que se estavam a produzir salientáveis descobrimentos geográficos e científicos, fôrom advertidas as muitas inexactidões ptolemaicas, o que fizo com que a ediçom das suas cartas se detivesse em 1490, ainda que se reanudaria a partir de 1507, complementadas já com as representações dos novos territórios que se foram descobrindo.

Ainda assim, a obra de Ptolemeu influiu decisivamente, nom só nas expedições de Cristovão Colombo (1492) e Vasco da Gama (1497), como também no mapa-múndi de Henricus Martellus, editado em Florença por volta do ano 1489, que actualizava os conhecimentos e as explorações portuguesas tanto na África como no oriente. Desta prestigiosa carta conservam-se duas versões distintas: a da Universidade de Yale, complementada com a indicaçom em graus das longitudes e latitudes assim como a sinalizaçom do Equador, os Trópicos e o Círculo Árctico; e a que permanece na British Library de Londres, carente destes dados auxiliares[15].

O seguinte passo autenticamente quantitativo no que ao avanço da cartografia diz respeito, encontra-se no cântabro Juan de la Cosa (1460c-1510). Conhecedor das costas africanas e proprietário da nau «Santa Maria», La Cosa acompanhou Colom nas suas duas primeiras expedições, as dos anos 1492-93 e 1493-94, para perecer mais tarde nas proxi-

(14) PINHEIRO MARQUES, Alfredo: pág. 25.
(15) NEBENZHAL, Kenneth: págs. 15-17.

midades da actual Cartagena de Índias, alcançado por umha flecha indígena envenenada.

Mas, por volta do ano 1500 La Cosa dera remate a um mapa de África, bem como à sua famosa «Carta de Marear», ou «Mapamundi», do que, no Museu Naval de Madrid se conserva o que parece ser umha cópia, datada por muitos expertos como de entre os anos 1502 e 1510[16]. O excepcional trabalho, que parece inspirado no desaparecido mapa de Giovanni Caboto, e mesmo em notas do próprio Colom, conserva ainda as rosas-dos-ventos e as linhas habituais dos Portulanos medievais. Sinala, assim mesmo, a situaçom do Equador e do Trópico de Câncer. Nom utiliza, porém, meridianos graduados, e ao fazer uso de escalas diferentes para os distintos territórios que representa acaba por sobredimensionar o território americano, levando, além disso, as Antilhas bastante mais ao norte do lugar em que realmente se encontram.

A estas alturas ignora-se se a Linha de Demarcaçom de Tordesilhas que nesta Carta aparece figurava já no mapa original, ou foi acrescentada ao fazer a cópia. De todas as maneiras nom se corresponde com a real[17]. A Linha de Demarcaçom de Tordesilhas foi acordada a 7 de junho de 1497 como jeito de delimitar as zonas de expansom de Castela e Portugal. A respeito dela, digamos que além das enormes dificuldades técnicas existentes naquele momento para determinar a sua autêntica situaçom, houvo muitas e tendenciosas reticências entre quantos a trataram, até o ponto de ser levada para leste ou oeste, segundo o interesse da parte implicada. E se bem que vaiamos retomar o tema mais para a frente, nom podemos menos que dizer agora que a opiniom mais séria e fundamentada que, para salvar tamanha complicaçom se tem formulado, parece-nos a dos trabalhos do astrónomo catalám, o padre Jaume Ferrer de Blanes, efectuados já no mesmo ano de 1494[18].

O Planisfério Cantino e a revoluçom cartográfica

No ano 1502, Alberto Cantino, agente diplomático dos Duques de Ferrara em Lisboa, conseguiu tirar em segredo do país, logo de pagar por ele a soma de doze ducados de ouro, um mapa de especial relevância. Tratava-se nada menos que do que se vem considerando como a cópia do

(16) ANNA, Luigi de, pág. 65. MARTIN MERAS, Luísa, pág. 80. NEBENZHAL, Kenneth, pág. 32. STEFANSSON, Vilhjamur: págs. 202-203.

(17) VÁRIOS: «Cartografia Histórica», págs. 68-69. COMELLAS, José: passim.

(18) «Seminários Temáticos», págs. 23-32 e 33-58.

padrom oficial das descobertas portuguesas. Na actualidade recebe o nome de «Planisfério Cantino», e encontra-se na Biblioteca Estense, em Módena (Itália) (Fig. 7). O Duque de Ferrara, Ercole de Este, tivo-o nas suas mãos já no mês de novembro desse mesmo ano[19].

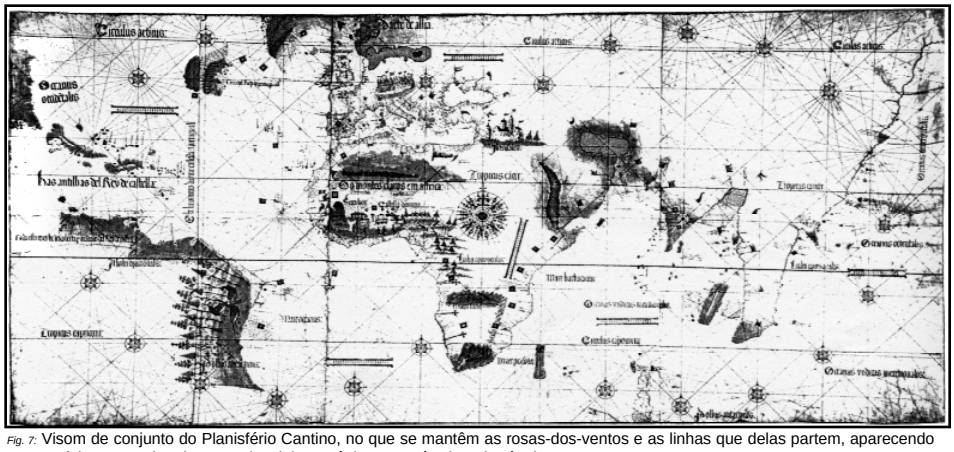


Fig. 7: Visom de conjunto do Planisfério Cantino, no que se mantêm as rosas-dos-ventos e as linhas que delas partem, aparecendo perfeitamente situadas a equinocial, os trópicos e o círculo polar árctico.

A data da confecçom da carta podemo-la deduzir dos seus próprios conteúdos. Assim, por exemplo, sabe da desapariçom de Gaspar Corte-Real. Este facto nom se soubo em Portugal até depois de 12 de outubro do ano 1501, momento no que a segunda das embarcações que o acompanharam chegou a Lisboa traendo a infausta nova. O remate do documento tem de ser, pois, posterior a este momento, bem como a alguns outros dados que nele figuram, como o do conhecimento das costas meridionais da América do Sul, que nom pode proceder senom das viagens de Américo Vespúcio, ou o da ilha de Madagáscar, descoberta em 1500 por Diogo Dias.

O Planisfério mostra bandeiras castelhano-leonesas na costa das actuais Guianas-Venezuela (Fig. 8), em parte exploradas por Vespucci às ordens de Alonso de Ojeda, no período de maio de 1499 a junho de 1500, no que percorreu a ribeira entre aproximadamente o Suriname de hoje e o golfo de Pária[20], ainda que também visitada, coetaneamente, ao que parece no tramo que medeia entre o cabo Sam Roque e o golfo de Pária-Ilha Trindade, por Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, e na sua parte final, polo próprio Cristóvão Colombo (período Julho-Agosto de 1498),

(19) NEBENZHAL, Kenneth, pág. 34. PINHEIRO MARQUES, Alfredo, págs. 49-52.
(20) ALBUQUERQUE, Luís de: DICIONÁRIO, págs. 1073-74.

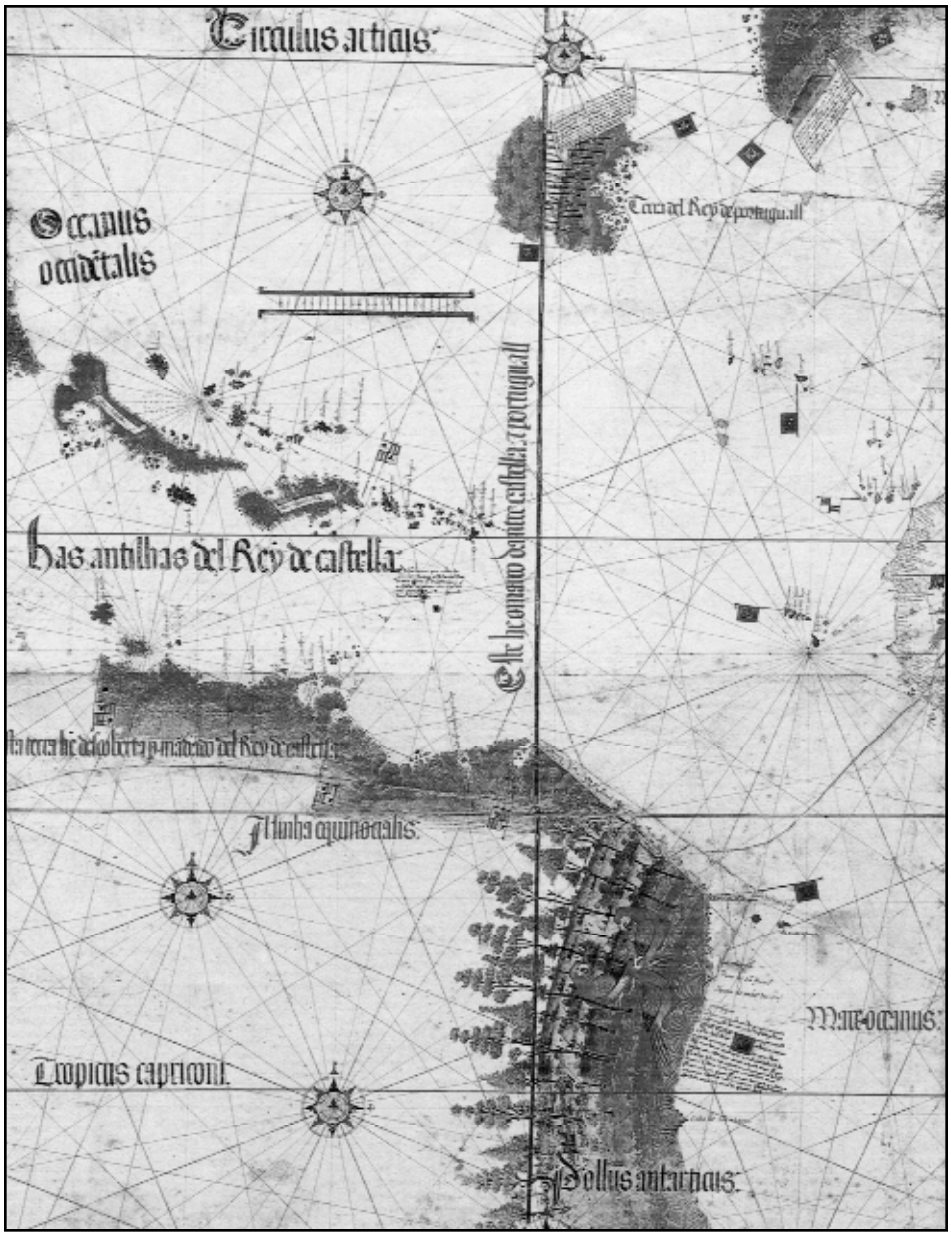


Fig. 8: A Linha de Tordesilhas no Planisfério Cantino, com bandeiras portuguesas e de Castela-Leom a umha e outra banda. Está situada no meridiano 55º, que passa polo actual Suriname na América do Sul, e por Terra Nova. Observe-se como tanto onde esta como nas proximidades do Panamá nom figuram as terras ainda nom conhecidas. As Antilhas encontram-se deslocadas ao norte do Trópico de Câncer, sem dúvida por causa dos erros de mediçom padecidos por Cristóvão Colom.

enquanto mantém em branco as ribeiras do golfo do Panamá, desconhecidas até o momento em que este mesmo as explorou na sua derradeira viagem dos anos 1502-04.

Para os arredores do cabo Sam Roque, o autor do Planisfério, ou a fonte na que este bebeu, deveu manejar informações procedentes da expediçom de Pedro Álvares Cabral e Gaspar de Lemos, pois cita a chegada a ele do primeiro em abril do ano 1500. Parece conhecer aliás a viagem de Alonso Vélez de Mendoza, do mesmo ano, que talvez atingiu o actual rio São Francisco no sul do Brasil. Mas o desenho, se nom exacto, surpreendentemente aproximado na parte meridional do continente que o Planisfério nos oferece nom se poderia explicar se o seu autor nom tivesse contado para esta parte com os relatórios de Vespúcio, ou de Gonçalo Coelho, possível responsável pola expediçom de 1501-1502, na que o florentino visitou estas latitudes ao serviço de Portugal.

Esta partira de Lisboa em maio de 1501 com a intençom de chegar, navegando para oeste, à chamada de Quarta Península da Ásia, que nas distintas edições dos mapas de Cláudio Ptolemeu aparecia situada a oriente da de Malaca, passando o Sinus Maximus. Um acidente este que se corresponde com os actuais golfo do Siám e Mar da China Meridional. Assim a anunciara Vespúcio em carta de 18 de julho de 1500: «Percha mia intenzione era di vedere si potevo volgere uno cavi di terra, che Ptolomeo nomina il Cavo di Cattegara, che e giunto con el Sino Magno». «Porque a minha intençom era ver se podia dobrar um cabo que Ptolemeu chama Cabo de Cattegara, que está ao pé do Sinus Maximus»[21]. A península em questom, convém que o digamos, está considerada por alguns como um mui discutível protoconhecimento da existência da América do Sul. Nesta exploraçom Américo Vespúcio costeou este território, segundo afirma, até os 50º de latitude sul, e convenceu-se de que as terras que estava a abeirar nom eram a China, como Colombo continuava a suster, mas um mundo distinto. Ele seria pois o primeiro que o advertiu[22]. E assim lho comunicaria mais tarde por carta a Lorenzo dei Medici. O Planisfério, ainda que iconograficamente pareça representar o extremo meridional da América do Sul, situa este limite presumivelmente atingido polo navegante nesta viagem nos arredores do paralelo 35º sul. Quer dizer, aproximadamente à altura da localidade uru-

(21) DUSSEL, Enrique: págs. 41 a 45.

(22) Nesta circunstância basearia-se o geógrafo alemám Martin Waldseemüller (1470-1521), para propor no ano 1507 o nome de América para estas terras (NEBENZHAL, Kenneth: págs. 52 e 64).

guaia de Punta del Este, onde começa a imensa abra do rio da Prata, polo que é mui possível que nom passasse dela.

Por outra banda, o retorno a Lisboa desta expediçom produziu-se em setembro do ano seguinte, quer dizer, de 1502, no que como sabemos, no mês de novembro chegou o Planisfério às mãos do seu destinatário o Duque de Ferrara. Com base, pois, em todos estes dados nom parece arriscado situar o remate do mapa por volta dos finais do mês de setembro, ou talvez melhor, a princípios de outubro desse ano de 1502.

Sabida esta cronologia nom pode surpreender já que nele se recolham relatórios procedentes das explorações de Gaspar Corte-Real (1500-1), das três primeiras viagens de Cristóvão Colom (1492-1500)[23], da de Vasco da Gama (1497-99), e mui possivelmente também da de Fernão de Noronha (1501 c.), se bem que os procedentes desta pareçam acrescentados a última hora mediante a utilizaçom de letra cursiva, distinta da gótica com que aparecem os demais. Quer dizer, que nos encontramos diante de umha carta que nos oferece umha autêntica e imediata actualizaçom das explorações do seu tempo.

Assim mesmo, se bem que rematado apenas três anos depois do retorno a Lisboa de Vasco da Gama procedente da Índia (agosto de 1499), o Planisfério é já conhecedor do perfil triangular da mesma e situa com bastante aproximaçom os contornos de Malaca, Indonésia e a China, territórios entom ainda nom explorados. No Novo Continente insinua, aliás, a península da Flórida, ou talvez a do Iucatám, tampouco ainda oficialmente descobertas nem exploradas.

Mas o Planisfério representa além disso e com excepcional precisom, a latitude tanto da Islândia como da Gronelândia, bem como os contornos meridionais desta, ainda que se advirta um ligeiro deslocamento seu para leste, exactidões mui pouco habituais na cartografia quinhentista. E na costa sul-oriental da Gronelândia exibe um dado de enorme importância ao incluir entre duas bandeiras portuguesas o seguinte texto (Fig. 8):

> *«Esta terra he descober (ta) per mandado do muy exçelentissimo princepe dom manuel Rey de Portugall a qual se cree ser esta a ponta dasia. E os que a descobriram nam chegarom a terra mais viram la e nam viran senam*

(23) Entre as influências colombianas temos que considerar os seus erros de cálculo a respeito das Antilhas, situando Cuba e Haiti 21º e 15º mais a norte do real, o que determinou a inexacta ubiquaçom do arquipélago por cima do Trópico de Câncer, que recolhem tanto o mapa de La Cosa como o Planisfério.

serras muyto espessas polla quall segum(do) a opinyon dos cosmof(ó)ricos se cree ser a ponta dasia»

Dado que dom Manuel I reinou desde 27 de outubro de 1495 até à sua morte no ano 1521, esta referência deve ser datada entre o começo do seu reinado e a confecçom do Planisfério, setembro-outubro de 1502. Apreciaçom que parece confirmar o relatório do embaixador de Veneza, Pietro Pasqualigo, testemunha presencial em outubro de 1501 do retorno dumha das naves de Gaspar Corte-Real a Lisboa procedente do que hoje chamamos de Terra Nova. Os tripulantes da mesma descrevérom-lhe o território atingido como coberto de arvoredos, rico em pesca e mui povoado. E precisárom-lhe, ainda que com umha certa vaguidade, que se encontrava a umhas 2000 milhas de distância para noroeste, talvez unido, pensavam, a outra terra situada mais a norte, divisada no ano anterior, à que nom se pudérom achegar por causa dos numerosos grandes blocos de gelo que havia no mar. 2000 milhas náuticas é, efectivamente, a distância que separa Lisboa da Terra Nova. «Credeno queste di la caravella la soprascrita terra esser terra ferma et conjugersi con altra terra, la qual l'anno passato sotto la tramontana fu descoberta»[24]. «Crêem estes da caravela que a anteriormente citada terra (Terra Nova) é terra firme e unida com outra terra que, no ano passado, fora descoberta a norte».

Com o que parece que podemos considerar que o avistamento português da Gronelândia recolhido no Planisfério pode corresponder-se com o da primeira expediçom de Gaspar Corte-Real, a do ano 1500. E se bem que tampouco nos explique o autor a que «cosmofóricos» está a aludir, parece claro que é proclive com a opiniom destes a respeito de que o extremo meridional da Gronelândia pudesse ser «a ponta dasia». Um convencimento mui próximo ao que umhas décadas mais tarde, tirárom tanto Hernando Colombo como o padre Las Casas, de documentos do pai do primeiro, segundo o qual certo galego chamado Pero de Velasco contemplara, por volta do ano 1452, e por aquelas mesmas paragens, umha terra que outros considerárom podia ser umha parte da Tartária[25].

A respeito da Terra Nova, o autor do Planisfério reproduz o perfil da parte da mesma situada a leste do meridiano 55º, oferecendo-nos ao mesmo tempo um autêntico exemplo de coerência informativa ao nom debuxar, o mesmo que no caso do Panamá, as terras situadas a norte e a

(24) CORTESÃO, Jaime: Vol. III, págs. 732.

(25) Hernando Colón, capítulo IX, e Álvaro de las Casas, capítulo XIII. CORTESÃO, Jaime: Vol., II, págs. 445 a451. MANZANO MANZANO, Juan: págs. 85 a 88.

sul dela, ainda nom exploradas. Quer dizer que, ao contrário que o «Mapamundi» de La Cosa, o Planisfério Cantino limita-se a representar apenas aquilo acerca do que tem a devida informaçom. Ora bem, tanto a situaçom como o perfil com os que representa este território assemelham-se enormememte aos que a chamada de «Carta de Paris» lhe conferira por volta do ano 1493, ao que denomina, se a nossa leitura da sua defeituosa rotulaçom é correcta: «Hectens civitatum intula vocatur, portutallentium colonia...», «Ilha chamada das Sete Cidades, colónia dos portugalenses...». Ou seja que, além de conhecer a «Carta de Paris» ou ter acedido a algumha fonte comum, o autor do Planisfério parece que tentava identificar a Terra Nova por Gaspar Corte-Real explorada, com a legendária e medieval ilha das Sete Cidades.

Assim, neste lugar, além doutras duas bandeiras portuguesas e um bosque de enormes árvores, situa o seguinte texto:

> *«Esta terra ix descoberta per mandado do muy alto exçcelentíssimo Ppríncipe Rey don Manuell Rey de Portugall aqual descobrió Gaspar de Corte Real cavalleiro da cassa do dito Rey, o quall quando a descobrío man - dou hum navío com çcertos omes e molheres que achou na dita terra e elle ficou con outro navío e nunca máis beo e crese que he perdido e aquí ha muitos mastos»*

Comentário historicamente correcto a nom ser no que ao número de barcos da expediçom de Gaspar Corte-Real diz respeito, já que nestes parecem ser um mais dos que indica. Pietro Pasqualigo, o já mencionado embaixador de Veneza presente no retorno da primeira embarcaçom, sabe que além desta e da que, tal como indica o texto que acabámos de reproduzir, estava em caminho portando produtos e indígenas de ambos os sexos dos territórios achados, ficava atrás um terceiro navio, o de Gaspar. As cartas nas que Pasqualigo informa do caso som duas, umha de 18 e outra de 19 de outubro de 1501. Em ambas refere que a primeira das naves chegara ao Tejo uns dez dias antes, quer dizer, no dia oito ou nove, enquanto a que entom estava em caminho o fizo no dia doze[26].

Ora bem, seja ou nom certo que poda representar o ao que parece secretíssimo Padrom português, a realidade comprovável é que este agora denominado Planisfério Cantino tem sobrados motivos para ser considerado como umha das jóias da Cartografia mundial. Porque, embora a aparente rusticidade do seu aspecto e continuar ainda com as

(26) PERES, Damião: págs. 350-355.

rosas-dos-ventos dos Portulanos ou persistir em certas denominações ptolemaicas, nom só situa com a mais assombrosa das rigorosidades a maioria das terras entom conhecidas, como também o fai no que diz respeito às linhas equinocial, dos trópicos e do círculo árctico. Mostra-nos, aliás, as rotas comerciais e as suas principais mercadorias, as que ilustra com excepcionais desenhos. O Planisfério Cantino denota também influências árabes e claras evidências do conhecimento da navegaçom astronómica. A falta ainda da utilizaçom do meridiano graduado, a sua conceptualizaçom representa nada menos que a definitiva transiçom entre os Portulanos, Cláudio Ptolemeu incluído, e a moderna cartografia. É a revoluçom que inaugura umha nova fase da História e da Ciência e a Arte cartográficas.

Por outra banda o Planisfério Cantino oferece-nos também a primeira e mais exacta representaçom cartográfica da Linha de Demarcaçom de Tordesilhas[27], que situa nas proximidades do meridiano 55º (Fig. 8), já que a fai passar pola banda oriental da foz do rio Suriname, nas imediações da actual cidade de Paranaribo, capital da ex colónia holandesa do Suriname, na América do Sul.

Nem todos os autores estám, porém, conformes com esta afirmaçom. A Linha de Demarcaçom foi e será sempre discutida, por causa da sua importância. À margem de toda polémica, queremos indicar aqui a opiniom do cronista Antonio Pigafetta, que no mês de fevereiro do ano 1520, no decurso da viagem de Magalhães e Elcano, em que tomava parte, afirmou o seguinte:

> *«la línea de demarcación, que está a treinta grados al oeste del primer meridiano, y éste a tres grados al oeste de Cabo Verde».*

O Cabo Verde sobre o que se tratou em Tordesilhas como ponto de referência para determinar a Linha, som as ilhas assim denominadas, nom o cabo do mesmo nome, que se encontra no meridiano 17º 33'. E ainda que se tenha discutido também muito acerca do ponto no que devia ser situado esse Primeiro Meridiano a partir do qual deviam de se medir as 370 léguas ao remate das quais fora finalmente colocada a Linha de Demarcaçom, o comentário de Pigafetta e outros documentos inclinam a pensar que tal Primeiro Meridiano devia de localizar-se a partir da parte mais oriental do arquipélago.

(27) VÁRIOS: CARTOGRAFÍA HISTÓRICA... pág. 68-69: «y la línea de demarcación fijada en el Tratado de Tordesillas e indicada por primera vez con precisión»...

Neste ponto, a ilha da Boa Vista encontra-se no meridiano 22º 30'. O que Pigafetta denomina Primeiro Meridiano, lembremos que Ptolemeu, que ignorava a existência de Cabo Verde, situava-o daquela nas Canárias, teremos que procurá-lo no 25º 30', pois segundo os dados que Pigafetta nos transmite e eram entom vigentes e admitidos, tal Meridiano está a 3 graus oeste da Boa Vista. Quer dizer, ligeiramente a poente do linde ocidental deste arquipélago, que é a ilha de Santo Antão, que tem a sua ordenada no meridiano 25º 10'.

Assim pois, baseando-nos neste comentário, a Linha de Demarcaçom deverá de encontrar-se trinta graus a oeste deste Primeiro Meridiano, ou seja, no meridiano 55º 30'. Pois bem, o Planisfério Cantino situa esta controvertida Linha no meridiano 55º com a indicaçom clara de «Este he omarco dantre Castella e Portuguall». Advirte-se pois, umha deturpaçom de meio grau com respeito ao cálculo que acabamos de efectuar, «erro» que, dada a precariedade dos elementos de mediçom entom existentes, nom pode produzir senom assombro e admiraçom. Comprove-se tudo isto através da figura 8, em que se pode apreciar o sobredimensionamento da abra do rio Suriname. Mas também se observa claramente a margem sul-ocidental da mesma, que é o lugar no que se encontra a actual vila de Paramaribo, nom sinalada no Planisfério já que ainda nom fora fundada. Pois bem, a ordenada desta é a de 55º 13'[28].

O segredo do Planisfério Cantino

Por último, os conteúdos deste singular planisfério obrigam-nos a certas reflexões. Em primeiro lugar acerca do facto de que, apesar de toda a sua meticulosidade informativa que o leva a recolher os dados geográficos mais recentes, nada aparece nele que demonstre que saiba da longa viagem polo Atlântico norte efectuada por Pêro de Barcelos e João Fernandes Lavrador, no período 1492-95, ou bem como sugerem outros, no de 1495-98, nem das de Giovanni Caboto às mesmas paragens partindo do porto inglês de Bristol nos anos 1497 e 1498, ou da segunda de João

(28) Contribuições importantes acerca desta discutidíssima Linha: ALBUQUERQUE, Luís de: «Dicionário»... págs. 1039-43; ALBUQUERQUE, Luís de: «Os Descobrimentos»... págs. 193-218; CARVALHO, Sérgio Luís de: «O Tratado de Tordesilhas»; CORTESÃO, Jaime: Vol. III, págs. 671-716; PERES, Damião: págs. 268-77; RUMEU DE ARMAS, António: EL TRATADO...; SERRÃO, Joel, Tomo VI, págs. 175-76; VARELA MARCOS, Jesús: EL TRATADO..., SU ORIGEN, SOLUCIÓN (Em VARIA: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS); EL TRATADO... EN LA CARTOGRAFÍA HISTÓRICA; VARIA: O TRATADO DE TORDESILHAS E OUTROS DOCUMENTOS.

Fernandes Lavrador em 1501 na que saindo também de Bristol perecera na empresa, facto polo que mereceu que o seu nome se perpetuasse numha das penínsulas canadianas.

Por outra banda o Planisfério, ainda que conheça duas expedições, apenas menciona umha das que Gaspar Corte-Real efectuou, deixando-nos além disso com a incógnita de como é possível que se a tripulaçom da primeira se limitara a olhar de longe a Gronelândia, nos poda apresentar um perfil da mesma com umha exactidom muito maior que a dos mapas elaborados por Claudius Clavus.

Ignora igualmente o Planisfério, ou silencia deliberadamente, a controvertida expediçom luso-dinamarquesa de arredor do ano 1477 «para procuraren novas terras e ilhas nos mares do norte», pola que o entom príncipe dom João, rei mais tarde no período 1481-1495, atingira no seu momento imortal sona[29], na que as naves entom enviadas chegaram nada menos que ao actual estreito de Hudson, no nordeste do Canadá.

Acerca disto precisamente escreveria-lhe ao próprio monarca em 14 de julho de 1493, quer dizer, com bastante anterioridade à elaboraçom do Planisfério, de jeito encomiástico, o documentado doutor Hieronymus Monetarius Münzer:

> *«Já te louvam por grande príncipe os alemães e os rutanos, apolónios, citos, e os que moram debaixo da seca estrela do pólo árctico, com o gran - de duque de Moscávia, que não há muitos anos que debaixo da sequedade da dita estrela foi novamente sabida a grande ilha da Grulanda –Gronelândia- que corre por costa CCC léguas...* [30]

Complemento e epítome de quantas informações ao respeito levamos aqui comentado podemos considerar os dados recolhidos polo castelhano Francisco López de Gómara (1512-72), capelám de Hernán Cortés, na sua «La Istoria de las Indias y conquista de México», publicada em Saragoça no ano 1552:

(29) Esta expediçom foi por nós estudada no trabalho «A expediçom luso-dinamarquesa ao noroeste atlântico. Alcançárom América os Portugueses antes do que Colom?», publicada nos números 49 e 57 desta mesma revista Agália.

(30) CORTESÃO, Jaime: «Pré-Colombinos»... pág. 177. O doutor Monetarius Müntzer, que exercia em Nüremberg e participara na confecçom do seu célebre Globo com Martin Behaim, visitaria no ano seguinte a Península, percorrendo a Galiza entre 17 e 27 de dezembro de 1494.

> *«Muchos han ido a costear la tierra del Labrador por ver adónde llegaba y por saber si había paso de mar por allí para ir a las Malucas y Especiería, que caen, como en otro lugar diremos, sobre la línea Equinoccial, creyendo acortar mucho el camino, habiéndole... y así fué allá Gaspar Cortes Reales, el año de 1500, con dos carabelas. No halló el estrecho que buscaba. Dejó su nombre a las islas que están en el golfo Cuadrado y en más de cincuenta grados. Tomó por esclavos hasta sesenta hombres de aquella tierra y vino muy espantado de las muchas nieves y heladas, ca se hiela el mar por allá reciamente... También han ido allá hombres de Noruega con el piloto Joan Scolvo, e ingleses con Sebastián Gaboto... Bretones y daneses han ido también a los Bacallaos, y Jacques Cartier, francés, fue dos veces con tres galeones...»*

Do que vem resultar que Gómara, ainda que nom com a exactidom que devera, já que resume numha as duas expedições de Gaspar Corte-Real, sabe do autêntico objectivo da primeira delas, a que o conduziu tam ao norte que lhe permitiu divisar em difíceis condições atmosféricas as ribeiras da Gronelândia: à procura da célebre Passagem do Noroeste que permitisse chegar mais facilmente às riquíssimas ilhas Malucas ou da Especiaria. E conhece também Johannes Scolvus, Joan Scolvo, um dos participantes da expediçom de arredor de 1477 à que antes nos referimos, que costeou o cone sul da Gronelândia e permitiu, possivelmente, que o autor do Planisfério pudesse representar tam pontualmente o seu perfil.

Assim pois, sejam ou nom acertados tanto esta particular identificaçom da Terra Nova com a legendária ilha das Sete Cidades, como que o autor do Planisfério tivesse acedido ao Padrom oficial das Descobertas portuguesas, conhecera polo menos em parte os conteúdos da «Carta de Paris», ou se acaso a fonte da que pudo ter sido tomada esta, nom nos cabe tampouco a menor dúvida de que o Planisfério oferece certos sintomas de que o seu autor devia saber algo mais do que nele representou. O venal funcionário que em troca de doze ducados de ouro lhe facilitou a carta ao de Ferrara deveu de limitar-se nada mais que a fazer-lhe a este um mapa à medida do que procurava, incluindo nele talvez tam só aquilo que considerou menos lesivo para os interesses de Portugal. É possível que nom se quigesse arriscar mais alá do conveniente revelando o autêntico objectivo da presença portuguesa no noroeste Atlântico.

Bibliografia principal

ALBUQUERQUE, Luís de, *Dicionário da História dos Descobrimentos Portugueses*, Caminho, 1994.

Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses, Europa-América, Mira-Sintra, 1989.

A Náutica e a Ciência em Portugal, Gradiva, Lisboa, 1989.

ANNA, Luigi de, *Le isole perdute e le isole ritrovate*, Università di Turku (Finland), 1993.

AUJAC, Germaine, *La Géographie de Ptolémée*, Éditions Anthèse, Arcueil, 1998.

CARVALHO, Sérgio Luís de, *O Tratado de Tordesilhas*, Texto Editora, Lisboa, 1994.

COMELLAS, José Luis, *La Carta de Cristóbal Colón. Mapamundi, circa 1492*, M. Moleiro, Editor S. A., Barcelona, 1995.

CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

Os Descobrimentos pré-colombinos dos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

DIXON, Conrad, *Navegación astronómica básica*, Paraninfo, Madrid, 1985.

DUSSEL, Enrique, *O encubrimento do Outro. A orixe do mito da modernidade*, Encrucillada, Santiago, 1992.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe, *The Time Atlas de las Grandes Exploraciones*, GSC, Barcelona, 1995.

FERRATER MORA, José, *Diccionario de Filosofía*, Círculo de Lectores, Barcelona, 1991.

GARMENDIA BERASATEGUI, Ignacio, *Instrumentos Astronómicos Antiguos*, Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, Bilbau, 1992.

HARVEY, P. D. A., *Medieval Maps*, The British Library, London, 1991.

HOWATSON, M. C., *Diccionario de la Literatura Clásica*, Alianza, Madrid, 1991.

HUMBLE, Richard, *Los Exploradores*, Folio, Barcelona, 1995.

KARROW, R. W., *Mapmakers of the Sixteenth Century and their maps*, The Newberry Library, Chicago, 1993.

LANSTRÖM, Björn, *En busca de las Indias*, Juventud, Barcelona, 1971.

LARSEN, Sofus, *Dinamarca e Portugal no século XV*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983.

LEHANE, Brendan, *El Paso del Noroeste*, Folio, Barcelona, 1995.

MANZANO MANZANO, Juan, *Colón y su secreto*, Agencia Española de Cooperación Internacional, Madrid, 1989³.

MARTIN MERÁS, Luísa, *Cartografía Marítima Hispana*, CSIC, Barcelona, 1993.

MARTINEZ, Marcos, *Las Islas Canarias de la Antigüedad al Renacimiento*, Cabildo de Tenerife. 1996.

NEBENZHAL, Kenneth, *Atlas de Colón y los Grandes Descubrimientos*, Magisterio, Madrid, 1990.

PACHECO PEREIRA, Duarte, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1988.

PARIAS, L.-H., *Historia Universal de las Exploraciones*, Espasa-Calpe, Madrid, 1967-1979.

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Vertente, Porto, 1992⁴.

PIGAFETTA, Antonio, *Primer Viaje alrededor del Globo*, Orbis, Barcelona, 1988.

PINHEIRO MARQUES, Alfredo, *A Cartografia dos Descobrimentos*, ELO-Publicidade. 1994.

RACHET, Guy, *Diccionario de la Civilización Griega*, Larousse, Barcelona, 1996.

ROMERO, Federico e BENAVIDES, Rosa, *Mapas Antiguos del Mundo*, Agualarga, Madrid, 1996.

RUMEU DE ARMAS, Antonio, *El Tratado de Tordesillas*, Mapfre, Madrid, 1992.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Figueirinhas, Porto, 1992.

SILVA RIBEIRO, António, *A Hidrografia nos Descobrimentos Portugueses*, Europa-América, Mira-Sintra, 1994.

STEFANSSON, Vilhjalmur, *Última Thule*, The MacMillan Company, New York, 1944.

STEFOFF, Rebecca, *Maps and Mapmaking*, The British Library, London, 1995.

STRAHLER, Arthur e Alan H., *Geografía Física*, Omega, Barcelona, 1994³.

TATON, René, *Historia General de las Ciencias*, Orbis, Barcelona, 1988.

VARELA, Consuelo, *Cristóbal Colón. Textos y documentos completos*, Alianza, 2ª reimpressom, Madrid, 1989.

VARELA MARCOS, Jesús, *El Tratado de Tordesillas en la política Atlántica Castellana*, Universidad de Valladolid, 1996.

Descubrimientos y Cartografía, Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía, Tordesillas, 1998.

VVAA, *Cartografía Histórica del Encuentro de Dos Mundos*, Instituto Nacional de Estadística de México, Instituto Geográfico Nacional de España, Madrid, 1992.

Diccionario de personajes históricos Griegos y Romanos, Istmo, Madrid, 1998.

Seminarios Temáticos. El Tratado de Tordesillas, Universidad de Valladolid, 1996.

Tratado de Tordesilhas e outros documentos, Alfa, Lisboa, 1989.

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 111 - 138 / ISSN 1130-3557

Origem e formaçom do baralhete e novo contributo lexical (II)*

Jorge Rodrigues Gomes

(Vigo)

3. Composiçom

É este um recurso de formaçom de palavras muito menos rendível em baralhete do que outros como a derivaçom. Quase todos os casos registados respondem ao esquema de composiçom «verbo + substantivo», também em galego comum a fórmula mais produtiva, onde um verbo em terceira pessoa de singular do presente de indicativo se combina com um substantivo que cumpre na origem a funçom de complemento directo, e que se utiliza em plural. Como em galego, na maioria dos casos, utiliza-se para indicar profissons ou utensílios.

Além da classificaçom morfológica, partindo da categoria gramatical dos componentes, podemos diferenciar entre compostos com elementos do léxico do baralhete, do galego ou mistos:

a) do baralhete:	agalpa-ganchos, *tenaz* assuarra-ganchos, *ferreiro* despechenta-guainas, *ladrom que rouba nas casas* despechenta-gochias, *ladrom que rouba nas casas* intervanexar, *nom entender* nonarromana, *mudo*
b) do galego:	mira-cousas, *urinol*
c) misto:	fela-sa(n)os, *médico* tapa-guainas, *telheiro*

Classificaçom morfológica:

a) verbo+substantivo:	agalpa-ganchos, *tenaz* assuarra-ganchos, *ferreiro* despechenta-guainas, *ladrom que rouba nas casas*

(*) Continuamos a análise da origem e formaçom da gíria dos afiadores e dos guarda-soleiros ambulantes, o "baralhete", começada no número anterior da *Agália*.

	despechenta-gochias, *ladrom que rouba nas casas* mira-cousas, *urinol* fela-sa(n)os, *médico* tapa-guainas, *telheiro*
b) verbo + advérbio:	intervanexar, *nom entender*
c) compostos frásicos:	nonarromana, *mudo*

Todos estes compostos som criaçons originais do baralhete, excepto *fela-sa(n)os*, decalque do galego "mata-saos".

O termo *intervanexar* apresenta alguns problemas de classificaçom. Os verbos formados por composiçom em galego som mui escassos, e nom há negum cujos componentes sejam um verbo mais um advérbio. Desta maneira poderíamos considerar que estamos ante um verbo formado por derivaçom com um sufixo –anexar ou –nexar, mas é clara a identificaçom deste suposto sufixo com o advérbio de negaçom em baralhete *nexo*, "nom", cujo valor neste novo termo é o de negar o significado do verbo original. O seu comportamento é semelhante à dos verbos formados com o prefixo des-, com o qual poderíamos esperar umha formaçom **desin - tervar*, semelhante a *destrenar*, "abrir". Aqui observamos outra vez a vontade criativa desta gíria, forçando mesmo os processos normais de formaçom de palavras, como neste caso, em que mistura aspectos da composiçom, a derivaçom sufixal e a prefixal: utiliza duas bases lexemáticas, como a composiçom, para produzir um verbo de outro à maneira da derivaçom sufixal, mas com um valor semántico próprio da prefixal. Já que estamos ante a uniom de duas palavras identificáveis claramente, preferimos considerar este um caso de composiçom, apesar de ser inédito em galego comum.

Em *nonarromana*, ainda que aparentemente pareça haver umha composiçom de advérbio mais verbo, na realidade há três componentes, *noma-arromana*, com fusom do pronome a e a vogal inicial do verbo. De nom estar presente originariamente o pronome, nunca se poderia transcrever *nonarromana*, dada a pronúncia da nasal implosiva final ser velar em galego, esperando neste caso umha transcriçom *nomharromana*, ou, com a ortografia do castelhano, *nonharromana*. Isto é coerente com a tipologia da composiçom em galego, já que, embora exista a fórmula de composiçom «advérbio + verbo», ("malferir"), os vocábulos resultantes sempre se for-

mam com um infinitivo, e permanecem na categoria gramatical do verbo, enquanto os compostos ou conglomerados frásicos, resultado da aglutinaçom dos elementos dumha oraçom, som criaçons populares freqüentes em galego ("botaporela", "fervelhasverças", etc.). Contudo a seqüência «advérbio + clítico + verbo» é pouco produtiva, registando-se em casos como "jatentendo". Polo dito podemos considerar o composto *nonarromana* como umha criaçom original.

4. Outros processos de formaçom de palavras. Encurtamentos, metáteses e modificaçons fonéticas de léxico galego

Estes som processos pouco freqüentes e afectam um pequeno grupo de palavras. Como exemplos de encurtamento podemos citar *lostra*, do galego "lostregada", com o significado de "pancada", ou *lourém* da denominaçom popular do sol "lourenço". Também *fulé*, "mau", encurtamento de "fuleiro", embora com possíveis influências do calom galego *fu* ("carta de ínfimo valor no jogo do baralho"), *ful*, e mesmo do cigano *fulhé*, "fedor", tendo em conta que também se usam em baralhete com o mesmo significado (o de fulé), *ful* e *fuelhe*.

Entre as metáteses identificamos *vrico*, do galego "crivo", e *falmega* do galego "famelgo,-a", que por metáfora passa em baralhete a denominar a barriga. Os termos *maquinar*, "caminhar", e *maquino*, "caminho", podem ser considerados metáteses dos correspondentes galegos; rejeitamos a possibilidade de o troco da nasal palatal pola alveolar indicar metátese do espanhol *camino*, polo menos no baralhete, já que esta palavra nunca substituiu a genuína galega no galego espontáneo. A explicaçom desta mudança haveria que procurá-la em razons internas, como a influência doutras palavras como "máquina". Outra hipótese seria admitir em maquinar umha metátese do espanhol *caminar*, mas entom teria chegado a forma com metátese directamente ao baralhete através do seu uso nalgumha gíria espanhola, possibilidade esta que haveria que confirmar. É relevante salientar, em favor desta teoria, que no Bron, a gíria dos caldeireiros de Miranda (Astúrias), existe a forma *maquín*, "caminho", neste caso clara metátese do termo asturiano "camín"; e na gíria dos contrabandistas de Quadrazais (Portugal), encontramos o verbo *maquinar*, "par-

tir". Isto confirmaria a possibilidade de tratar-se de um termo importado desde algumha gíria castelhana, ou talvez desde o próprio bron, com posterior adaptaçom morfológica ao ser-lhe acrescentada a vogal –o.

Há umha série de termos em que se produz umha simples modificaçom fonética do vocábulo original galego:

chaqueta > xabeca
esgueirar > esgueilar
fátuo > fate
ferretes > forrotos
fuste > fusto
gente > gemba
liscar > lascar
patacas > patoas
sal > sapeiro
tatejar > talagiar

Um caso particular é o da palavra *maragota*, "castanha", que parece proceder do termo galego "marmota", designaçom da castanha cozida com a casca, com influência paronímica do também galego "maragota", nome de um peixe.

5. Composiçom sintagmática

Um dos recursos mais utilizados em baralhete para a criaçom de novas denominaçons é a composiçom sintagmática, isto é, a utilizaçom de dous ou mais lexemas unidos ou nom por preposiçom para exprimir um objecto ou um conceito. Som, portanto, sintagmas que funcionam como unidades semánticas. A sua origem estaria numha cláusula em que se relacionam dous termos, ou em que se qualifica dalgumha maneira um deles. Som mui frequentes as que denominam categorias ou tamanhos dentro de elementos de um mesmo campo semántico, utilizando para isto adjectivos do tipo de *baril*, "bom", *larganho*, "grande", *guezo*, "pequeno", *giro*, "bom", *ful/fuco*, mau.

Aqueles em que aparece umha preposiçom podem relacionar-se com o que Benveniste denomina "sinápticos"[1], polo menos nos casos em que

(1) Émile Benveniste (1989).

há ausência de artigo diante do segundo membro ou de possibilidade de flexom deste, e o seu significado é constante e único, quer dizer, nom permite nunca outra interpretaçom derivada da soma dos significados das bases léxicas ou do contexto.

A maioria destas formaçons denomina objectos ou conceitos, tendo, portanto, o valor de um substantivo; nalguns poucos casos exprimem a realizaçom de umha acçom, equivalendo a um verbo do galego comum.

Podemos diferenciar vários esquemas estruturais:

♦ frase nominal constituída por um núcleo e um modificador, podendo ser este último um adjectivo, umha frase preposicional ou outro substantivo. É o tipo mais freqüente:

arador baril ("escrevente bom"), *escritor*
barrosanta da Galheira ("musica da Galiza"), *gaita*
belba larganho ("guarda civil grande"), *sargento*
belém giro ("home bom"), *amigalhom*
cairo baril ("velho bom"), *avô*
caruncheiro baril ("carpinteiro bom"), *merceeiro*
chaira baril ("terra boa"), *barro*
chiám do gram oreteiro ("carro do gram rio / = mar"), *barco*
chírrio do alteiro ("carro do céu"), *aviom*
fianha parrela ("roupa palha"), *lençol*
frete larganho ("frio grande"), *inverno*
gram oreteiro ("grande rio"), *mar*
greleira de dentrufo ("camisa de dentro"), *camiseta*
líria gueza ("vaca pequena"), *vitela*
longanho ful ("chouriço mau"), *chouriço de cebola*
macaio larganho ("cigarro grande"), *charuto*
mouga fuco ("vinho mau"), *vinagre*
picalho da líria ("pico da vaca"), *corno*
ranheira da terra ("sardinha da terra"), *lagartixa*
sinado da mandúrria ("senhor do mando"), *rei, chefe de estado*
sinado dos foquinos ("senhor dos doentes"), *médico*
xibas larganho ("crego grande"), *bispo*
zúrria de bicudo ("perna de porco"), *presunto, jamom*

Salientamos o caso de *fianha parrela*, o único caso de composto justaposto, (dous substantivos unidos sem preposiçom, modificando o segundo ao primeiro) exemplo claro de sintagma fixo face aos demais casos, nos quais, embora funcionem como umha unidade léxica, se mantém de maneira transparente a consciência de construçom sintáctica.

♦ frase adverbial formada de advérbio e modificador:

abaixenta da cigota (“abaixo da dama”), *sete* (carta do baralho)

♦ cláusula formada de verbo mais frase preposicional ou advérbio:

afianhar baril (“vestir bem”), enfeitar
firgar baril (“olhar bem”), ter cuidado
oretar pola garlea (“molhar pola boca”), cuspir
oretar polos mireus (“molhar polos olhos”), chorar

Podemos incluir também nesta categoria, embora nom sejam propriamente composiçons sintagmáticas, os casos de frase nominal constituída por um determinante que nominaliza umha frase preposicional ou umha cláusula de relativo:

a da gaurra (“a da noite”), *lua*
o que asua o corrente (“o que quenta o azeite”), *tijola*

Em muitos casos estas composiçons se improvisam na fala espontánea quando nom existe um termo ou é desconhecido para o falante. Nestes casos é mui freqüente o uso dos advérbios e adjectivos já antes citados: *baril*, “bom / bem”, *ful/fulé/fuco*, “mau / mal”, *larganho*, “muito / grande” e *guezo/guecho*, “pouco / pequeno”. Estes termos funcionam como autênticas palavras auxiliares que combinando-se com outras podem exprimir um grande número de conceitos. Entre estas criaçons improvisadas som freqüentes as que exprimem acçons, isto é, as que substituem a verbos do galego comum.

6. Empréstimos

6.1. Galego portugueses

A utilizaçom de termos do próprio galego-português numha gíria galega pode parecer contraditório com o segredo que esta procura, mas a justificaçom radica em serem termos de uso restringido por dialectal, arcaico, ou perdidos em boa parte do território galego sob a pressom das formas castelhanas correspondentes. Dado que o único princípio polo qual se utiliza umha palavra em baralhete é o seu carácter esotérico, um

vocábulo genuinamente galego pode fazer parte desta gíria desde que seja desconhecido para a maioria dos falantes galegos.

Entre os termos galego-portugueses de uso em baralhete encontramos os seguintes:

Alveiro: menos usual do que o termo "branco", para designar esta cor.

Baril: termo do calom popular que qualifica qualquer cousa ou pessoa com valores positivos. Procede do romani *bari*, "grande, superior". Embora apareça em todos os dicionários galegos, e tenha abundante uso literário, devemos deduzir que o seu conhecimento nom devia estar generalizado nas comarcas donde procediam os falantes de baralhete.

Capiço: trapo ou farrapo. De uso dialectal.

Charpela: cárcere. Vocábulo do calom da Galiza.

Comboio: termo recolhido por Fidalgo Santamarina[2] como "camboio", que julgamos poda ser umha gralha. Este vocábulo tem pouco uso popular na Galiza, onde se utiliza o termo comum com o espanhol "trem".

Esgueilar: variante do galego "esgueirar". O seu uso em baralhete indica nom ser forma mui estendida, polo menos nas comarcas de origem dos falantes do baralhete.

Espingarda: termo pouco usado na Galiza, onde é mais freqüente a forma "escopeta", por influência do espanhol.

Fato: como nos casos anteriores a influência do espanhol impujo na Galiza o predomínio do termo "traje".

Ful: termo de calom, portanto nom conhecido por todos os falantes.

Futrica, futriqueiro: termo frequente em Portugal mas nom na Galiza.

Gandir: comer. O seu uso em baralhete indica ser termo pouco conhecido no galego comum desta comarca.

Garlar, garlear: embora exista em galego com o significado de "falar muito e sem critério", o seu uso é muito escasso tanto na Galiza como em Portugal.

Giro: usado em Portugal com o significado de bonito, engraçado, e pouco freqüente na Galiza. Em baralhete significa "bem, bom, quente".

(2) Fidalgo Santamariña (1992).

Lorda: termo galego nom mui estendido. Significa "porcaria".

Lúria: de uso dialectal, refere-se a umha corda com que se aperta a carga do carro de bois. Em baralhete "corda".

Trem: conjunto de ferramentas. Pouco usado na Galiza.

Trolha: utiliza-se na Galiza para se referir à pequena tábua onde o operário trai a argamassa. Em Portugal além deste significado também designa o próprio operário que trabalha como alvanel. Com este último valor é utilizado este termo em baralhete.

Xena: termo dialectal com o significado de "cabra".

Comum com o calom da Galiza e o de Portugal (calão) som as vozes *cagarrom*, "prisom", *grilo*, "relógio", além da já citada *baril*. Assinalamos também o termo *pielo*, vinho, cuja origem deve ser a mesma do vocábulo popular "piela", que em Portugal designa a bebedeira. Em lapizarro, a gíria dos cesteiros de Mondariz, dim *pielo*, bêbedo e *pielar-se*, embebedar-se.

6.2. Estrangeirismos

Suponhem os termos tomados doutros idiomas umha parte mínima do léxico do baralhete, e na sua maioria encontramo-los também noutras gírias. As línguas de que se tomam mais termos som o romani e o basco, existindo também alguns de origem castelhana, catalá, francesa, inglesa e alemá. Devemos esclarecer a fundada suspeita de que muitos destes termos nom tenham chegado ao baralhete desde as linguas originais mas desde outras gírias gremiais.

6.2.1. Léxico de origem romani

Baril (< bari, feminino de *baré*, "grande, superior"): bom, bem, óptimo, forte.

Bato,-a: pai, nai.

Calcurro, calquete (< calcorró): sapato. *Calcurro* também se utiliza com o mesmo significado no lapizarro, no verbo dos cabaqueiros, e no dos arguinas; no dos chafoutas: calco, "sapato", e *calcurreiro*, "sapateiro".

Canea (< cana): hora.

Coira (< coriar, "atormentar"; coriao, "aflito"): vergonha.

Gumarra (< gomarra): galinha. Também na gíria dos arguinas. Na gíria dos cabaqueiros «gumarro» e no lapizarro «gomarro» significam "ovo".

Lea: prostituta.

Menda: eu.

Racha (< rachi): noite

Talona: pousada.

Tibaia (< tibai, "tesa"): pénis.

Dos termos *calcurro*, *gumarra* e *menda*, já fora assinalada a sua origem romani por Ramón e Fernández Oxea (1968).

Também pode ter origem no romani o termo "fulé" (< fullé, "fedor") com possível influência do baralhete *ful*, "mau", e cujo significado é o de mau, ruim ou falso.

Há outras palavras com evidente parecido no romani e no baralhete, sem termos argumentos para determinar a sua origem certa. Por exemplo, Galiza chama-se *Garupa* em romani, e *Garipa* (além de Galheira) em baralhete, sendo *garipo*, o termo geral para dizer galego nesta gíria.

6.2.2. Léxico de origem basca

Álvarez Álvarez e Ramón e Fernández Oxea relacionárom com o basco as seguintes vozes:

Ardoa (< ardoa, "o vinho", de *ardo*, "vinho", mais o artigo basco acrescentado no final): aguardente.

Arguia (< haragia, "a carne", de *haragi*, "carne", mais o artigo basco): carne.

Arráncio (< arrautza "ovo"): ovo.

Charra (< txarra, "o mau", de *txar*, "mau", mais o artigo basco): guarda, soldado.

Gatuça (< gose izan, "ter fame", ou da família léxica de *gosete* "fame grande", *gosetuak*, "esfameado", etc): fame. Talvez desde o argot espanhol *gazuza*, "apetito".

Gaurra (< gaur, "esta noite", gau, "noite"): noite.

Guecho (< gitxi / gutxi "pouco"): pouco.

Lírio,-a (< iri, idi, "boi"): boi, vaca. Na "xíriga" dos telheiros de Llanes (Astúrias): *iria*, vaca, *irión*, boi. No "mansolea" dos sapateiros de Pimiango (Astúrias): *liriu*, touro, *liria*, vaca. Este termo deveu chegar ao baralhete desde a xíriga, o que explicaria o "l" inicial, artigo asturiano confundido com o substantivo polos falantes do baralhete: *l´iria*; ou desde o mansolea, onde o "l" deve ter a mesma origem.

Mutilo (< mutil, "moço"): moço.

Oreta (< uretan, forma declinada de *ur*, "água"): água.

Queico, queicoa, caicoa (< jainko, "Deus", *jainkoa*, "Deus", forma com o artigo basco acrescentado): Deus.

Ria (< harria, "a pedra", de *harri*, "pedra" mais o artigo basco): pedra.

Sua (< sua, "o lume", de *su*, "lume" mais o artigo basco): lume.

Zagarra, izagarra (< sagarrra, "a maçá", de *sagar*, "maçá", mais o artigo basco): maçá.

A esta lista haveria que acrescentar:

Árria (< harria, "a pedra", de *harri*, "pedra" mais o artigo basco): pedra de afiar.

Arguina (< hargina, "o canteiro", de *hargin*, "canteiro", mais o artigo basco): canteiro.

Estanhol (< gaztanohol, "queijo", "queijeira"): queijo.

Picoa (< lapikoa, "caçarola", de lapiko, "pota", "caçarola", mais o artigo basco): caçarola, pota.

6.2.3. Castelhanismos

Com origem na língua castelhana identificamos os seguintes termos:

Baturras (< baturro, "aragonês"): Bascónia, País Basco.

Delantujo (< delantal, "avental"): avental.

Grabieles (< gabrieles, "gravanços"): gravanços.

Pala (< pala, "pá"): colher.

Panarra (< panarra, "home fraco de espírito"): mendigo.

Timo (< timo, "vigarice"): roubo.

Zambulho (< zambullo, "balde usado como urinol"): penico.

Poderia ser de origem castelhana a voz *frisgar/frirgar* (< fisgar, "indagar curiosa e indiscretamente, cheirar, galistrar"), em baralhete "ver, olhar", mas em galego-português temos também um uso popular, pouco estendido, deste verbo com os significados de "olhar dissimuladamente" e "entender rapidamente".

Do castelhano de Cuba encontramos umha voz: *futingo* (< fotingo, "automóvel velho ou em mal estado")[3]. Este termo também é usado nas Ilhas Canárias[4] com a mesma forma que em Cuba, e na comarca samorana, fronteiriça com a Galiza, da Sanábria ou Seabra, pronunciado *futin - go*, como em baralhete[5].

Dentro deste apartado de castelhanismos devemos citar aqueles termos de origem duvidosa coincidentes no baralhete e no argot castelhano ou "germania":

Bea: peseta. Em argot castelhano "beata", com o mesmo significado.

Bornar: enforcar. Também se utiliza em romani.

Cherpes: dinheiro. Em argot castelhano "charpe".

Ficar: ganhar. Na germania significava "jogar". Em baralhete *fiqueiro* é um jogador profissional. Também se utiliza em romani com o significado de "jogar".

(3) Os cubanos costumavam chamar aos automóveis *fotingos*. Em 1908 a Ford Motor Company dos Estados Unidos lançou o seu famoso Ford Modelo "T". Este modelo de automóvel revolucionou nom só a indústria automobilística, mas toda a indústria americana e, dalgum modo, a economia dos Estados Unidos.
Henry Ford empregou por primera vez o sistema de montagem em cadeia, o qual permitiu abaratar o preço dos automóveis e popularizar o seu uso. O seu lema era: "Você também pode ter um Ford".
Do ponto de vista técnico o Ford Modelo "T" incorporou a novidade do sistema de tres pedais: embraiagem, travom e acelerador. Os modelos anteriores tinham o acelerador numha alavanca junto ao volante. A publicidade de Ford descrevia a novidade como o sistema de "foot it and go", isto é, pisar e arrancar.
Os primeiros automóveis começárom a circular em Cuba em 1899, eram de fabrico francês e nom atingiam mais de dez quilómetros por hora. Quando o modelo "T" de Ford chegou a Cuba fijo-se mui popular, e os cubanos começárom a usar a palabra *fotingo* (castelhanizando a frase "foot it and go") para chamar aos automóveis e "tres patás (patadas)" ao modelo T. In http://www.adpuello.com/cubanaerias.htm

(4) FOTINGO é a palavra que tradicionalmente se tem usado nas Canárias para se referir aos automóveis antigos, clássicos ou simplesmente velhos. Parece proceder de umha publicaçom em que aparecia um Ford T (carro que foi mui popular em Tenerife) e a frase "Ford T Go", que se pronunciava algo assim como "for-ti-gou" e que finalmente derivou em FOTINGO. In http://www.geocities.com/MotorCity/Speedway/9145.

(5) http://www.castillayleon.com/ferrerasdearriba/diccio.html/.

Ful, "mau" em baralhete, "falso" em argot castellano.

Moreno: monte. Termo existente no antigo argot castellano[6].

Moro, di-se em baralhete do bom vinho: amece moro. Em argot castelhano antigo *vino moro*[7] significa "vinho puro, sem água"; é "moro", isto é, mouro, porque nom recebeu água, portanto, metaforicamente, nom está "baptizado". Do vinho misturado com água di-se que é "cristao".

Picoa: pota, panela. Na gíria dos arguinas picoa, "ola", e picoo, "pote". No lapizarro picoeiro, "jarro", "balde". Também se utiliza em romani com acentuaçom oxítona, picoá. Como vimos acima, é de mui provável origem basca.

Piltra: cama. Também no lapizarro e nas gírias dos cabaqueiros, dos chafoutas e dos arguinas. Aparece recolhido igualmente nos vocabulários de romani. Na gíria dos pedreiros de Oliveira do Hospital (Coimbra) e na dos contrabandistas de Quadrazais (Guarda) dim "pildra".

Tabicar: fornicar. Em argot espanhol *tabicarse, entabicar*.

Talona: pousada. Na antiga germania castelhana existia a voz *talón*, "taberna".

Trena: cadeia, cárcere.

No dicionário de argot espanhol de Luís Besses (1905) encontramos outros termos comuns com o baralhete: *cherpos*, "dinheiro" (em baralhete *cherpes*), nexo, "nom", e *pinza*, "rapariga"; todos eles qualificados como provincianismos. Mas verificamos como este autor inclui na sua obra como "provincianismos" todos os termos que anteriormente Salillas (1896) citara como pertencentes à garisma, a gíria dos cegos da Galiza, e ao verbo dos arguinas (deste último vocábulos como *jalrua*, "boca", evidente pronúncia com gheada de *galrua*, ou *nexo*, "nom", com o fonema fricativo palatal surdo, inexistente em espanhol) o qual nos leva a desconfiar da sua existência real em argot espanhol, sendo portanto estas vozes pertencentes às gírias citadas por Salillas. Martínez Márquez (1996), no seu "Diccionario de jergas", inclui também as vozes *cherpos* e *pinza*, mas no prólogo adverte ter utilizado entre as fontes do seu trabalho o dicionário de Besses. É interessante acrescentar a existência no calão de Portugal do termo *chelpa*, com significado de dinheiro em moedas.

(6) Besses (1905).
(7) Besses (1905).

6.2.4. Léxico procedente de outros idiomas

♦ Catalám
Identificamos um termo: *michi*, "meio", < mig, "meio".

♦ Francês
É provável galicismo o termo *xera*, "carne", < chair, carne.

No argot francês encontramos o verbo *entraver*, "entender", do qual poderia proceder o baralhete *intervar*, de idêntico significado, e curiosamente presente em quase todas as gírias gremiais galegas, e nalgumhas portuguesas, asturianas e castelhanas.

♦ Inglês
Ramón e Fernández Oxea cita dous anglicismos:

Doco (< dog): cam. Na mesma família léxica: doca, "cadela", e docaria, "matilha".

Fixo (< fish): peixe.

♦ Alemám
Ramón e Fernández Oxea cita *brote* (< brot), pam.

7. Formaçom de palavras por modificaçom semántica

Além dos processos baseados em recursos meramente formais, o baralhete, como outras gírias, recorre também à criaçom de novos termos partindo do significado por associaçons de ideias ou contágios semánticos. Os recursos mais freqüentes deste género som a metonímia, a sinédoque e a metáfora.

7.1. Metonímia

É sem dúvida o expediente mais utilizado dentro dos de pensamento. Na maioria dos casos, nomeia-se o objecto ou conceito com umha palavra que caracteriza a sua funçom principal ou algum traço definitório (nem sempre o principal). Em muitas ocasions é um adjectivo substantivizado o que substitui o termo original galego.

Exemplos de metonímias em que o indivíduo ou objecto é substituído por um termo que se refere à acçom que realiza:

Agustíneas, mamas. As que dam *agustim*, leite.
Amarramento, cinto. Sinónimo baseado na funçom de amarrar.
Andólia, perna. A que *andolia*, anda.
Baralhete, gíria dos afiadores e outros ambulantes. Provavelmente da ideia de "baralhar", isto é, confundir.
Capiceiro, trapeiro. Em galego "esfarrapado".
Chiám, *chírrio*: carro. O que chia.
Colgante, candil.
Colganhos, brincos.
Cortosa, navalha.
Falmega, barriga. Metátese de "famelga".
Feirear, mercar, comprar, vender.
Fungueiras, nariz.
Garlanta, língua. A que "garla", fala.
Giadeiro, inverno. O que gea.
Governador, bota-gatos. O que governa pratos e caçarolas.
Mira-cousas, penico.
Mireus, olhos
Mordates, dentes. Relacionado com morder.
Mordona, abelha. A que morde.
Mosqueiro, mel. Que atrai as moscas.
Navegantas, sardinhas.
Picolo, cravo. Relacionado com picar.
Picona, costureira, cobra. A primeira pica com a agulha, a segunda com os dentes.
Ranhola, *ranholo*, eixada, legom. Os dous "ranham" na terra.
Saltadeira, pulga.
Saltante, coelho.
Trincantas, *trinquetas*, tesoiras.
Varante, presidente de cámara. O que tem a "vara", o poder.
Viajantes, páxaros, piolhos.

Exemplos de metonímias em que um traço característico (cor, forma, matéria, etc.) substitui o nome do objecto:

Alteiro, céu.
Branca, neve.
Branquinha, prata.
Branquinho, arroz.
Calcanheiros, peúgas. Do calcanhar.
Chaira, terra.

Clara, manhá.
Claro, dia.
Fianha, roupa. De fio.
Fianho, fato.
Folhato, guarda-chuva. Pola semelhança da teia do mesmo com umha folha.
Fosca, noite. Que é fusca, escura.
Frasquela, massa de gesso e óleo. Semelhante à frasca, "merda" em baralhete.
Larganho, muito.
Longanho, chouriço.
Marelas, patacas. Da cor amarela por aférese.
Miúda, erva.
Moles, sopas de pam.
Motreteiro, queijo. Feito de motrete, leite.
Negrinha, pulga.
Negrinheira, caldeira.
Papiloso, livro. Feito de papel.
Papuloso, jornal. Feito de papel.
Redonda, laranja.
Redondo, o mundo.
Zoina, crego.

Com o termo *brinco* designa-se o objecto com que os quinquilheiros furam as orelhas com o fim de introduzir os brincos, o qual se trata de umha transferência metonímica baseada na relaçom espacial.

7.2. Sinédoque

Exemplos de sinédoque:

Barbudo, castrom. Considerando que com a referência à barba se designa o "todo", o animal, incluímo-lo entre as sinédoques, mas também se poderia considerar metonímia.
Bicudo,-a, porco. Considere-se o comentário de *barbudo*.
Burlar, jogar. Um aspecto do jogo pode ser a burla.
Grila, prostituta. Em galego coloquial "grila" significa "vulva". Substitui-se assim a parte polo todo.
Lúrpia, vulva. Em galego coloquial "lúrpia" designa umha mulher má. Aqui, ao contrário do caso anterior, nomeia-se a parte com o vocábulo que designa o todo.
Trolha, alvanel. "Trolha" é a pequena tábua onde se pom a arga-massa. Igual em portugués coloquial.

7.3. Metáfora

A metáfora é com certeza o recurso mais criativo e original ao conseguir relaçons novas entre as palavras. Das criadas em baralhete umhas partem de umha comparaçom das formas de dous objectos, outras de duas acçons diferentes entre as que se busca algumha semelhança, algumha compara actividades humanas com as de animais, outras algumha parte do corpo com objectos.

Alombar, encher, engordar, prenhar. Estas acçons tornam o objecto ou a pessoa curvo como o lombo ou a lomba.
Anublar, esconder
Arada, carta.
Arador baril, escritor
Arador, escrevente.
Aradora, pena de escrever, lápis, caneta.
Arar, escrever.
Candeolos, moncos. Semelhante ás candeias ou carámbanos. Também em galego popular.
Caruncheiro, carpinteiro. Por comparaçom com o caruncho, insecto que rói a madeira.
Chafarote, cuitelo. O chafarote ou chifarote é umha espada pequena.
Dexentar, esquecer. De "deixar", isto é, a ideia esquecida é "deixada".
Engaço, garfo.
Feladeira, guerra. Em baralhete *felar* é morrer.
Fumeganta, fumegueira, nariz. De fumegar, por comparaçom com a forma da chaminé.
Ganzua, chave.
Grilo, relógio.
Lapeta, lapetar, ladrom, roubar. Do galego "lapar", engolir lambendo ou sorvendo como fan os cans. Também em galego popular se utiliza "lapar" com o significado metafórico de roubar.
Moca, pénis.
Petar, beijar. Em galego coloquial "petar" significa golpear.
Queimar, assar.
Queimona, cebola. A irritaçom que provoca nas glándulas oculares é comparada com a acçom de queimar.
Quentadeiro, inferno.
Raiganha, teta. De *raiganho*, em baralhete "nabo".
Relha, pena, lápis, caneta.
Rema, colher
Remo, garfo, braço
Terra, açúcar.

Timbales, testículos.
Tralha, cadeia do relógio. A "tralha" é umha correia ou cadeia com diferentes usos nos trabalhos agrícolas e marinheiros.
Xaropa, sidra. Do galego xarope.

Algum vocábulo é criado por ironia, assim *calmar* utiliza-se com o significado de bater.

7.4. Extensons e restriçons do significado

Algumhas palavras do galego comum som utilizadas em baralhete reduzindo ou ampliando o seu significado. Som poucos casos devido a que a sua compreensom por parte dos alheios à gíria pode ser fácil.

Entre os casos de ampliaçom podemos citar o verbo *firgar*, "ver", claramente relacionado com «fisgar», olhar de esguelha e com dissimulaçom. Em Portugal também tem o significado de "perceber imediatamente". É freqüente a relaçom de significado entre "ver" e "compreender": enxergar, significa em galego tanto divisar como perceber, entender; igualmente no calom utilizado em Portugal encontramos verbos como «topar» ou «toscar», que tanto se utilizam com um sentido ou com outro.

O termo *fuco* que na Galiza significa "pailám", "parolo", e em Portugal "engano", "dissimulaçom", utiliza-se em baralhete com o significado mais genérico de "mau".

O termo "lúria", utiliza-se dialectalmente para se referir à corda com que se aperta a carga do carro de bois. Em baralhete é simplesmente qualquer género de corda.

Outro exemplo de ampliaçom observamo-lo no verbo *garlar*, "falar" em baralhete, do galego-português «galrar», falar muito e sem critério.

Podemos considerar no mesmo caso os verbos *boirar*, "botar" em baralhete, face a "bater" em galego comum, e *chirriar*, que passa a significar também "assubiar".

Exemplo de restriçom semántica é *correnta*, variante do galego "corrente", cadeia de metal, que em baralhete limita o seu significado à cadeia de um relógio.

Relacionado com estes fenómenos podemos citar o caso de *farelar*, onde, desde o significado galego de "gabar-se muito", sofre um processo pejorativo pelo qual acaba significando em baralhete "mentir".

Também temos um exemplo de modificaçom por contaminaçom semántica: orjo, "centeio", que em galego designa a "cevada".

C) Expressons idiomáticas e provérbios

Além da traduçom literal das expressons idiomáticas galegas, o baralhete criou algumha outra própria sem correspondência no galego comum, e igualmente provérbios:

Amece frós ("é nada"): nom tem valor.
Bater o çoco: perder o tempo passeando em vez de trabalhar.
Manchar ("trabalhar") *o pino*: fazer tempo; demorar mais tempo do necessário em acabar um trabalho com o fim de lhe cobrar mais ao cliente.
Tiça, tiça, que o que tiça pilda ("come, come, que o que come caga"): aproveita-te que mais tarde ou mais cedo terás que pagá-las.
Guaina sem belena, vilom sem varante, todos à trena: casa sem ama, cidade sem presidente, todos à cadeia.
Os tolmes do caxiga nexo fedem ("os peidos do crego nom fedem"): refere-se à decisom injusta dumha autoridade.

D) Semántica

O vocabulário das gírias gremiais como o baralhete abrange todos os campos semánticos presentes nas comunicaçons básicas entre os indivíduos, quer dizer, aqueles que se referem às comidas, às partes do corpo, às peças do vestuário, às acçons fisiológicas, aos animais domésticos e aos do meio natural mais próximo, ao tempo cronológico e ao climatológico, às relaçons familiares, à topografia, às vias de comunicaçom e aos transportes, à religiom e as crenças, às profissons, às relaçons mercantis, etc. Por este motivo nom se podem tirar conclusons de tipo psicológico e sociológico baseando-nos nos campos semánticos predominantes, como si é possível no caso do calom e as gírias marginais, onde o seu vocabulário nom costuma incluir todas as realidades, conceitos e objectos habituais na comunicaçom essencial entre os indivíduos.

Som mui poucos em baralhete os termos referentes a ferramentas e acçons próprias do ofício dos seus falantes, o qual nom é estranho, já que mesmo as suas denominaçons em galego comum som desconhecidas para os alheios ao grémio. Contudo existem termos como *tarazana*, "roda de afiar", *parafusa*, "trado", *canhoutear*, "colocar ou arranjar varetas nos guarda-chuvas" ou *árria*, "pedra de afiar".

Devemos salientar o campo semántico dos termos relacionados com os jogos de cartas, já que o baralhete dispom de nomes para cada um dos paus e das cartas do baralho, assim como para os diferentes lances do jogo. A riqueza léxica deste campo reflecte a importáncia de um dos principais passatempos dos afiadores ambulantes, em que, segundo confissons deles próprios, utilizavam a sua gíria para dar senhas ilegais ao parceiro e jogar com vantagem.

O carácter prático deste tipo de gírias supom a economia conceptual, o que observamos na supressom de diferenças semánticas prescindíveis numha comunicaçom básica, do tipo de "ver" e "olhar", *firgar*, de "falar" e "dizer", *garlar*, ou de "ser" e "estar", *amecer*. Igualmente a utilizaçom das que podemos chamar «palavras auxiliares» ou «palavras polivalentes», aquelas que qualificam sem matizes todo o que é positivo ou todo o que é negativo: *baril*, transmite e resume as ideias de bom, bonito, óptimo, forte, autêntico, útil, etc.; *fulé* ou *fuco*, as de mau, feio, ruim, falso, perigoso, etc.

Face a esta simplicidade expressiva, surprende a abundáncia de sinónimos que encontramos. Ainda que alguns tenhem a ver com a variedade dialectal de que falaremos noutro epígrafe, outros som conhecidos normalmente pola maioria dos utentes, embora cada um manifeste preferência no uso por algum deles. A transmissom oral e o contacto com falantes de outras gírias gremiais ao longo dos anos e geraçons de ambulantes tem provocado o uso de diferentes termos para um mesmo conceito. Muitos destes sinónimos som empréstimos com origens em diferentes idiomas. Assim para "noite", temos a voz de origem basca *gaurra*, e a de origem cigana *racha*, ou para "carne" a basca *arguia* e a francesa *xera*. Em muitos casos a origem dos sinónimos está na utilizaçom de diferentes recursos de criaçom de palavras para um mesmo conceito, quer dizer diferentes utentes ao longo da vida desta gíria criárom estas pala-

vras, quer simultáneamente no seu tempo de formaçom, quer em épocas diferentes, por desconhecimento da existência do primeiro termo criado. Há casos de coexistência de um empréstimo com um termo criado por sufixaçom, modificaçom semántica ou derivaçom interna:

- *arguina*, de origem basca, e *canteirurro*, designam o canteiro,

- *futingo*, de origem cubana, e *chiám* ou *chírrio*, designam o automóvel,

- *timo*, empréstimo castelhano, e *meláncio*, derivado de *melar*, roubar, designam o roubo,

- *estanhol*, de origem basca, e *motreteiro*, derivado de *motrete*, leite, designam o queijo,

- *panarra*, empréstimo castelhano, e *girante*, derivado de *girar*, pedir, designam o esmolante,

- *zambulho*, empréstimo castelhano, e *mira-cousas*, designam o penico.

É freqüente também que os sinónimos se produzam ao criarem um termo simultaneamente por sufixaçom e modificaçom semántica: *lingu - mela* e *garlanta, facórria* e *cortosa, facórrio* e *chafarote, ceocho* e *alteiro, garfelo* e *engaço*, etc.

O campos semánticos em que se regista um maior número de sinónimos é o que se refere aos órgaos e a actividade sexuais. Assim entre as palavras com mais de três sinónimos há que anotar os que designam a vulva que somam um total de dez (*carrancha, cofata, fenocha, filpo, filpadei - ra, folucha, lúrpia, pardolha, pusca* e *tomba*); ao acto sexual referem-se com cinco termos (*anicar, filpar, floretear, grilar* e *tabicar*) e aos seios femininos com outros cinco (*agustíneas, mamelas, margaritas, margarolas* e *raiganhas*). Fora deste campo semántico as únicas palavras com mais de três sinónimos som piolho (*beirores, bicete, cacino, gorelho, guelfo* e *xastre*), rapaz e rapariga (*furgo,-a, mutilo,-a, novato,-a, pinço,-a*), fame (*galhuda, gatuça, gil* e *larota*), peseta (*bea, tara, tarela*, e *zurita*) e falar (*arromanar, cantufar, garlar e variantes*, e *xirgar*).

Se na abundáncia de termos relacionados com o sexo coincide com todas as gírias e linguagens marginais conhecidas, resulta estranho que esta nom se dê noutros campos semánticos igualmente prolíficos em

todo tipo de linguagem, polo menos na nossa área cultural, como som os relacionados com o vinho, a ingestom de bebidas alcoólicas e a embriaguez: apenas três termos para denominar o vinho *(mouga*, *oreto* e *pielo*) e dous para embebedar-se (*amangar-se* e *entoquenhar-se*). Também nom há um verbo específico que signifique beber vinho, como si há noutras gírias.

E) Fonética

A fonética do baralhete como a de qualquer gíria é a mesma que a da língua que falam os seu utentes. No caso do baralhete constatamos igualmente os mesmos fenómenos de vacilaçons vocálicas e consonánticas que se dam no galego comum.

Vacilaçons vocálicas

Epéntese de -i-

Constatamos a tendência a intercalar um i epentético para evitar o hiato na seqüência tónica final -eo, -ea. No galego actual espontáneo tende a ser menos freqüente pola influência do espanhol[8].

Mea / meia, meo / meio, carneiro, ovelha.

Harmonizaçons vocálicas

Os compiladores do léxico de baralhete reflectem a vacilaçom que existe na fala na pronúnica de *o* pretónico quando há um *i* ou *u* tónicos, e as suas dúvidas no momento da transcriçom. Assim em numerosas ocasions transcrevem a mesma palavra de duas maneiras:

Gochia / guchia, porta
Calcorreiro / calcurreiro, çapateiro
Foquino / fuquino, doente
Pereiro / pireiro, pote

(8) Contudo ainda se regista na fala em palavras como: aldeia, centeio, cheio, correia, feio, ideia, meio, meneio, etc. Vd. Garcia, Constantino (1985).

A pronúncia do o pretónico como u estende-se também a outras palavras em que nom aparece umha vogal fechada em posiçom tónica:

Boquelo / buquelo, revólver
Folhato / fulhato, guarda-chuva.
Folhateiro / fulhateiro, consertador de guarda-chuvas

Prótese de a-

Fenómeno freqüente na fala espóntanea galega (*arrá*, *arrecender*, *ajuntar*...):

Suar / assuar, arder
Bérria / Abérria, Astúrias
Bigarra / abigarra, barba
Relvar / arrelvar, dever

Nalguns casos ignoramos se se trata de umha prótese ou de umha aférese:

apatular / patular, rezar.

Dissimilaçons

Vacilaçom entre *a* e *o* átonos:

Alfaiom / olfaiom, alfaiate
Cachamea / cochamea, cabeça
Longanho / langanho, chouriço

Assimilaçons

Vacilaçom entre *a* e *e* átonos:

Caxateo / caxeteo, baile

Vacilaçom entre *ou* e *au* tónicos. Pouco habitual no galego actual, regista-se dialectalmente algum caso ("autro"):

Gaucha / goucha, mao

Vacilaçom entre *i* e *e* átonos postónicos. Na realidade em galego em posiçom postónica final produz-se umha neutralizaçom entre a série vocálica palatal, o que justifica estas vacilaçons.

Alibes / alíbis, ali
Aquibes / aquíbis, aqui
Sibes / síbis, si

Vacilaçom entre o ditongo *ai* e *ei*. É um fenómeno mui estendido em galego a harmonizaçom que um *i* assilábico provoca no ditongo *ai* (queixom, gueiteiro). Podemos estar ante um caso deste género no par *cairolas / queirolas* (velho).

Menos freqüente é o caso inverso que observamos em *queimona / caimona* (cebola) e *queimom / caimom* (alho), atribuível a confusom entre os dous ditongos.

Síncopes

Junto com as harmonizaçons é o fenómeno vocálico mais habitual no galego espontáneo.

Garabelo,-a / garbelo,-a, bonito,-a

Outras vacilaçons

Vacilaçom entre *e* e *o* átonos:

Lavrenhar / lavronhar, trabalhar a terra

Vacilaçom entre os hiatos *-eo,-a* e *-io,-ia*. A tendência natural do galego a pronunciar hiato em vez de ditongo crescente levou a alguns autores a representá-lo com a vogal *e* em vez de *i*, ao usarem o sistema ortográfico do espanhol, o qual nom permite acentuar estes casos por a seqüência *-io, -ia* formar sempre em espanhol um ditongo.

Bérreo / bérrio, milho
Facórreo / facórrio, cuitelo

Vacilaçom entre os ditongos *oi* e *ou*. Dá-se em galego com distribuiçom dilectal, existindo contudo comarcas onde se confundem na mesma palavra[9]:

Couço / coiço, velho

Ditongaçom

Vacilaçom entre *o* e ditongo *ou*. Pouco freqüente no galego comum fora da posiçom inicial e dialectalmente[10]:

Canhota / canhouta, vareta do guarda-chuvas

(9) Femández Rei (1990).
(10) Ferreiro, Manuel (1997) e Garcia, Constantino (1985). Estes autores registam vozes como *ourelha, ouvelha* ou *lougo*.

Vacilaçons consonánticas

A vacilaçom consonántica mais freqüente afecta à palatalizaçom da fricativa alveolar surda, presente em galego tanto diacrónica (bexiga, enxergar, enxertar, xurelo)[11] como sincronicamente (pêssego/pêxego, pintassilgo/pintaxilgo, roussinol/rouxinol, sarampo/xarampo, surdir/xurdir)[12]

Sinado / xinado, senhor
Sua / xua, lume
Talasias / talaxias, meias
Talasios / talaxios, peúgas

Por perda da africaçom, a africada palatal surda pode passar a fricativa: choulo / xoulo, *parvo*. Esta vacilaçom, mas em sentido contrário, está presente dialectalmente na fala galega: muxica/muchica, côxegas/côchegas, cuxo/cucho, pixa/picha[13].

Por equivalência acústica há alternáncias entre /b/ e /m/, existentes também em galego espontáneo (cotobelo/cotomelo)[14]: *bicalho / micalho*, bolso, *berxena / merxena*, igreja.

Mais estranho é algum caso de vacilaçom entre /k/ e /g/: *coucho / goucho*, frasco.

F) Variaçom dialectal

Os utentes do baralhete eram afiadores e guarda-soleiros de concelhos pertencentes às comarcas de Ourense, Maceda, Caldelas e Trives. Um território extenso com bastantes quilómetros de separaçom entre os seus pontos mais distantes. Isto, unido a que trabalhavam individualmente e nom em grupo, explica certas variantes que se observam na gíria utilizada por falantes procedentes de umha comarca ou doutra.

11) Ferreiro, Manuel, (1997).
(12) Garcia, Constantino (1985).
(13) Garcia, Constantino (1985).
(14) Ferreiro, Manuel (1997).

Podemos considerar duas zonas baseando-nos nos nossos estudos pessoais e nos de Ramon e Fernández Oxea (1968), o único estudioso que cita o lugar da sua investigaçom; estas seriam a de Ourense (Nogueira de Ramuim, Pereiro de Aguiar, Esgos e Junqueira de Espandanedo, este último na comarca de Maceda), na parte mais ocidental, e a de Caldelas (Castro Caldelas, Parada do Sil, A Teixeira, Montederramo, Chandreja de Queixa e Sam Joám do Rio, estes dous últimos na comarca de Trives), na oriental.

As diferenças mais importantes observadas referem-se à utilizaçom do sufixo universal. Nos falantes das comarcas mais orientais, Caldelas e Trives, registamos, na nossa investigaçom particular, como sufixo recorrente na deformaçom de palavras –oujo,-a. Na zona ocidental funcionam como sufixos universais –umelo,-a e –úrrio,-a.

Dos termos base diferem em um, o que significa "mau" em todas as acepçons: *fulé*, em Ourense e *fuco* em Caldelas. No vocabulário básico há poucas diferenças, contudo som relevantes as seguintes:

Ourense	**Caldelas**	
arreador	*arriostra*	afiador
gaurra, racha	*fosca*	noite
chiám	*chírrio*	carro
chiscar	*colar*	beber
Galheira	*Garipa*	Galiza
albo	*mondelo*	gato
tola	*talona*	taberna

Também é significativo a diferente nomenclatura atribuída aos naipes e cartas do baralho, o que indica umha convivência pouco freqüente entre os afiadores das diferentes comarcas. Com efeito nom eram os mesmos os lugares da geografia da península ibérica em que trabalhavam uns e outros.

Conclusom

O baralhete é umha gíria gremial que procura o segredo, um «criptolecto», para o qual utiliza todo tipo de recursos com o fim de substituir o léxico do galego comum por outro cifrado. Possui um vocabulário básico, fixado e conhecido por todos os utentes, a partir do qual se elaboram e improvisam no acto de fala os termos necessários inexistentes no acer-

vo lexical principal; para isto utilizam umha série de recursos como a deformaçom de palavras por derivaçom, a composiçom sintagmática ou a modificaçom semántica.

Depois de ter realizado um estudo pormenorizado do baralhete podemos concluir que os principais aspectos que o caracterizam, além do léxico, som os seguintes:

- Utilizaçom de um verbo auxiliar básico de uso geral, *amecer*, com o valor e significado de estar, ser, ter, haver e vir, e com menos freqüência de *aparar*, com os de ser e estar.
- Utilizaçom dos adjectivos e advérbios *baril*, bem, bom, boa, *ful/fulé/fuco*, mal, mau, má, *larguenho*, grande, e *guecho*, pequeno, de especial importáncia nas composiçons sintagmáticas.
- Utilizaçom de sufixos com carácter deformador de maneira geral, quer dizer, aplicáveis a qualquer palavra, e que por este motivo denominamos "sufixo universal". Funcionam desta maneira os seguintes: *-umelo,-a, -úrrio,-a e –oujo,-a/-ujo,-a.*
- Utilizaçom de um sufixo deformador e caracterizador específico para os pronomes pessoais e outro para os numerais: *-eces* e *–pes*, respectivamente.
- Combinaçom de vários recursos de deformaçom de palavras simultaneamente: sufixaçom e alteraçom fonética, por exemplo, *moreteiro*, moreno.
- Extraordinária produtividade do sufixo *–ante*. Criaçom de umha forma feminina *–anta*. Utilizaçom também como desubstantival.
- Vitalidade do sufixo *–aria*.
- Liberdade criativa na derivaçom verbal: existência de verbos sem equivalência exacta no galego-português comum.
- Presença escassa de verbos da terceira conjugaçom e escassíssima da segunda.
- Escassa presença de empréstimos, sendo estes procedentes principalmente do romani e do basco.

Finalizamos este estudo salientando alguns aspectos que nos parecem mais originais e que singularizam esta gíria entre outras gremiais do mesmo género:

- A aplicaçom de sufixos específicos para classes de palavras determinadas, o que acontece, como vimos, no caso dos pronomes pessoais e dos numerais. Esta soluçom implica umha reflexom lingüística inesperada em pessoas iletradas, como eram a maioria dos afiadores e guarda-soleiros ambulantes.
- Criaçons insólitas na língua comum como *intervanexar*, "nom entender", a partir de um verbo e um advérbio; ou *descoirento*, "desvergonhado", adjectivo parassintético.
- A combinaçom de vários recursos de deformaçom de palavras simultaneamente: *moreteiro*, moreno, *agoteiro*, rápido.
- Criaçons humorísticas como *pildatório*, latrina, termo vulgar com sufixo culto.

Bibliografia

ÁLVAREZ ÁLVAREZ, Domingo (1965), *Jergas de Galicia. La de los tejeros, canteros, albañiles y paragüeros*, Tomiño-Pontevedra.

BENVENISTE, Émile (1974), *Problemas de Linguística Geral I e II*, Campinas, São Paulo, Pontes, (1989).

BESSES, Luis (1905), *Diccionario de Argot Español*, Cádiz, Universidad de Cádiz, (1989).

COELHO, Adolfo (1892), *Os ciganos de Portugal, com um estudo sobre o calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (1995).

GARCIA, Constantino (1985), *Glosario de Voces Galegas de Hoxe*, Verba, anuario galego de filoloxía, Anexo 27, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

FERNÁNDEZ FERREIRO, Xosé (1980), *A saga dun afiador*, Vigo, Edicións Xerais (1992).

FERNÁNDEZ REI, Francisco (1990), *Dialectoloxía da lingua galega*, Vigo, Xerais.

FERREIRO, Manuel (1997), *Gramática histórica galega II. Lexicoloxía*. Santiago de Compostela, Edicións Laiovento, (2001).

FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antón (1988), "A fala dos ambulantes ourensáns estudiados", in FIDALGO SANTAMARIÑA, X.A. e RODRIGUEZ FERNANDEZ, F., *Cinco profesións ambulantes ourensáns*, Ourense, Caixa Rural Provincial de Ourense.

FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antón (1992), "A linguaxe especial do oficio do afiador ambulante" in *O Afiador*, Vigo, Ed. Ir Indo.

FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antón (1998), "O ´Barallete´, linguaxe especial de oficio dos afiadores ambulantes ourensáns", in *Raigame* 6.

FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (1999) *Gramática da Língua Galega. III. Semántica*. Vigo, Edicións A Nosa Terra.

MARTÍNEZ MÁRQUEZ, José Ramón Julio (1996), *El Nuevo Tocho Cheli. Diccionario de Jergas*, Madrid, Ediciones Temas de Hoy.

NOBRE, Eduardo (1986), *Dicionário de Calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (2000).

PAZ PÉREZ, Carlos (1996), *Diccionario Cubano de Términos Populares y Vulgares*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.

RAMON E FERNÁNDEZ OXEA, José (1953), "O Barallete. Jerga de los ofícios ambulantes de la provincia de Orense" in *Revista de Dialectología y Tradición Popular*, Tomo IX.

RAMON E FERNÁNDEZ OXEA, Xosé (1968), "O Barallete" in *Santa Marta de Moreiras*, Sada-A Coruña, Ed. do Castro (1982).

SALILLAS, Rafael (1896), *El delincuente español. El lenguaje. (Estudio filológico, psicológico y sociológico). Con dos vocabularios jergales*. Ediçom digital baseada na ediçom de Madrid, Librería de Victoriano Suárez, 1896, http://cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/06814606872251623042 4822/

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 139 - 168 / ISSN 1130-3557

Por uma ortofonia do português da Galiza

José Luís Valinha

1. Introdução

a) O que é e o para quê da ortofonia

Segundo o *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa*, a *ortofonia* é a pronúncia considerada normal e correcta. Este mesmo dicionário refere uma outra palavra, *ortologia*, no âmbito gramatical, como a arte de pronunciar correctamente. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* não recolhe este último termo, mas define a palavra *ortofonia*, na sua primeira acepção, como ramo da linguística que se concentra estritamente na correcção dos traços fonológicos (acentuação, articulação dos fonemas, ligação entre eles, etc). Parece por isso talvez a palavra *ortofonia* a mais adequada com vista a definir qual a pronúncia normativa e correcta para a nossa língua na Galiza.

A necessidade de definir uma ortofonia para uma língua moderna e de cultura, vem patentear-se se tivermos em conta que uma normativa que só se detivesse nos aspectos semânticos, morfológicos, léxicos, e não nas regras do bom pronunciar, não evitaria o aparecimento de divergências tão profundas nas maneiras de dizer dos distintos lugares onde ela é falada, que em breve constituiriam uma ameaça para a sua unidade. A ortofonia, portanto, faz parte da normativa linguística dum idioma.

Neste trabalho não existe uma pretensão de definir uma ortofonia da nossa língua na Galiza, processo que exige, dada a situação de anormalidade em que se ainda encontra, reflexões apuradas, debates, opiniões, consensos, e, o que vem a ser equivalente, tempo. Só se pretende chamar a atenção para as dificuldades e problemas que a definição duma correc-

ta maneira de pronunciar o português na Galiza pode levantar. As soluções, desde que seja possível a sua formulação, não podem deixar de ser abertas ao necessário diálogo sobre esta questão.

b) Na Galiza: uma ortofonia para o galego

Não é preciso insistir na necessidade duma normalização real e efectiva, e não puramente nominal, para o galego vir a atingir o *status* de língua de cultura no mundo moderno. Não é o objecto deste trabalho, se bem aquilo que Fagim chamou "regeneração funcional"(1) do idioma, quer dizer, que ele ocupe todos os campos e âmbitos próprios duma língua culta moderna, há-de ser o objectivo último de qualquer planificação linguística. Mas para chegarmos à regeneração funcional, é necessário conseguir o que o mesmo autor denominou uma "regeneração formal"(2). Pois bem, duma parte desta regeneração formal é que nos vamos ocupar: a necessidade duma ortofonia própria do galego.

Porque é bem conhecida a necessidade duma autêntica regeneração formal para o galego, fortemente deturpado pela pressão do castelhano, língua dominante na Galiza desde o final da Idade Média. Esta deturpação ou castelhanização da fala da Galiza operou nos níveis ortográfico, morfológicos e léxicos, também, ainda que talvez em menor medida, no sintáctico, e afectou também o nível fonológico do idioma. E curiosamente talvez seja este um dos aspectos mais descuidados em todas as tentativas de regeneração formal do idioma. Assim, tanto do ponto de vista isolacionista, que considera o galego como língua diferente do português, como do ponto de vista reintegracionista, que considera o galego fazendo parte da língua galego-portuguesa, da lusofonia, a castelhanização ortofónica do galego foi bastante ignorada, como se a regeneração formal fosse unicamente dirigida à morfologia, ortografia (no caso só da tendência reintegracionista) ou, particularmente, léxico.

E realmente a regeneração fonológica e morfológica é hoje tão importante como as demais para conseguirmos uma adequada regeneração global, formalmente falando, do idioma. Os castelhanismos fonológicos afectam o sistema consonântico: pense-se no som interdental castelhano

(1) Rodrigues Fagim, Valentim: *O galego (im)possível*, Edicións Laiovento, Santiiago de Compostela, Junho, 2001., pág. 137 e concordantes.
(2) *Op. Cit*.: pág.137 e concordantes.

(semelhante à pronúncia do inglês "thing" ou castelhano "zona"), na perda da palatalização do som "g" seguido de "e" ou "i", que faz muitos neo-falantes pronunciarem "sente", "seito" de palavras que, grafadas correctamente como "gente", "jeito", deviam ser pronunciadas, quando menos, como "xente", "xeito", à galega, quando não com a sibilante sonora que estas palavras ainda mantêm no resto da lusofonia. Mas afectam também o sistema vocálico, cada vez mais castelhanizado, pense-se no vocalismo átono, ou na neutralização do timbre das vogais tónicas abertas e fechadas.

A castelhanização fonológica não só está na rua nas pessoas neo-falantes, está presente duma maneira escandalosa nos meios de comunicação galego-falantes que são os que mais deviam vigiar pela pureza da língua e fomentar os bons usos idiomáticos e os códigos mais cuidados no falar. Isto faz duvidar, certamente, das intenções reais dos que (poderes públicos autonómicos) proclamam aos quatro ventos a defesa dum idioma cada vez mais ameaçado. Daí a importância, para emprendermos uma verdadeira regeneração formal da língua, de formular uma ortofonia do galego, num aspecto de vital importância porque é o que mais evidencia a castelhanização do idioma, e o que menos crível faz a existência da nossa realidade linguística no restante mundo lusófono (particularmente em Portugal). Um galego com fonética e sotaque castelhano não poderá ser considerado a sério no mundo lusófono, porque para os luso-falantes não deixará de representar um arremedo do seu falar, uma tentativa duns cidadãos espanhóis de imitar a fala portuguesa.

Também não é preciso insistirmos no conflito normativo actualmente existente na Galiza. Resumidamente, pode-se falar de duas grandes orientações normativas para a língua:

-A chamada "oficial", defendida por quem julga o galego língua independente do português, que se traduz numa admissão maciça de castelhanismos no idioma, o que desmente a pretensão nominal de criar uma língua galega autóctone e autónoma, pois que na realidade torna o galego num satélite do castelhano central, e isto tem o seu correlato –não podia ser doutra maneira– na fonética do galego.

Com efeito, para os defensores desta tese, mesmo considerando correctos certos fenómenos fonéticos que teoricamente aproximariam o

galego do português (nomeadamente o mal chamado "sesseio", consistente em empregar "-ss-" em lugar do som interdental castelhano de palavras como "fazer"[3], potenciam-se usos contrários a tais fenómenos (assim, mesmo que teoricamente o chamado "sesseio" é admitido, na prática, nos meios de comunicação emanadores do galego normativo oficial o seu emprego é quase testemunhal), ou defendem-se soluções dialectais claramente contrárias à história da língua, disgregadoras da mesma a respeito do resto da lusofonia (é o caso da chamada "gheada", defendida teoricamente, se bem que pouco ou nada empregada na prática por estes meios de comunicação oficiais), quando não, na prática, se fomentam soluções claramente castelhanizadoras do idioma (vocalismo átono, neutralização da diferença entre vogais abertas e fechadas, despalatalização do som de palavras como "gente", "jeito", pronunciadas sistematicamente como "sente", "seito", o chamado "yeismo" (iotização), ou seja, pronunciar trabayo em lugar de trabalho), excluindo da normativa teórica formas que, mesmo tendo relativa presença na fala, são consideradas marginais (curiosamente costumam ser pronúncias que achegam o galego ao português), como a conservação das sibilantes sonoras, a palatalização do "s" final, etc.

Na teoria, como na prática, a normativa isolacionista é claramente castelhanizadora do galego, também no campo fonético (como, aliás, é também no campo léxico, morfológico, e mesmo sintáctico). Ora, e mesmo sendo isto assim, a normativa ortofónica foi aspecto relativamente pouco tratado no campo isolacionista.

-A normativa denominada reintegracionista, ou lusista, que eu prefiro, com Fagim, chamar "regeneracionista", por ser a única a pretender uma verdadeira regeneração para o galego, defende uma não-castelhanização do galego, que se traduz numa defesa daqueles traços do galego que mais o achegam à lusofonia, rejeitando os castelhanismos, mesmo os arreigados nos falares populares: e para isto recorre aos modelos de língua que puderam historicamente ter um desenvolvimento culto (o português de Portugal ou o Brasileiro), considerando em todo o caso o galego como que fazendo parte do mundo lusófono, quer dizer, consideran-

(3) Instituto da Língua Galega e Real Académia Galega: *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, Vigo, 1982, ILG-RAG.

do galego e português como uma mesma língua, um conjunto de falares que com todas as divergências que possam existir, hão-de se integrar num contexto de unidade, mesmo que constitua, como V. Fagim o denominou, um sistema pluricêntrico[4].

Estas ideias têm o seu correlato teórico na defesa daqueles traços fonéticos que mais achegam o galego ao português, bem como no rejeitamento daqueles traços dialectais que mais o afastam do sistema lusófono ou, o que não deixa de ser equivalente, mais o achegam ao sistema do castelhano central. Assim, prefere-se o chamado sesseio à conservação da interdental castelhanizadora em palavras como "cedo" ou "fazer", rejeita-se, para um nível culto de língua, o fenómeno da "gheada", defende-se um vocalismo claramente galego (vocalismo átono galego, diferenciação clara entre vogais abertas e fechadas), fenómenos como a sonoridade ou a palatalização do "s" final não são rejeitados, mas admite-se que seriam de preferir numa normativa galega, conservação da palatalização em "gente", "jeito" (que devem ser pronunciadas ao menos como "xente", "xeito", ou mesmo com conservação da sonoridade à portuguesa).

Ora, se isto é assim quanto à fonética, teoricamente, na prática, é possível constatar uma pronúncia pouco cuidada, e em muitos casos castelhanizada do galego por pessoas que se dizem lusistas ou reintegracionistas (interdental castelhana, vocalismo átono, neutralização do timbre das vogais abertas e fechadas, iotização, etc), fora de excepções constituídas por pessoas que tentam aproximar o seu falar do português padrão.

Quer dizer, na tendência reintegracionista ou lusista, existe uma defesa teórica duma língua não castelhanizada, defesa que na fonética nem sempre tem o seu correlato prático. Aliás, também é constatável uma menor preocupação teórica com a regeneração ortofónica do que com outros aspectos da regeneração formal da língua (nomeadamente no campo morfológico ou léxico) perante a sua castelhanização evidente, por sinal tanto ou mais evidente no aspecto ortofónico do que noutros aspectos.

Neste trabalho parte-se duma orientação lusófona para a língua própria da Galiza, quer dizer, ela vai ser considerada como mais uma variante duma língua hoje falada na Europa (Galiza, Portugal, e comarcas limí-

(4) Rodriguez Fagim, Valentim. *Op. Cit*.: Pág. 184 e concordantes.

trofes da Espanha, nomeadamente da Extremadura), América (Brasil), África (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo-Verde) e Ásia (Timor Loro Sae). Quanto ao nome que lhe dermos à língua, acho não ser este o problema mais importante que ela tem para a sua sobrevivência, mas, consequentemente com a orientação lusófona aqui defendida, talvez o melhor fosse aquele com que é conhecida internacionalmente: português. E falar, em igualdade de condições, de português de Portugal, português do Brasil, bem como de português da Galiza. Porém, e pois que a sua utilização é frequente no âmbito galego, não são de rejeitar as denominações de galego ou galego-português.

Neste trabalho, portanto, vamos falar dalguns problemas que à ortofonia do português da Galiza dizem respeito. Há que, porém, deixar bem assentado que se não pretende definir aqui uma ortofonia para o galego lusófono, mas chamar a atenção para a sua necessidade, e oferecer umas linhas orientadoras, razão pela qual as soluções estão abertas, e não deixam de ser simples propostas para, no futuro, serem analisadas pelo miúdo por pessoas expertas, comprometidas com o idioma que, com tempo, consenso, diálogo, possam vir a definir uma ortofonia para a pronúncia culta do português da Galiza, paralela aos modelos de prosódia da língua portuguesa que existem em Portugal, no Brasil, uma ortofonia própria, em consonância sempre com as outras áreas do idioma, mas não necessariamente mimética delas.

2. Para uma ortofonia galega lusófona: conceitos prévios

a) A Castelhanização do galego

Conhecida é, como dissemos anteriormente, a castelhanização da fala galega em todos os níveis da linguagem, também no nível fonético, bem como a necessidade, quando menos dum ponto de vista lusófono, de darmos ao português da Galiza uma projecção internacional que o dignifique na consciência das pessoas que ainda o falam.

Esta projecção internacional exige um reconhecimento da sua existência pela lusofonia, o que faz necessário apresentarmos pelo mundo fora um galego cuidado, bem falado e bem pronunciado. A não fazermos assim, a nossa fala não deixará de ser considerada um simples arremedo castelhanizado da língua de Camões, daí a necessidade duma ortofonia galega lusófona para fazer um galego crível e a sério no mundo lusófono.

b) A realidade da fala (Galiza e Portugal)

Mas, para definirmos uma pronúncia correcta numa língua, ou dentro do âmbito duma língua pluricéntrica[5] como é o português, dum âmbito concreto dentro dela, havemos de partir da realidade da fala dessa zona, e concretamente na Galiza, batemos com o problema da castelhanização das falas galegas, castelhanização que se manifesta nos seguintes fenómenos fonéticos que nem sempre se dão na mesma medida em todos os falantes e em todas as zonas:

-O castelhanismo que mais pode chamar a atenção para os ouvidos dum lusófono doutros países da área linguística portuguesa, talvez seja a interdental castelhana hoje existente nos falares do galego oriental e central, e em muitos falantes castelhanizados da faixa ocidental da nossa língua: assim, palavras como "cedo, fazer, confiança", costumam ser pronunciadas com o "z" interdental surdo do castelhano central (som equivalente ao inglês "th" em palavras como "thing").

-Como castelhanismo talvez possa ser qualificada a perda da sonoridade das sibilantes do galego-português, geral em quase todo o território galego (não em todo, é certo, mas em quase todo): assim, palavras como "fazer", "casa", "gente", serão pronunciadas pela maioria dos galego-falantes como "facer" (com interdental à castelhana, equivalente a "th" inglês em "thing", na Galiza central e oriental) ou "fasser" (na faixa atlântica, quer dizer, ocidental, da Galiza), "cassa, "xente". Aqui dizemos talvez castelhanismo porque o fenómeno parece existir ou ter existido no Norte de Portugal[6], difícil de explicar como castelhanismo, podendo ser um traço dialectal próprio das falas setentrionais da região galego-portuguesa, quase apagado no Norte de Portugal pela pressão do português padrão, e na Galiza potenciado mesmo pela influência do castelhano que exerce como língua de cultura nas falas galegas. Quando menos pode ser qualificado como fenómeno em que a influência do castelhano não é alheia, mesmo se for genuíno das falas nortenhas, de forma que a sua vitalidade na Galiza é que terá tido como razão de ser a influência da língua tecto na Galiza, o castelhano, idioma no qual o proceso de eliminação das sibilantes sonoras triunfou plenamente.

-A neutralização da distinção entre o som labiodental "v" e o bilabial "b", amplamente difundida nos falares do Norte de Portugal e na Galiza, parece dificilmente ser conceituável como castelhanismo, pelo facto de

(5) *Op. Cit.*
(6) Assim me têm referido pessoas nascidas e criadas nessas zonas.

estar fortemente arreigada no Norte de Portugal, longe da influência castelhana, mas não se pode esquecer que no Norte de Portugal, a influência do estândar do Centro-Sul, faz com que as pessoas cultas tentem realizar e de facto realizem a distinção. Na Galiza a situação é a contrária: a influência do castelhano, que quando menos nas falas cultas em contacto com o galego, não conhece a distinção, opera em sentido contrário, potenciando a neutralização, com o que a influência do castelhano também pode não ser alheia a este fenómeno.

-Quanto à pronúncia do "ch" em palavras como "chamar", "cheio", é de salientar que na Galiza soam como "tchamar", "tcheio", bem como nas falas portuguesas setentrionais, enquanto no centro de Sul de Portugal a pronúncia é "xamar, xeio". Neste fenómeno lingüístico, puro arcaísmo no galego e no português do Norte, não há qualquer hipótese de influência do castelhano, se bem que em Portugal o padrão central vá varrendo estes traços fonéticos, padrão que não opera na Galiza onde opera sempre o padrão castelhano.

-Outro fenómeno exclusivo da Galiza é a chamada "gheada", quer dizer, a pronúncia como aspirada semelhante ao inglês "house", de palavras como galo, amigo (que passam para "halo", "amiho"), que se costumam representar como "ghalo", "amigho". Têm-se procurado diversas explicações para este fenómeno: traço próprio e exclusivo do galego, castelhanismo no galego, e substrato pré-romano, fundamentalmente[7]. Tem-se falado também da presença esporádica do fenómeno em falares do Norte de Portugal[8], mas não deixa de ser um fenómeno insólito, não só em muitas falas galegas, mas também no resto da lusofonia. Quer seja influência do castelhano, quer não, constitui claro castelhanismo confundir este "h" aspirado (fricativa glotal surda) com o "j" castelhano (fricativa velar surda, cfr. castelhano "juan"), fenómeno este presente em muitos falantes.

-A iotização: claro castelhanismo é o chamado em castelhano "yeismo", ou pronúncia do "lh" como "i" semi-vogal ou directamente como o "y" castelhano (semelhante ao italiano "giro"): trabayo, fiyo, etc. Este castelhanismo está muito estendido nos falantes novos e do meio urbano, e vai ganhando terreno mesmo no meio rural. Curiosamente, em Portugal não aparece, a não ser em áreas particularmente castelhaniza-

(7) Fernández Rei, Francisco: *Dialectoloxía da lingua Galega*, Edicions Xerais de Galicia, 2 Edição, 1991.
(8) *Op.cit.* 177 em nota.

das (assim no português de Campomaior, no Alentejo, e no português ainda falado na antiga comarca portuguesa de Olivença, etc)[9]. Outra manifestação deste fenómeno seria a pronúncia como "y" castelhano, quer dizer, com valor consonântico, do "i" galego de palavras como "maio, caio, saio" que soariam como "mayo, cayo, sayo", o que é igualmente tanto ou mais frequente nos falantes novos do meio urbano ou mesmo rural.

-Fenómeno que também se pode caracterizar como peculiar das falas da Galiza é o timbre das vogais átonas, que não costuma normalmente ser tão fechado ou mesmo mudo como acontece com os falares portugueses centro-meridionais, onde podem mesmo chegar a desaparecer ("cuntxtar", "fass", "lait", etc, por exemplo, nos falares de Lisboa). Ora, também aqui existe, no galego falado nos meios de comunicação oficial, bem como por pessoas neo-falantes, o castelhanismo tendente a pronunciar as vogais átonas com o mesmo timbre que elas têm no castelhano padrão, que normalmente amostra uma realização muito mais aberta daquelas vogais do que costuma ser habitual nas falas galegas não contaminadas neste ponto pelo espanhol, sendo habitual mesmo, em muitos destes falares da Galiza, uma pronúncia quase tão fechada ou muda como no português padrão: "curaçom", "dreito", etc. Este castelhanismo contribui decisivamente, a meu ver, para dar um feitio de artificiosidade ao galego falado pelos meios de comunicação oficialistas da Galiza (TVG nomeadamente), e ao galego falado por muitas pessoas galegas que tentam exprimir-se na sua língua em Portugal, onde os interlocutores portugueses, surpreendidos por um falar que eles julgam (e julgam bem) fortemente castelhanizado, tentam invariavelmente responder em castelhano, quer dizer, não podem perceber que quem lhes fala é um galego que tem por própria a mesma língua que eles empregam: interpretá-lo-ão, invariavelmente, consoante a imagem que da Galiza lhes foi transmitida pela Espanha: uma região espanhola, de fala castelhana, e o galego que fala galego em Portugal é um espanhol a tentar falar português. Não o podem interpretar doutra maneira porque o deturpado do código que lhes oferecemos, não permite tal[10].

(9) Vidal Figueroa, Tiago: "O Yeismo: Nova Barreira ante o Português", in *O Ensino*, Revista Galego-Portuguesa de Sócio-Pedagogia e Sócio-linguística, Nº 18-22, pág. 215 e ss. Também: Rezende Matias, Fátima: "Português e Espanhol em contacto em Olivença", in *Nós* (Revista galaico-portuguesa de cultura), págs. 7-30.

(10) Rodrigues Fagim Valentim. *Op.cit.:* Págs.127 e concordantes.

-A existência de vogais “e”, “o”, “a” tónicas de timbre aberto ou fechado (“cedo”, “aberto”, “porta”, “pouco”) é fenómeno comum às falas galegas e portuguesas. Quando muito, pode haver diferenças dependendo das palavras e das zonas, diferenças entre as falas galegas e portuguesas, e diferença dentro das próprias falas galegas (assim, sabemos que no galego oriental o timbre das vogais tónicas de palavras como “medo”, “sogro”, “novo”, tende a ser aberto, enquanto no galego ocidental tende a ser fechado como em português, e sabemos também que estes fenómenos de metafonia são tanto mais frequentes quanto mais perto do Atlântico nos encontrarmos).

Aqui também ocorre o castelhanismo da neutralização do timbre destas vogais, que soariam com uma abertura semelhante do timbre uniforme que elas têm em castelhano. No galego dos meios de comunicação oficiais, como no galego de muitos neo-falantes e mesmo de pessoas que se dizem lusistas ou reintegracionistas, é mesmo fácil observar todos os “o”, os “a”, e os “e”, quer eles sejam tónicos, quer átonos, terem a mesma abertura média própria do castelhano, o que aumenta a sensação de artificiosidade, e a mesma sensação de perplexidade quando este galego castelhanizado é exibido como código de comunicação no vizinho Portugal, como já ficou apontado.

-A pronúncia nasal velar do “m” em *uma, alguma*, etc, que na Galiza conhece várias realizações, a mais comum como nasal e velar (representada às vezes por –mh-, umha, ou –nh-, unha, no galego-castelhano oficial), mas também existe, no galego oriental, a perda de qualquer valor consonântico (dá-me ua pedra), e em pontos isolados conserva a antiga pronúncia medieval (u‡a). Tais pronúncias são comuns com falares portugueses setentrionais, se bem que em Portugal e no resto da lusofonia, opere poderosamente o padrão de pronunciar estas palavras tal qual elas aparecem escritas, quer dizer, com o valor de “m” bilabial (*uma, alguma*).

-Quanto aos ditongos *–ou-, -ei-, -eu-, -ai-*, sabido é que no galego as pronúncias destes ditongos costumam conservar os dous elementos vocálicos, com o timbre fechado do primeiro deles: -“pouco”, “beira”, “comeu”- que soam mesmo como vão escritos. Nisto a pronúncia galega conserva, como as pronúncias portuguesas setentrionais, o valor originário destes ditongos, cousa que não acontece no centro-Sul de Portugal, onde o segundo elemento vocálico do ditongo quer desaparece (“pôco”, “bêra”, “comê”, “baxo”), quer altera o timbre do primeiro elemento (nos falares de Lisboa assim acontece, correspondendo a pronúncia a algo semelhante a “baeira, paeix, baxo”).

-A nasalidade, particularmente nos ditongos, seria outro ponto em que se pode apreciar uma tendência para a perda da nasalidade nas falas galegas, perda que nem sempre é uniforme, bem como também não é uniforme dentro da própria Galiza, o resultado destes ditongos: assim, uma palavra como "irmão", admite na Galiza diversas realizações: "irmão", "irmao", "irmau", "irmám", "irmá". Uma palavra como "cão" admite na Galiza uma só realização, "cam", mas nos falares portugueses temos, para além de "cão", "cam", "com", uma palavra como "chão", admite as pronúncias "tchao", "tchau", "tcham""tchão", na Galiza, mas em Portugal temos "chão", "cham" ou "chom", etc.

Os ditongos nasais nem sempre desapareceram por igual em todas as falas galegas: no galego oriental é frequente a sua conservação: *teim, põi, fãem, heim, seim*.

No galego ocidental, os plurais das palavras terminadas em –om, costuma ser "-õs" (ladrõs), com vogal nasal, no galego central costuma perder totalmente a nasalidade (ladrôs), e no galego oriental pode apresentar perda da nasalidade (ladroes ou ladrois) ou conservá-la em áreas muito restritas como acontece na área ancaresa (*ladrões*).

Além disso, enquanto no português padrão, que aqui reflecte as falas portuguesas centro-meridionais, as palavras acabadas em "-om", "-am" passaram para "-ão", não aconteceu o mesmo nos falares da Galiza e nos falares do Norte de Portugal, e mesmo nalguns falares brasileiros, se bem que nos falares portugueses com conservação do "-om" (ladrom, cam, fizerom, comerom), opere fortemente o padrão contrário centro-meridional tendente à ditongação (ladrão, cão, fizeram, comeram), operando, no entanto, na Galiza, o padrão do castelhano central, que não só impede a propagação do padrão do Sul, mas impõe as soluções castelhanas. Daí que nem sempre seja possível negar a influência castelhana nestes fenómenos, nomeadamente na tendência para a perda das vogais nasais.

Para além disso, também não é alheia às falas portuguesas setentrionais e não só, a perda de vogais nasais: home, virge, irmá, lá, etc.[11]

-Do mesmo jeito, nas falas galegas, a pronúncia de "–m" final em palavras como "comum", "bem", etc, embora com forte nasalidade vocálica, costuma acabar em consoante velar, o que equivale a um som semelhante ao de "-ing" do inglês, sem o "g": "comung, beng", etc.

(11) Rodrigues Fagim Valentim. *Op.cit.:* pág. 92, em nota.

-Quanto à fala do Brasil, mesmo a nível culto, existem traços fonéticos que o afastam decididamente do português de Portugal e da Galiza, existindo outros que o achegam ao galego, em contraste com o português, e vice-versa: assim, a palatalização de "t" e "d" ante "e", "i", a conservação do timbre das vogais átonas, a pronúncia velar do "r" mesmo em posição final de palavra, a pronúncia claramente nasal em muitos dos falares brasileiros do digrafo "-nh-", e a linha melódica diferente no falar, o que se conhece como "sotaque", claramente diferente.

c) A ortofonia no português-padrão de Lisboa-Coimbra (ponto de partida mas nem sempre de chegada para o português da Galiza)[12]

Como acima ficou referido, a realidade que encontramos à hora de procurarmos a definição duma ortofonia padrão para o galego ou português da Galiza, é semelhante à que possa existir noutros campos como a morfologia ou léxico: encontramos um conjunto de falares na Galiza fortemente castelhanizados em muitos casos, com o padrão do castelhano central influindo notávelmente e fazendo estas falas convergirem com ele, e isto a passos cada vez mais agigantados, num processo que pode ser perfeitamente advertido de geração para geração.

Perante esta realidade existe uma tendência isolacionista, que, como já ficou dito, não faz senão consagrar esta convergência na própria normativa do galego: assim, no campo da pronúncia, como noutros campos (léxico, morfologia, etc): esta orientação produz na prática um código tão fortemente castelhanizado (é fácil comprovar isto vendo qualquer programa da Televisão Autonómica Galega) que não vai poder travar a tendência para a referida convergência.

Existe também uma tendência chamada "reintegracionista", "lusista", ou mais correctamente, ao meu ver, "regeneracionista" da língua (em terminologia que tem empregado V. Fagim), que quer recuperar para a normativa da língua os traços fonéticos, morfológicos, sintácticos, perdidos na fala pela castelhanização, para tentar travar este processo, inserindo-a no contexto pluricêntrico de que faz parte (luso-brasileiro-africano de expressão portuguesa), e conseguir assim a sua regeneração funcional definitiva, consequência duma prévia regeneração formal.

(12) Quanto à pronúncia portuguesa padrão, considerando tal a própria do centro do país (Lisboa-Coimbra), pode-se ver: Celso Cunha e Lindley Cintra: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 6ª Edição, Maio 1989, pág. 9 e seguintes. Também, no *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*, aparece a pronúncia padrão de todas as palavras, segundo o padrão de correcção da zona centro (Lisboa-Coimbra).

Ora, partindo desta última orientação, o português de Portugal e dos restantes países lusófonos (mas fundamentalmente por proximidade geográfica, cultural, e mesmo fonética o de Portugal) pode servir como critério de correcção, e assim tem acontecido nos campos léxicos, como também morfológico e mesmo sintáctico. Os grupos regeneracionistas estão a realizar uma regeneração da língua em todos os níveis da linguagem, e nela o espelho do português de Portugal está a desempenhar um papel fundamental.

Ora, a necessária regeneração no campo ortofónico levanta a questão de sabermos como pode o português de Portugal exercer este papel, quer dizer, a quê ponto o português de Portugal pode servir de referência para a fonética culta galega, o que levanta algumas interessantes perguntas:

1) O português de Portugal é ponto de referência para banirmos das nossas falas castelhanismos fonéticos, alguns deles fortemente arreigados nos falares galegos mais castelhanizados, mas não atingindo os falares populares melhor conservados, como acontece com a neutralização do timbre das vogais, outros fortemente arreigados em grandes zonas geográficas, abrangendo todos os falares, quer castelhanizados, quer não, como a pronúncia de palavras como "cedo", "fazer" à castelhana, com o "z" interdental (equivalente ao "th" do inglês em palavras como "thing"). Aqui é claro o papel que a norma portuguesa pode desempenhar como critério de correcção para as falas galegas. Questão à parte será matizar a rapidez da recuperação, o que dependerá da realidade social e do arreigado do castelhanismo, porque é claro que há castelhanismos fundamente enraizados que não vai ser possível eliminar da noite para o dia.

2) Existem fenómenos linguísticos nas falas galegas que não podem ser tildados de castelhanismos, e que obedecem ao carácter conservador ou arcaizante destas falas, razão pelo qual a sua presença é geral no galego, mas esporádica em regiões da lusofonia onde o padrão contrário do português normativo as fez recuar aos níveis de marginalidade em que se hoje situam. Aqui pode resultar mais discutível para a pronúncia galega culta o critério de considerar o padrão do português (Lisboa-Coimbra), como critério de correcção, e de adopção mimética de tudo quanto nesse padrão se contém. É o caso de certas pronúncias como o "tch" de palavras como "chamar", "cheio", terminações em "-om", "-am" (ladrom, cam). Aqui haveria que medir cuidadosamente não só a realidade social, mas também há que considerar a legitimidade destes traços galegos, que não parecem ab initio, constituir castelhanismos, e que talvez possam ser mantidos como identificadores do português da

Galiza, do mesmo jeito que acontece com os traços próprios do português do Brasil, defronte ao de Portugal.

3) Finalmente, existem traços do português de Portugal, particularmente dos falares da zona centro, totalmente alheios, não só à realidade falada da Galiza, mas também de extensas áreas da lusofonia, e que porém, integram ou estão a integrar, em maior ou menor medida, o padrão português: pronúncia velar do "r", elisão vocálica, abertura do primeiro elemento vocálico do ditongo "ei", do "e" em palavras como "tenho", "telha", "também", etc. Aqui a adopção mimética do português de Portugal é, certamente, mais duvidosa e discutível.

Talvez possamos responder genericamente aos três interrogantes dizendo que a adopção do padrão de Lisboa-Coimbra como critério de correcção não pode ser mimética nem automática, mas matizada e, mesmo assim, o português de Portugal, no campo fonético como noutros campos, funciona como importante critério de correcção linguística, residindo o problema na determinação prática de a quê ponto em cada caso há que adoptar uma ou outra solução.

d) Níveis da linguagem, níveis de ortofonia

Mas também não podemos esquecer, se quisermos fazer uma aproximação do problema, a necessidade da distinção entre os diferentes níveis da linguagem. É claro que uma pronúncia correcta numa conversa a nível coloquial admite um maior número de traços próprios da zona dialectal à que pertence o falante, e aqui a adequação a um padrão não pode nem deve ser tão rígida, sendo de preferir uma maior flexibilidade do que num nível estritamente formal, onde o falante ajeitará numa maior medida o seu discurso a um padrão mais rígido.

Isto não é exclusivo do galego-português, mas acontece em qualquer língua culta, mesmo no castelhano: podemos imaginar qualquer personagem castelhano-falante da vida cultural, política, mesmo artística, espanhola, nomeadamente se oriundo das regiões da Espanha onde o castelhano apresenta traços dialectais mais fortes e peculiares (pensemos na Andaluzia), a falar num ambiente solene, por exemplo numa Assembleia política, e a falar coloquialmente com os seus amigos num bar da sua vila ou cidade. Falará completamente diferente, e quanto mais solene for o discurso, menos dialectalismos amostrará, mais rigidamente se ajeitará ao padrão.

Dum jeito análogo, quando o euro-parlamentar Camilo Nogueira fala galego-português no Parlamento Europeu, não emprega o mesmo registo que quando fala informalmente, na Galiza, num café, ou na rua, ou num restaurante. Daí a intitulação desta epígrafe: os distintos níveis da linguagem conduzem para distintos níveis de ortofonia, e pessoalmente entendo que esta consideração pode contribuir para clarificar as soluções aos casos concretos que se puderem apresentar. Os critérios de correcção têm de ser, pois, flexíveis, dependendo do nível em que nos encontrarmos, partindo sempre da rejeição firme de tudo o que possa ser considerado como castelhanismo.

3. Alternativas e possíveis soluções:

a) Sistema vocálico:

-Ditongos orais: *-ei-, -ou-, -eu-*

Neste suposto parece claro admitirmos a possibilidade de, numa pronúncia culta galega autónoma, manter a realização que oralmente se costuma dar para estes ditongos nas distintas falas galegas, isto é, manter o ditongo com pronúncia fechada do primeiro elemento. Assim, palavras como "beira", "pouco", "comeu", soariam mesmo como aparecem escritas, sem abrir nuns casos o primeiro elemento como acontece nos falares portugueses do centro e no próprio português padrão ("baeira"), e, claro é, sem aceitarmos a solução do português meridional ou central noutros casos ("bêra", "pôco", "comê"). Aqui o galego pode e deve manter as suas próprias características, que o achegam e identificam com os falares setentrionais de Portugal.

O mesmo acontece com a pronúncia de palavras como "tenho", "telha", em que o galego pode manter na pronúncia padrão o "e" fechado, traço comum com muitos falares portugueses (Alentejo, etc).

-Ditongos nasais: *-ãos, -ões, -ães, -ui-(muito), -om/ão, -am/ão, -ao,-am/ão etc.*

Aqui haveria que distinguir o caso do ditongo –ui- dos outros. O ditongo –ui- costuma ocorrer diante de "t" em palavras como "muito", e também, noutros casos em que o português padrão perdeu o "i" ("escuitar", "luitar", "truita"). Quanto ao caso de "muito", sabido é que na Galiza esta palavra tem as variantes de "moito", a mais estendida, como também "muito", "mutio" e "muto"; enquanto em Portugal esta palavra é pronunciada como "muinto" ou "munto". Parece claro que aqui a

forma padrão galega devia ser “muito”, e quanto à nasalidade que a sua pronúncia costuma ter em Portugal, totalmente alheia ao galego, a pronúncia padrão culta do português da Galiza teria de se decidir entre a incorporação dum traço alheio às falas galegas, como é a nasalidade, mas comum ao resto da lusofonia, ou a sua eliminação, numa maior fidelidade a si própria. Pessoalmente opino ser de preferir não nos afastarmos da pronúncia genuinamente galega, que por não constituir aqui castelhanismo, seria perfeitamente legítima.

Quanto ao resto dos casos do ditongo “-uit”, em palavras como “truita”, “escuitar”, passou em Português padrão para “-ut-“ (“truta”, “escutar”), se bem que as formas com o “i” persistam nos falares setentrionais portugueses, ao tempo que na Galiza coexistem as realizações “-oit-“ (“troita”, “escoitar”), “-uit” (“truita”, “escuitar”), maioritárias, e “-ut-“ (“truta”, “escutar”), minoritárias, mas também não alheias ao galego.

Aqui a norma padrão galega teria de optar entre “-uit” (“truita”, “luita”) ou “ut” (“truta”, “luta”). Não sendo a conservação do “i” castelhanismo, mas quando muito arcaísmo do galego, ainda vivo nos falares setentrionais portugueses, este traço poderia fazer parte da língua padrão da Galiza.

Existem outros casos de ditongos nasais (*-ãos, -ões, -ães, -om/ão, -am/ão, -ao,-am/ão*):

Aqui a solução podia consistir, para a língua culta, em manter a pronúncia que estes ditongos costumam apresentar nas distintas falas galegas, enquanto não constituir castelhanismo: assim palavras como “irmão”, “cão”, “ladrão”, “irmãos”, “cães” ou “ladrões”, “não”, etc poderiam ter uma pronúncia culta mais à galega: “irmao / irmam / irmão”, “cam”, “ladrom”, “irmaos / irmans / irmãos”, “cans / cães / caes”, “ladrõs / ladrôs / ladrois / ladroes / ladrões”, consoante a zona geográfica do falante.

Outra possível solução implicaria, por uma melhor harmonia com a pronúncia padrão luso-brasileira, atribuir a estes ditongos o mesmo valor que costumam ter na pronúncia culta do resto da lusofonia, quer dizer: “-ão, -ães, -ões” (“irmão”, “cão”, “ladrão”, “cães”, “ladrões”, “não”). Se estes ditongos podem apresentar, nas pronúncias coloquiais e populares de certas zonas de Portugal ou Brasil, valores semelhantes às falas galegas (“-om”, “-ons-“ “-ã”, “nom sei”, “curralons[13]”, “nã sei”,

(13) Alonso Estravis, Isaac. *Estudos Filológicos Galego-Portugueses*, Alhena Editora, Madrid, 1987, pág. 39 (em nota).

etc), nem por isso a pronúncia culta dessas zonas deixa de ser harmónica com o padrão culto de toda a lusofonia, e idêntica solução caberia defender para o galego.

Talvez a solução deva ser procurada novamente na existência dos distintos níveis da linguagem: poder-se-ia admitir, numa pronúncia mais coloquial, as distintas realizações que estes ditongos nasais têm nos falares galegos, mas numa pronúncia mais culta talvez se devessem aproximar o mais que possível, da pronúncia padrão luso-brasileira, tanto mais quanto mais formal e solene for o registo em que nos exprimirmos.

-Vogais tónicas (*audiência/audiéncia*): a metafonia (*o porto/os portos*)

Aqui não levantaria muitos problemas a assunção do padrão luso-brasileiro, muito próximo do galego ocidental ou atlântico, com metafonia nominal e verbal.

Mas o que verdadeiramente haveria que salientar na definição dum padrão ortofónico galego, seria a necessária distinção entre o timbre das vogais abertas e fechadas, defronte à castelhanização, anteriormente apontada, que supõe a neutralização desse timbre no galego falado pelos meios de comunicação oficialistas, bem como no galego falado por neofalantes mesmo reintegracionistas.

-Vogais átonas, elisão vocálica, confronto com o Português de Portugal e do Brasil (*moral/mural, dereito/direito/dreito*)

E quanto às vogais átonas, defronte da tendência para a sua supressão nos falares centro-meridionais de Portugal, poder-se-ia defender para o padrão galego a conservação destas vogais, mas ao tempo, a sua realização fechada, mesmo marcadamente fechada, que as distingue do timbre neutro do castelhano, e ainda, particularmente em contextos muito coloquiais, a sua supressão ("dreito").

Assim, o galego distinguiria na fala (como a ortografia distingue e distinguem o brasileiro ou o Português do Norte), palavras como "moral" e "mural", manteria o timbre fechado das vogais átonas sem o suprimir totalmente, mas também sem manter o timbre neutro ou aberto que estas vogais têm no castelhano central, diferenciando-se assim claramente do galego castelhanizado dos meios oficiais, sendo preciso aqui pôr em relevo a necessidade duma pronúncia cuidada, genuína, não mimética com o português de Portugal, mas fiel às falas populares da Galiza que neste ponto representam bem a necessária vernaculidade, e uma pronúncia lusófona perfeitamente legítima para a nossa língua padrão.

b) Sistema consonântico

-O "Sesseio" e a interdental castelhana (*cedo, ceia, sala*)

Sabido é que o movimento regeneracionista, na teoria, preferiu, por a considerar mais correcta, a pronúncia do "sesseio" à pronúncia com interdental castelhana de palavras como "cedo" ou "fazer", enquanto a postura isolacionista ou castelhanista defende no campo teórico, a correcção das duas pronúncias. Ora, na prática, a postura castelhanista esquece a pronúncia histórica galega e prefere claramente a interdental castelhana. Curiosamente a prática reintegracionista nem sempre foi consequente com o que defende e entre os falantes regeneracionistas é frequente ouvir estas palavras pronunciadas à castelhana, com interdental.

Aqui a solução parece fácil, tendo em conta que a nível coloquial a pronúncia castelhanizante não vai ser facilmente eliminável, como o não são palavras e giros tidos por castelhanismos. Ora, na língua culta parece clara a necessidade de banirmos da nossa praxe falada castelhanismo tão flagrante. A pronúncia duma palavra como "cedo" devia ser, num nível culto da língua, "sedo", e a pronúncia duma palavra como "fazer", quer "faser" (mais lusófona), quer "fasser" (mais à galega, como se comprovará na epígrafe que se segue), mas nunca à castelhana.

-Sibilantes sonoras: *-ss-, -s-, -g-, -j-, -x-, -z-, -ç-* (*passo, casa, gente, jóia, caixa, fazer, paço*)

Já foi apontada a tendência da maioria das falas galegas para o ensurdecimento de sibilantes sonoras ("casa", "gente", "joelho", "fazer", passariam na pronúncia para "cassa", "xente", "xoelho", "fasser"). Também foi apontada a presença do fenómeno nas falas do Norte de Portugal[14].

Quanto ao problema da estandarização duma solução mais à galega, admitindo como pronúncia padrão o ensurdecimento, ou mais ao jeito lusófono, com a conservação da sonoridade, há que ter presentes os argumentos em prol duma ou doutra hipótese:

Quanto à solução à galega, quer dizer, com ensurdecimento, pode-se defender a pertinência de mantermos este traço na pronúncia cuidada padrão, do mesmo jeito que noutras variantes do idioma outros traços são mantidos: assim no português do Brasil, palavras como "noite", "leite", são pronunciadas como "noitchi", "leitchi", sem que isto levante nenhum problema. Da mesma maneira, uma peculiaridade do português

(14) Veja-se a nota 6.

da Galiza como variante autónoma, seria o ensurdecimento das sonoras. Ora, uma solução mais à lusófona, quer dizer, mantendo a pronúncia sonora do português e brasileiro padrões, teria também os seus argumentos: é uma pronúncia universal em toda a lusofonia, a não ser na Galiza, além disso, não é desconhecida dalgumas falas galegas, e não valeria a pena, por conservarmos um traço peculiar, produzir um afastamento da dicção mais extensa. Novamente acudindo a uma consideração de a língua não ser um ente estático, mas flexível consoante aos diversos níveis que ele apresenta, poder-se-ia defender uma pronúncia mais à galega, mas correcta, em contextos mais coloquiais, e uma pronúncia mais à lusófona quanto mais elevado e internacional for o contexto em que se fala.

É claro, isso sim, que se devem rejeitar pronúncias castelhanizantes, como aquela que tende à realização de todos estes sons sibilantes como "s" surdo, sem mais, ("sente", "soia", "baisso"), ou a introdução do "z" internacional castelhano em palavras como "fazer", "paço", etc. Infelizmente estas pronúncias tão contrárias ao genuinamente galego como ao genuinamente lusófono são muito frequentes e não só em neofalantes ou falantes descuidados ou contrários à inserção do galego no mundo lusófono. A possível influência do castelhano nas pronúncias ensurdecidas faz com que talvez fosse de preferir, em harmonia com o resto da lusofonia, a prevalência das variantes sem ensurdecimento, com conservação da sonoridade.

-*Ch* inicial (*chama, chave, chegar*)

A pronúncia destas palavras como "tchama", "tchave", "tche", é um traço arcaico do português, ainda presente em muitos dos seus falares, nomeadamente a Norte e Leste de Portugal mas não só, e na totalidade das falas galegas. A pronúncia inovadora, hoje universal em quase toda a lusofonia, e imposta no português padrão, é a fricativa: "xama", "xave", "xegar".

Uma consideração autónoma da pronúncia do português da Galiza poderia fazer aconselhável manter a pronúncia galega como correcta na norma padrão da língua na Galiza, mais ainda não se tratando de nenhum castelhanismo. Ora, uma consideração mais à lusófona, mais internacional, chamaria a nossa atenção para o facto de, mesmo essa pronúncia galega existindo em zonas do Norte de Portugal, a pronúncia padrão luso-brasileira ("xamar", "xegar") é a que se impôs em todos os territórios lusófonos como padrão, no mínimo numa pronúncia correspondente a níveis mais elevados da linguagem.

-Distinção *–b-, -v-* (*vinho, beber*)

Outro tanto é que se pode dizer da pronúncia labiodental do "v" em palavras como "vinho", "chave", inexistente na Galiza, bem como em extensas zonas do Norte de Portugal, ainda que imposta no padrão luso-brasileiro. Também aqui uma consideração autónoma do português da Galiza permitiria a conservação da não distinção "b" bilabial, "v" labiodental que passaria também para bilabial, assimilando assim a pronúncia de palavras como "vinho" (pronunciado "binho" e "beber" (pronunciado mesmo "beber"). A distinção seria difícil de introduzir dada a sua total ausência nas falas galegas.

Não é a única língua em que tal acontece: no mesmo castelhano, onde opera o padrão da não distinção, ainda existe a diferenciação em zonas meridionais e de América. Outro tanto acontece com o catalão. Também no castelhano existe a distinção entre a interdental de "cazo" e o "s" em "caso", quando na maioria dos falares deste idioma não há qualquer distinção entre esse "z" e o "s", soando na fala da mesma maneira as duas palavras. Para além disso, a introdução da pronúncia padrão portuguesa em palavras como "chamar" que passaria para "xamar", não suporia um obstáculo tão grande na Galiza, onde o som fricativo existe já noutras palavras como "baixo", "caixa", enquanto que cousa completamente diferente acontece com o "v" labiodental luso-brasileiro, totalmente alheio à pronúncia galega.

Ora, o carácter prático da distinção do ponto de vista ortográfico, bem como uma concepção mais internacional, não tão autónoma, da pronúncia galega, poderia fazer aconselhável a imposição no galego culto do padrão luso-brasileiro da distinção entre o "v" labiodental e o "b" bilabial.

-Palatalização do "s" final (*as casas*)

A palatalização do "s" final em palavras como "casas", é um fenómeno comum no português de Portugal, chegando mesmo a fazer parte do padrão português. Porém, no português do Brasil há extensas zonas onde não se produz esta palatalização. Na Galiza, esta realização do "s" final não costuma ocorrer na maioria das falas, se bem que em falares da Galiza atlântica seja um fenómeno muito mais frequente do que se pensa. Pessoalmente, tenho-o ouvido em gentes procedentes de Bueu, Finisterre, e outros lugares da costa atlântica pertencentes à "província" da Corunha, e nalgum caso, mesmo quando estas pessoas falavam castelhano, "importavam" este traço próprio da sua fala ("nossotrox pertenessemox a la provínsia de la Corunha").

Assim acontecendo, não é alheio ao galego tal traço lingüístico, razão pela qual a sua presença na pronúncia padrão do português da Galiza julgo ser plenamente defensável, se bem que, dada a ocorrência também da não palatalização, não só na maioria das falas galegas, mas também noutras áreas da lusofonia, possam talvez serem consideradas ambas as duas correctas num padrão galego lusófono.

-O "r" velar (*rádio, carro*)

Traço lingüístico este considerado até há pouco nas gramáticas como próprio das falas lisboetas, é constatável como hoje se estendeu esta pronúncia por grande parte de Portugal[15], em detrimento da realização tradicional deste fonema (alveolar), que é a única conhecida na Galiza, onde logicamente o padrão castelhano opera em prol da conservação do som tradicional, conservação para a qual contribui tanto ou mais a não extensão na Galiza do padrão português dos média.

Coincidindo, pois, a pronúncia galega de palavras como "rádio" ou "carro" com a portuguesa tradicional e ainda audível em muitos falantes de Portugal, podia-se manter a realização galega e portuguesa tradicional deste fonema num padrão galego para o português da Galiza.

-O som nasal velar: *uma, alguma/umha, algumha*

Já dissemos como na Galiza a realização maioritária deste som em tais palavras é o duma consoante nasal velar (que se tem representado de diversas maneiras na escrita do galego: un-ha, unha, umha, uma). Ora, na Galiza também existem, em áreas do galego oriental, outras realizações deste traço: perdendo qualquer som nasal ou consoante "ua, algua" ou mesmo conservando o som vocálico nasal da língua medieval: "u‡a", "algu‡a". Todas estas realizações estão presentes em falares do Norte de Portugal, onde o padrão português impõe a pronúncia de tais palavras tal e como elas são escritas, quer dizer, com "m" bilabial.

A elevação da pronúncia mais extensa nos falares galegos, consoante nasal velar, ao padrão galego, não impediria a grafia "uma, alguma", se bem que uma consideração mais internacional deste padrão permitisse que a solução do "m" bilabial, por ela ser universal no resto da lusofonia, fosse também adoptada no padrão galego, quando menos num nível mais formal e elevado da linguagem.

(15) Celso Cunha e Lindley Cintra: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 6ª Edição, Maio 1989, pág. 46.

-O *–m* final: a nasalidade

O –m final de palavras como “com”, “quem”, “comum”, “ninguém”, costuma realizar-se no português padrão como vogal ou ditongo nasal “cõ”, “que‡i”, “comu‡”, “ningue‡i”, enquanto no galego a pronúncia mais extensa é a que faz acabar estas palavras em consoante nasal velar, semelhante ao som do inglês “-ing”, mas sem o “g” final (ninguéng, queng, comung, sempre suprimindo o “g” final da pronúncia destas palavras, e nasalando fortemente a vogal precedente).

A pronúncia galega destes sons, universal nos falares galegos não castelhanizados, tem a vantagem de ser mais próxima da ortografia do que as pronúncias ditongadas do português padrão, enquanto a pronúncia à portuguesa conta com a vantagem de ser mais próxima do resto da lusofonia. A primeira tem a vantagem, sendo legitimamente galega e não castelhanizada, da sua mais fácil sociabilidade para os falantes galegos, o que faz com que talvez fosse mais rendível a sua elevação ao padrão galego, dado o seu uso na fala, como também a semelhança que guarda de facto com a pronúncia luso-brasileira.

Quando se diz pronúncia galega não castelhanizada, há que ter em conta a tendência que existe em pessoas neo-falantes em pronunciar este som como alveolar à castelhana (assim, “um amor”, é pronunciado incorrectamente como “unamor”, em lugar de “ung amor”, mais à galega, sem pronunciar o “g”, ou “u‡amor”, mais à portuguesa ou brasileira). É claro que este castelhanismo da pronúncia alveolar deste som vem favorecido pela adopção da ortografia castelhana para os utentes do chamado “galego-castelhano”, pois em galego castelhanizado a escrita é “un amor”, o que favorece a castelhanização deste fonema.

-A iotização: *filho, ralhar, coelho/maio, saio, caio*

Infelizmente o chamado “yeismo” (iotização) ou pronúncia castelhanizante do “lh” em palavras como “filho”, “ralhar”, “coelho”, que passam para “fiyo”, “rayar”, “coeyo”; bem como a realização do semivocálico “i” como “y” castelhano, em palavras como “maio”, “saio”, “caio”, que passariam para “mayo”, “sayo”, “cayo”; é cada dia mais extensa mesmo nos falantes novos das zonas rurais. Esta castelhanização também se pode comprovar não só nos meios de comunicação praticantes do galego castelhanizado, como em muitos falantes regeneracionistas.

Logicamente o padrão galego lusófono não pode admitir este flagrante castelhanismo, podendo aqui o português de Portugal servir clara-

mente como critério de correcção idiomática para os galego-falantes regeneracionistas.

-O grupo "qu-" no início de palavra (quando, quanto)

A pronúncia mais extensa na Galiza de palavras como "quanto" ou "quando", é "canto" ou "cando". Ora, no galego oriental, em boa parte da "província" de Ourense, e Sul da de Pontevedra, existe a pronúncia "quanto", "quando", que é a maioritária na lusofonia e a que integra o português padrão. Porém, também em muitas falas populares de Portugal ocorre a pronúncia "canto", "cando".

A solução neste ponto poderia ser admitir as duas pronúncias na linguagem mais coloquial, dependendo da zona do falante, mas creio que num nível de linguagem minimamente culto o mais correcto seria adoptarmos a pronúncia comum com o resto da lusofonia: "quando", "quanto", que aliás, tem forte presença em muitas falas galegas como dissemos. Deixaríamos assim para os registos mais coloquiais a redução do grupo ("cando", "canto").

4. Outros fenómenos, possíveis integradores do português culto da Galiza

No presente trabalho fizemos uma análise dos distintos fenómenos fonéticos e as suas possibilidades de integrarem um padrão galego de pronúncia culta internacional.

Ora, há alguns fenómenos não já fonéticos, mas morfológicos e mesmo sintácticos, que caracterizam fortemente os falares galegos e cuja integração no padrão da fala culta da Galiza pode ser discutível ou mesmo inevitável. Por isso, mesmo ficando fora dos limites deste trabalho, parece necessário referirmo-nos, mesmo que seja de passagem, a eles.

Há que partir da base da diversidade da língua, mas dentro da sua unidade. E de forma a não dificultar a unidade do idioma e a inteligibilidade fundamental, batemos novamente com o problema de sabermos o que haja de ser incluído no padrão e o que não.

a-1) Ditongos: *-ou-/-oi-* (*cousa/coisa,dous/dois*)

Como é sabido, em quase todas as falas galegas predomina o ditongo –ou-, ainda não sendo desconhecido o ditongo –oi- em falas da Galiza. Sendo ambos ditongos galegos e portugueses, mesmo que na Galiza haja tendência para usar mais o –ou-, não se pode desconhecer –oi- pela sua

projecção em toda a lusofonia. Por isso, talvez a solução mais flexível seja considerarmos que os dous fazem parte do padrão galego. Isto, aliás, é o que acontece em português do resto da lusofonia, onde todos os dicionários recolhem as duas variantes, se bem que o uso actual das variantes em –oi- seja praticamente unânime.

a-2) Ditongos: *-ou-/-oi-* (*coiro/couro, miradoiro/miradouro*)

Neste caso acontece o contrário: O ditongo –oi- é mais frequente no galego falado ("coiro", "miradoiro") do que o ditongo –ou- ("couro", "miradouro"), sem que isso signifique que este seja desconhecido na fala de certas zonas. Também aqui encontramos as duas soluções nos dicionários portugueses, se bem que a mais usada seja –ou-. Neste ponto a solução é a mesma que para a-1) podendo ser consideradas correctas ambas as variantes, como acontece no resto da lusofonia.

b) Distinção: *te/che* (*vejo-te/dou-che um cão*)

Sabido é também que na Galiza sobrevive o pronome arcaico "che" (com pronúncia "tche"), próprio do galego-português medieval, presente também nalguns pontos do Norte de Portugal[16], e cuja distribuição na língua não é uniforme: o mais comum é ser empregado exclusivamente como dativo ("dou-che um livro"), enquanto para o acusativo continua a forma "te" ("levo-te ao rio"). Mas também estão as áreas do "teísmo", em zonas próximas de Portugal onde o "che" é desconhecido e só existe o "te" para dativo ("dou-te um livro") e acusativo ("levo-te ao rio"), solução comum ao Português de Portugal, Brasil (mesmo que neste país seja frequente o "te" ser pronunciado como "tche" ou "tchi"). E mesmo em áreas, relativamente extensas, da Galiza atlântica, impera o chamado "cheísmo", quer dizer, o emprego de "che" para dativo ("dou-che um livro") e acusativo ("levo-che ao rio").

Talvez seja possível admitir no padrão galego a solução comum nas falas galegas (distinção "che" dativo, "te" acusativo), e a solução do resto da lusofonia ("te" para dativo e acusativo), a primeira por consustancial às falas galegas, a segunda por maioritária na lusofonia.

Talvez pudesse defender-se uma solução mais comum com a lusofonia quanto mais elevado fosse o nível da linguagem ("te" para dativo e acusativo), deixando a distinção ("te" acusativo, "che" dativo) como correcta para o nível mais coloquial.

(16) Alonso Estravis, Isaac: "Achegas para a história do pronome CHE no galego-português", in *Nós. Revista Internacional Galaico-Portuguesa de cultura*, Números 13-18, Braga-Pontevedra, 1989, págs. 281 e ss.

c) Formas verbais: *comim, fago, podo, dixem, houvo, comedes, comede, pido, comeche,* etc.

Estas formas verbais galegas e outras ("figem", "pudem", "pudo", "faigo", "trouguem", etc) não são uniformes em todo o território galego, assim, há zonas onde se diz "comede", mas noutras é "comei", nalgumas zonas é "fizem, fizo", mas noutras é "figem, fijo", e assim por diante.

As formas verbais do resto da lusofonia ("comi", "faço", "posso", "disse", "houve", "comeis", "comei", "peço", "comeste", "fiz", "pude", "pôde", "faço", "trouxe", etc), nem sempre são desconhecidas, não só na tradição escrita do galego, mas também na fala actual.

O desaparecimento dalgumas destas formas luso-brasileiras da fala galega deve-se à falta dum padrão de língua culta, devido à supremacia do castelhano, e assim acontece com certas formas verbais regularizadoras ("podo", "fago", "pido", "perdo") cuja imposição na fala é devida à falta dum padrão que impusesse como formas cultas as tradicionais: assim, os falantes, não havendo ninguém que ensinasse que o presente de indicativo do verbo poder é "posso", começaram a dizer "podo", e "perdo" em lugar de "perco", regularizações verbais estas presentes mesmo no resto da lusofonia, em falantes em fases infantis, mas que rapidamente a escola, e mesmo a família corrigem. Na Galiza, não havia correcção possível, na ausência dum padrão literário, o que fez com que as formas regulares fossem as únicas na fala.

Outras formas verbais ("comim", "bebim", etc), existem em falares de Portugal (assim, "comim" e "bebim" no Alentejo[17] só que ninguém as leva ao papel. Dado o insólito que estas formas peculiares da Galiza resultam na lusofonia, penso ser mais ajeitada a sua conservação na fala coloquial, procurando, na medida em que possível, a máxima aproximação neste ponto das formas verbais luso-brasileiras, nos níveis mais cultos do idioma.

d) *Polo, pola/Pelo, pela*

No caso de "polo" / "pelo", as duas variantes têm presença no galego-português em todas as épocas literárias, e se bem que "polo" seja a que se ouve exclusivamente nas falas galegas (como, aliás, em muitos falantes portugueses, mesmo sem ser advertido por eles), não se pode dizer que a outra, "pelo", não seja galega só por não existir nas falas actuais, dada a sua presença no galego literário medieval.

(17) Florêncio Manuela: *Dialecto Alentejano. Contributos para o seu estudo*, Edições Colibri, Centro de Estudos do Alentejo, Lisboa, Dezembro 2001, págs. 64 e 65.

Pode-se concluir que as duas formas sejam correctas, se bem que para um nível culto da língua a variante "pelo" possa ser defendida como mais correcta por comum com os restantes padrões cultos actuais lusófonos.

e) *Escutar/escoitar/escuitar,fruta/fruita/froita, luta/luita/loita*

Mesmo tendo já falado do ditongo *–uit-*, e sendo todas as formas presentes nas falas galegas –as variantes em oit maioritárias, mas também com forte presença as em *–uit-*, comuns estas últimas com falares portugueses do Norte, pode-se dar preferência às formas em *–ut-* por comuns com os restantes padrões e falas lusófonos, ou em *–uit-*, por representarem melhor a tendência das falas galegas para conservarem o "i" do grupo, e ocorrerem também em falares portugueses setentrionais. Quanto às formas em *–oit-*, mesmo sendo maioritárias na Galiza, são alheias ao resto da lusofonia, sendo de preferir as formas comuns na língua culta.

f) *Nengum, nenguma/nenhum, nenhuma*

As variantes *nengum/nenguma* (ou *ningum/ninguma*) são as mais comuns nos falares galegos. As variantes *nenhum/nenhuma* (nalguns pontos se ouve também *ninhum/ninhuma*, tanto na Galiza como em Portugal[18] são as universais nas falas e nos padrões da lusofonia. Independentemente da influência do castelhano nas formas galegas, talvez fosse mais conveniente a preservação das formas comuns à lusofonia (*nenhum, nenhuma*) no padrão galego.

g) As variantes *cheo/cheio, feo/feio*

Nas falas da Galiza alternam as duas variantes, a arcaizante ("cheo", "feo"), comum com o português histórico e que ainda se pode ouvir em zonas arcaizantes como no falar oliventino, e a inovadora ("cheio", "feio"). Tendo as duas variantes forte presença no galego falado, não há problema em admitir a forma evoluída, própria do padrão do resto da lusofonia e da fala dos restantes países lusófonos, como exclusiva do padrão galego, escolha que pratica a quase totalidade dos galegos partidários da regeneração linguística do português da Galiza.

h) Léxico próprio: breve apontamento

Mesmo ultrapassando já claramente os limites deste trabalho, poderemos ainda dizer que outro problema que levanta a elaboração dum padrão galego culto lusófono é a determinação de qual léxico considerarmos digno de integrar este padrão.

(18) Real Academia Galega. Instituto da Língua Galega, *Cit.*, pág. 64.

Isto exige uma depuração clara de castelhanismos, que não podem aceder ao padrão literário, razão pela qual aqui a ajuda dos repertórios léxicos portugueses é fundamental para a depuração da língua, bem como para a integração do córpus léxico da mesma.

Mas existem também na Galiza vocábulos que nem sempre aparecem recolhidos nos dicionários portugueses, ou, quando muito, aparecem sob a denominação de "regionalismo", "provincialismo", "arcaísmo" e outras. Por isso, e partindo de dicionários galegos fiáveis, quer dizer, não castelhanizados[19], seria importante recolher um córpus léxico galego próprio não exclusivamente dialectal, quer dizer, excluindo variantes puramente morfológicas ou marginais, suficientemente representativo, e luitar pela sua inclusão em futuras edições dos dicionários portugueses como peculiaridades léxicas do português da Galiza, como acontece com outras áreas do domínio lingüístico português. Assim, palavras que já aparecem nos dicionários portugueses como regionalismos ou provincialismos ("bágoa", "bico") ou variantes desusadas ("agarimo") ou ausentes de tais dicionários ("ronsel"), viriam a ser introduzidas como variantes galegas da língua comum.

5. Conclusões

A elaboração duma ortofonia autenticamente galega é um projecto que se há-de estudar cuidadosamente por linguistas e associações, utentes, em suma, do galego regeneracionista. A sua introdução talvez tenha de ser gradual, para os galegos se habituarem a pouco e pouco a traços fonéticos que a castelhanização a que se viu submetida a fala galega, faz com que lhes possam parecer estranhos. Neste trabalho só se pretendeu expor os problemas e questões que o estabelecimento duma norma ortofónica para o português da Galiza pode levantar. Por isso, as possíveis soluções e alternativas ficaram abertas ao necessário diálogo. Pretendeu-se tão-só chamar a atenção para a necessidade duma depuração da ortofonia do galego, depuração de castelhanismos e dialectalismos desnecessários, e para a necessidade de logo começar a trabalhar nesta direcção.

Ora, mesmo sendo isto assim, podem-se formular alguns princípios que definam os caminhos que se devem seguir, orientadores da acção normativizadora ortofónica:

(19) Assim, os dous dicionários da autoria de Isaac Alonso Estravis, de Alhena Editora e Sotelo Blanco Edicions, seriam os únicos fiáveis no panorama galego actual.

a) Depuração de castelhanismos: exclusão de quanto de castelhanismo há incrustado nos falares galegos (populares e cultos).

b) Referência do português de Portugal e do Brasil como critério de correcção: Tal e como acontece no léxico, sintaxe, etc, o português doutras áreas da lusofonia não influídas pelo castelhano, pode servir de critério de referência para a depuração de castelhanismos.

c) Convergência fonética matizada com as outras áreas lusófonas: Entre as distintas possibilidades que oferece o galego falado, excluídos os castelhanismos, devem ser preferíveis aquelas que impliquem uma maior convergência com outras áreas lusófonas. Ora, isto não implica convergência mimética com o português centro-meridional, podendo fazer parte do padrão lusófono galego aqueles traços genuínos galegos, ou lusófonos setentrionais, que não são castelhanismos, mas representam as soluções galegas ou nortenhas defronte a certos traços centro-meridionais totalmente alheios ao galego-português setentrional.

d)Níveis de linguagem, níveis de ortofonia: Aos diferentes níveis de linguagem corresponde diverso nível de exigência no que à correcção linguística diz respeito. Assim, e dentro da ideia da correcção no falar, na língua coloquial poderão estar presentes maior número de traços dialectais do que num discurso mais elevado. Isso não quer dizer que no discurso mais informal hajam de ser admitidos castelhanismos, pois há um mínimo de correcção que há que manter qualquer que seja o nível de expressão em que nos encontremos. Mas, como acontece em qualquer idioma, os níveis mais informais admitirão um maior número de traços regionais autóctones, neste caso genuinamente galegos.

É evidente que a manipulação da questão linguística pelas entidades políticas e culturais ligadas ao poder, no sentido do favorecimento da opção castelhanizadora do idioma, e da discriminação da opção regeneracionista, vai fazer com que a adopção pelos utentes desta última corrente duma pronúncia cuidada em consonância com a história do idioma e com as restantes áreas onde ele é falado, seja atacada e tildada demagogicamente de “aportuguesamento” da língua, e fará com que as acusações de empregarmos um idioma alheio à fala do povo, incem novamente, como já aconteceu no passado com o léxico, morfologia, sintaxe, etc (e ainda continua a acontecer). O populismo demagógico vai ser novamente utilizado para desprestigiar as propostas regeneracionistas.

Mas isto não é nada de novo, já veio acontecendo há muito tempo na Galiza pelos que, sorrateiramente, procuram a convergência com o castelhano da fala galega.

Ora, precisamos duma ortofonia galega regenerada, como também dum léxico, morfologia, etc, quer dizer, dum idioma regenerado no seu conjunto para com ele podermos demonstrar ao resto dos países de língua portuguesa que a Galiza também é lusofonia, que a Galiza pode, com pleno direito, sentar-se à mesa a par dos outros países lusófonos, com uma variante própria e séria da língua, e não com um dialecto castelhanizado e misturado.

Só assim conseguiremos que na Galiza se sinta claramente a diferença entre um galego castelhanizado, falto de personalidade própria, confluente com o espanhol central, e um português da Galiza, ou galego-português, ou galego, extenso e útil, língua a sério com a qual se pode andar pelo mundo adiante, língua internacional que abra as portas para uma cultura emergente.

Fevereiro-2003

Bibliografia

Agália. Revista da Associaçom Galega da Língua.

ALONSO ESTRAVIS, Isaac. *Dicionário da Língua Galega*. Sotelo Blanco Edicions. 1995.

ALONSO ESTRAVIS, Isaac. *Dicionário da Língua Galega*. Alhena Editora. Madrid. 1986.

ALONSO ESTRAVIS, Isaac. *Estudos Filológicos Galego-Portugueses*. Alhena Editora. Madrid. 1987.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Edições João Sá da Costa. Lisboa. 6 Edição, Maio 1989.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Editora Objectiva. Primeira Edição. Rio de Janeiro, 2001.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gubelkian. Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo. 2001.

Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora, 8 Edição.1998.

Dicionário de Sinónimos. Porto Editora, 2 Edição. 1995.

FERNÁNDEZ REI, Francisco. *Dialectoloxía da lingua Galega*. Edicions Xerais de Galicia. 2 Edição. 1991.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Bertrand Editora, 25 Edição. Venda Nova, 1996.

FLORÊNCIO, Manuela. *Dialecto Alentejano. Contributos para o seu estudo*. Edições Colibri. Centro de Estudos do Alentejo. Lisboa. Dezembro 2001.

Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego. Instituto da Língua Galega e Real Académia Galega. Vigo. 1982.

Nós, Revista Galego-Portuguesa de Cultura. Braga-Pontevedra.

O Ensino, Revista Galego-Portuguesa de Sócio Pedagogia e Sócio-linguística. Ourense-Braga-VilaReal.

RODRIGUES FAGIM, Valentim. *O galego (im)possível*. Edicións Laiovento, S. Tiago de Compostela. Junho, 2001.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e Mendes da Luz, Maria Albertina. *Gramática da Língua Portuguesa*. Edições 70. 1971.

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 185 - 198 / ISSN 1130-3557

Acerca do *Imigrante imaginário**

Antom Corbacho Quintela

(Universidade Federal de Goiás, Brasil - Grupo GALABRA-USC)

Já faz mais de vinte anos que dos cais galegos não zarpam transatlânticos levando galegos para a América. A "música dos emigrantes" que, morbidamente, era interpretada nas décadas de 1950 e 1960 no Porto de Vigo perante os que deixavam a Galiza deixou de soar e até virou objeto de pesquisa. De fato, a maior parte dos ainda numerosos remanescentes da velha guarda de emigrantes galegos que compuseram o que a historiografia denominou como a "segunda –e, por enquanto, última– grande leva de mão-de-obra" está inserida, pela simples lógica da cronologia, no item geográfico-estatístico da "terceira idade".

Todavia, é preciso salientar que não resulta muito difícil localizar moços e moças da Galiza que ainda tentam descobrir nas "jovens democracias" da América do Sul um porvir diferente, já seja como membros da academia, como profissionais liberais, como trabalhadores das multinacionais espanholas, como cooperantes missionários ou, simplesmente, como bandeirantes sem escrúpulos que porfiam em "fazer a América". Em nossos dias, este fenômeno percebe-se, sobretudo, no Brasil, a nação-colosso que, dentre os países latino-americanos, melhor está demonstrando resistir aos embates da internacionalização da economia.

Apesar de que a Galiza continua a ser incapaz de dar conta e de assegurar a digna estabilidade profissional e econômica de todos os membros das novas gerações com idade de construir uma vida emancipada, tem surgido entre as autoridades políticas galegas a preocupação por implementar o controle sobre o possível fluxo de imigrantes –a temida avalanche de estrangeiros– que deseje se dirigir ao chão pátrio. Deste modo, aquela Galiza atrasada e miserável da época da emigração aparece revestida definitivamente das nuanças de um *hortus conclusus*. Infere-se que a

(*) NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel. *O inmigrante imaxinario. Estereotipos, representacións e identidades dos galegos na Arxentina (1880-1940)*. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2002. 348 p.

Galiza rural das legiões de emigrantes faz parte de um tempo que, felizmente, já se passou. No entanto, para os milhares de galegos ainda vivos que, após aceitarem o convite à saída da pátria extenuada, têm fixado no continente americano a sua residência, a agonia inerente à retórica desse recente discurso, emaranhado no argumento da contenção de "adventícios", pode parecer, quando menos, bastante curioso.

O sermão a respeito das iminentes e nefastas conseqüências que acarretaria a chegada em massa de estrangeiros à Galiza surge unido tanto às diretrizes que norteiam a política da Secretaria Estadual de Emigração da Xunta da Galiza (a distribuição de pensões "não contributivas" entre os emigrantes idosos, as viagens de reencontros com a *terrinha*, as ajudas para a subsistência das entidades associativas dos emigrantes) quanto ao expansionismo econômico que a Espanha alardeia na América Latina.

O contexto engendrado ajuda a configurar a imagem de um povo espanhol que soube contornar a invertebração econômica que o martirizou para se erigir em uma nação poderosa, capaz de enterrar a maldição do destino emigrante. Assim, a Galiza deixou de exportar seu excedente humano para começar a mostrar ora seus receios na recepção dos párias do mundo ora seus desejos solidários para que outros povos não se vejam atingidos pelo fado de ter que passar pela bíblica diáspora.

Enfim, apesar da contundência argumentante que poderia ir emparelhada a miscelâneas ressalvas, pode-se aceitar que a emigração dos galegos à América faz parte do passado. No meio de outras instituições, a academia e seus pesquisadores o entenderam desta forma e, em conseqüência, estão tratando de evitar que a memória da emigração e de seus membros, em seu *lato sensu*, acabe por ser apagada.

A recensão que, a seguir, é apresentada almeja destacar os enfoques e linhas temáticas que podem ser seguidos em um dos sobranceiros produtos que estão vendo a luz com o intuito de resgatar os traços que caracterizaram à Galiza que se refez, ou inventou, no êxodo americano. Tratar-se-á, pois, do livro *O inmigrante imaxinario*, do Prof. Xosé Manoel Núñez Seixas.

O inmigrante imaxinario é um estudo redigido na procura de retratar o processo construtivo dos mecanismos de defesa identitária criados pelos imigrantes galegos na Argentina –especialmente na cidade de Buenos Aires– no período que vai de 1880 a 1940. Mediante o *limiar* do livro, o Dr. Núñez Seixas enfatiza que a sua pretensão na abordagem do assunto foi a de aplicar "*unha perspectiva diferente, malia que non exenta de precedentes*,

como é a análise das identidades, dos discursos e dos estereotipos arredor do inmi - grante galego" (p. 07).

No derradeiro parágrafo do *limiar* do produto que nos ocupa, o autor participa do sentimento de solidariedade que emana dos galegos reconhecedores do poder simbólico e do valor econômico que a América teve para evitar o marasmo completo da Galiza. De começo, patenteia-se a idéia de processo fechado que se retira da emigração galega. Além disso, por meio da mensagem contida no derradeiro parágrafo desse *limiar*, são expressos, e compartilhados, os votos de uma rápida recuperação para as economias hispano-americanas a fim de que os cidadãos de América do Sul não tenham que sofrer a desgraça que assolou a Galiza: a emigração,

> *"No intre de concluír este libro, a faciana escura da globalización axexa á Arxentina, envolta en sombras de recesión económica, crise social e inestabi - lidade política. Poucos poderes tem Clío fronte á despiadada e implacável lóxi - ca dos mercados financeiros. Mais, cando menos, si pode contribuír a manter viva a memoria dun tempo em que todo era, ou semellaba ser, diferente, e no que os nosos avós e tíos avós arribaban ós portos arxentinos na procura dun porvir máis gasalleiro. Ogallá os nosos curmáns que alá ficaron e medraron non teñan que seguir a atravesalo de novo en senso inverso. Os galegos tamén fomos emigrantes, e o espello do pasado hános servir, en todo caso, para moldear as nosas actitudes cara á inmigración de hoxe." (p. 8)*

Destaque-se que em *O inmigrante imaxinario* o ente "emigrante/ imigrante galego na Argentina" tornou-se o objeto de estudo. Nesse sentido, é preciso reparar em que o simples conceito "imigrante galego" fornece, por si mesmo, importantes revelações. Em primeiro lugar, e ainda que possa parecer óbvio, ou mesmo hilário, deve-se salientar que na mencionada nomenclatura concentra-se o *leitmotiv* ao redor do qual vai girar a prosa da pesquisa, isto é, que o homem galego, quando emigra, adquire, dadas as circunstâncias, feições que o distinguem do galego que fica na terra natal. Em segundo lugar, é necessário compreender que o imigrante procedente da Galiza conserva, ou recobre-se, no país de destino de traços que o singularizam com nitidez frente aos imigrantes oriundos de outros territórios, já seja de Castela, da Itália, ou do Líbano. Finalmente, cumpre ter presente que o espaço em que assente o galego vai determinar crucialmente o seu comportamento e as representações que ele projete de si mesmo. Para comprovar essa argumentação, seria paradigmática a comparação que se pudesse tecer, por exemplo, entre os galegos de Buenos Aires frente aos galegos de São Paulo.

Da reflexão supra exposta hão de se retirar as duas premissas que se converterão nas veredas pelas quais discorrerá o trabalho do Prof. Núñez

Seixas. Uma delas é a constituição da categoria de "galego emigrante/ imigrante" como ser diferenciado na sociedade em que se insere, a outra é a do galego que, perante os obstáculos, ou a impossibilidade, para a dissimulada aculturação ou assimilação na Argentina se vê obrigado a optar pela consciente distinção, afirmando sua identidade.

Na introdução, o autor esclarece os conceitos que, fazendo parte das representações criadas pelos imigrantes, serão empregados no percurso do livro. Estes são os de **identidade**, **imaginário** e **estereótipo**. Núñez Seixas assevera que o âmbito dos imigrantes é um campo adequado para entender e analisar a modelação desses conceitos já que o emigrante galego teve que se adaptar ao convívio com uma dupla realidade: a das outras comunidades de emigrantes e a própria dos país receptor.

Esses dois últimos fatores aludidos vão orientar, diacronicamente, a dinâmica elaboração das imagens relativas aos estereótipos. Para que o desenho dessas imagens seja viável tanto o conjunto das colônias de estrangeiros quanto a sociedade que acolhe os imigrantes galegos têm de permitir –quase autorizar– que os galegos se constituam como um grupo separado, ou seja, devem reconhecer a identidade diferenciada do galego. Ao mesmo tempo o ente galego emigrante/ imigrante há de demonstrar habilidade para se relacionar, com sucesso, com o leque de imagens que os outros, nacionais e estrangeiros, hajam elaborado ao seu respeito e deve possuir a aptidão precisa para incorporá-lo.

Se ao galego não se lhe concede o direito a afirmar sua diferença, isto é, a demarcar as lindes da fronteira idiossincrática, acabará sendo devorado pela identidade dos habitantes naturais do país-destino ou será incorporado à designação genérica de imigrante, estrangeiro, colono, adventício, alienígena, etc. Por outro lado, se o galego emigrante/ imigrante não lograr formular duradouras imagens favorecedoras e benévolas de si mesmo, implacáveis concepções pejorativas apoderar-se-iam dele. É claro que para poder esboçar uma identidade afim, antes terá que se rodear da estrutura conveniente e acumular os meios e a energia necessários. Ademais, há que ter presente uma outra opção que alguns países demandantes de braços podem-lhe brindar: os recursos de camuflagem para passar desapercebido na nova sociedade americana erguida na simbiose da mestiçagem.

Em sua análise sociocultural, Núñez Seixas frisa o estatuto móvel das representações. Com essa finalidade, destaca o papel desempenhado pela elite dos imigrantes galegos, uma elite que passou a ser o cadinho em que se fundiram os hábitos de origem que foram salvaguardados com o

modelo de sucesso e os exemplares hábitos distintos adotados junto ao peculiar *volkgeist* vigente na terra-destino. Destarte, quando a elite não se afasta da imensa massa de imigrantes de menor destaque, senão que, após o reconhecimento recíproco, a tutela e a guia, torna-se no idôneo interlocutor. O escol dos galegos funciona de porta-voz, tanto com a sociedade de acolhida quanto com as autoridades da mátria abandonada. Núñez Seixas (p. 22-23) comenta:

> *"Como temos afirmado noutro lugar a respeito dos inmigrantes galegos na Arxentina, no primeiro terzo do século XX ese conxunto de imaxes e discursos, sen seren homoxéneas, configurou non obstante unha sorte de* matriz discursiva común *de afirmación etnocultural, de natureza política e de aspiracións supraclasistas, da que beberían tanto os nacionalistas galegos coma os nacionalistas españois actuantes no seo da colectividade inmigrante. Eses discursos e imaxes son mestura de elementos e materiais culturais trasplantados dende a metróple con estímulos e imaxes xeradas no país receptor, da adaptación daqueles ás necesidades do colectivo inmigrante e, nomeadamente, daqueles sectores dentro del que se irrogaron en diferentes fases a súa representatividade."*

Nos seus dois primeiros capítulos, *O inmigrante imaxinario* apresenta a dialética travada entre a imagem preexistente dos galegos na Argentina e a contra-imagem confeccionada pelos imigrantes para limar os aspectos inoportunos da primeira. No seguinte capítulo, centra-se na função de marcação etno-cultural que teve, e continua a ter, a língua galega no meio da sociedade argentina. Por último, em "A gaita e o tango: As festas étnicas como crisol das identidades", o autor avalia a importância que alcançaram os rituais cívicos da coletividade galega como instrumento de socialização endogâmica e patriótica entre os integrantes da colônia e como forma de enviar o "cartão postal" da união, da identidade e da fortaleza à sociedade argentina, aos outros alienígenas e aos galegos não integrados nos clubes ou associações.

O imigrante galego que aportou em alguma das bandas do Rio da Prata, quando foi aberto o caminho à grande imigração, deparou-se com que seu gentílico concentrava uma pesada carga de desprezo e rejeição. Para explicar a gênese desse detalhe, Núñez Seixas remonta-se à abundante literatura espanhola que, desde o Renascimento, tingiu o galego de ignorância, brutalidade e sordidez.

A lealdade monárquica que manifestaram alguns grêmios de galegos no período da emancipação do Cone Sul, a regência da atmosfera degradada das *pulperías* e a consuetudinária ocupação de ofícios vinculados ao

quadro ínfimo da sociedade à que se foram dedicando os procedentes da Galiza (guardas-noturnos; empregados de comércio; garçons; criados; proprietários de mercearias, armazéns, botecos ou pensões; policiais; moços de fretes, vendedores ambulantes ou *mucamos*) contribuíram para consolidar o preconceito. Se a isso é acrescentada a imagem que irradiavam os primeiros contingentes de galegos que lotavam os navios veleiros de último quarto do séc. XIX –uma massa humana rural de aparência suja, esfomeada e ignorante– é fácil se deparar com as dificuldades que haveriam de atravessar os imigrantes galegos interessados em projetar uma imagem honrosa de si mesmos. Fatalmente, e com tons de ironia amarga, o insultante estereótipo e a má fama dos galegos levantados ao longo da história moderna vão-se fundir em uma série de aspectos que acabarão por apontar ao galego como bode expiatório da *hispanofobia*.

Repare-se que com a abertura argentina para a grande imigração, Buenos Aires convertera-se em um dos destinos prediletos para os emigrantes espanhóis. Do total de espanhóis residentes em Buenos Aires, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, os galegos –em número de 150.000– chegaram a contabilizar 55%, transformando a capital argentina na cidade com mais galegos do mundo. Na minuciosa e detalhada análise do processo inicial de constituição da imagem dos galegos na Argentina, Núñez Seixas assevera que esses primeiros galegos:

> *"eran considerados como inmigrantes mal preparados e pouco cualificados, que só servirían idealmente para desempeñárense como labregos. Mais, cunha pechada e incomprensíbel insistencia, que ós ollos dos observadores arxentinos –que non entendían demasiado de teoría de redes, nin de cadeas migratorias, nin de lóxicas microsociais; e non moito das estratexias de emigración temporal– se tornaba en testalá altivez propia de tempos pasados, preferían traballar no sector de servicios. E mesmo ousaban empregárense como obreiros manuais ou cualificados, sen teren tradición diso no seu país de orixe. A única avantaxe que poderían ofrecer en contrapartida, para seren considerados aceptábeis, debería ser carácter submiso e pouco conflictivo." (p. 51)*

Evidencia-se, assim, que não se ia apresentar como labor fácil conseguir que os argentinos fizessem, ou aceitassem, um estereótipo épico do galego emigrante. Esses galegos emigrantes tinham partido de aldeias bucólicas mas atrasadas para, de supetão, povoar a grande urbe que foi Buenos Aires durante a primeira metade do séc. XX. Tratava-se de uma numerosa colônia de camponeses sem instrução não afeitos à convivência com o modo de vida citadino-proletário ou pequeno-burguês. Ademais,

era uma colônia que falava enrolado e fizera dos lotados cortiços (os conventillos) seu espaço de moradia. O portenho "natural" viu-se surpreendido com o cotidiano contato que passou a manter, em parte forçado a isso, em parte por imperiosas necessidades próprias, com esse adventício singular e bastante esquisito, portador de tentadoras pinceladas para a caricatura e o deboche.

Núñez Seixas adita que, durante o primeiro terço do séc. XX, um dos gêneros literários de maior repercussão no gosto da sociedade argentina foi o *sainete criollo*. Embora o tipo galego já tivesse sido incorporado a outras modalidades da literatura argentina desde o último quarto do século XX, será no *sainete criollo* onde encontre sua mais prolífera intervenção. O *sainete criollo* consistia em uma (Núñez Seixas, 2002: 64-65):

> *"adaptación ó ambiente porteño –ou rioplatense en xeral– do sainete, paso ou entremés español que, como parte do xénero chico (xunta a zarzuela e a revista), foi introducido no Río da Prata por compañías de teatro ibéricas dende as dúas últimas décadas do século XIX. Nese novo sainete de ambientación rioplatense, as diversas nacionalidades inmigrantes víronse retratadas e caricaturizadas através de personaxes estereotipados e doadamente recoñecíbeis polo público, composto na súa grande maioría por inmigrantes que se recreaban na contemplación da súa propia parodia ou, sobre todo, no desfrute da caricatura máis ou menos cariñenta da nacionalidade inmigrante veciña ou rival. Os personaxes así creados baseábanse en recursos doados e repetitivos, ata constituír un auténtico arquetipo; o humor era fácil e espontáneo, e as tramas argumentais ben simples."*

O personagem galego do *sainete* aparece associado às supra mencionadas profissões que, na realidade, normalmente eram ocupadas pelos imigrantes. Os diferentes graus de presença ou a ausência total da interferência de galeguismos –até chegar ao genuíno *lunfardo*– vão representar, em uma relação diretamente proporcional, a maior ou menor acomodação do imigrante à sociedade argentina. Por outro lado, o afã avarento, a desconfiança ou o estranhamento perante a modernidade, a pouca cultura, a extrema dedicação ao trabalho e o temor à sedução da esposa por algum malandro são elementos que também foram adicionados à etopéia do protagonista galego. Núñez Seixas, quando, dentro da propensão à animadversão contra todos os estrangeiros, indaga onde radicava a originalidade do preconceito anti-galego, depara-se com que:

> *"os galegos foron o único grupo étnico inmigrante que se sentiu* agraviado *e despreciado por partida dobre: tanto por arxentinos [...] como polo resto dos seus teóricos compatrianos españois, establecéndose deste xeito*

> *unha certa liña de continuidade entre os sentimentos de agravio xerados en Europa [...] e mais os experimentados no novo continente. " (p. 82)*

No teatro e na esfera pública portenha, a versão feminina do preconceito anti-galego está na figura da mucama. A imigrante galega parodiada pelo teatro argentino recobre-se, sobretudo, de marcas semelhantes às que caracterizaram os personagens masculinos. No retrato da explorada criada galega volta-se a sintetizar o repertório dos traços associados ao temperamento caipira: rusticidade, vivacidade, lealdade, espírito de sacrifício e teimosia para a poupança.

Frente a esse estereótipo criado sobre os galegos nos *sainetes*, e também nos programas de rádio, filmes e gibis, Núñez Seixas, mediante uma justificativa acompanhada de abundantes exemplificações, expõe que houve três reações majoritárias por parte dos imigrantes galegos: a recusa a se enquadrarem nos modelos desenhados, negando, com isso, a origem galega; a resignada interiorização do estereótipo "como unha sorte de condición *peaxe* para integrárense (ou asimilárense) plenamente na sociedade argentina" (Núñez Seixas, 2002: 93); ou a beligerância contra a divulgação dessa imagem degradante. Todavia, Núñez Seixas conclui que

> *"aqueles inmigrantes que planeaban establecerse definitivamente nas sociedades de acollida remataban por aceptar que a súa identidade de orixe fose estigmatizada como un prezo à súa inserción. E para evitar a burla, cando non para atopar parella no país de adopción, a opción mellor para o galego era se asimilar cultural e lingüisticamente" (p. 98-99)*

A caricaturização do imigrante galego consolidou-se como uma forma de violência simbólica a inícios do séc. XX. O envilecimento que continha o estereótipo distorcido guardava um dos seus efeitos mais perniciosos na degradação generalizada de toda a comunidade e na forja de uma desvalorização afetiva. Nesse traço indiscriminado será descoberta pela elite imigrante a via da contra-ofensiva. O discurso preparado por essa elite poder-se-ia resumir como se segue: "Não todos os galegos são iguais; os galegos menos sofisticados, mais rudes, são aqueles que acabam de desembarcar". A elite desejava demonstrar que o galego, após superar o processo de adaptação aos hábitos refinados do país em que botara suas raízes, tinha capacidade para se incorporar à sociedade argentina na qualidade de um cidadão preparado, laborioso e empreendedor.

Partindo dessa retórica, a elite imigrante assumiu os mesmos componentes que faziam parte da mofa e do menosprezo para elaborar com eles a contra-imagem, focalizando as virtudes humildes do galego. Nessa contra-imagem (Núñez Seixas, 2002: 104):

> *"suposta ignorancia convertíase en discreta astucia ou calada prevención; suposta avaricia deviña laboriosidade e espírito de sagrifizo; suposta inxe - nuidade virábase modestia; suposta mansedume tornábase cortesía campe - siña; carácter testalán deviña amor pola lei, o xusto e a orde precisa; e suposta incapacidade para desenvolver traballos cualificados convertiríase en preferencia polo traballo físico gracias ás especiais aptitudes* raciais *dos galegos, pero non por ausencia de facultades intelectuais."*

Núñez Seixas enfatiza que foram os periódicos fundados pelos imigrantes galegos o principal meio para a apologia da presença e da participação galega na Argentina, assim como para a propagação do contra-ataque às ofensas proferidas pelos periódicos locais e pelas outras colectividades de imigrantes.

Ora, o autor também investiga o que acontecia quando um grupo de galegos não se encaixava nos estereótipos de laboriosidade e honestidade que a elite construía e promovia sobre o conjunto de trabalhadores da colônia. Nessa ordem, aqueles galegos que se incorporavam às reivindicações sindicais do movimento operário argentino –os anarquistas, p.ex.– colocaram o principal empecilho para o triunfo da imagem de uma comunidade respeitosa e disciplinada. Frente a eles, a reação dos centros galegos, de seus periódicos e de seus líderes oscilou entre o repúdio e a moderada solidariedade corporativa quando se punha em risco a valorização dos galegos como grupo étnico, não como classe social. Nesse caso, as afrontas à identidade galega eram sentidas do seio da comunidade por partida dupla, ao procederem tanto da sociedade receptora quanto da ampla colônia dos espanhóis. Desta maneira, a partir dessa beligerância, foi-se configurando a "síndrome da *aldraxe*". Ao seu respeito, esclarece Núñez Seixas:

> *"Para rebater os argumentos que incidían na ignorancia e inutilidade dos galegos, as elites da colectividade salientaban en primeiro lugar todas as mencións por parte de próceres arxentinos ou personaxes estranxeiros á importante aportación dos galegos ó proceso económico e social do país, enxalzando a súa tenacidade e laboriosidade, ou ben toda canta gabanza allea de Galícia e dos galegos se rexistrase na Hisoria. E iso, podemos afir - mar, continúa ata o día de hoxe de xeito máis ou menos matizado. Neste darradeiro caso apóntabase o que sería tamén un dos eixos argumentais utilizados na defensa da dignidade colectiva dos galegos: a reivindicación do seu rol punteiro e avanzado de defensa da* Hispanidad. *Tratábase dunha estratexia discursiva complementaria e integrada dentro da nova valoración do papel dos inmigrantes españoles e da imaxe de España en*

> *Arxentina, e América Latina en xeral, que se estendeu dende finais do século XIX." (p. 130-31)*

Ao longo do estudo de Núñez Seixas, vai-se perfilando o diáfano campo de lutas em que teve que participar o ente galego na Argentina. Cada momento histórico que atingiu à sociedade austral exigiu do galego que tomasse partido, que ocupasse uma posição concreta e convincente perante os conflitos e que desenvolvesse estratégias que lhe permitissem se envolver nos processos dialéticos saindo fortalecido.

Essa conjuntura sugere que em nenhum momento foi permitido ao galego levar uma existência indiferente às contingências que afetavam com periodicidade os diversos âmbitos da sociedade receptora. Ao ente galego era demandado que, mediante uma resolução formal ou uma atitude coletiva, explicasse quais eram as razões por que ele tinha que ser aceito como um elemento fornecedor de vantagens para a sociedade que, *a priori*, não lhe era natural.

O Inmigrante Imaxinario, mediante a análise dos discursos transmitidos pela literatura de ficção, pelos periódicos e por diversos ensaios, vai discorrendo pelas efemérides que afetaram a comunidade galega: a instauração do Dia da Raça, a guerra contra os Estados Unidos, a visita da infanta Isabel, a primeira Guerra Mundial. Todos eles foram acontecimentos que acabaram se desvelando como provações em que o ente galego teve que justificar sua presumível validez tanto em relação à sociedade *criolla* quanto à colônia italiana: a grande concorrente pelo destaque na protagonização do papel de agentes sociais portadores de uma viçosa cooperação econômico-cultural com a Argentina.

O estudo de Núñez Seixas destaca que a sociedade argentina nunca esqueceu o vínculo atávico que a colônia galega possuía com a *Madre Patria*. A antiga potência colonial era a fonte de uma relação de amor-ódio que mantinham os argentinos com a sua própria gênese. Em última instância, aí residia a causa dos canonizados preconceitos que tiveram que padecer os primeiros imigrantes procedentes da Galiza.

No jogo de ofensivas e retaliações simbólicas, alguns líderes da *intelli - gentsia* imigrante da Galiza testaram um raciocínio paradoxal. Este consistia na exploração da funcionalidade do contra-peso galego frente à ameaça de diluição e perda da identidade hispano-americana que se estava começando a entrever devido à marcada influência da presença italiana. Segundo essa lógica, os galegos, embora não deixassem de ser estrangeiros na Argentina, pelo menos eram hispanos, algo do qual não podiam presumir os italianos.

O elo da união entre a galeguidade e a hispanidade será pressionado por duas notícias que contribuirão a estreitar seu feche. Em primeiro lugar, os ânimos encontraram-se na polêmica em torno o berço galego de Cristóvão Colombo. As discussões a esse respeito se mantiveram ao longo das duas primeiras décadas do séc. XX, conseguindo alimentar, conseqüentemente, os espíritos galegos que careciam da auto-estima demandada para a assunção da vocação americana. Em segundo lugar, semelhante comoção causou a aterragem em Buenos Aires, aos 10 de fevereiro de 1926, do avião *Plus Ultra*, pilotado pelo galego Ramón Franco. Esses dois elementos foram o fito do qual se tentou retirar um prolongado e copioso aproveitamento para a consolidação da identidade.

Na genealogia galega de Colombo achara-se o ponto de partida da vocação ultramarina galega e mais um fundamento para o ataque desprestigiante à orgulhosa colônia italiana: Colombo não procedia de Gênova, senão que era um espanhol da Galiza. Por sua vez, a gesta do *Plus Ultra* foi explorada sublinhando que:

> *"Ramón Franco non só foi un símbolo acaído para mostrar con fachenda a* valía *galaica perante os arxentinos, así como diante dos italianos e doutras colectividades inmigrantes na Arxentina, a pesares de que os principais órganos xornalísticos da colectividade italiana amosaron a súa adhesión á fazaña do aviador ferrolán, e mesmo a Federación de Sociedades Italianas lle tributou unha sentida homenaxe. Convertíase tamén nun mito útil para demonstrar perante o resto da colectividade española que eran os galegos quen se achaban á testa das* glorias patrias. *Cando non se afirmaba implicitamente dende outras perspectivas ideolóxicas, como facían os sectores nacionalistas agrupados na FSG [Federación de Sociedades Galegas], que o aviador, amais de profesar coñecidas simpatías republicanas e de esquerda, era un símbolo do espertar cultural e político dunha nova Galicia que reaxía fronte á opresión castelá." (p. 204-05)*

A quarta seção do *Inmigrante imaxinario* é dedicada à atitude dos imigrantes galegos diante do próprio idioma. Núñez Seixas outorga a essa atitude a função de marcador simbólico da tendência predominante em relação à vontade de assimilação, integração, separação ou marginalização na sociedade receptora. Patenteia-se que o sentimento de auto-ódio cultural e a atuação da diglossia, já existentes na terra de origem, operaram com contundência no Novo Mundo. O imigrante galego abraçava-se ao desejo de se ver purificado da pesada bagagem de rusticidade pois achava que esta poderia entorpecer seu projeto urbano de distinção social. Apesar de que a língua galega continuasse a ser empregada nas relações de camaradagem com os patrícios, a adoção da língua espanhola, às

vezes, inclusive, *acriollada*, tornou-se um dos propósitos que muitos imigrantes interiorizaram para o seu relacionamento com a cidadania argentina. O estudo de Núñez Seixas em relação ao *Inquérito de 1932* sobre as atitudes sociolingüísticas entre os galegos de Buenos Aires demonstra que, se excetuadas as posições dos imigrantes de orientação "arredista", a tendência geral era a adoção da língua espanhola. O professor compostelano salienta que:

> *"Fronte a este uso diglósico do galego, favorecido pola consideración de* dialecto *que numerosos publicistas da colectividade galaica lle outorga - ban, os sectores nacionalistas adoptaron a defensa da oficialidade do idio - ma galego nas institucións da colectividade de xeito decidido, a partires da súa aparición en escea dentro da política societaria contra comezos da década dos vinte, nomeadamente no seo da FSG. Con todo, e en compa - ranza co case monolingüismo en galego que practicaban os seus correli - xionarios en Europa, os galeguistas actuantes no Plata amosaron unha fle - xibilidade moito maior nese aspecto, e adoito fixeron tamén política e difundiron os seus postulados en castelán." (p. 227)*

O derradeiro capítulo do *Imigrante Imaxinario* é reservado à análise das "festas étnicas como crisol da identidade". Para o período de 1880-1940 recolhido pelo ensaio, são destacados três ciclos: o primeiro deles foi protagonizado pelos *Orfeóns*; as grandes instituições mutualistas (especialmente, o Centro Galego) ocuparam a segunda fase; finalmente, desde 1904-1905, irromperam as abundantes sociedades de instrução, recreativas e mutualistas de natureza microterritorial (paroquial, municipal ou comarcal).

Em relação às festas étnicas da colônia galega há um assunto que atrai a reflexão de Núñez Seixas: o enquadramento do imigrante com sucesso –aquele imigrante incorporado à elite austral– nas solenidades da coletividade. Porque, se bem os próceres e filantropos dos principais centros galegos participavam e destacavam-se na organização dos eventos –honrando-os, simultaneamente, com a sua prestigiosa presença– por outro lado, convocavam restritivos encontros na forma de conferências-concerto, com específico cerimonial, nos quais esses grandes triunfadores do êxodo se desmarcavam do gosto popular.

Para o período estudado, Núñez Seixas compõe treze quadros através do quais se observa a evolução numérica e percentual dos elementos programáticos e identitários que constituíam a produção sociocultural dos imigrantes galegos. Assim, compreende-se que o predominante foi uma acorde simbiose de literatura e música das três vertentes que afetavam ao

imigrante –o repertório galego, o espanhol e o argentino. Todavia, é sublinhado que nas festas organizadas, entre os anos de 1924 e 1929, pelas associações aderidas à esquerdista e galeguista *Federación de Sociedades Galegas*:

> *"os elementos identitarios exclusiva ou predominantemente galegos, promovidos sobre todo polos sectores nacionalistas (meirande presencia do Himno Galego, da música folclórica e do teatro en idioma galego) aumentan en frecuencia de xeito ben significativo. Ata o ponto de que, por primeira vez, as obras de teatro en galego ou bilingües sobradan en número de representacións e en número de veladas ás obras de teatro de autores 'españois', mentres se mantén e mesmo aumenta a porcentaxe de comedias e sainetes de autores e/ ou ambiente arxentino. Doutra banda, é bem significativa a case desaparición da presencia da Marcha Real, xa de seu pouco incluída nos programas, a meirande frecuencia –aínda que moi inferior ó Himno galego– dos himnos republicanos e o importante aumento porcentual, mesmo que se manten en niveis baixos (13,3 % das veladas) dos himnos obreiristas." (p. 279-80)*

Quando a leitura do *Inmigrante Imaxinario* chega ao seu final, apreende-se que, durante o período estudado, para uma boa parte da heterogênea colônia de galegos residentes na Argentina, a convivência com três idiossincrasias inter-relacionadas –a ligada às redes de nascença, a supra-local (Galiza / Espanha), e a da terra receptora– supôs a aparição de um conflito de identidade que as características da sociedade austral não consentiram que amortecesse. Para superá-lo, os imigrantes galegos interpretaram que a fundação de entidades associativas oferecia a proteção assistencial necessária perante o descaso, ou as agressões, das instituições oficiais (espanholas e / ou argentinas) e o meio para organizar as atividades culturais, lúdicas e de formação que se ajustassem ao novo modo de vida.

Para a sociedade argentina, o ente galego não se inseria no arquétipo de imigrante ideal, mas também, não constituía um quisto que ameaçasse a índole nacional. Essa ambigüidade transformou-se em um foco de desorientação que forçou os galegos a repensar –ou imaginar– constantemente sua identidade e a apresentar à Argentina as soluções que iam sendo decididas. O livro do Prof. Núñez Seixas percorre o período de 1880-1940 expondo e esclarecendo todas as questões relativas à identidade dos imigrantes galegos. Após a sua leitura, nenhuma pergunta fica no ar.

Non é Galiza, non, é unha ferida
aberta sempre en rosa de cen follas.
Espiña, mel, pozo sen fondo, terra
que brilla como un lóstrego no paredón do tempo
cada mencer. E vive.
Perdura, si, vencida desde dentro
teimosa do seu ser, sempre cavando
ainda no sangue que a negou tres veces,
perfurando o amor desde as vicillas,
perfurando o amor. Sempre sostendo
esa dor profundisima que proe
como a felicidade.

Iso de non ter límites! Ser ave,
ser cantiga, ser pranto, ser combate,
ser esa permanencia que nos leva
como un rio no tempo até a vitoria...

22-9-91

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 199 - 202 / ISSN 1130-3557

Guerra e resistência global

Carlos Taibo

(Madrid)

Apesar da tragédia que acompanha à agressão angloestadounidense contra o Iraque, a multitudinária contestação que os factos estão a levantar entre nós permite manter em pé algum optimismo. Quando se avaliam as manifestações do 15 de fevereiro –e muitas das mais recentes– é comum que se esqueça, porém, algo que é preciso recuperar: a convocatória correspondeu, em novembro passado, aos movimentos de resistência global.

Nada seria mais ingénuo, naturalmente, que atribuir às redes antiglobalização a surpreendente capacidade de movilização que, em franco rejeitamento da guerra, se revela entre nós e em tantos lugares. Esta última explica-se, de forma mais simples, em virtude de dados que quase todos temos em mente. Mencionemos entre eles a debilidade dos argumentos que identificavam ameaças do lado do Iraque, a certificação de que EEUU adoptou no seu momento decisões impresentáveis, o franco desprezo que Washington e os seus aliados sentem pelas Nações Unidas, os interesses ocultos que se adivinham por detrás, a consciência de que havia caminhos que permitiam resolver, de forma pacífica, a crise ou, em fim, a evidência de que as políticas que abraça o presidente norteamericano acrescentam inevitavelmente os estímulos para isso que se chama terrorismo internacional. Não é que, noutras palavras, o governo espanhol se explicasse mal: é que não há forma de encontrar um átomo de discurso racional nas mensagens dos que apoiam esta guerra.

Depois de deixar assentado que as percepções recém invocadas são comuns a todos, ou a quase todos, os que se manifestam contra a guerra, tem sentido perguntar-se pelos contributos das redes de resistência global, e com elas do pacifismo de sempre, à contestação. Tem sentido, noutras palavras, pesquisar sobre as diferenças que essas redes mostram no que diz respeito a muitas das ideias que, também em oposição à agressão contra o Iraque, se expressam nas forças políticas de sempre e em muitos dos meios de comunicação, com a certeza paralela, é evidente, de que

nem todas as redes de resistência global virão a identificar-se com os argumentos que seguem nem todos aqueles que vivem longe dessas redes estarão necessariamente em confrontação com eles.

Nos movimentos manifesta-se, em primeiro lugar, uma visível desconfiança ante as Nações Unidas e as suas regras. Com argumentos que não parecem infundados, o comum é que se estime que a máxima organização internacional mostra desde tempo atrás, apesar das aparências, uma submissão aos interesses dos grandes, e singularmente aos dos EEUU, que não é nem casual nem provisória. A prudência aconselhava rejeitar desde o início uma agressão contra o Iraque tanto se esta recebia o amparo do Conselho de Segurança como se tal circunstância não se fazia valer. A leviandade dos protestos que nestas horas formula um personagem tão patêtico como Kofi Annan retrata de maneira razoável à organização que representa.

Claro é que, em segundo lugar, a miséria parece ainda mais grande quando a opção dominante é a que conduz a prescindir, sem mais, das Nações Unidas. A muitos surpreende, quanto a isto, que algumas críticas da política estadounidense de agora procedam de pessoas que não duvidaram em esquecer a legalidade internacional, em 1999, em Kosova. A mensagem então trasladada não era precisamente edificante: quando a ONU interessa, emprega-se; do contrário, deixa-se de lado en proveito duma acção, a acometida pela OTAN na primavera do ano citado, que tinha uma condição manifestamente unilateral. "O unilateralismo não tem a ver com o número de actores, senão com a usurpação duma missão que pertence às Nações Unidas", lembra um muito afortunado manifesto assinado, na Espanha, por professores de Direito Internacional e Relações Internacionais. Aqueles que afirmam que os bombardeamentos da OTAN eram defendíveis porque o conjunto dos Estados membros da própria Aliança e da UE os apoiou retratam-se como suspeitosos aduladores das práticas que hoje postula Estados Unidos em relação com o Iraque. Para evitar confusões esclareçamos que, sendo evidente que em Kosova se violentavam direitos humanos básicos, não é menos evidente que não foi essa a razão que explicava as acções da OTAN.

A terceira consideração, incómoda aos olhos de muitos, fala da omnipresença de fórmulas de dupla moral que tratam de forma diferente a amigos e inimigos, a poderosos e fracos. As afirmações ao respeito, que não gostam àqueles que preferem mergulhar na tenaz menção da maldade do régime iraquiano, também não produzem alegria àqueles que, hoje do lado da resistência contra a guerra, no passado defenderam –lá estão,

para o certificar, os exemplos da Chechênia, o Qurdistão, a Palestina ou o Saara ocidental– surpreendentes morais duplas. Assinalemos, sem mais aspirações, que do mesmo jeito que quem aplica essas fórmulas mal faria em se surpreender se receber respostas similares, quem as alentou no passado deve demonstrar agora, de forma rotunda, que tem realizado o correspondente exercício de contrição.

Nas redes de resistência global percebe-se também, sem necessidade de aprofundar muito, um franco receio ante a textura das disidências que expressaram, nesta crise, os dirigentes da França e da Alemanha. Os alicerces de tal receio são dois. Por un lado, deve salientar-se que uma coisa é não participar numa guerra e outra bem diferente aceitar a liderança duma genuina frente de rejeitamento, horizonte que não parece ter estado nunca na agenda de París e de Berlim. Mas, pelo outro, e além das contingências do momento, nos movimentos antiglobalização não são muitos os namorados da UE e das suas prestações: se dois decénios de políticas neoliberais remataram com a maioria dos signos do que alguns entendem que era uma modalidade social de capitalismo, hora é de se desprender da assunção de que gentes como Blair, Schröder, Chirac, Berlusconi ou Aznar estejam comprometidas com a causa da justiça e da liberdade no planeta. O acontecido em Jenin e em Ramala há um ano, as armadilhas que os membros da UE desenvolveram no Afeganistão para iludir a emergente legislação penal internacional e o desígnio franco-alemão de rebaixar, nestas horas, o nível da contestação são argumentos suficientes para fortalecer uma percepção deste tipo.

Um quinto critério que os movimentos defendem sem maiores dúvidas afecta à trama de interesses que se revela ao amparo da crise actual. Por trás desta não é difícil identificar a procura cobiçosa de matérias primas energéticas e, além disso, o desígnio de ratificar velhas explorações e exclusões em proveito dos Estados ricos do Norte e da globalização que postulam. No que a isto atinge, parece preferível reconhecer que o projecto –uma aberta participação no saqueio– que o governo espanhol desenvolve desfruta dum apoio maior do que os inquéritos invitam a concluir: com a guerra ou contra ela, são muitos os nossos concidadãos decididos a preservarem a sua condição de privilégio e a manter os níveis de consumo que caracterizam as nossas sociedades.

Agreguemos uma última percepção em que bebem muitas das redes de resistência global: ainda que, entre nós, celebram que o principal partido da oposição estatal optasse por contestar esta guerra, preferem não esquecer que em medida nada marginal o que acontece hoje é uma con-

seqüência de políticas que os agora opositores defenderam quando estavam no poder. Afinal, foi no albor da era socialista quando cobrou corpo um franco desígnio encaminhado a *normalizar* as relações exteriores espanholas da mão do exercício duma manifesta submissão as instrucções que chegavam de Washington. O sucedido ao amparo do desgraçado referendo sobre a OTAN, em 1986, e do visíbel não cumprimento das tres condições então postuladas pelo governo espanhol obriga a desestimar a sugestão de que as desfeitas que o Partido Popular protagoniza nestas horas carecem por completo de antecedentes. E é que aos olhos da maioria dos integrantes dos movimentos que nos ocupam, mais preocupados por fortalecer as redes sociais que por alcançar uns ou outros resultados eleitorais, não ha motivo nenhum para dar as costas a um lema de ontem que hoje recupera o seu sentido: *OTAN não, bases fora*.

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 203 - 207 / ISSN 1130-3557

Voilà, He aquí, Eis, Velaí:
Inovaçons Deícticas em algumhas Línguas Românicas

Estrella Lôpez Gonçález

Os deícticos som elementos do sistema lingüístico que servem para apresentar ou mostrar umha entidade ou objecto destacando-a no contexto lingüístico em que é referida, face aos elementos anafóricos que remetem para algumha realidade que já foi enunciada previamente. No latim clássico existia um elemento com essa funçom, ECCE, que tivo descendência no italiano ECCO, umha forma de que nom vamos ocupar-nos neste trabalho, em que abordaremos só inovaçons românicas posteriores, quanto à origem, à vigência do latim. É interessante ver os procedimentos que usarom as diferentes línguas para gerar os seus próprios deícticos apresentativos, e as relaçons mútuas entre umhas e outras. Além disso, interessa também verificar a vigência destas nas normas actuais das línguas respectivas.

Voilà, he aquí, eis, velaí, na sua funçom de apresentativos tenhem que extrair um termo e destacá-lo do seu contorno, e é por isso que aparecem normalmente em frases averbais curtas, em estruturas em que a ausência do verbo é suprida por eles, que funcionam como pivote verbal. Isso é possível, em vários casos, pela sua origem verbal (*voilà, velaí*) e noutros pola possível confusom do deíctico com umha forma verbal (*eis, he aquí*).

Velaí o home!
Voilà la nuit!
Eis a mulher!
He aquí la solución.

Veja-se a seguir umha análise das diferentes formas.

Voilà

Dentre as várias funçons que apresenta (preposiçom, interjeiçom) esta forma tam recorrente na norma actual francesa, a que nos interessa agora é a de advérbio de lugar apresentativo de diferentes entidades, objectos ou pessoas.

Voilà forma par com *voici*, com que partilha a apresentaçom de entidades que estám afastadas ou próximas do locutor, respectivamente. Todavia, como ocorre também noutras línguas, o deíctico de maior alcance, *voilà*, ganha vantagem e ocupa na língua familiar as duas noçons. É indicativo da sua elevada freqüência de uso a todos os níveis o facto de apresentar umha forma, em registos nom cultos, gerada por derivaçom prefixal, *revoilà* (e também *revoici*).

Salta à vista que *voilà* nom descende do ECCE latino. A sua origem, mais tardia, é devida à fusom de dous elementos: a forma verbal VOI, segunda pessoa do singular do imperativo do verbo VOIRE (ver), que no Francês Antigo nom tinha -S final, e dos advérbios LÀ ou (I)CI, advérbios que se complementam no seu significado de lonjura ou proximidade. *Là* ganha espaço a *ici*, ocupando geralmente as duas noçons, facto que está na origem de *voilà* ocupar também o espaço semântico de *voici*.

É assim que se manifesta em francês um apresentativo de elevada freqüência na norma, que constitui aliás umha inovaçom a respeito da forma deíctica latina. A sua origem verbal é suficiente para justificar o seu papel de pivote verbal nas frases averbais em que aparece normalmente.

He aquí

Esta forma do castelhano está quase a ponto de ser completamente desterrada do uso normal da língua, sobrevive em locuçons fossilizadas e relegada à linguagem literária ou muito procurada. Existe umha variante na linguagem coloquial, *hete aqui*, que nom nos interessa como deíctico apresentativo porque perdeu esse valor, tendo passado a exprimir surpresa por umha mudança de rumo dos acontecimentos previstos, tendo ficado mais próximo de uma interjeição do que de um advérbio apresentativo:

Caminábamos todos tranquilos y hete que empieza a llover...

Este uso próprio de umha interjeiçom também se dá na forma estudada acima: *voilà.*

ECCE nom está na origem de *he aquí,* evidentemente. Mas também é preciso nom deixar-se levar polas aparências, porque a sua forma é enganosa. O primeiro elemento, *he*, que parece umha forma do verbo *haber*, justifica-se pola influência que tivo a língua árabe na castelhana, chegando mesmo a introduzir elementos no plano mais impermeável e resistente: o gramatical.

He procede do advérbio árabe *hâ*, que na língua vulgar se pronuciava *hê*, e que tinha exactamente o mesmo significado que *aqui*. A confusom de *he* com umha forma verbal foi tam freqüente na Renascença que se sentiu a necessidade de acrescentar-lhe o *aqui* para matizar o seu significado, quando na realidade o que se estava a construir era umha expressom redundante. De novo ECCE é desterrado como elemento deíctico e o castelhano inova introduzindo um elemento de fora do âmbito românico. Esta vez, apesar da confusom renascentista, a origem nom é verbal.

Eis

Temos no galego-português este afastamento da forma deíctica *eis* que é também relegada à linguagem literária, e também o aparecimento de umha forma *eis senom (eis senão)* no registo coloquial que, tal como acontece com o castelhano *hete aquí*, perde o seu valor deíctico apresentativo e passa a exprimir surpresa por algo inesperado.

Para buscar a origem de EIS exporemos brevemente duas teorias. A explicaçom de Joan Coromines é a mesma que foi dada para o *he aqui*. Também neste caso na Renascença à forma *he*, incorporada do árabe, tomada por um imperativo do verbo *haver*, se lhe dá um plural *hes* ou *heis*. Esta forma bem pode ter passado ao galego-português mostrando o seu significado inicial de demonstrativo.

Outra teoria sobre a origem de *Eis*, a de José Pedro Machado, considera que a origem está na preposiçom latina EX. O significado das duas formas é muito próximo, já que EX era utilizada no latim clássico para extrair um elemento de um grupo e apresentá-lo como algo que era destacado do seu entorno. Nos textos medievais, onde devia aparecer um EIS funcionando como apresentativo, aparecia muitas vezes EX, quer por

simples cultismo quer por conhecimento da pronúncia da época. A evoluçom de EX para *eis* está apoiada por casos similares como Sex, que deu em galego-português *seis*.

Velaí

É umha forma apresentativa que utiliza o galego-português da Galiza de forma mais ou menos freqüente, embora pareça também relegada à linguagem literária. *Velaí* tem umha forma complementar *velaqui*, mas, como ocorre no francês, *velaí* ocupa as duas funçons, a da lonjura que propriamente lhe corresponde e a de proximidade de *velaqui*.

É evidente que, igual que acontece com os restantes deícticos a que nos referimos acima, *velaí* nom procede do latino ECCE, é umha inovaçom que partilha com a forma francesa a sua procedência de umha forma verbal. A formaçom da palavra passa pola fusom do infinitivo VER com o pronome masculino singular e com o advérbio AÍ. A uniom da forma verbal terminada em -R com o pronome dá lugar a umha forma VÊ-LO, que, unida ao AÍ, terminará apocopando o "O" e dando lugar à forma em causa: *velaí*. Para *velaqui* temos exactamente o mesmo processo de fusom e apócope.

Eis-nos de novo perante umha inovaçom românica face à raiz latina que gera um deíctico de origem verbal que pode suportar perfeitamente o rol de pivote verbal nas frases averbais em que costuma aparecer.

Conclusom

Começamos apresentando quatro formas deícticas de três línguas românicas, diferentes da que possuía a língua mai original: ECCE.

Essas quatro formas partilham umhas certas características, como o seu carácter de inovaçom face à forma latina, a sua origem verbal, que nom parece ser autêntica nos casos de EIS e HE AQUÍ, a sua utilizaçom em frases averbais e o seu valor de realce de um elemento presente no contexto. A origem, aliás, dá lugar a um agrupamento em pares deveras interessante: por um lado, quanto à origem de EIS e HE AQUÍ, segundo a explicaçom de Joan Coromines. Por outro, VOILÀ e VELAÍ, cuja seme-

lhança pode resultar um bocado enganosa porque o L que apresentam ambas nom tem a mesma origem. Mas é interessante verificar que duas línguas relativamente distantes, como o francês e o galego-português, formam umha palavra nova seguindo um procedimento idêntico e dando um resultado muito similar. Será devido à influência de umha língua na outra ou fruto do puro acaso? Eis umha interessante pergunta!

Bibliografia

Dictionnaire de l'ancien français. Moyen Age et Renaissance, Larousse, Paris, 1947.

Corominas, Joan, *Diccionario crítico-etimológico de la lengua castellana*, Gredos, Madrid, 1976.

MACHADO, J. P., *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa 1990[6].

LUSBERG, Heinri, *Lingüística Románica* (I, II), Gredos, Madrid, 1965.

RIEGEL, Martin, J.-C. Pellat, René Rioul, *Grammaire méthodique du fran - çais*, PUF, Paris, 1998.

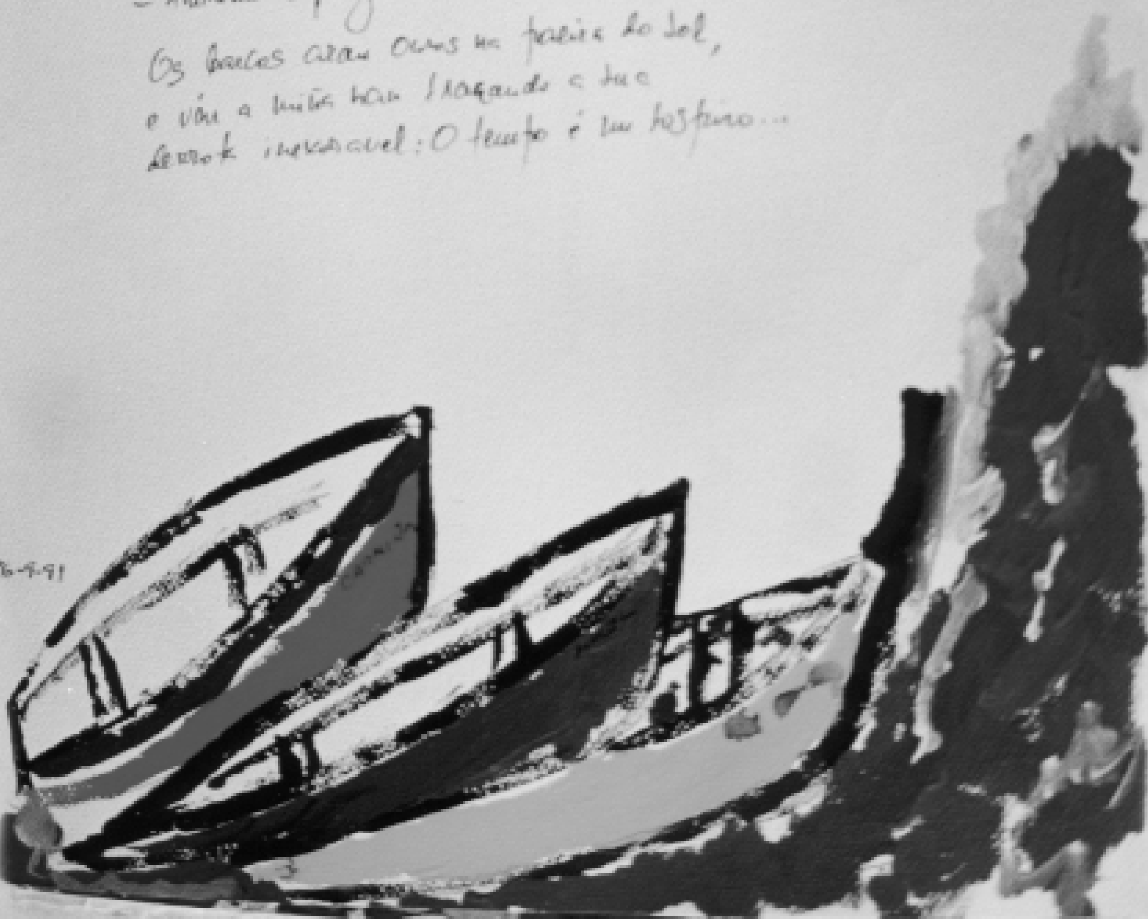
VV.AA., *Diccionario Xerais da Lingua*. Editorial Xerais, Vigo, 1993.

BARCOS NO POR DO SOL

Todo é de lume o mar, ouvese
a tarde no seu latexo último
entre ouros e motores que lle dan ao silencio
rumor envelenado de vida. Risca a vela
no devalo azul e o mascato perfura
o corazón do océano, mentras a tarde
se derrube e pase a súa rica
a chilrar [illegible] [illegible] no [illegible] o corazón no esquezo.

A man no leme, os ollos no horizonte
reducio que nos leve por vieiros de tempos
onde arrombara o amor que deixo antigo
vai e vén [illegible] mar os barcos novos
— [illegible] e fragatas das cidades do deus —

Os barcos aran ouros na paixa do sol,
e vén a miña man [illegible] a súa
lembranza inevitable: O tempo é un historio...



26-9-91

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 209 - 214 / ISSN 1130-3557

Mitos da Lusofonia (I)

J. Chrys Chrystello

Uma das questões que mais interessa a certos meios mais ligados à preservação da língua e culturas portuguesas é a de provarem que estão vivas. Contudo, há algo mais importante a fazer: mantê-las vivas. Se bem que seja importante, o contributo dado por entidades oficiais e paragovernamentais à realização de colóquios e seminários, mais importante será criar um elo motor capaz de as catapultar da sua semi-obscuridade em meios internacionais para um cenário de ribalta: do Timor a Tânger, ou de Ceuta a Calecute.

Ocorreu recentemente (Porto, Out.º 2002) um Colóquio da SLP (Sociedade da Língua Portuguesa) com o título de "*Repensar a Lusofonia como instrumento de promoção e aproximação de culturas*". O Colóquio pretendia debater, explorar e analisar as questões de divulgação, expansão e revitalização da língua portuguesa no mundo, à luz dos debates contemporâneos sobre a língua. Tratava-se de debater a problemática, não só em termos das suas formulações históricas e teóricas, mas, e sobretudo, de analisá-las nas suas modalidades práticas com as necessárias correspondências em articulação com outras comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas, como agentes fundamentais de mudança.

Os temas abarcando uma vasta área, quer geográfica quer tematicamente, permitiram uma visão globalizante e abrangente do tópico do colóquio. Houve 3 participantes para o 1º tema (Língua, Multimédia e Comunicação Social), 4 para o 2º tema (Desenvolvimento curricular), nenhum para o 3º tema (Cidadania e Participação Politica), 7 para o 4º tema (Tradução e Cultura: inter e transcultural, Estudos Interculturais) e 3 para o 5º tema (Diversidades Culturais).

Estas apresentações cobriram aspectos relativos ao estado da Língua Portuguesa em Timor, Galiza, Moçambique, Portugal e Brasil, focando ainda dificuldades e variações na Tradução de e para o Português, o ensino de Português como Língua estrangeira em currículos de ensino não-

oficiais, o ensino a imigrantes não-Portugueses e ainda uma apresentação em Mirandês, dentre outras.

Houve pouca cobertura dos órgãos de comunicação social, excepção feita ao jornal *Primeiro de Janeiro* que dedicou parte do seu suplemento de Artes e Letras ao assunto em 16 de Outubro. A assistência porém esteve interessada e participou vivamente nos debates inter-apresentações e nos debates ao fim de cada dia. Foi decidido que a SLP encetaria contactos no sentido de continuar com esta descentralização cultural, podendo ser Bragança a suceder ao Porto no evento do próximo ano.

Os participantes eram majoritariamente professores universitários e do Politécnico a nível de Portugal, e professores universitários no Brasil, Espanha e Galiza. A maior parte tem larga obra já publicada dentro do âmbito e das temáticas deste colóquio. Da assistência houve participação e a constatação de que muitas das áreas e temas abarcados eram de utilidade prática imediata para complemento do material pedagógico dos programas leccionados, a nível de ensino secundário e superior. De acordo com os participantes, dentre outros, os aspectos multiculturais debatidos nalgumas apresentações parecem ser de estudar para potencial aproveitamento futuro quer em cursos já implantados quer como material para futuras acções de formação. Irão encetar-se contactos com vista à realização do 2º Colóquio no próximo ano em Bragança. A ideia é de se manter o acontecimento auto-suficiente com as contribuições dos participantes.

Surgiu há anos uma proposta do Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra para a criação de uma Cidadania da Língua Portuguesa (no Mundo) que importa analisar, pois ela contém os germes do sucesso inerentes a todas as propostas radicais e inovadoras num país como Portugal, marcado por tradicionalismos avessos a mudanças. Para quê, esta cidadania? Para que todos os lusofalantes, independentemente de outros idiomas que com a língua de Camões comunguem, possam identificar-se como uma entidade única e universal, importante, capaz de sobreviver a guerras, diásporas e outras tragédias que têm assolado os lusófonos. Quem são, o que fazem, o que pensam e sentem, qualquer que seja o local a que chamam terra mãe. Será que as línguas crioulas ou Pidgin e as indígenas se sobrepõem às outras? Porque o ensino do português é oficial quererá isso implicar que ele vai suplementar as línguas nativas? Quando seremos capazes de admitir como lusofalantes que a língua a que chamamos nossa só pode sobreviver se enriquecida por outras? Dura lição esta, para aqueles, que, segundo diz o escriba "deram novos mundos ao mundo". Se não aceitarmos esta realidade multilingue das

comunidades lusófonas, criamos o conceito de ter uma língua viva com o mesmo futuro do esperanto. Estas são as perguntas que aqui se põem e que alguém – que não eu – terá de responder. Estas são questões fundamentais para a sobrevivência da Língua Portuguesa, qualquer que seja o sotaque ou a origem do país a que chamamos nosso, mesmo que o não seja.

Recentemente o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia *"O Português, parece-me, tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba. Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças –tal como todas as outras– e não se devem opor impensadamente a este processo. Quando estive no Brasil, no ano passado, por exemplo, ouvi falar dum movimento que pretendia extirpar todos os anglicismos. Banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas –incluindo Português– e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso. A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas. O que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas."*[1]

Posteriormente, contactei aquele distinto linguista preocupado com a extinção de tantas línguas e a evolução de outras, manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de tantas línguas aborígenes no meu país e espantado pelo desenvolvimento de outras. Mostrava-me preocupado sobretudo pelos anglicismos que encontrara em Portugal após 30 anos de diáspora. Mesmo admitindo que as línguas só podem ter capacidade de sobrevivência se evoluírem, eu alertava para o facto de recentemente (em 1999) terem sido acrescentadas ao léxico 600 palavras pela Academia Brasileira, das quais a maioria já tinha equivalente em português.

Sabendo como o inglês destronou línguas em pleno solo do Reino Unido, tal como Crystal afirma no caso do Cúmbrico, Norn e Manx, perguntava ao distinto professor qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo eram cada vez mais baixos, estan-

(1) Carta de David Crystal 16/02/2001 a Pedro Kaul do governo brasileiro, citada no fórum Ajudar Timor em 16/03/2001.

do a ser dizimados por falantes ignorantes, escribas, jornalistas e políticos, sem que houvesse uma verdadeira política da língua em Portugal e apenas alguns esforços isolados para criar uma no Brasil.

A sua resposta[2] em Março último pode-nos apontar um de muitos caminhos: *"As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto, é sem dúvida a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românicas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que algumas dos anglicismos que os Franceses tentam banir actualmente derivem de Latim e de Francês na sua origem.*

Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. No caso do Inglês, existem triunviratos interessantes como ***kingly*** *(Anglo-saxão),* ***royal*** *(Francês), e* ***regal*** *(Latim) mas a realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.*

Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como por exemplo debati no meu livro Language Death. Se as línguas adoptam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de protecção, tais como obrigação de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc.; existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afectaram as línguas minoritárias de igual modo".

(2) Carta de David Crystal ao autor em 25 Março passado.

Por partilhar a opinião do professor David Crystal espero que mais alguém se lembre de que manter viva a Língua Portuguesa tem de ser feito, especialmente em África e no Brasil, sem exclusão das línguas minoritárias que com ela podem coabitar. Esta mitificação de sermos uns 182 milhões de lusofalantes no Brasil e mais uns tantos milhões em África e no resto do mundo tem de ser desmistificada! Não há mercado em Portugal para traduções, para dicionários, para livros técnicos ou manuais e deixamos essa janela de oportunidades aberta a editores estrangeiros de Espanha a Nova Iorque. As poucas excepções limitam-se a comprovar a regra.

Vivi, convivi e aprendo ainda a coabitar com lusofalantes, dos Orientes exóticos "Que o Sol em nascendo vê primeiro"[3] que mitos salazarentos criaram aos orientes menos exóticos que a revolução do 25 de Abril (1974) esqueceu. Pugno pelos filhos que falam português qualquer que seja o país em que nasceram ou vivem. Mas constato que encontrei mais estrangeiros interessados em apoiar iniciativas de preservação da língua portuguesa do que nativos da mesma. Criamos novos mundos e redescobrimos outros, sem jamais identificarmos a mesquinhez desta nossa maneira de ser que nos faz sentir grandes –talvez até maior do que somos, quem sabe? Agora que o grande desafio do século XXI nos confronta maior que um Adamastor, importa afirmar aquilo que imodestamente nunca fizemos, nem mesmo quando o Português era a *língua franca* de todos os comércios do mundo. Precisamos de manter viva a nossa língua e vamos precisar de todos, especialmente daqueles que forem capazes por artes e engenhos de assumir iniciativas arrojadas: que o façam sem ser em busca de louvaminhas ou encómios, sem ser em busca da vã glória e fama fugaz de que se fazem tantas carreiras, sem ser em busca de usura ou lucro. É preciso gente dedicada, mesmo com fama e nome ou simplesmente anónimos como os trabalhadores que quotidianamente constroem o nosso meio ambiente.

Não precisamos apenas de iniciativas arrojadas mas revolucionárias, mesmo que os formatos sejam os tradicionais: simpósios, conferências, seminários, colóquios, ou o de meros boletins informativos (electrónicos ou impressos), capazes de captar ouvintes e leitores com a língua de origem lusófona que adoptamos ou queremos como nossa.

Mesmo que sejam os políticos bem intencionados, mas deles não queremos as vãs e bem-soantes palavras eleitoralistas que um qualquer vento

(3) Divisa do Timor Português em eras coloniais.

dos votos levará, queremos trabalho e o cumprimento de décadas de promessas. Queremos uma política da língua, à semelhança doutros países, que permita a sua divulgação ampla como meio fundamental de manter a independência política, cultural e linguística. Só assim manteremos acesa esta chama com que comunicamos dos Algarves D'el-rei que já esquecemos, às Índias de Vice-reis que nossas nunca foram, a Timores de quem olvidamos a existência durante cinco séculos, às Goas, Malacas e Macaus de que apenas nos lembramos quando nos queremos sentir orgulhosamente beneficiários dessa herança portuguesa que é a língua. A essência do problema é manter a língua e a cultura vivas, não interessa onde nem como.

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 215 - 238 / ISSN 1130-3557

Apresentaçom básica de Ricardo Flores*

Joel R. Gômez

(Grupo Galabra/USC)

Para Eduardo Parajuá e todos os
Amigos do Idioma Galego

Talvez sejam poucas na Galiza de hoje as pessoas que podam escrever umhas poucas linhas sobre Ricardo Flores, ou sobre instituiçons em que ele participou, como a Sociedade Nazonalista Galega Pondal, a Irmandade Galega ou o próprio Conselho da Galiza, significada esta última como a maior de todas as "sociedades galleguísimas" fundadas na Argentina, segundo relata Alberto Vilanova(1) (1966:1.407 e passim), e da qual Flores foi o derradeiro Secretário de Actas. Estamos, no entanto, perante umha personalidade invulgar, que realizou umha continuada actividade no ámbito da cultura e da política, com perspectiva nacionalista com o objectivo de promocionar a língua da Galiza, merecedora de ser melhor conhecida e reconhecida.

Nasceu esta personagem em Sada de Arriba (Sada), em 1 de Maio de 1903, filho do marinheiro José Flores e da agricultora Antónia Pérez. Tivo seis irmaos, cinco varons e umha mulher. Um deles, Emílio, emigrou aos Estados Unidos e durante anos presidiu a Casa da Galiza de Nova Iorque, colaborando com Emílio González López e com outros exilados.

Na mocidade, para além da escolarizaçom elementar contacta com o galeguismo e dirige um grupo teatral, com o qual estreou alguns textos próprios em Sada, no salom-café Suizo e no pavilhom Moragra. Dessa altura som títulos como *Consellos do Tio Xan*, *Un fillo de Benzon* ou *Querer*

(*) Este texto foi redigido com ensejo de participar na homenagem institucional organizada pola Cámara Municipal de Sada em 3 de Dezembro de 2003 para honrar a memória de Ricardo Flores.

(1) Nesse lugar, Vilanova afirma (1966: 1.407 e passim) do Conselho de Galiza que "Su acta de fundación está fechada en Montevideo en 15 de noviembre de 1944 y firmada por los cuatro diputados gallegos Alfonso Rodríguez Castelao, Elpidio Villaverde Rey, Ramón Suárez Picallo y Antón Alonso Ríos, únicos parlamentarios gallegos refugiados entonces en la América del Sur, los cuales 'acordaron juntarse en un solo cuerpo de dirección política para guardar, mantener y defender la última voluntad de Galicia, mientras dure esta etapa de avasallamiento, en la que el pueblo se ve privado de toda expresión democrática'. Dichos mandatarios afirman que la voluntad política de Galicia arranca legalmente del Estatuto plebiscitado en 1936". A documentaçom respeitante a esta instituiçom foi entregue ao Parlamento de Galiza, segundo se indicou no acto de Sada de homenagem a Ricardo Flores em 3 de Dezembro de 2003, onde está à espera de ser pesquisada e divulgada.

de comenencia. Laura Tato (1997: 263 e 265) documenta a encenaçom dos dous primeiros, pola Agrupación Artística de Sada, 4 de Dezembro de 1927, em Ares, na sala do Casino. O relacionamento com o teatro deve-se (Penabade, 1995:44) ao contacto com as gentes das Irmandades da Fala, sobretodo durante o tempo do serviço militar em Ferrol, em que assistiu a representaçons de Charlón e Hermida, e outros, e também algumha vez na Corunha, apesar das dificuldades de comunicaçom.

Em 31 de Agosto de 1929 emigrou a Buenos Aires, onde trabalhou como ferreiro, ofício que aprendera em Sada, primeiro como empregado e posteriormente com empresa própria. Quando chega à capital argentina observa (Flores, IX-1993:301 e passim) que o movimento galeguista *"era frouxo"* e *"aginha de conhecer a sua existência"* incorpora-se à Sociedade Nazonalista Pondal, que ele define como *"organismo patriótico-cultural"* promocionado por um *"fato de* bôs e generosos". Segundo relata neste mesmo lugar, a presença da coral De Ruada, de Ourense, a começos de 1931 em Buenos Aires impactou muito a colectividade galega e propiciou que se desenvolvesse a actividade de coros, e posteriormente de teatro e outras manifestaçons culturais. Flores vai participar muito activamente neste movimento. O relacionamento com a Pondal dará-lhe oportunidade de destacar no campo do jornalismo, através da colaboraçom em *A Fouce*, jornal editado por essa sociedade, entre 1932-1936[2]. Nas suas páginas encontram-se assinados por ele[3] os seguintes contributos:

(2) Esta publicaçom apresentava-se como "periódico galego" e tivo periodicidade díspar. Está disponível na Galiza desde 1992, mercê à umha reediçom facsimilar realizada por Nova Galicia, de 300 exemplares. O primeiro número data de 1926, mas Flores colabora na "II xeira", que começa no número 5, em Fevereiro de 1930. Para dados sobre *A Fouce*, a Sociedade Nazonalista Pondal e questons relativas ver o documentado trabalho de Núñez Seixas que se inclui como texto prafacial à ediçom facsimilar de 1992.

(3) Todos os trabalhos estám assinados como Ricardo Flores, excepto os números 15 e 17 que aparecem com as iniciais R.F.; no número 16, como R. Florez; e no número 13, assinam ele e Bieito Fernández, como secretário e presidente, respectivamente, da Sociedade Nazonalista Pondal. Nesta publicaçom indica-se que o director era um destacado membro da Pondal, ocupando o cargo Vicente Barros, M. Oliveira ou Francisco Lamas Barreiro. Outros colaboradores, por vezes residentes na Galiza, fôrom Otero Pedrayo, Vicente Risco, F. Fernández del Riego, Carmiña Prieto Rouco, Bieito F. do Palleiro, Miguel Doira, Antón Castro, Fiz do Val, Roxerio F. Bretaña, A. Zapata García, Prieto Marcos, Camilo Cantón, Luís Tobío, Manuel Lamas, A. e R. Villar Ponte, M. da Presa, Fuco G. Gómez, Emilio Ferreiro, Ramiro Isla Couto, Víctor Casas, Jesús Castro, Leuter G. Salgado, M. García Barros, Daniel Nogueira, Xulio Prieto, Amado R. Guerra, Luis Alonso, F. Cabo Pastor, H. Vázquez Teibel, Florentino L. Cuevillas, Xosé Barril, L. Amado Carballo, Antón Carvajal, Caín Costeiro, Noriega Varela, Aurelio Ribalta, V. Paz-Andrade, Luís Cortiñas Díaz, Emílio Pita, Clemente López Pasarón, Liño Pérez, Sebastián Guerrero, Xosé B. Abraira, Pedro Campos Couceiro, X. Lesta Meis, Filgueira Valverde, Ben-Cho-Sey, R. Blanco Torres, Urban Hermida... Por vezes incluiu artigos de J. V. Viqueira e outros vultos falecidos, em honra do seu magistério, ou de trovadores medievais; ou colocavam em destaque ideias-força, isoladamente e sem assinar, como acontece v. gr. no número 9 em que salientam, num fundo de página, que "A hispano-americana e a galaico-portuguesa son culturas distintas". Sobre a ideologia da publicaçom, no número 8 (15-III-1930) incluem um "decálogo", em que o primeiro ponto é "Independenza de Galiza".

1-"Espíritos mortos", nº 53, VIII (Agosto)-1932, página 2.
2-"Que a nosa terra sexa nosa!", nº 55, X -1932, p. 2.
3-"Infruenza da lingua", nº 57, XII-1932, p. 3.
4-"Vocabulario galego", nº 58, I-1933, p. 4.
5-"A patria grande", nº 59, III-1933, p. 1.
6-"Detraedores da nosa raza", nº 60, V-1933, pp. 1-2.
7-"Bocabulario galego", nº 60, 15-V-1933, p. 4.
8-"A patria dos galegos", nº 62, VII-1933, p.1.
9-"O trunfo será noso", nº 64, X-1933, p. 2.
10-"Contra os treidores. Hai que reaxir con braveza", nº 65, XI-1933, p. 2.
11-"Unha data de tristeiro relembro", nº 66, 17/XII/1933, p. 2.
12-"Contradizons dôrosas", nº 68, Febreiro 1934, p. 2.
13-"A nosa protesta", nº 69, Abril 1933, p.2.
14-"O dia meirande da patria", nº 72, 25 de Julho de 1934, p. 5.
15-"Un ano mais... e outro en viaxe de idem", nº 78, II/III-1935, p. 7.
16-" 'Alheiros' innovadores do idioma", nº 80, VI-1935, p. 3.
17-"Exemprares Noxentos", nº 82, VIII-1935, p. 4.
18-"Os símbolos patriais, perseguidos d'alteraçons", nº 84, XI-1935, p. 4.
19-"Reflexons encol da lingua", nº 85, II-1936, p.1.
20-"Galiza já está salvada", nº 88, 25-VII-1936, p. 6.

Som muitos os assuntos de que se ocupa nestes textos. Assim, no trabalho número 1 ("Espiritos mortos") assinala que[4]:

> *A meirande parte dos milleiros de galegos que pillamol-o vieiro escúro da emigrazón, non foi obedescendo ao agilloamento do espirito aventureiro, como unha lénda atribuie á nosa raza esgrevia; senón qu'o 90% dispuxé - monos, fuxindo á laceira, hai que confesalo sinceiramente.*

Já neste primeiro contributo declara o seu posicionamento favorável ao Galego-Português, assinalando que os galegos, através da língua, com Portugal e as na altura colónias, e com o Brasil *"nos entendemos perfeita - mente ben"*[5], e afirmando que *"a fala é o faitor máis excelente pra dal-a carai - terizazón soberán os pobos, e a que labra a maneira de ser das persoas. ¡Ai! de Galiza, se chegas'o dia enloitado que fixese desaparescel-a sua"*. Neste artigo critica os galegos que renegam da Galiza, pois

> *non son namáis qu'e espiritos mortos, sen ideoloxía propia de ningunha cras, que rodan pol-o mundo, levados pol-a aición manada d'outros exem - prares de mais inteleitualidade, si, pro podres o mesmo de concencia colei -*

(4) Quer nos textos de Ricardo Flores que se reproduzem, quer nos dos outros autores citados, respeita-se sempre a ortografia utilizada em cada caso.
(5) As referências ao entendimento com os países lusófonos repetem-se, entre elas algumha bem conhecida, como a de Filgueira Valverde, reproduzida na secçom "Memória da História" da *Agália*.

> *tiva, eo igual que se fosen follas murchas que vagán pol-o espazo, levadas pol-a corrente atolada do vento, os coales costituien un atravanco na Sociedade humán, e pra quenes as portas de Galiza debían de ficar pechas, cando demercidos en azares qu'a vida depara, quixeran tornar, ao seu seo, dar consolo as suas coitas, posto qu'os seus pasos pol-o mundo, tán só s'a - dicaron a desprestixiala, negándose de seren fillos d'ela.*

No número 2 declara-se a favor da "Independenza ausoluta" e chama à rebeldia, chegando à seguinte conclusom: "'¡Que a nosa terra sexa nosa!' Eis cál debe sel-a nosa consinia, e ninguén debe recuar deica abranguelo".

A reivindicaçom da língua autóctone e da soberania para a Galiza serám umha constante na sua produçom neste lugar, concluindo no número 3 que:

> *Debemos, pois, empregar o mais posíbele o noso linguaxe autóctono, tanto coa aición dos beizos coma coa aición da pruma; xa que ele é o faitor que posue meirande infruenza pra espertar na intelixenza do pobo galego o amore a causa sagra da sua redenzón. (...) Pois se a fala se sintise morta, ben mortos tamén se habían de sentil-os alentos, nos que tanxi ao mesmo.*

Nos números 4 e 7 encontra-se talvez a faceta de Ricardo Flores menos conhecida: a de lexicógrafo. Aparecem aí os únicos contributos do que parece ter sido um projecto de dicionário. No primeiro desses trabalhos figuram 70 termos e 55 mais no segundo, todos da letra "a". Nas definiçons utiliza doze abreviaturas para *"Activo"*, *"Adxetivo"*, *"Adverbio"*, *"Fémeo"*, *"Locuzón"*, *"Verbo"*, *"Másculo"*, *"Neutro"*, *"Preposizón"*, *"Refleisivo"*, *"Sustantivo"* e *"Prural"*, e aparece também aqui umha orientaçom de confluência com a língua comum de Brasil e de Portugal. Assim se conclui de entradas como *"aceitar"*, *"adiar"*, *"alén"*, *"alface"*, *"alfaiate"*, *"alfán - dega"* ou *"alugar"*, algumha delas ainda de recente aceitaçom na última revisom das normas ortográficas da Real Academia Galega e Instituto da Língua Galega, e outras que ainda esperam por esse reconhecimento. Nos verbetes dos primeiros destes trabalhos as palavras definidas escrevem-se só com a primeira letra maiúscula, e no segundo com todas elas maiúsculas. No final do segundo indica-se que *"Proseguirá"*, mas nom aparecerám novos contributos desse teor nos seguintes números.

Ideias de "pátria" e "raza" repetem-se nos trabalhos posteriores, nos quais transparece optimismo sobre o futuro da Galiza e condenam-se os galegos que nom trabalham pola liberdade do país. No número 10 indica que se deve mesmo *"obrar con violenza, pra defender a nosa diñidade"*. O número 11 comemora a morte de Pardo de Cela, e mais umha vez repro-

va os "*moitos irmans que se lles corrompeu o esprito, e arrenegan da sua Patria*". No 12 refere-se a Sada, "*o chán idolatrado onde se abalou o meu berce*", e pede dos creadores de umha sociedade artística na vila que utilizem o galego no teatro, nom o castelhano, e aconselha:

> *Trocade de rumo inquedos mozos sadenses, meus moi apreciábeis amigos. Reitificade a vosa dôrosa aititude, si é que no recanto do voso peito rebule algún sentimento que se vol-a demande, a coal constituie unha aición de des - deño pra Galiza, posto que vos colocades coma quen dí, de costas pra ela, nes - tes intrés máisimos d'historia em que se considera aberto o debate do proble - ma trascendental da sua liberdade ausoluta, ou da sua opresión perpétua.*

No único trabalho que assina de colaboraçom, o número 13, protesta "*pol-a desiñación dun cadeirádego castelán pra reitor da nosa Universidade (...) Todo galego que posua unha pequecha dose de sensibilidade galega, ten por forza de se sentir magoado, coa eleizón do cadeirádego Montequi, pra ocupar a Reitoría da nosa Universidade, cuia aición fere a dinidade da nosa Patria*", e como dirigentes da Sociedade Nazonalista Pondal, para além de reprovarem o facto, os coautores também aproveitam esse escrito para "*espresar o noso fondo noxo contra o fato ruín e treior que o elexiu*".

O 25 de Julho como "*dia meirande da Patria*" é o assunto do número 14, no qual se manifesta em favor de que "*a nosa Terra (...) recobre o seu propio 'ser', e que apareza ridente no concerto dos povos do Universo, ocupando o posto soberán, que a sua tradizón e a sua Historia lle tên asinado*".

No número 15 começa a generalizar o uso da grafia histórica[6], com emprego de "j" (*projectos, jurde, esteja, axeja, seja, justas*), "g" (regidora), "nh" (*Hespanha, hespanhola, minha, vergonhosa, amarfanha*), "lh" (*mergulha - do, debulhados, embrulhados, bilhostres, olhadas, olhemos, filhos, olhos, avence- lhados*), "ç" (*regaço, espaço, indiferença, justiça, situaçón, comoçón, dominaçón, moça, tratança, desgraça, aspiraçons*), "-vel" *(culpável, mas também "insensí - bel"*), "até", o traço para separar o pronome (*sélan-se, técen-se, achou-nos, deixou-nos, preparémo-nos, safar-nos, converter-nos, doiamo-nos, deamo-nos*), umha maior utilizaçom do circunflexo (*fôron, mercê*).

O número 16 é específico sobre a língua e foca as normas publicadas polo Seminário de Estudos Galegos, afirmando:

> *di-se que êstas están tôdas "baseadas na orientaçón d'achegamento ao portu - guês", que é o que debemos procurar no mais posíbel; mais ao pasar a debu-*

(6) Este aspecto será observado e posto em destaque por diversos estudiosos, como já em 1980 Alonso Montero no verbete que redige sobre *A Fouce* para a *Gran Enciclopedia Gallega.*

> *lha-las, comproba-se que taes palabras son somente pura léria, que tal aser - çón é un-a endrómena; pois o que prima no referido trabalho, é un-a orienta - çón d'achegamento ao remendado e manco idioma dos nosos opresores.*

Reprova que nessa proposta normativa nom se contemplasse a distinçom gráfica entre as vogais abertas e fechadas, e conclui:

> *Tamén estabelecen que, juntas duas vogaes iguaes fan-se un-a, agasando areeiro. Sôbre êsta regra, a min ocorre-se-me pensar, que tal vez os senho - res hespanholeiros do Seminario, a ideiaron pra que non se lhes poidese chamar o que realmente son:* **alheeiros** *(os que preferen o alheio ao pro - pio); mais querendo que se lhes chame:* ***alheiros*** *(os que venden ou culti - van alhos) que naturalmente, é moito mais honroso. En realidade, a labou - ra por êles publicada, é mais ben propia dêsta clas de gente honesta, que de homes de cência.*

No número 18 critica os intentos de reformar o hino galego e a sua letra, ou o escudo e a bandeira. No 19 volta ao tema a língua, assinalando que "*Do jeito bárbaro e anarquizante que se ven escrevendo, resulta quasi falso, o chamar-lhe idioma galego (...) parece mais ben un-a lavoura destruïdora do seu léxico e dos seus matizes, e de construçon doutro novo idioma, agreste e monóto - no; un-a verdadeira espécie de patoá*[7]" e cita Correa Calderón para fazer um chamado a aprender "*o que non se sabe honradamente, modestamente*". Em opiniom de Ricardo Flores, naquele Fevereiro de 1936 (data em que, nom esqueçamos, escreve), convém:

> *voltarmos ao nosso passado, aos nossos moldes originários, que o feito fatal do roubo da nossa soberania, nos fez ir perdendo. Inspiremo-nos nos clás - sicos, e non nos precursores da renascença actual, porque istos, filológica - mente, encerran un valor moi minguado. Aí temos os trabalhos de Pero da Ponte, Gomes Charinho, Bernardo de Bonaval, Johan Airas, Airas Nunhes, etc., etc., cuja escrita ostenta un-a grafía semelhante à portugue - sa, lingua gemea da nossa lingua; ambas noutrora, un-a mesma, e que hoje convén achegá-las novamente, o mais possível. A unificaçom ortográfica das duas linguas irmás, proporcionaria ao nosso idioma formas mais cen - tíficas, robusteceria as asas da nossa cultura, e amplificaria as nossas fron - teiras literárias.*

O derradeiro trabalho, que o é também da publicaçom, sai no número do 25 de Julho de 1936, já com a sublevaçom militar em andamento, e resulta de um surpreendente optimismo para a altura. Sob o título de "Galiza já está salvada" começa e finaliza com os seguintes parágrafos:

(7) Neste mesmo artigo utiliza igualmente "patois", assim entre aspas.

> *O processo da renascença galega, acha-se adentrada nun-a fase assalhosa, verdadeiramente primaveiral que delura un cheiro de optimismo, de que Galiza já está salvada. (...)*
> *Galiza, pois, perante a xúrdia e progressiva reaiçon que se observa no seu geral orgaismo colectivo, pode-se afirmar que, já está salvada. O seu ser reco - brará vida plena, e gozará de liberdade absoluta. A sua persoalidade será res - gatada, e a sua soberania será exercida por si mesma, pese a tôdos os meios selvages de que bôte man o verdugo opressor, para tratar de impedi lo.*

Observamos, pois, constante preocupaçom pola língua e o seu progressivo aperfeiçoamento, com perspectiva da unidade do Galego-Português. Para além dos seus contributos directos, *A Fouce* tem interesse como fonte para informaçons a ele respeitantes, como a eleiçom para cargos da Sociedade Nazonalista Pondal[8], ou a sua participaçom e contributo económico, entre os primeiros, numha campanha para doar livros galegos à Biblioteca Nacional da Argentina[9]. A notícia, em lugar preferente, da morte de seu pai, José Flores (na página 1 do número 85, II-1936) dá fé igualmente da grande consideraçom em que era tido polos seus companheiros.

Nesses anos retoma a produçom dramática[10]. Em Junho de 1934 foi estreada *Mai e Filla*, no Centro Cultural Betanzos, umha peça que, segundo ele próprio informa (Flores, IX-1993:304) "*foi depois alongada com outro acto e trocada em comédia musical, correspondendo a sua música toda coral a Manuel Prieto Marcos, prestigioso artista de múltiples facetas*". Com Prieto Marcos colabora no ano seguinte na encenaçom de cantigas. Esses con-

(8) Assim, no número 59, de 15-III-1933, na página 4, indica-se ter sido eleito "segredario de actas" Ricardo Florez; e no número 79, de V-1935, na p. 3, indica-se como "tesoureiro" Ricardo Flores.

(9) Informa-se deste empreendimento nos números 81, de 25-VII-1935, p.2; no número 84, de XI-1985, na p.2; e no número 85, de II-1936, na p.2. Nas duas primeiras notícias Ricardo Florez aparece entre os primeiros doadores, com 2 pesos como outros 27 dos que contribuírom, em total 50 individualmente e a própria Sociedade Nazonalista Pondal como tal. Recadárom-se 119 pesos, com doaçons mínimas de 1 peso e as duas máximas de dez pesos. No número de Novembro de 1935 oferece-se relacionamento de todas as publicaçons doadas, entre trabalhos literários, de investigaçom e traduçons, de autores como Otero Pedrayo, Castelao, Risco, Carballo Calero, Blanco Torres, Amado Carballo, M. García Barros, A. Villar Ponte, Ramón Cabanillas, Lesta Meis, Augusto M. Casas, Leiras Pulpeiro, Cotarelo Valledor, López Abente, Xohán Xesús González, Aurelio Ribalta, Rafael Dieste, Noriega Varela, Camilo Díaz Baliño, Álvaro das Casas, Gómez Ledo, Euxenio Montes, Manuel Antonio, Lamas Carvajal, Manuel Bergueiro López, F. Porto Rey, Leandro Carré, Ricardo Carballal, Ángel del Castillo, Evaristo Correa Calderón, cinco tomos de Arquivos do Seminário de Estudos Galegos... A notícia de II-1936, intitulada "Donaçón de Livros â Biblioteca Nacional Argentina" está sem assinar, mas seguramente, como outras também sem assinar, foi redigida por Flores.

(10) O teatro de Ricardo Flores foi objecto de um outro trabalho meu, publicado em 2000 mas redigido em 1993 para um volume de homenagem a Ricardo Carvalho Calero. Nesse lugar (Gômez, 2000: 311-327) utilizo os textos definitivos, em Galego-Português, que me fôrom facilitados por ele e que incluem *Um ovo de duas gemas*, *Mai e Filha*, *Enguedelho*, *Catro estampas da Beira-Mar*, *Ugio* e *Para isso som teu amigo*; para além dos editados pola Escola Dramática Galega. Esta ediçom definitiva dos textos de Flores encenados em Buenos Aires permanece inédita e está datada em "Ourense, 30-9-90", um dos dias em que se celebrou o III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza.

tactos explicam a sua colaboraçom em publicaçons como *A-la-lá*, editada *"integralmente em galego"* pola sociedade Os Rumorosos, dirigida por Prieto Marcos, em que Flores publica o trabalho "Encol do teatro", em Maio de 1935; ou "Betanços dos Cabaleiros", difundido em Agosto desse mesmo ano na revista *Betanzos*, com motivo da popular festividade dos Caneiros nesta vila. No primeiro destes trabalhos, no número de estreia da citada publicaçom, Flores refere-se ao teatro como *"rama artística"* que *"con meirante amplitude e clarencia pode espresar a realidade da vida, e demostrar as esceas a viver no futuro"* e após frisar as *"arelas de redençon da Patria"* e assinalar que *"a concencia popular acha-se ainda moi adormentada"*, acrescenta nesse lugar:

> *No noso chán, compre têr um bon teatro autóctono, un teatro de modernas formas artísticas e de celme patriótico; vale dicir, de fondo contido naçonalista, no coal se ache retratada a vida do noso povo; que seja, en fin, o fascímile da nosa trágica realidade, pra que esgandulhe no esprito da masa e lhe faga estoupar o fol da rebelía. (...)*
> *Olhemos em cada afeiçoado, a um espalhador da nosa cultura, e a un contribuinte ao rejurdimento da nosa naçonalidade, e non a un "tropical" ou a un "tiruleque".*

No número de estreia de *Adigal. Boletim da Associaçom Civil Amigos do Idioma Galego*, num artigo dedicado a Flores, afirma-se que (O Rato da Livraria, VIII/IX-1996:2) "Durante a guerra civil espanhola multiplicarom-se as actividades políticas e culturais. No meio dessas actividades andava Ricardo Flores, defensor dumha cultura popular que se ajeitara ao público que enchia os locais".

O seu maior sucesso teatral será *Un ovo de duas xemas*, estreada em 9 de Julho de 1938. Ele foi também o director da encenaçom em que entre o quadro de actores, segundo se tem salientado (Rodríguez Fer, 1994:188) "contou coa actuación de Fernando Iglesias Sánchez, *Tacholas*, un dos máis importantes intérpretes teatrais da emigración galega". Outros títulos da sua produçom som *Engedello*, representada em 11 de Outubro de 1939; *Para iso son teu amigo*, encenada em 25 de Abril de 1952; e *Uxio*, estreada em 12 de Junho de 1953.

Na segunda metade da década de 50 parte desta produçom é publicada. A primeira peça em sair do prelo foi a "comedia rideira" *Un ovo de duas xemas*, em 1956, com um texto prefacial do próprio autor em que assinala:

> *Neste cativo traballo pretendín deborcar un anaco de vida, que puido ser recollido na beira de Sada, asalloso recanto das Mariñas, do que tantas lembranzas ocupan a cotío o meu maxín, turrando saudosamente da miña alma.*

Em 1958 vê a luz o *"paso de comedia anedótica" Engedello*. Estes dous primeiros livros serám bem recebidos polo galeguismo na Galiza, segundo se verifica em cartas de Ramón Piñeiro e Otero Pedrayo enviadas no verao de 1958. O primeiro deles afirma (Penabade Rei, III-1995:52), ter visto nelas *"un fino e auténtico amor cam - pesiño de cerne moi enxebre"* e parabeniza-o pola *"pureza e dinidade do idioma"* assinalando:

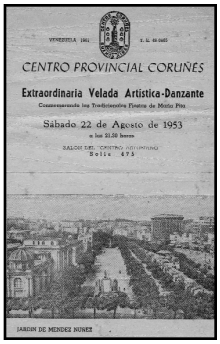
> *Cando en Galicia se faga teatro popular, estas suas obras serán moi gostadas polo noso pobo, que nelas verá refrexado o seu propio senso humorístico da vida e verá, asimesmo, os seus rastos psicolóxicos típicos, que vostede soupo ouservar e desenvolver con gran naturalidade, sen necesidade de reformalos caricatu - rescamente.*

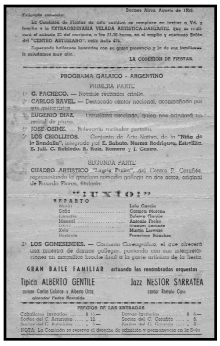
Otero Pedrayo, em epístola de poucos dias depois (Penabade Rei, III-1995:53) agradece-lhe o envio dos livros

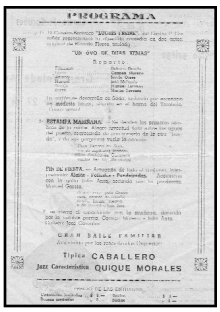
> *polo moito ben que me fixeron, pola língoa vivente, a gracia das situacións, a quentura e coor da evocación da aldea mariñán. Penso na grande e sán alegria que deberon espallare nos curazóns do púbrico o seren representadas. ¡Deus llo pague! A min, que estaba tristeiro, me devolveron a risa. E no fundo latexa isa confianza inteira e valente da nosa Terra.*

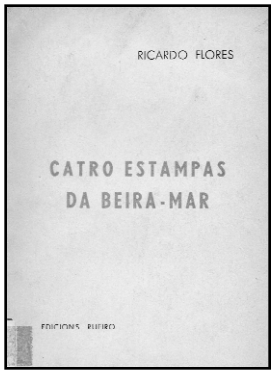
Em 1961 publica *Catro estampas da Beira-Mar*: "O amor da costureira", "Un home de mala sorte", "Agora xa é tarde" e "No areal"; e letra e música de "Alalá", "Ruada" e "Troula", três temas interpretados. Leva este volume um "Comento" introdutório do também poeta emigrante Avelino Díaz, que salienta o *"abondoso éisito"* com que foi representado em Buenos Aires o teatro de Flores e afirma (1961:5) que nestas *Estampas*

> *recolle esceas da vida mariñeira e aldeán, e lles dá pulos pra rubir ao taboado e mostrar aquilo que senten e viven os persoaxes, xentes que, dun xeito ou doutro, se moven e latexan, teñen sorrisos ou bágoas, ledicias ou inquedanzas, no seo do povo en que son parte aituante. Ricardo Flores coñece ben a vida desas xentes, e tradú -*









cea nestas estampas, axeitadas con bon senso teatral pra que reflexen anacos da vida real, esa vida na que os seres se moven empurrados por sentimentos apaixoados, polas ideas acesas, nascidas ao conxuro do diario viver, por todo aquilo que confor - ma a eisistencia dun povo como o noso, con persoalidade ben definida e acretada. Isto é Teatro Galego.

O seu teatro sobe ao palco em repetidas ocasions, com sucesso entre a colectividade galega. Com freqüência a representaçom enquadrava-se num espectáculo mais amplo, com números musicais e outras manifestaçons de artistas.

Em 1966, no segundo tomo do monumental estudo *Los gallegos en la Argentina*, Alberto Vilanova referencia a actividade de Ricardo Flores, a quem define como (1966:1.016) "culto presidente" do Centro Corunhês, e destaca-o (1966:1.390) entre os presidentes "dignos de mención" desta entidade, demonstraçom do seu bem fazer nesta actividade, de relevo para a colectividade de emigrantes da Galiza.

Em 1974 publica em *Galicia*, do Centro Galego de Buenos Aires, umha revista na altura central e de ampla difusom para a colectividade galega, o trabalho "Cancioneiro Galego da Emigración". Do cento de páginas da publicaçom é o dele o contributo mais amplo em galego, com três páginas, e há de se acrescentar só mais outro de umha página: o resto está em castelhano. Aí, Flores lamenta a desapariçom de coros galegos que, nas décadas anteriores, desenvolveram umha importante actividade e que nom deixaram gravaçons nem rasto do seu labor artístico e repertórios. Lembra o seu labor de corista, e acrescenta (IX/X-1974:25)

> *Agora, xa lonxe daquêles saudosos tempos, pensei na comenencia de xun - tar as letras de cantigas saídas dos nosos coros dêsta capital, xa que, de non botar man a tempo, o máis delas correrían o risco de quedaren atafegadas no esquezo, para non recobrarem máis luz.*
> *E nós, os patriotas galegos, debemos aproveitar todo canto nos atinxa colec - tivamente e nos poda favorear, como eisaltación de valores do noso povo e de honra para a nosa comunidade, ainda que só sexa no grau máis cativo.*

Flores demonstra assim o início de novos modos de actuaçom, também com afám de serviço patriótico, na linha dos seus contributos anteriores: passados os anos de actividade há que historiar, deixar testemunho para que se conheça o labor e nom fique esquecido. Em Setembro de 1980 encontramos mais um novo papel de Flores deste mesmo teor: o de conferencista, pois profere a palestra "Algo sobre o movimento galeguista (1930-

1980) em Buenos Aires", onde testemunha a trajectória que ele viu e de que participou nesses anos[11]. Por essas datas, no tomo XIII da Gran Enciclopedia Gallega ocupa-se dele Alberto Vilanova[12], num verbete acompanhado de fotografia, em que se afirma: "A los 26 años emigró a Argentina y muy pronto se distinguió en la colectividad gallega de Buenos Aires por su capacidad y patriotismo".

Em 1984, sob a chancela de Caixa Ourense, e como resultado da sua investigaçom, edita em Buenos Aires *Escolma de Cantigas Galegas*, um volume de 192 páginas em que diferencia "A-la-las" (74 letras, pp. 7-44); "Cançons de berce" (8 composiçons, pp. 47-54); "Foliadas" (44 temas, pp. 57-100), "Pandeiradas e pandeiretadas" (18 cançons, pp. 103-120) e "Ruadas e outras" (mais 68, pp.123-192). Como o próprio Flores indica (1984:3) no *"Advertimento"* inicial, a maior parte das cantigas incluídas no volume som anónimas, mas em parte delas indigita-se o autor da letra e/ou da música. Entre eles figura o próprio Ricardo Flores[13]: "A-la-lá do peixeiro" (1984:8), "A-la-lá do namorado" (1984:9), "A-la-lá do emigrante" (1984:10), e "Catro intres marinheiros" (1984:140).

Som composiçons com as quais pretendia contribuir para conservar e ampliar esse repertório. Ricardo Flores, na escrita, visava alertar a respeito do timbre tónico, umha das suas preocupaçons nesta questom. Segundo ele próprio explica, num trabalho em que dá a sua visom da que denomina "lírica popular galega" (Flores VI-1995:195-205)

> *O versos terminados com vocábulo oxítono, ao serem aplicados em toadas folclóricas, acrescenta-se-lhe um "e" peragógico, o que caracteriza a nossa cantiga popular. E isto, só corresponde tê-lo em conta no que tange aos versos que componhem as estrofes, pois os versos que formam o estribilho nom recorre a tal parágoge, como já é bem notório.*

(11) Ao publicar o texto (Flores IX-1993:301-312), inclui no final um relacionamento de "Gente de actuaçom galeguista desde 1929", em que constam os que para ele fôrom principais nomes desse movimento.

(12) Nesta mesma publicaçom, (s/d, Tomo XVIII:53), Alberto Vilanova salienta Ricardo Flores, com Alonso Ríos, Rey Baltar e José S. Rodríguez, entre os presidentes da Irmandade Galega de Buenos Aires.

(13) Outros autores de letras som Ramom Suárez Picalho (pp. 7, 124, 181); Ricardo Montero (pp. 47, 78), Manuel Picom (p.125), Manuel Roel (p. 141), José Penha (p.151), Vitoriano Taibo (p.154), M. Castro Lopes (pp. 159, 182), Ramom Cabanilhas (p.179, arranjo de umha letra), Manuel Preto Marcos (pp.185, 186, 187); e de música, arranjos e/ou harmonizaçom de Egído Paz Hermo (pp.7, 19, 67, 124, 144, 159, 181, 182, 190), R. P. Lois M. Fernández (pp. 7, 178, 179, 180), Manuel Preto Marcos (pp. 8 -2-, 9, 47, 125, 127, 141, 185, 186, 187), Maurício Farto (pp. 9, 189), Raimundo Gay (pp.10, 81), José Corallini (pp.12, 70), Adolfo Anta (p.19), S. Cuinhas (p. 72), B. do Rio (pp. 83, 85, 118, 152, 154), M. Iglesias D. (p. 107), F. Reí Rivero (p. 145), Manuel Valverde (p. 151), Adolfo Kubi (p. 162), Avelino Denis (p. 174), Marcial do Adalid (p. 183) e Ulhoa (p. 192).

Para manifestar isso no final de verso separa com um ponto ou com um traço esse "e" final. Um exemplo dos dous procedimentos encontra-se, v. gr., no seu (1984:11) "A-la-lá do emigrante":

Terrinha onde eu nascim.e,
Terrinha que me cria-che,
canto trabalho me custa
o ter que de ti alonjar-me.
Adeus, chao do meus amores,
adeus, seres do meu lar-e,
dentro do meu coraçom.e
sempre vos hei de levar-e.

Afirmava que os novos coros da Galiza estavam a esquecer a maneira tradicional de interpretar, e reprovava o costume de esquecer esse prolongamento final, e acentuarem a sílaba com umha maneira de proceder que ele atribuia à influência do castelhano. O seu exemplo mais socorrido era com a popular "Eu queria-me casar": segundo manifestava, e interpretava, muitos coros galegos executavam esse verso com acentuaçom no último "a" de "casar", quando devera ser "casar.e". Flores defendia este assunto com paixom.

Mas por vezes intervinha com modificaçons, oferecendo outras propostas que considerava mais lógicas ou dignificantes. Talvez a melhor exemplificaçom aqui seja a sua versom da popular (1984:83) "A virgem de Guadalupe", com este refrám:

Ondinhas venhem, ondinhas venhem,
ondinhas venhem e vam;
nom te embarques, riangeira,
que te podes marear.

Muda, pois, os versos 3 e 4 ao introduzir os verbos "embarques" e "podes", para além de banir o castelhanismo "Olinhas" dos versos 1 e 2, ainda hoje habituais na Galiza na interpretraçom da cantiga.

Som muitos os lugares da Galiza que aparecem citados neste volume. Porém, a geografia literária por excelência de Ricardo Flores é a de Sada, Betanços, A Corunha, As Marinhas, o Mar da Marola. O lugar que mais se repete nas composiçons é Sada: oferece 5 cantigas (1983:19, 21, 22, com duas em cada umha destas últimas páginas) intituladas "Nossa Senhora de Sada"[14] e a vila encontra-se também nas intituladas "Moços de troula" (1984:124), "De volta da romaria" (1984:126), "Festa de agosto em Sada" (1984:138), "Betanços em festa" (1984:139), "Marinhana de Sada" (1984:141), "Rema, barqueiro, rema" (1984:144), "Eu som marinheiro"

(1984:155), "Dança dos marinheiros" (1984:161), "A perola das Marinhas" (1984: 164), "Fum a Sada por amores" (1984:165) e "Sopra, ventinho, sopra" (1984:167). Nestas cantigas, ao igual que no seu teatro, tenciona sempre dignificar a pessoa, ensalçar Galiza, com um tom moralizante presente em muitas ocasions, e procurando focar o que lembra como melhor tradiçom do país, que quer preservar. Por citar mais um exemplo, na cantiga "Toda Galiza é feitiço" (1984:79) lemos:

Quem passe pola Corunha
verá cousas de regalo:
jardins, feitiço, alegria
e do Hércules bom faro.
Minha queiridinha,
arromba o refaixo,
a banda de arriba
bota para abaixo;
a banda de abaixo
bota para arriba,
arromba o refaixo,
minha queiridinha.
Pontevedra é boa vila,
dá de beber a quem passa:
a fonte na Ferraria,
Sam Bartolomeu na praça.
Minha queiridinha, etc.
Toda Galiza é feitiço,
terra adentro, beira mar-e;
quem um.a vez está nela
nom passa sem recuncar-e.
Minha queiridinha, etc.

Nos inícios dessa década começa a participar activamente na Associaçom Civil Amigos do Idioma Galego de Buenos Aires, e com a Associaçom Galega da Língua, estando entre as pessoas que organizárom em Buenos Aires o grupo local desta. Ainda na década de 80, Ricardo Flores colabora em *Mundo Gallego* (Buenos Aires), com os trabalhos[15] "'Amor Marinheiro' (A-la-la)" e "A nai enredando co filhinho".

No final dessa década, profere mais três palestras: "A lírica popular galega em Buenos Aires", em 11-VI-1988; "O teatro como meio proselitista", em 4-XI-1989; e "Manuel Prieto Marcos" em 23-VI-1990. No segundo deles, respeitante ao teatro insiste em ideias manifestadas no artigo de 1935 citado supra, mais desenvolvidas, e afirma (Flores IX-1997: 338 e passim):

(14) O assunto mais repetido na selecçom que oferece é o das "cançons de berce", com oito composiçons.

> *Por cada época do teatro observará-se as miras proselitistas e educacionais com que se utilizou em todas as partes. Nas angueiras doutrinais, políticas, sociais, religiosas ou das tendências que fossem, todos olhárom no teatro um meio proveitoso, e procurárom nom descuidar o seu cultivo, alentando-se como deixo dito, a produçom de peças desta arte e apoiando as suas encenaçons. (...)*
> *Na nossa Terra, o teatro nom foi tido em conta devidamente, nom se lhe tem concedido a atençom e o interesse que se fai mester, e que cumpre conceder aos galegos cabalmente dignos do calificativo pondaliano de "bons e generosos", nom devendo-se desleixar nada do que poda servir para temperar vontades e fazer abalos de puxa em prol das reivindicaçons do nosso ente nacional, a cotio assovalhado.*

Reitera nesse lugar a defesa de ideias como o monolingüismo em galego para o teatro ou a soberania para a Galiza. O trabalho sobre Prieto Marcos reivindica esta figura, que colaborou com ele em empreendimentos corais e teatrais, para além de ter participado no jornal *A Fouce* e coincidido com Flores em diversos labores de teor galeguista.

No Outono de 1990 inicia a colaboraçom na *Agália*. Nesse e em sucessivos números aparecerám reproduçons facsimilares de contributos seus na Argentina referenciados supra, e publicarám-se textos das suas palestras. Também em finais de Setembro de 1990 participa no III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, e no 1993 regressa a Galiza para estar presente no IV, organizados pola AGAL.

Com ensejo da viagem para participar no III Congresso oferece diferentes intervençons: em 23 de Outubro dissertou na Sociedade Cultural de Sada sobre "A lírica popular galega em Argentina"; em 24 de Outubro no Instituto de Cedeira, apresentado pola professora Maria do Carmo Cozinha; e no dia seguinte no instituto de Ortigueira, apresentado por Bernardo Penabade. Segundo a *Agália* (Sem Autor, IX-1990:347) referenciou, nestas duas últimas intervençons "narrou o desenvolvimento do movimento galeguista na Argentina no tempo em que ele leva vivendo ali. Os ouvintes ficárom cativados polo testemunho, caloroso e ameno ao mesmo tempo, deste egrégio lutador".

Os anos 1989 e 1992 serám de relevo para conhecer a produçom de Ricardo Flores na Galiza. Em 1989 a sua actividade em Buenos Aires aparece salientada em *A Galiza de Alén Mar*, de Bieito Cupeiro, um dos intelectuais e políticos que a testemunhou, e também dirigente da colectivi-

(15) Reproduzidos facsimilarmente também na revista *Agália* (ver Bibliografia), onde se indica que a sua publicaçom data de "finais" da década.

Manuel Lugris, X. Fernández Sánchez, Ricardo Florez, Luis Pérez e un directivo da Sociedade Recreativa, Cultural e Deportiva. (Sada, 1990)

dade galega na Argentina de destaque. Cupeiro dedica (1989:39-58) um capítulo à sociedade Pondal, onde salienta (1989:150) que Flores tivesse criado o conjunto teatral "Lugrís Freire" na década de 50 durante a etapa em que presidiu o Centro Corunhês; reproduz (1989: 181 e passim) umha "Memória" aprovada em Abril de 1955 polas Mocidades Galeguistas em que salientam (1989:189) Flores entre as pessoas que lhes ofereceram "apoio e simpatia"; e figura no relacionamento (1989:232) dos "irmáns" que, segundo relata Cupeiro, "*tiveron participación no proceso deste despertar patriótico galego*" e que merecem ser citados polas "*cotas de loita e sacrificio*" no movimento galeguista do Rio da Plata.

Em Maio de 1992 desse ano a Escola Dramática Galega[16] inclui no número 96 dos seus Cadernos o intitulado *Historia do Teatro Galego na Arxentina. Un autor: Ricardo Flores*, com texto introdutório (V/1992:1-4 e 23-24) de Luís Pérez, "Ricardo Flores, um emigrante na Galicia ideal"; três estampas de Flores, com os títulos "A nossa Terra é nossa" (V/1992: 5-8), "Um remédio malfadado" (V/1992:9-15), e "O afiador" (V/1992:17-22); para além de umha fotografia (V/1992:1) onde se observa Flores num acto que se afirma celebrado na "Sociedade Recreativa Cultural e Deportiva de Sada" em

(16) Francisco Pillado Mayor e Manuel Lourenzo eram os responsáveis principais dos Cadernos. Estes dous autores tinham também referenciado o labor de Flores no estudo *O Teatro Galego* (1979).

1990 (seguramente o citado supra); e na página 16 figuram o anúncio da encenaçom de *Un ovo de duas xemas* e *Mai e Fillo...* em 22 de Setembro de 1941 no Teatro Maravillas de Buenos Aires; e mais a musicaçom de "Sigam termando das ganas" cantiga com letra de Flores e música de Erre Chiquelo, este também um seu pseudónimo. Pérez afirma (1992:2) nesse lugar que Flores, no teatro

> *Reflexa unha época: a infancia e xuventude do escritor. Quere ser unha mensaxe para o público galego emigrante: despertar o seu sentir galego, en rescoldo, e proxectalo cara ó futuro, nun acto misional de proselitismo.*
> *É, polo mesmo, un teatro histórico –estampa viva dunha época— e un teatro nacionalista: o emigrante debe sentir e expresar con orgullo os valores dunha Terra. Estas pezas realistas están enlevadas pola ética e escritas desde a autenticidade.*

Na primavera de 1994, segundo informou a *Agália* (Sem Autor, III-1994:114), editou-se na Argentina o disco *Terra Meiga*, de Gabriela Pereira, cantora descendente de galegos. Nesse trabalho incluem-se os temas "Danza dos mariñeiros" e "A Galiza", de Erre Chiquelo, pseudónimo de Flores para estas produçons[17].

Em 1995 a *Agália* publica um comprido, documentado e rigoroso trabalho de Bernardo Penabade, intitulado "Outra voz na procura da emancipaçom nacional: Ricardo Flores", o mais completo sobre ele difundido na Galiza, em que diferencia sete epígrafes: "Alguns aspectos biográficos", "A revista *A Fouce*", "A emancipaçom nacional", "A maçonaria", "O Reintegracionismo", "O dramaturgo" e "Dignificaçom da figura dos Galegos na música popular", para além de facilitar bibliografia.

Em 1996 começa a colaborar, desde os inícios, em *Adigal. Boletim da Associaçom Civil Amigos do Idioma Galego, de Buenos Aires*. O nº 1 da revista, após a apresentaçom editorial, inclui o artigo "Ricardo Flores. Um patriarca do galeguismo" em que se afirma (O Rato da Livraria, VIII/IX-1996: 2)

> *Ricardo Flores é um representante genuíno do teatro da emigraçom, ele crê necessário afastar do emigrante o seu complexo lingüístico-cultural, que mantém na inacçom o seu sentimento pátrio.*
> *O teatro de Flores –estampa viva da época– é um teatro nacionalista; o emigrante deve sentir e expressar com orgulho os valores de Galiza. (...)*
> *Ricardo Flores pode ser considerado como um patriarca do reintegracionismo, pois seus escritos nesta linha datam já dos anos trinta.*

(17) Segundo Penabade (III-1995:54) em 1982 a própria Graciela Pereira gravara já o "Alalá do Emigrante" de Flores.

Indicam também nesse artigo ter editado Amigos do Idioma Galego a obra *Reflexos da Doma. (Cantigas Galegas)*[18]. No respeitante à produçom de Flores no boletim, encontram-se nele os seguintes trabalhos:

1-"Dia dos Mártires Galegos", nº 1, VIII/IX-1996, p. 5
2-"Cousas de Qualquer rueiro. Jogando à bolinha", nº 2, X/XI-1996. p. 5.
3-"Do folclore galego. A mai enredando com o filhinho", nº3, XII-1996/I-1997, p. 5.
4-"Cousas de Qualquer Rueiro. Os três benandantes", nº 4, II/VI-1997. p. 10.
5-"Amor marinheiro. Alalá", nº 5, VII/IX-1997. p. 5.
6-"Panjolinha I" e "Panjolinha II", nº 6, X/XII-1997, p. 7.
7-"Cousas de Qualquer Rueiro. Remate do Mês das Flores", nº 7, I/III-1998, p. 4.
8-"Idioma Galego Português" e "Dialecto castrapo da 'Xunta'", nº 10, VII/IX-1999, p. 12.
9-"Betanços dos Cavaleiros", nº 14, I/VI-2001, p. 3

Para além deste contributo, no número 2 (O Rato da Livraria, X/XI-1996:2) indica-se que facilitou "informaçom oral" para um trabalho sobre Ramom Suárez Picalho. Ainda em *Adigal*, no número 4 (Sem Autor, II/VI-1997:11) informa-se de ter sido eleito para fazer parte da Comissom fiscalizadora dos Amigos do Idioma Galego.

No respeitante a esta produçom, o trabalho 1, umha homenagem a Alexandre Bóveda, conclui com este parágrafo:

> *Muitos outros galegos forom fuzilados e milheiros deles tingirom com o seu sangue os eidos da Terra, mas Alexandre Bóveda é a figura cume que os cifra a todos, os dessas jornadas trágicas e os dos séculos passados. Por isso o 17 de agosto foi instituído, a proposta de Castelão,* ***Dia dos Mártires Galegos****. Para os galeguistas é um dia de tristeza, mas também cumpre que seja data para retemperar energias, para confirmarse na procura dos direitos da Terra.*

Os trabalhos dos números 2, 4 e 7 som estórias ambientadas em Sada. Também nesta vila se ambienta o número 3, em que figura a cantiga "A mai enredando com o filhinho", outras vezes divulgada por ele e que já estava no volume de *Escolma* (1984:143). O número 5 explica o "Alalá" de Suárez Picalho que abre o volume de *Escolma* (1984:7), com música de Egídio Paz Hermo, informando que fai parte da comédia *Marola*, de Picalho, estreada no Teatro Avenida de Buenos Aires em 1925; e o número 9 consiste numha foliada da sua autoria. O número 6 constituem-no duas panjolinhas; e o número 8, duas composiçons do teor de *Reflexos da*

(18) Penabade indica ter sido publicado esse poemário em 1987, em ediçom de autor. Polas conversas que tivem com Flores, o poemário editou-no ele, artesanalmente, com diferentes versons segundo o número de composiçons de que dispunha em cada momento, polo que é variável. É provável que existam, pois, as duas ediçons diferenciadas, a do autor e a dos *Amigos do Idioma Galego*.

Doma. (Cantigas Galegas), que aqui se oferecem em dupla versom: em Galego-Português e em "Dialecto castrapo da 'Xunta'", como demonstraçom prática das diferenças entre as duas normativas. A versom em Galego-Português é como segue (VII/IX-1999:12):

Vem comer o caldo, neno,
deixa ir o cam pra fora;
que vaia espelir as patas
e cuidar do que há na horta.
E trai la-la-lá,
e trai la-la-lá;
o galego nunca
castrapo será.
Nom fagas o xordo, neno,
e vem-te comer o caldo;
que logo vai ser a hora
de ires apastar o gado.
E trai la-la-lá,
e trai la-la-lá;
o galego nunca
castrapo será.

Em 1996, no primeiro dos volumes do *Diccionario de Literatura Galega*, coordenado pola Professora Doutora da Universidade de Santiago, Dolores Vilavedra, dedicado aos produtores, afirma-se que o teatro de Flores "caracterízase pola presencia do noso folclore musical, polo feito de vertebrar os argumentos –inspirados na vida cotiá das xentes da comarca betanceira– arredor dunha parella de namorados exemplar pola súa virtude, e por seguir o ideario das Irmandades da Fala que vía no teatro un medio axeitado para facer proselitismo dos principios galeguistas". No ano seguinte, no segundo tomo desta colecçom, figura entre os colaboradores destacados do jornal *A Fouce*.

Na historiografia do teatro galego em finais de século figura entre os "Antecedentes" do novo teatro galego, num trabalho de Manuel F. Vieites, em que se refere a ele (1998:41) entre os representantes da emigraçom e do exílio, como produtor de "unha dramática de ton popular e ás veces cunha clara intencionalidade social".

Ricardo Flores faleceu em 24 de Julho de 2002. A sua morte nom passou despercebida no país. O 25, na manifestaçom organizada em Santiago por Nós-Unidade Popular foi lembrado o luctuoso acontecimento; o porta-voz do BNG, X. M. Beiras deu as condolências à Presidência da

AGAL; e o presidente da "Xunta de Galicia", Manuel Fraga Iribarne, enviou telegrama de pêsames à família. Na altura, em Internet dedicárom-lhe espaços *O Portal Galego da Língua* (com um trabalho de Carmo Cozinha, que lembrava a viagem que realizaram, em 1990, por Ourense, Santiago, Cedeira, Santo André de Teixido, quando Flores vinhera com a intençom de se despedir do país) e *Vieiros*; houvo artigos sobre ele em jornais como *La Voz de Galicia* e *La Opinión* de A Coruña, assinados por figuras como o editor e intelectual Isaac Díaz Pardo ("Agora vaise saber quen era este home que ía cumprir cen anos", afirma no seu trabalho), ou o líder do sindicalismo nacionalista Manuel Mera (lembrava quando coincidiu com ele na directiva da Irmandade Galega, em Buenos Aires, como "irmán de militancia, de inquedanzas e no tecer de proxectos liberadores a respeito de Galiza" e reconhecia ter-se inteirado por Da Presa e Cupeiro do labor de Flores como dramaturgo pois "el era un home modesto, que só pensaba en servir a Galiza e á sua xente"), entre outros; também tivo espaços no semanário *A Nosa Terra*, e no número de Outubro-Novembro de *Novas de Galiza*. Em *A Nosa Terra* apresentavam-no como (Sem Autor, 1/VIII-4/IX-2002: 29) "figura senlleira do nacionalismo e o teatro da emigración" e salientavam a sua actividade na Argentina "de compromiso político e cultural con Galiza"; e nessa publicaçom nacionalista, na mesma página, Bernardo Penabade, assinando como presidente da Associaçom Galega da Língua, indicava que "ao relacionar passado e presente o discurso de Ricardo Flores conserva significado pleno"; e Xosé Manuel Rivera, vizinho e trabalhador de umha empresa de As Pontes, quem o conheceu em Buenos Aires salientava como verificou ser Flores um home de 97 anos "que ainda ia a clase de galego", ao vê-lo com presença activa nas aulas que se ministravam na "Federación de Sociedades Galegas". Em *Novas da Galiza* dedicárom-lhe o maior relevo, com fotografia, na capa, onde se reproduzia um trecho da reportagem assinada no interior por Marcos Seixal, subordinada ao título "Ricardo Flores o adeus impossível a um galego exemplar" e no qual se lê (Seixal, X/XII-2002:13):

> *Durante toda a sua vida tivo como prioridade contribuir a preservar e divulgar os "símbolos da redençom da Pátria" e paulatinamente conver - teu-se num deles. Um auténtico símbolo da redençom da naçom galega: esse foi Ricardo Flores, o activista político, o comediógrafo, o estudioso e intérprete da música popular.*

Ainda nesse número assinam trabalhos (X/XII-2002:14) Higínio Martins, do Conselho Directivo da Associaçom Civil Amigos do Idioma Galego e Uxio Breogán Diéguez, presidente da Associaçom Galega de

Historiadores; e igualmente (X/XII-2002:15) Bernardo Penabade, na sua condiçom de Presidente da Associaçom Galega da Língua. Neste último trabalho informa que

> *Um dia pedimos-lhe às sócias e sócios da AGAL que, junto com Higínio Martins, o nomeássemos Membro de Honra. Nom houvo votaçom. O auditório saudou a iniciativa com umha sonora ovaçom. Naturalmente.*

Nos dias seguintes à morte, Ricardo Flores recebeu duas homenagens em Sada: em 19 de Agosto no Museu Carlos Maside, na seqüência das actividades organizadas para comemorar o Dia de Galiza Mártir, em que Maria América Díaz, do Grupo Sargadelos, leu um belíssimo texto em sua homenagem, salientando a sua exemplar trajectória; e a Cámara Municipal organizou umha misa de pêssames, lembrando a condiçom de Flores como Filho Predilecto desde a década de 80.

A *Agália* ocupou-se do acontecimento no número duplo 71/72, num trabalho em que se conclui (Sem Autor, VII/XII-2002: 279) que "A Galiza perde umha personalidade invulgar, que sempre a defendeu, e que luitou exemplarmente pola sua dignidade e a das suas gentes".

O novo governo municipal de Sada organizou homenagem institucional em 3 de Dezembro de 2003 (Sem Autor, 3 e 11-XII-2003), apresentado pola relatora municipal de Cultura, Ximena Campos, quem na sua intervençom referiu-se ao labor de Flores em diferentes ámbitos. Nesse acto, o presidente da AGAL, Bernardo Penabade, assinalou Flores como pessoa "radical política e culturalmente" e destacou, entre outras questons da sua actividade, o interesse de recuperar mesmo parte dos trabalhos que realizou profissionalmente como ferreiro, pois muitos deles tenhem grande valor artístico, e representam um testemunho da melhor artesania popular galega do ferro, como ele próprio verificou em Buenos Aires. Também intervinhérom como oradores o antes assinalado Xosé Manuel Rivera, que ofereceu diversos testemunhos do seu tratamento com Flores e projectou um vídeo da celebraçom do 97 aniversário do homenageado, em que transparecia a sua popularidade e respeito entre a colectividade emigrante e leu diversos textos; e Joel R. Gômez, para além do presidente da Cámara Municipal, Abel López, e de diferentes pessoas e familiares do homenageado que se encontravam presentes.

Como conclusom, Ricardo Flores é reivindicado na Galiza de hoje por diversos grupos como um grande activista e dinamizador da causa galeguista; exemplo de pessoa comprometida; sempre com disposiçom optimista, positiva, disposto a intervir para construir a naçom, segundo um

posicionamento favorável à causa da soberania e do Galego-Português, com coerência no uso da grafia histórica do idioma desde a década de 30, sendo um vulto representativo desta tendência, por mais que falte por publicar parte muito importante da sua produçom. Na historiografia literária galega Flores aparece sobretodo como dramaturgo e comediógrafo, e também se reconhece o seu labor no nacionalismo galego, mas é em geral insuficientemente conhecido.

É esta umha apresentaçom básica de Ricardo Flores. A falta de meios para a pesquisa, sobretodo relacionados com publicaçons da emigraçom, na Galiza de hoje, empece em parte realizar um trabalho muito mais comprido, que se deverá fazer, para recuperar esta e outras figuras e colocá-las no lugar que merecem nos diferentes campos da actividade que protagonizárom. Por citar de novo, para finalizar, o testemunho de Bernardo Penabade, em *Novas da Galiza*, ao ser requerido para participar em actividades, com ensejo da sua visita a Galiza em 1990, Flores respondeu: "Vou aonde vós digades. Eu estou ao serviço do país".

Talvez esta última frase sirva para resumir quem foi Ricardo Flores.

Milhadoiro, Dezembro de 2003

Referências Bibliográficas

ALONSO MONTERO, X., "Fouce, A", in *Gran Enciclopedia Gallega*, Gijón, Silverio Cañada, Vol. 14, 1980, pp. 1-3. (Umha versom para Galego-Castelhano deste mesmo trabalho foi incluída por Alonso Montero no ano seguinte no livro *ESCRITORES: desterrados, namorados, desacougantes, desacougados...* publicado em Sada por Ediciós do Castro, e onde se encontra nas páginas 297-302. Esta versom tem ainda interesse por datar em 1980 o texto originário).

COZINHA, Carmo, "Carta póstuma a Ricardo Flores, na Chacarita", *O Portal Galego da Língua*, www.agal-gz.org (30-VII-2002).

CUPEIRO VÁZQUEZ, Bieito, *A Galiza de Além Mar*, Sada, Ediciós do Castro, 1989.

DÍAZ, Avelino, "Comento", in Flores, Ricardo, *Catro Estampas da Beira-Mar*, Buenos Aires, Edicions Rueiro, 1961, pp. 5-6.

DÍAZ PARDO, Isaac, "O 'Día de Galicia'", *La Voz de Galicia* (29-VII-2002).

DIÉGUEZ, Uxio-Breogám, "Três conversas e um sentir. Ricardo Flores na minha lembrança", *Novas da Galiza*, X/XI-2002, p. 14.

FILGUEIRA VALVERDE, "Tribúa Aberta. A Fala Galega", reprod. d'*A Fouce*, in *Agália*, nº 18, p. 175, 1989.

FLORES, Ricardo. Trabalhos em *A Fouce*, de Buenos Aires (VIII/1932-25/VII/1936, ver texto) [reproduzidos facsimilarmente em 10/VI/-25/VII-1992 por Nova Galicia, de Ponte-Vedra, em quatro volumes]; *Un ovo de duas xemas*, Buenos Aires, Rueiro, 1956; *Enguedello*, Buenos Aires, Rueiro, 1958; *Catro Estampas da Beira-Mar*, Buenos Aires, Rueiro, 1961; "Cancioneiro Galego da Emigración", *Galicia. Revista del Centro Gallego de Buenos Aires*, IX/X-1974, pp. 25-27; *Escolma de Cantigas Galegas*, Buenos Aires, Caixa Ourense 1984; "Betanços dos Cabaleiros" e "Encol do Teatro", *Agália*, nº 23, X-1990, pp. 358-359 (Na secçom "Memória da História"; indica-se ser reproduçom facsimilar de trabalhos publicados nas revistas *Betanzos* e *Alalá*, de Buenos Aires, em 1935); "Um remédio malfadado", "A nossa Terra é nossa", "O Afiador", A Corunha, *Cadernos da Escola Dramática Galega*, nº 96, V/1992; "'Amor Marinheiro' (A-la-la)" e "A nai enredando co filhinho", *Agália*, nº 32, XII-1992, pp. 564-565 (na secçom "Memória da História". Indica-se ser reproduçom facsimilar de trabalhos publicados em *Mundo Gallego*, de Buenos Aires, em "últimos dos 80"); "O movimento galeguista em Buenos Aires. (1930-1980), *Agália*, nº 35, IX-1993, pp. 301-312; "Os simbolos patriais, perseguidos d'alteraçons", *Agália*, nº 37, III-1994, p. 118 (Na secçom "Memória da História". Indica-se ser reproduçom facsimilar do artigo publicado no jornal *A Fouce*, nº 84, XI-1935; veja-se supra, no texto); "A lírica popular galega em Buenos Aires", *Agália*, nº 42, VI-1995 pp. 195-205 (informa ser texto do palique proferido no Instituto de Investigaçons da

Federación de Sociedades Gallegas de Buenos Aires em 11 de Junho de 1988); Trabalhos em *Adigal. Boletim da Associaçom Civil Amigos do Idioma Galego*, de Buenos Aires (IX/1996-VII/IX-1999 (ver texto); "O teatro como meio proselitista", *Agália*, nº 51, IX-1997, pp. 337-344. (Indica-se ser texto do palique oferecido em 4 de Novembro de 1989 no Instituto de Investigaciones de la Inmigración Gallega da Federación de Sociedades Gallegas, em Buenos Aires).

GÔMEZ, Joel R., "O teatro galego de Ricardo Flores em Buenos Aires", in *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, Santiago de Compostela, Parlamento de Galicia-Universidade de Santiago de Compostela, Tomo II, 2000, pp. 311-327.

GÔMEZ, Joel R., "Ricardo Flores. Dramaturgo reintegracionista", *La Voz de Galicia*, 27-V-2002.

LOURENZO, Manuel e PILLADO MAYOR, *O Teatro Galego*, Sada-A Corunha, Ediciós do Castro, 1979.

MARTINS, Higínio, "O nosso Ricardo Flores", *Novas da Galiza*, nº 5, X/XI-2002, p. 14.

MERA, Manuel, "De Sada á Galiza ideal", *La Opinión de A Coruña*, 30-VII-2002.

NÚÑEZ SEIXAS, X. M., "*A Fouce* e o nacionalismo galego em Buenos Aires (1926-1936)", in ed. facsimilar de *A Fouce*, vol. I, Ponte-Vedra, Nova Galicia, 1992.

O Rato da Livraria, "Ricardo Flores um patriarca do galeguismo", *Adigal. Boletim da Associaçom Civil Amigos do Idioma Galego*, nº1, VIII/IX-1996, p. 2. E "Ramom Suárez Picalho", nº 2, X/XI-1996, p. 2.

OTERO PEDRAYO, Ramón. "Carta a Ricardo Flores", in Penabade Rei, Bernardo, "Outra voz na procura da emancipaçom nacional: Ricardo Flores", *Agália*, nº 41, 12-VIII-1958, p. 53.

PENABADE REI, Bernardo, "Outra voz na procura da emancipaçom nacional: Ricardo Flores", *Agália*, nº 41, III-1995, pp. 41-55.

PENABADE REI, Bernardo, "Um velho e exemplar luitador", *A Nosa Terra*, I/VIII-4/IX-2003, p. 29.

PENABADE REI, Bernardo, "Membro de Honra", *Novas da Galiza*, X/XI-2002, p. 15.

PÉREZ, Luís, "Ricardo Flores, un emigrante na Galicia ideal", A Corunha, *Cadernos da Escola Dramática Galega*, nº 96, 1992, pp. 1-4 e 23-24.

PIÑEIRO, Ramón, "Carta a Ricardo Flores", in Penabade Rei, Bernardo, "Outra voz na procura da emancipaçom nacional: Ricardo Flores", *Agália*, nº 41 , III-1995, p. 52.

RIVERA, Xosé Manuel, "En Bos Aires con Ricardo Flores", *A Nosa Terra*, p. 29, 1/VIII-4/IX-2002. (Este texto foi lido em público polo autor na homenagem institucional de Sada, em 3-XII-2003).

RODRÍGUEZ FER, Claudio, *A Literatura Galega durante a guerra civil (1936-1939)*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1994.

SEIXAL, Marcos, "Ricardo Flores, o adeus impossível a um galego exemplar", *Novas da Galiza*, nº 5, X/XI-2002, pp. 13-15.

TATO FONTAÍÑA, Laura, *Teatro Galego. 1915-1931*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1997.

VIEITES, Manuel F., *Do novo teatro á nova dramaturxia (1965-1995)*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1998.

VILANOVA, Alberto, *Los gallegos en la Argentina*, Buenos Aires, Ediciones Galicia, Tomo II, 1966.

VILANOVA, Alberto, "Flores Pérez, Ricardo", Gijón, *Gran Enciclopedia Gallega*, Tomo XIII, s/d, p. 100.

VILANOVA, Alberto , "Irmandade Galega de Buenos Aires", Gijón, *Gran Enciclopedia Gallega*, Tomo XVIII, s/d, p. 53.

VILAVEDRA, Dolores (coord.), *Diccionario da Literatura Galega* , Vigo, Galaxia, (I) 1996 e (II) 1997.

[Trabalhos sem assinar]

(15-III-1933), "Asambreia da Sociedade Nazonalista Pondal", *A Fouce*, nº 59, p. 4.

(V-1935), "Sociedade Nazonalista Pondal", *A Fouce*, nº 79, p.3.

(25-VII-1935), "Libros galegos pra Biblioteca Nacional", *A Fouce*, nº 81, p. 2.

(XI-1935), "Libros Galegos pra Bibrioteca Nazonal Arxentina", *A Fouce*, nº 84, p. 2.

(II-1936), "Liñas de Loito. Don José Flores", *A Fouce*, nº 85, p.1.

(II-1936), "Donaçón de Livros â Biblioteca Nacional Argentina", *A Fouce*, nº 85, p. 2.

(IX-1990), "O escritor Ricardo Flores na Galiza", *Agália*, nº 23, pp. 346-347 (inclui fotografia de Ricardo Flores com a professora Maria do Carmo Cozinha).

(III-1994), "Gravados dous trabalhos musicais de Ricardo Flores", *Agália*, nº 37, p. 114.

(II/VI-1997), "Assembleia geral ordinária", *Adigal. Boletim da Associaçom Civil Amigos do Idioma Galego*, nº 4, p.11.

(1/VIII-4/IX-2002), "Finou Ricardo Flores, figura do nacionalismo e do teatro da emigración", *A Nosa Terra*, p. 29.

(VII/XII-2002), "morreu em Buenos Aires Ricardo Flores Membro de Honra da AGAL", *Agália* 71/72, pp. 278-279.

(3-XII-2003), "Hoy recomendamos. Sada: Homenaje a Ricardo Flores", *La Voz de Galicia*, p. 1 (ediçom A Corunha).

(11-XII-2003), "Associaçom Galega da Língua felicita a Cámara Municipal de Sada polo reconhecimento à figura a Ricardo Flores", *O Portal Galego da Língua*, www.agal-gz.org.

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 239 - 244 / ISSN 1130-3557

Documentos medievais galegos (2)*

José-Martinho Montero Santalha

(Univ. de Vigo)

O documento que a seguir apresento procede do antigo mosteiro beneditino de Vila Nova de Lourençá (cujo edifício –incluída a grandiosa igreja, convertida em paroquial– se mantém ainda em bom estado na vila de Vila Nova, no concelho de Lourençá, da província de Lugo), e conserva-se agora no Arquivo Histórico Nacional de Madrid, entre a série de pergaminhos da secção do clero, onde está catalogado com o número 19 da pasta 1107.

Desde o ponto de vista lingüístico é um texto curioso, pois o escriba que o redigiu, o notário de Vila Nova de Lourençá Joám Pêrez, apresenta, tanto neste como nalgum outro documento que dele conservamos, algumas características individuais na transcrição da língua portuguesa falada na zona. Para compreender essas peculiaridades cumpre lembrar que a escritura em língua romance se achava ainda nos primeiros passos: os notários, habituados a ler e escrever até então em latim, iam pouco a pouco e com muitas incertezas experimentando soluções e procurando caminhos para os problemas que os romances suscitavam, nomeadamente na representação de fonemas que o latim não possuía.

2) 1267, janeiro, 2 (Vila Nova de Lourençá)

O mosteiro de Vila Nova de Lourençá (representado pelo seu abade Dom Romeu) afora a Fernám Oanes e à sua mulher Maria Oanes três terrenos: em Vilar de Masma, na ponte de Morinhaos e em Prado.

(*) A primeira entrega desta série de documentos medievais publicou-se no número 69-70 de *Agália* (correspondente ao primeiro semestre de 2002), pp. 197-200.

a) Edição paleográfica

A ⋮ B ⋮ C ⋮ D ⋮ E

\1 Jnnume de d's Arñ Cunuzuda cousa seia aqᵘntº esta carta uirĩ Quc
\2 Eu dñ Romeu. Abbade do Moesteýro de Villa noua delaurẽzáá aún (?)
\3 adamẽte conomocomuentu [*sic*] dese mijsmu logar Damºs Auos ffernã iuhanes
\4 ea uossa mlr Maria iuhanes ea toda uossa gearazõ una nossa h'dade qᵉ
\5 nos hauemº ĩ uilar de Masma comú se de pte en deredor dos ouctºs h'dc
\6 ýros τ damᵉ uos qᵘntu nos hauemº nat'ra de Paý castella qᵉ iaz sua põte
\7 de murinaº: τ damº uos ouctª h'dadc aqᵉl suýa tóér Pedro celeýro pº pre
\8 stamo a qᵉ iaz cn prado. Damº Auos estas deuã dẽas h'dades. áátal foro qᵉ
\9 seiades delas uasalus eübidientes a nos euqᵉles qᵉ de pus nos uicrem em
\10 nosso lugar τ fazades casal en aqᵉla h'dade de uillar de masma τ dedes
\11 cadááno pº foro dcstas h'dades ia dẽas ááfesta de sam Mart cinqᵉ soldos el's
\12 duýzimas de trijgu τ tres de ccuada pela duýzima do burgu τ una galli
\13 na. τ deste furu us tres soldos sù dauistiaria camcadade de tríjgu τ a mea
\14 Dade da ceuada. eos octºs dous soldos ea ouctª meatade - do tríjgu τ dace
\15 uada ca gallina seia do abbade. τ seia qᵉm [?] qᵉserdes mel' cũ uosco pᵉ pubrar dem
\16 scnos soldos cadááno pº fumadiga. Eaqᵉles qᵉ ý pubrarẽ nõ dẽ manĩmadigu
\17 nẽ goýosa. τ pº muzu nẽ dẽ foras ciqᵉ soldos. Damº Aelles de uã dẽas estas
\18 h'dades de susu dẽas asi comu de susu razua pº iur derdade pº secula cùta
\19 τ fazades delas toda uossa uoúúntade uos τ uossa gearazõ ata ufijr d
\20 umũdo. Ea qᵉnqᵉrqᵉas uẽdades ouas duardes faza este furú asi como desusu
\21 razúa. τ se aqᵉles qᵉ ý murarã fezerẽ uoz ou [?]liza sáá[?]us pelo abbu
\22 dc op seu home ou p seu frade τ nõ en tre ý mayordomo nẽ rẽdeýro
\23 Se Alguẽ cõtª este nosso feýtu uier asinos como ouctºs seia maldictu τ
\24 peiurado τ dubble - qᵘntu demãdar ea uoz do Reý peýte qᵉmẽlº soldos ea
\25 carta pmacsca cn sua fortalcza. ffeyta esta carta Jn Era de Mil τ tre
\26 zentº ciqᵉ anos τ qꝫ dous dias andadº de Janeiro. Reýnãdo en lcõ τ ĩ
\27 castella dù Alfonso. Ricome de galliza dù Alfonso. Bispu de mũdonedo dũ
\28 Monino Abbade de Villa noua dũ Romeù de susu dẽo Adeãtado en Galli
\29 za dũ Esteuũu : Os qᵉ furù ꝑsentes Pedro pꝉ ctigo [...] Pedro
\30 piliteýro Rº pz mõges ffernã arias mõges dù pedro garĩ O p'or
\31 dù Garsia ferñ. couctºs muýtº qᵉ uirõ caoýrõ. Not Juhã pz Capc
\32 llã publicu notario.
\33 payu Pedro
\34 Júhane tš τ ꝯff Mart tš
\35 süeýro Rodrigu

b) Edição filológica

\[1] Em nume de Deus. Amém.

Conhoçuda cousa seja a quantos esta carta virem que \[2] eu, Dom Romeu, abade do moesteiro de Vila Nova de Lourençãa, aun- \[3] adamente co-no convento desse miísmo logar, damos a vós Fernám Oanes \[4] e a vossa molher Maria Oanes, e a toda vossa gearaçom, ũa nossa herdade que \[5] nós havemos em Vilar de Masma, como se departe em derredor dos outros herde- \[6] iros; e damos-vos quanto nós havemos na terra de Pai Castela, que jaz su a ponte \[7] de Morinhaos; e damos-vos outra herdade a qual soía tẽer Pedro Celeiro por pré- \[8] stamo, a que jaz em Prado.

Damos a vós estas devanditas herdades a atal foro que \[9] sejades delas vassalos e obedientes a nós e aqueles que depos nós vierem em \[10] nosso lugar, e façades casal em aquela herdade de Vilar de Masma, e dedes \[11] cada ano por foro destas herdades já ditas aa festa de Sam Martinho cinque soldos e três \[12] duízimas de tríigo e três de cevada pela duízima do Burgo, e ũa gali- \[13] nha; e deste foro os três soldos som da vestiaria e a meadade de tríigo e a mea- \[14] dade da cevada, e os outros dous soldos e a outra meatade do tríigo e da ce- \[15] vada e a galinha seja do abade.

E se jaquantos quiserdes meter convosco per (?) pobrar, dem \[16] senhos soldos cada ano por fumádiga. E aqueles que i pobrarem, nom dem maninhádigo \[17] nem goiosa, e por nuço nem dem foras cinque soldos.

Damos a eles devanditas estas \[18] herdades de suso ditas assi como de suso razoa, por jur d' herdade por *saecula cuncta*, \[19] e façades delas toda vossa voontade, vós e vossa gearaçom atá o fiir d- \[20] o mundo. E a quenquer que as vendades ou as doardes, faça este foro assi como de suso \[21] razoa. E se aqueles que i morarám fezerem voz ou (?) a-as pelo aba- \[22] de o[u] per seu home ou per seu frade, e nom entre i maiordomo nem rendeiro.

\[23] Se alguém contra este nosso feito vier, assi nós como outros, seja maldito e \[24] pejurado, e dobre quanto demandar, e a voz do rei peite quinhentos soldos; e a \[25] carta permaesca em sua fortaleza.

Feita esta carta em era de mil e tre- \[26] zentos cinque anos, e *quot* dous dias andados de janeiro. Reinando em Leom e em \[27] Castela Dom Alfonso; ricome de Galiza Dom Alfonso; Bispo de Mondonhedo Dom \[28] Moninho; abade de Vila Nova Dom Romeu de suso dito; adeantado en Gali- \[29] za Dom Estêvão.

Os que forom presentes: Pedro Páez, crérigo de [...]; Pedro \[30] peliteiro; Rodrigo Pérez, monges; Fernám Árias, monges; Dom Pedro Garim; o prior \[31] Dom Garcia Fernández; e outros muitos que virom e a oirom.

Notário, Joám Pérez, capelám, \[32] público notário.

\[33-35] Paio, Joám, Sueiro, testemonhas e confirmam; Pedro, Martinho, Rodrigo, testemonhas.

c) Comentários

A característica escritória talvez mais visível do notário de Lourençá –embora apareça também noutros escribas medievais, ainda que raramente de modo tão insistente– é que tende a representar as vogais fechadas de grau médio (/e/ e /o/), tanto tónicas como átonas, como *i* e *u* respectivamente. Eis alguns exemplos (que transcrevo agora já sem abreviaturas, reproduzidas na edição paleográfica, e assinalando em cada caso a correspondente transcrição filológica do vocábulo em foco):

i: *im* (linhas 5, 25, 26) = *em; quinquer* (l. 20) = *quenquer; virim* (l. 1) = *virem*.

u: Ocorre em diversas circunstâncias:

a) Aparece freqüentemente para representar o /*o*/ átono final de vocábulo: *comu* (linhas 5, 18) = *como; conventu* (l. 3) = *convento; du* (l. 19-20) = *do; feytu* (l. 23) = *feito; maldictu* (l. 23) = *maldito; miísmu* (l. 3) = *miísmo; quantu* (l. 6, 24) = *quanto; Payu* (l. 33) = *Paio; publicu* (l. 32) = *público; Rodrigu* (l. 35) = *Rodrigo*.

b) Igualmente para os plurais átonos terminados em *-os: us* (l. 13) = *os; vasalus* (l. 9) = *vassalos*.

c) Também aparece *-u-* em vez de *-o-* pretónico em interior de palavra: *duardes* (l. 20) = *doardes; murarám* (l. 21) = *morarám; pubrar* (l. 15), *pubrarem* (l. 16) = *pobrar, pobrarem*.

d) Mas também chega a representar o /*o*/ tónico: *furu* (linhas 13, 20) = *foro; furum* (linha 29) = *forom*.

e) Ocorre igualmente em monossílabos, átonos ou tónicos: *cum* (l. 15) = *com; Dum* (linhas 2, 27 [3 vezes], 28, 29, 30) = *Dom; sum* (l. 13) = *som*.

Obviamente, na base dessa praxe gráfica está a consciência de que muitas vezes os fonemas /*e*/ e /*o*/ fechados do português procedem respectivamente de I e de U latinos; assim acontece, por exemplo, em palavras tão conhecidas e habituais como as preposições *em* (< lat IN) e *com* (< lat. CUM), ou nos freqüentes finais átonos em *-o* (< -UM). No entanto, o notário Joám Pêrez converte em *-i-* ou *-u-* casos de /*e*/ ou /*o*/ portugueses que não procedem de I ou U latinos mas de E ou O respectivamente; por exemplo, *quinquer = quenquer* (< lat. QUEM QUAERIT), *comu = como* (< lat. QUOMODO), *duardes = doardes* (< lat DONARE), *Dum = Dom* (< lat. DOMINUM), *furu = foro* (< lat. FORUM).

Seria errado interpretar essas grafias como fonéticas. Em todos esses casos, a língua realmente falada apresentava /*e*/ e /*o*/, e não /*i*/ e /*u*/. Uma edição filológica –e não apenas paleográfica– deste texto deve procurar reproduzir a fonética realmente existente naquele momento e lugar, desfigurada sob as grafias induzidas pelo natural preconceito latinizante do notário; quer dizer, devem transcrever-se como *e* e *o*.

Outra característica escritória do notário Joám Pêrez é que, em vez da abreviatura tradicional e comum de *que* (que é a letra *q* com um sinal abre-

viativo traçado por cima, abreviatura que perviveu até os primeiros tempos da imprensa), usa de modo sistemático a superposição da letra *e* sobre o *q*. Na minha edição paleográfica transcrevo essa abreviatura com um *e* elevado depois do *q*.

Como outros escribas do século XIII, Joám Pêrez desconhece ainda a cedilha (*ç*), inexistente no alfabeto latino, e no seu lugar empregа sempre *z*: *cunuzuda* (l. 1) = *conhoçuda, laurenzáá* (l. 2) = *Lourençãa, gearazom* (linhas 4, 19) = *gearaçom, fazades* (l. 10) = *façades, faza* (l. 20) = *faça*, etc. Dessas grafias não deve deduzir-se, porém, que não estivesse ainda plenamente viva na língua comum da zona a distinção entre os dois fonemas africados, surdo /*ts*/, representado na escrita cuidada por *ç* ante *a, o, u*, e por *c* ante *e* ou *i*, e o correspondente sonoro /*dz*/, representado por *z*.

Linha 1. É possível que a forma *nume* 'nome' seja um caso mais da tendência antes comentada deste notário a grafar *u* em vez de *o*; porém, uma variante *nume* da forma mais comum *nome* está bem documentada em época medieval.

O mesmo poderíamos dizer da grafia *cunuzuda*, que devemos interpretar como *conhoçuda*; porém, grafias semelhantes são freqüentes também noutros escribas, pois reflectem a tendência da fonética comum à chamada «harmonização vocálica», isto é, à assimilação das vogais pretónicas (neste caso, *-o-o-*) à tónica /*u*/.

Linha 5. *Vilar de Masma* é O Vilar, lugar da freguesia de Masma [Santo André], no concelho de Mondonhedo (prov. de Lugo).

Linha 7. *Morinhaos* (na realidade talvez com til: *Morinhãos*) era o nome medieval do actual Marinhaos, que se conserva especialmente na denominação da freguesia de Celeiro de Marinhaos, pertencente ao concelho de Barreiros (prov. de Lugo), a qual aparece nesta mesma linha 7 como apelido toponímico de um "Pedro Celeiro". *Marinhaos* parece ser uma referência aos habitantes dessa zona costeira, conhecida como A Marinha; ambas as denominações, *A Marinha* e o gentilício *marinhao*, são aplicadas, aliás, a toda a franja marítima da Galiza, em oposição à área interior. O *-o-* da forma medieval *Morinhaos* do topónimo, que era a habitual nos documentos, poderia dever-se simplesmente a um fenómeno fonético, mas também poderia reflectir uma pervivência da forma pré-latina, pois ao lat. MARE 'mar' corresponde em céltico MORE.

Linha 15. Não estou seguro de ter interpretado bem a passagem "se jaquantos": a leitura literal parece ser *seja* (ou talvez *sejam*) *quem*, mas não acerto a ver-lhe sentido, nem interpretando "seja quem" nem "se i aquém".

Linha 21. Não consigo ler plenamente as duas palavras que aparecem depois de "voz ou".

Linha 29. As letras (umas 10-12) que aparecem depois de "crérigo"

resultam de difícil leitura, talvez por causa da humidade; provavelmente indicariam a igreja ou freguesia: "crérigo [de ...]".

AGÁLIA nº 75-76 / 2º SEMESTRE (2003): 245 - 264 / ISSN 1130-3557

Espaços comunais de encontros e de tarefas: o forno

Manuel Rivero Pérez

(Vilela de Bande)

Nas aldeias da Límia e do Norte de Portugal ainda podemos contemplar velhas construções independentes. À maioria delas falta a porta, estão sem tecto ou com as paredes meio derruídas. Esse era o forno comunal de estilo mouresco que tanto protagonismo teve na vida comunitária até bem entrados os anos sessenta do século XX. Vamos estudar pormenorizadamente o seu papel:

1. Função vital: cozimento do pão

O forno constituía o último elo do círculo virtuoso do sustento: semente-cuidado-colheita-grão-moinho-fogo-forno. No forno era onde se cozia o pão, meio de sustento imprescindível, sendo por ocasiões o único alimento a que podia aceder a população. O pão continua mantendo essa ligação que nos une com o passado, pode mudar de forma, gosto ou sabor, mas no fundo continua a ser o mesmo desde há milhares de anos. O único que está a perder é a dimensão mágica-profiláctica-sagrada que o acompanhou durante muito tempo, para ficar só como alimento.

O pão é a natureza transformada em sustento, por meio do engenho e do trabalho do homem. A sua elaboração e consumo está datado no antigo Egipto, o mundo grego contribuiu para a sua expansão e com os romanos foi quando se popularizou o seu consumo diário, chegando a repartir-se entre a população com certa assiduidade. Este efeito socializador da repartição de pão contribuía para paliar a fome, calmar o descontentamento ou evitar revoltas, para que as pessoas não se centrassem em assuntos mais importantes de governo e de Estado; de aí o ditado de "*pão e circo*" para distrair o povo.

1.1. O Ritual da elaboração e cozimento do pão

O pão é alimento básico, diário e fungível, cuja elaboração na aldeia levava consigo um processo que começava vários dias antes e que compreendia as seguintes fases:

a) ***Pedir vez***, para ter dia e hora para enfornar o pão.

O direito a cozer o pão no forno era de todos os vizinhos da aldeia. Para desfrutá-lo só havia que solicitá-lo ao último possuidor, e este era o que o cedia ao seguinte peticionário.Trata-se dum desfrute livre, somente limitado pela taxa de ocupação do forno.

> "a vez dava-a o último (...) dependia (...) umas vezes havia que esperar mais e outras menos" [Informante Pedro de Vilela]

Os vizinhos só tinham a obriga de pedir vez para a sua utilização, e isto podiam fazê-lo quantas vezes quisessem, não estavam submetidos a turnos, estações do ano ou nível de propriedade, como acontecia com o desfrute dos outros recursos comunais da água ou do monte em determinados momentos. Havia casas que coziam máis amiúde e outras distanciavam-se mais no tempo, tudo dependia do seu consumo, número de membros da família, ou do fresco que queriam comer o pão.

> "o pão ao passar dez ou doze dias punha-se balorento (...) a nós gostava-nos fresco (...) cozíamos mais amiúde" [Infte. Pedro de Vilela]

O pão é um alimento que tem um período de caducidade, de aí que umas casas prolonguem mais ou menos o seu tempo limitado de vida do mesmo.

b) ***A fermentação***. O dia anterior ao processo de cozer o pão, na casa começava o amassado, na masseira, duma proporção pequena de farinha de milho e de centeio, previamente peneirada (o processo de peneirado consiste em separar o farelo da farinha), misturada com o isco e água tíbia, até conseguir uma pasta branda e moldeável, para deixá-la fermentar durante toda a noite. O milagre da levedura constituía-o o isco, uma pequena quantidade de massa que se deixava sempre para o próximo amassado.

Para a conservação do isco acrescentavam-se umas areias de sal grosso e envolvia-se numa verça ou trapo de linho bem limpo, num lugar

seco. Se não se tinha o isco, ou estava deteriorado, pedia-se à família, e de não poder ser, à casa de mais confiança. O isco não se deixava, nem se pedia a qualquer, não pelo seu valor material, mas pelo simbolismo que encerrava. Com esse intercâmbio:

– A casa peticionária bem podia introduzir algum meigalho ou maldição não desejada.

– casa doadora tirava do seu meio parte da memória dos seus antepassados.

De aí o zelo com que se guardava de um amassado para o outro e a prudência, tanto à hora de o pedir como de o deixar emprestado.

> "diziam que no isco (...) estava a alma dos antepassados da casa" [Infte. Lucinda de Vilela]

c) ***Processo de amassado***. Uma vez repousada a massa toda a noite, e conseguido o ponto de fermentação óptimo, ao dia seguinte, duas horas antes do enfornado, dava-se começo ao processo de amassado, que consistia em:

– misturar com o fermento, na masseira, o resto de farinha de milho e de centeio que se tem disposto para a fornada e acrescentar água tíbia e o sal necessário. A proporção adequada é a de três partes de milho e uma de centeio, para conseguir o equilíbrio de sabor e de conservação. O pão de milho aguenta mais que o de centeio, e demora mais tempo a se pôr duro ou azedar.

> "não sempre era assi (...) todo dependia da colheita de milho e de centeio (...) a medida de sal era uma presa por escá de farinha, con uma mais de regalo em honra de São Lourenço para que não saisse nem mui ensosso nem mui salgado o pão" [Infte. Pura de Vilela]

O milho, tal como o conhecemos agora, teve uma entrada tardia no país, antes havia uma espécie de milho mais miúdo e menos abundante. O mais provável era que o pão primitivo fosse de farinha de centeio com escassa quantidade desse milho primitivo. As landras deveram de ter o seu protagonismo na alimentação. Segundo se crê, eram a base da elaboração duma espécie de pão, quando o centeio era escasso, devido às más colheitas por mor das pragas ou das inclemências do tempo, assim que quando não era substituta, a landra bem podia ser complementar na elaboração do pão.

– coalhadura, que consistia em remexer, bem com as mãos ou com um pau, até conseguir uma massa moldeada que ia aumentar de volume mercê do proceso de fusão com o fermento elaborado o dia anterior e, segundo a crença popular, também do responso que se reza uma vez acabada a função de amassado.

> "Sam Vicente te acrecente.
> San Mamede te levede,
> tam aginha como eu te amassei" [Informante Pura de Vilela]

d) ***Empelhar***. Uma vez que a massa consegue o processo de levedação adequado, era o momento de transportá-la da casa para o forno. Esta mudança fazia-se num cesto grande, recoberto internamente por um lenço bem limpo de linho, sem esquecer-se de fazer uma cruz na parte superior da massa; este símbolo cumpre uma dupla função:

– quando as raias da cruz se abrem é tempo de enfornar e de partir com a massa da casa para o forno.

> "quando reganha a cruz (...) hai que sair sem demora cara ao forno" [Infte. Pura de Vilela]

– proteger a massa no seu transporte contra o mal de olho ou contra a inveja que lhe pode deitar um vizinho ao vê-lo passar. Esta maldição impedia que o pão saísse no seu ponto de cozedura ideal, tanto por defeito como por excesso.

> "a cruz defende a massa do mal"
> [Infte. Lucinda de Vilela]

e) ***Enfornado***. O processo de cozedura do pão. Previamente houve que quentar o forno com lenha de tojo, carvalho ou gesta. O ponto de aquecimento ideal produz-se quando a lareira e os tranqueiros se põem brancos, nesse momento retira-se quase a totalidade da borralha e mete-se o pão dentro. As peças de pão são de dous tipos:

– boroas, de forma semi-esférica, de dous quilos aproximados de peso, para o consumo doméstico. Destas fazem-se dez ou doze.

– bolos de forma plana. Normalmente fazem-se dous, um para distribuir entre as pessoas que estão no forno e outro para repartir entre a família mais próxima.

Fechava-se a porta do forno. Num tempo aproximado de meia hora cozia-se o pão, a seguir abria-se a porta e deixava-se outra meia hora para que repousasse dentro do forno. Uma vez repousado, tirava-se para o tendal, aguardava-se a que se adaptasse lentamente à temperatura do exterior, antes de levá-lo para a casa para guardá-lo em lugar fresco e seco, e assim garantir a sua conservação.

O pão comporta-se como um corpo vivo, de aí o cuidado que se tem ao tirá-lo do forno, para que não se esfrie de repente, deixa-se que repousse no tendal com o calor do ambiente, e quando se leva para a casa embrulha-se numa manta para que não o colha o frio pelo caminho.

1.2. O Sentido polissémico do Pão

O pão, além de cumprir com a sua função vital de sustento, trespassa as fronteiras meramente alimentares e aparece como protagonista em muitos aspectos da dimensão social do comportamento humano. Deles salientamos:

a) ***O sentido religioso do pão***. Muitas são as condutas que convertem o pão em motivo de culto e de respeito. O seu ritual parece-se por vezes mais a uma celebração religiosa que a uma tarefa doméstica. A cruz é a mais utilizada e encerra um simbolismo muito amplo. Assim, podemos observar que:

– depois do amassado, faz-se a cruz para saber o ponto ideal de fermentação.

> "a cruz fala (...) quando abre (...) é hora de enfornar"
> [Infte. Pura de Vilela]

– serve de protecção da pessoa que transporta a masa até o forno.

> "para que cuide dum (...) e não cair com o cesto no caminho"
> [Infte. Pura de Vilela]

– cuida da massa contra o mal de olho ou invejas.

> "sempre pode haver quem queira mal (...) a cruz aparta-o dum.
> [Infte. Lucinda de Vilela]

– a cada boroa fai-se uma cruz na parte superior, e no momento em que se fecha a porta do forno para cozer o pão, faz-se-lhe uma segunda cruz com a pá de enfornar, para conseguir um processo de cozedura ideal.

> "fai-se a cruz (...) para que o pão saia no seu ponto (...) nem cru (...) nem passado" [Infte. Manuel de Vilela]

– antes de começar uma boroa nova, faz-se uma cruz com o cutelo, a modo de raia. Esta é uma amostra de agradecimento por ter pão.

> "eu esto aprendim-no do meu pai (...)" [Infte. Teresa de San Miguel]

b) ***O sentido de autenticidade e de bondade*** do pão é transferido às condutas pessoais, que destacam pela sua forma de ser e de comportar-se; ética e nobreza dão-se a mão, e para salientá-las de forma precisa associam-se ao pão. Assim, quando querem dizer que uma pessoa é o que se diz pessoa, dizem:

> "é autêntico como o pão"

E quando é boa e nobre:

> "é tam bo como o pão"

Estas duas frases aparecem com frequência no discurso das pessoas da Límia quando querem salientar o comportamento positivo e a qualidade humana de alguém em concreto.

c) ***O respeito pelo trabalho***. O esforço que havia que fazer para conseguir o pão e a sua função vital de alimentação aparece em todo o seu processo, mas de uma forma especial quando cai uma fatia ou cacho de pão ao chão. Nesse caso, era costume beijá-la pelo comensal a que caía, vindo a ser um acto de desagravo por perder por um momento o lugar especial ao que estava destinado, sempre em primeiro plano acima da mesa e em posição correcta. Esse beijo feito com humildade pela pessoa a que caía o pão da mão, contribuía para restituir o pão ao seu estato original.

> "quando cai um cacho ao chão (...) hai que beijá-lo antes de subi-lo à mesa para comê-lo" [Infte. Valeriano de Vilalva]

Tirar o pão ao lume ou pisá-lo constituía um mal pressentimento, de aí que se evitasse esse acto e se temesse se por descuido acontecia. Também é de mencionar a prudência que se tinha de pô-lo sempre do direito, se se punha invertido pressagiava um mal dia ou uma desgraça.

> "o pão na mesa (...) sempre cara arriba (...) se aparecia doutra forma (...) mal assunto" [Infte. Lucinda de Vilela]

d) ***Como elemento de protecção***. Era costume levar no peto um bocado de pão, como elemento protector contra as forças do mal, tais como: as inclemências do tempo, nevadas ou temporais, males de olho, maleícios ou maus encontros.

e) ***Como chamada da boa sorte***. Este ritual está mais estendido entre as gentes do mar. Era costume oferecer ao mar um anaco de pão para conseguir abundante pesca nessa jornada.

f) ***A metáfora do pão***. Esta dá-se quando ao centeio se chama pão. O âmbito do pão estende-se a todo o cereal; assim, quando a colheita está a ponto de recolher-se, fala-se de pão e não de centeio, grão ou palha. Nestes momentos o futuro pão já é protagonista e dá nome a toda a colheita. Estamos perante o poder mágico do grão, que é capaz de converter-se em pão antes de passar pela eira, o moinho e o forno.

> "quando o pão está maduro (...) e o tempo acompanha (...) hai que segar" [Infte. Manuel de Vilela]

O mesmo se passa quando as inclemências do tempo estragam a co-lheita. Não se chama centeio, mas recebe o qualificativo mais sagrado de pão.

> "o pedrisco acabou co pão" [Infte. Manuel de Vilela]

Com o milho não acontece o mesmo. Fala-se de milho, palha ou espiga, até que o grão se transforma em farinha, e a farinha em pão, não o nomeam como pão em nenhum momento do processo. No substrato popular segue tendo mais protagonismo o centeio em referência ao pão, ainda que contribuia muito menos em proporção na sua elaboração, ultimamente a relação eram três partes de milho e uma de centeio.

g) ***A função de gratidão***. Sempre que se cozia, fazia-se um bolo para repartir entre todos os presentes no forno. É uma mostra de agradecimento pela boa fornada.

> "o bolo repartia-se (...) mentres se esperava que enfriara o pão" [Infte. Pedro de Vilela]

h) ***Función solidária ou de caridade nos funerais com os pobres***. Ao final da função religiosa, a casa do falecido levava um cesto de pão para

repartir entre os pobres que assistiram ao funeral. Este costume estava mais arraigado nas casas de maior riqueza.

> "era costume levar um cesto com pão (...) para repartir quando acabava o enterro (...) " [Infte. Manuel de Vilela]

i) ***Valor sagrado***. O pão é um dos símbolos mais importantes da fé cristã, tem um valor sagrado ao transubstanciar-se no corpo de Cristo na celebração da Eucaristia.

2. Função económico-social

A aldeia é uma autêntica sociedade do conhecimento, e põe-no em prática através do aproveitamento dos recursos escassos, ao saber comparti-los, e assim fazê-los mais eficientes. Estamos perante uma forma particular de rentabilizar esforços físicos e económicos, muitas vezes de forma solidária.

2.1. Os Direitos e Deveres

É curioso observar como se inter-relacionam os direitos e deveres de posse, permanência e de propriedade sobre um mesmo bem, sem interferir-se nem sobrepor-se. Cada um tem o seu tempo, o seu modo e a sua função, parece que quando uns falam os outros escutam. Esta associação, num bem tão particular como é o forno, não deixa espaço ao direito de privacidade que devia de ir associado quando menos ao direito de posse que cada vizinho tem no momento de cozer o seu pão. A posse e a permanência vão unidas ao direito de desfrute e à propiedade a obriga da conservação do bem.

a) ***Direito de posse***. É um direito de uso e desfrute temporal, a que podem aceder todos os vizinhos do povo durante o tempo que dura a tarefa do cozedura do pão. No exercício deste direito, podem fazer uso dos diferentes espaços e meios com que conta o forno (tendal da lenha, tendal do pão, capoeira, parrugueira, capela), segundo acharem oportuno. Isso sempre respeitando a sua conservação e as pessoas que se encontrem dentro.

> "cada casa tinha a sua forma (...) uns apuravam mais (...) e outros menos (...) muito dependia da lenha" [Infte. Pedro de Vilela]

Quer dizer, não estava estabelecida uma duração de tempo para cada fornada. A medida do tempo da tarefa estabelece-a cada vizinho. O

tempo de utilização, uma vez conseguido o direito, é discricional, cada casa utiliza-o à sua maneira. O diereito de posse é uma opção individual à que têm aceso todos os vizinhos, e que podem exercer ou não.

b) ***Direito de permanência***. É o direito do que desfrutam todos os vizinhos por tempo indefinido; ao forno podem entrar e sair quando quigerem, assim como permanecer dentro pelo tempo que estimem oportuno. Este direito só está limitado pelo de posse que tem a casa que está a cozer. Podem estar no forno mas nunca estorvar a casa que está a enfornar.

> "no forno entras e sais (...) quando queiras" [Infte. Manuel de Vilela]

Este direito de permanência é extensivel às pessoas de fora da comunidade. Dele fazem uso os pobres que vão de passagem. Estes fazem do forno lugar de paragem e de repouso e, também, de pousada na medida que sempre lhes proporcionam algo de alimento os vizinhos da aldeia.

c) ***Ausência do direito de privacidade***. Este direito devia de ir associado ao direito de desfrute que têm os vizinhos do forno. Neste caso prevalece o direito comunitário do forno sobre o direito individual da intimidade. A casa que coze o pão não tem direito à privacidade no momento da sua utilização.

O forno é uma construção comunitária, utilizada a tempo parcial para o cozimento do pão por cada uma das casas, mas sem direito à privacidade nesse tempo de uso, quer dizer, quando estão a cozer o pão, sem pedirem permissão, ao forno podem entrar, sair, fazer tertúlia, observar o número de boroas e bolos que cozem, o ponto em que estava a massa, a destreza no processo de cocção ou de repouso. Toda esta observação leva consigo um forte controlo social, que não pode ser evitado ainda que assim o desejasse a casa que está a cozer nesse momento.

> "às vezes estavas cozendo (...) e não se colhia no forno" [Infte. Pedro de Vilela]

Para evitar esse intrusismo, alguma casa cozia às altas horas da noite, mas isso não os librava da crítica, pois se o faziam a essas horas por algo era.

Dentro do mesmo forno, no momento de enfornar estabelecem-se dous espaços com fronteiras bem definidas. Aparte dos bancos ocupam-na as pessoas alheias para deixar espaço suficiente e não interromper a casa que coze.

d) ***Direito de propriedade***. É um direito permanente que está em poder da aldeia. Este direito leva consigo a obriga de melhora, conservação e posta em forma do bem público, para que possa ser utilizado por todos os vizinhos do lugar. Trata-se de um direito colectivo, que obriga a conservar em perfeito estado um bem de uso e desfrute público.

A pessoa encarregada de que estejam bem cuidados os bens comunitários é o vigário. Este faz-se cargo dos pedidos que lhe fazem os vizinhos e leva-as à assembleia comunitária, onde se põe em comum e se procede à sua execução se são coerentes e obedecem ao interesse geral.

> "O forno (...) cada certo tempo havia que colmá-lo (...) cambiar os ladrilhos (...)" [Infte. Pedro de Vilela]

2.2. As Acolhidas

Diferentes são as formas que tem de acolher o forno:

a) ***Lugar comunitário de encontro informal***. O forno propiciava a reunião dos vizinhos, ao ser um lugar em que todos tinham a possibilidade de participar. Este poder de convocatória era mais alto no inverno que no verão. Dava-se uma certa divisão por género, assim:

– a mulher, tinha o seu papel. Por costume, só permanecia no forno quando participava nas funções do cozimento do pão ou por proximidade da casa podia achegar-se um momento para observar o que se passava. A sua estadia no forno é mais por motivos de trabalho que de lazer. Esse tempo de faina aproveita-o para participar, se o considera oportuno. Sobretudo tinha costume de calar e escutar.

> "as mulheres ao forno (...) iam muito menos que os homes (...) salvo quando se cozia (...) ou tinham a casa ao lado do forno" [Infte. Pura de Vilela]

– o homem, era mais habitual no forno, tanto quando tinha que cozer o pão, como para passar o tempo. O forno era lugar de encontro, onde se falava das colheitas, do tempo, dos assuntos do concelho ou da freguesia, das obras pendentes da aldeia, de casamentos, emigração, de crítica ou louvor. Sempre havia alguém que contava contos e lendas que com o calor do forno faziam a estadia mais lúdica e agradável. Era a forma de perpetuar na memória colectiva os feitos, os acontecimentos e as histórias de vida das pessoas.

> "ao chegar o inverno (...) tanto que se cozesse como se não (...) sempre havia gente no forno" [Infte. Pedro de Vilela]

– os rapazes tinham no forno um dos seus espaços comuns de encontro. Até aos dez ou doze anos participavam tanto rapazes como raparigas, mas a partir dessa idade começa uma separação por género e as raparigas deixavam de ir ao forno, salvo se iam ajudar a cozer o pão da casa.

Esses encontros exerciam um processo de socialização intenso, neles aprendiam a serem homens, escutavam as conversas dos velhos, os seus conselhos, lendas e contos, ainda que nem sempre eram bem compreendidos, dado que, por vezes, os mais velhos, intencionadamente, utilizavam rodeios, guinhos ou subtilezas que impediam a compreensão do discurso por parte dos menores.

É de destacar a riqueza linguística que se utilizava, ou o recurso da metáfora, quando a situação o requeria, para que os rapazes não soubessem do que se estava a falar.

> "se não se queria que entendessem a conversa (...) com dizer (...) há roupa tendida (...) já se davam conta e não seguiam (...) ou falavam com rodeios" [Infte. Manuel de Vilela]

b) ***Lugar comunitário de encontro formal***. Quando as inclemências do tempo não o permitiam, pela chuva, neve ou frio, a reunião da assembleia comunitária celebrava-se no forno, nele debatiam-se as propostas dos diferentes vizinhos. Havia uma posta em comum para chegar a um consenso sobre os caminhos que havia que atender, os regos e poças que havia que limpar ou a parte do monte onde se ia repartir para roçar.

> "se havia mal tempo (...) a junta fazia-se no forno" [Infte. Pedro de Vilela]

c) ***Lugar comum para quentar-se e secar-se***. O forno era o espaço público aproveitado pelos vizinhos para quentar-se nos dias frios e ao mesmo tempo, secar-se os dias de chuva quando vinhan com as roupas molhadas. Ao tempo que se quentavam ou se secavam, participavam na conversa dos que estavam no forno. Era uma forma amena de socorrer uma necesidade individual, e de tirá-la do âmbito do privado e levá-la a um cenário público. Se era muita a demanda, sempre tinham preferência as pessoas mais velhas, que por turnos se achegavam à boca do forno para aproveitar melhor o calor.

> "os dias frios (...) a gente estava sentada nos bancos de pedra do fundo (...) iam-se turnando para quentar-se (...) aos mais velhos cedia-se o turno" [Infte. Pedro de Vilela]

A parte do forno que se situa acima da capela é a parrugueira; essa zona leva muito tempo em desuso e antigamente teve a sua importância porque era o espaço onde havia mais calor, sendo a mais demandada nos dias de frio. Por costume estava reservada para as pessoas que mais o precisavam.

> "quando eu era neno, a parrugueira era só para os mais velhos" [Infte. Pedro de Vilela]

d) ***Lugar de acolhida extracomunitária***. Nas epígrafes anteriores podemos comprovar a valiosa função social intracomunitária que desempenhava o forno. Agora vamos ver a sua função extracomunitária, como lugar de acolhida aos sem-teito e ambulantes que iam de passagem (ciganos e pobres). A estadia não devia de passar de um ou dous dias, se a prolongavam por mais tempo era mal vista pela comunidade.

> "Os pobres paravam um ou dous dias (....) os ciganos queriam parar mais (...) estes não estavam bem vistos (...) quanto menos pararam melhor" [Infte. Pedro de Vilela]

Os pobres que iam de passagem, tinham a garantia de encontrar sempre algum vizinho que lhes dava palha para fazer de cama, algum alimento quente e um pouco de pão.

> "quando vinha um pobre (...) sempre havia uma cunca de leite e um bocado de pão para dar-lhe (...) isso oferecia-se pola alma dos defuntos da casa" [Infte. Lucinda de Vilela]

Esta função de acolhida do forno ao transeunte está simbolizada na sua porta por estar sempre aberta, para permitir a entrada ao que vai de passo e não tem onde dormir a coberto. Para fazer uso desse direito, o ambulante não tem que pedir permissão a ninguém, já que entra e desfruta desse bem público por um par de dias, desde que não esteja ocupado previamente por outro necessitado. Se está ocupado vai em busca de lugar na aldeia mais próxima.

Comprovamos como o direito de posse, em determinados casos, ultrapassa a fronteira da comunidade e dá lugar a um direito interino de passagem ou de permanência por uns dias, para que possa ser desfrutado por gente alheia à mesma, sem ter em conta pertença, raça, idelogia ou religião.

3. A Versatilidade do Forno

É difícil encontrar na sociedade actual um lugar com a versatilidade, a funcionalidade e a harmonia que se dava no forno, no qual convivem direitos e deveres, o público com o privado, o comunitário com o extra-comunitário, a posse com a propriedade, um lugar onde se ensina a ser solidário, a compartir, a conviver e acolher. O forno, pela sua função, era um dos eixos vitais da comunidade.

3.1. O Espelho Social: cenário ideal para interpretar a realidade

O forno era a casa comum da comunidade, com uma capacidade de convocatória muito alta, onde se inter-relacionavam os vizinhos. A comunicação era fluída, ali tinham a oportunidade de ver-se cara a cara, de interpretar os seus gestos, os seus silêncios e as suas palavras, era um cenário vivo, onde era muito difícil fingir ou enganar.

A riqueza que oferece a reunião dos componentes da comunidade é fundamental, tem a virtude de permitir-lhes conhecer-se, de actualizar as suas inquietações, de pedir ou de dar ajuda, de compartilhar saberes ou de erradicar erros. O forno dava a oportunidade de ver-se no espelho da comunidade, este espelho social tinha o efeito milagroso de reforçar os comportamentos positivos e de reduzir os negativos, sem necessidade de conselhos ou de admoestações. Com olhar-se nele dava pé para rectificar ao ver os proprios defeitos.

> "havia uma ou duas casas que quando coziam (...) não parava ninguém no forno" [Infte. Pedro de Vilela]

A integração social via-se reforçada pela assistência de gente quando a casa cozia. O processo inverso, ausência de gente, estava a dar informação fiável do mal comportamento dos membros dessa casa com a comunidade.

3.2. Os Valores

No forno dá-se o meio adequado para pôr em prática valores fundamentais que fortalecem a comunidade e favorecem a convivência social, entre eles podemos salientar:

a) ***Empatia***. Ao ter o privilégio de estabelecer essa cercania no entender e no sentir do que está ao lado, onde se capta de forma efectiva a alegria ou o sentimento do vizinho, de saber como se sente, de qual é o seu

estado de ânimo, de entender as penas e as alegrias e de poder ajudar se é que o precisa.

> "com ver-lhe a cara (...) já não faguia falta preguntar" [Infte. Lucinda de Vilela]

b) ***Assertividade***. Cada casa defende os seus direitos com naturalidade, ora bem, respeitando na mesma medida os direitos do vizinho. Ao dar-se uma comunicação clara, honesta e franca, estão a manifestar o que querem, e quais são as suas prioridades. Buscam o seu benefício sem ferir os interesses dos demais. O costume diz-lhes que os direitos de cada um acabam onde começam os dos outros.

> "um vai ao de um (...) pero nunca em contra de ninguém" [Infte. Pedro de Vilela]

c) ***Reciprocidade***. Ao ter a oportunidade de devolver o favor recebido com anterioridade, surge a satisfação de corresponder, de incrementar a ajuda ou apoio recibido previamente. O normal é que as pessoas gostem de corresponder quando se faz algo bom por elas. Vem a ser o equilíbrio psicológico que se consegue quando alguém salda uma dívida pendente.

> "a quem ajuda (...) não se repara (...) com creces fai-se-lhe o mesmo" [Infte. Lucinda de Vilela]

Esta situação de corresponder e de ver-se correspondido, leva a que certas tarefas fossem materialmente compartilhadas por várias casas, tais como a matança, a carra da lenha ou da erva seca e a malha.

d) ***A auto-estima***. Ver-se úteis, correspondidos, ter controlo sobre o que estão fazendo, ver a qualidade do trabalho, ter a possibilidade de aprender, faz com que se incremente a segurança neles mesmos, que se sintam a bem consigo e, por extensão, com a comunidade.

e) ***Manter e reforçar a confiança***. Com esse entender, sentir, preocupar-se, ajudar ou apoiar o vizinho e, ao mesmo tempo, ver-se correspondido, contribuem para criar um estado de credibilidade. A confiança é contagiosa, não se impõe nem se predica, mas inspira-se. É muito difícil de atingir e muito fácil de perder, esta é muito esvaradiça, de aí a necessidade de um comportamento íntegro contínuo. O vizinho tem sumamente claro que com o seu comportamento podem acercar-se ou afastar-se dos demais.

> "dos que não te fías no lugar (....) contam-se com os dedos da mão" [Infte. Pedro de Vilela]

Através das actuações positivas estão a reforçar o círculo virtuoso de fiar-se uns nos outros; no fundo estão a fazer de forma inconsciente uma comunidade ética, do saber compartilhado, do jogo limpo, da transparência, da ajuda voluntária, de regras morais e de disciplina de vida, que tanta paz cria e tanto conflito evita.

f) ***A visão de benefício mútuo***. Esta sensação vê-se claramente no compromisso do cuidado dos bens da comunidade de uso e desfrute público, tais como fontes, forno, poças, lavadoiros, regos e caminhos.

Há bens de utilidade comunitária que precisam de serviço de manutenção. Quando na comunidade se tem interiorizado que por benefício comum se tem que assumir essa prestação, esta faz-se com alegria e entrega sem supor esforço ou sacrifício; há consciência de que quanto melhor cuidados estejam esses bens, maior é o benefício que corresponde a todos.

> "quanto melhor atendidos (...) maior benefício (...) " [Infte. Pedro de Vilela]

4. A Situação Actual

Várias foram as razões que levaram os vizinhos a deixar de cozer: melhora do nível de vida, mudança nos gostos, comodidade, ruptura das barreiras geográficas com a melhora das comunicações, mais oferta de pão de trigo, efeito dominó ou de contágio (ao deixar de cozer uns foram deixando de cozer os demais), progressivo deterioro do forno.

a) ***A melhora no nível de vida***. Esta levou consigo um maior consumo de pão de trigo elaborado externamente, em detrimento do pão de milho e de centeio elaborado por eles mesmos. O incremento de recursos líquidos, contribuiu para que parte deles se investissem na compra de pão, o que antes se fazia de forma isolada. Só se comprava pão de trigo para as festas, se havia pessoa doente na casa, ou fitos importantes; agora compra-se a diário. A melhora do nível de vida trouxe consigo a universalização do consumo de pão de trigo nas aldeias.

> "nós deixamos de cozer polo ano setenta (...) podia-se algo mais (...) e comprava-se pantrigo" [Infte. Pedro de Vilela]

b) ***Mudança nos gostos***. Cada vez que se cozia faziam-no para dez ou doze dias, isto levava a que o pão a partir do sétimo dia deixasse de estar

fresco e, além disso, segundo a sua apreciação, era mais pesado para o estômago que o pão de trigo.

A mecanização progressiva do campo ia-os liberando dos trabalhos pesados. Isto também se deixa notar na alimentação, a gente preferia o pão de trigo porque o podiam consumir mais fresco e ao mesmo tempo era mais leve. Na medida em que economicamente se viam melhor, notavam mais estas diferenças.

> "ao pão de trigo logo se acostumou um (...) com o de milho ardia mais o estômago" [Infte. Manuel de Vilela]

c) ***Comodidade***. O processo de cozimento do pão é muito laborioso, precisa de tempo, esforço e habilidade, uma vez que há que conseguir lenha para aquecer o forno, moer o grão, amassar a farinha e cozer.

Tudo isto comparado com a situação mercantil de intercambiar dinheiro por pão elaborado, com a comodidade de facê-lo todos os dias, faz com que o desequilíbrio seja evidente; assim, a gente prefere mercar o pão de trigo, antes do que cozer cada dez ou doze dias.

> "cozer dava muito trabalho (...)" [Infte. Pura de Vilela]

d) ***Incremento da oferta***. Isto leva consigo uma melhora na qualidade. Os fornos das aldeias transpassaram a sua função aos fornos industriais das vilas. Na medida em que os fornos deixaram de cozer foi-se incrementando a oferta dos padeiros de pão de trigo, e passaram de oferecerem o seu produto os dias alternos, ou uma vez por semana, a fazê-lo diariamente.

> "antes só vinha o de Quintela cada dous ou três dias (...) depois juntavam-se três padeiros a diário" [Infte. Pedro de Vilela]

e) ***A ruptura das barreiras geográficas***. A construção de pistas e estradas trouxe consigo a melhora das comunicações e quebrou o isolamento a que estavam submetidas a maioria das aldeias. Este avanço social favoreceu o incremento da oferta, ao possibilitar o acesso a todo tipo de carros, e não limitar o serviço só ao que se podia prestar con animais de carga.

> "ao primeiro o padeiro de Quintela vinha com uma mula (...) não havia pista" [Infte. Maria de Vilela]

f) ***Efeito dominó ou de contágio***. Ao ir deixando de cozer umas casas também foram deixando de cozer as outras. Esse efeito imitação foi pren-

dendo em todos e, finalmente, deixou de cozer todo o mundo e o pão de trigo comprado externamente foi ocupando o lugar do pão de milho e de centeio elaborado internamente. Ao ser cada vez menos casas as que coziam, o processo de cozer era mais custoso, uma vez que o forno havia que esquentá-lo sempre como se fosse pola primeira vez e consumia muita mais lenha. Quando cozia todo o lugar o forno estava muito melhor cuidado.

> "ao final (....) coziam duas ou três casas de trinta vizinhos (...) acabamos deixando de cozer nós também" [Infte. Maria de Vilela]

g) ***A situação de abandono***. O forno, ao deixar de ser usado, foi entrando numa situação de deterioro progressivo, assim que se alguma das casas quisesse retomar o processo de cozer o pão, alguma que outra vez, o forno já não reuniria as condições necessárias. Algumas das pessoas dão pela falta do pão elaborado por eles anos atrás, mas a situação actual do forno impede repetir de novo a tarefa cozer.

> "nós de inverno (...) quigemos cozer alguma vez (...) pero o forno não valia" [Infte. Pura de Vilela]

4. O que se perdeu

Lamentavelmente, nos últimos anos estamos assistindo à perda da vida comunitária, que leva consigo a desaparição desse espírito solidário de convivência. Os espaços comuns de encontros (forno, fontes, eira, lavadoiros, capela, serões) que permitiam a integração dos vizinhos, já não têm poder de convocatória; os eixos da comunidade primitiva quebraram-se e de momento não foram substituídos por outros.

Este novo cenário está deixando entrar a cobiça ao aflorar uma situação de egoísmo pessoal. Antes do que sistema de convivência, parece que estão a desputar um jogo de soma zero, onde uns têm que ganhar à custa da perda dos outros. A visão da situação está a mudar. Agora parece que olham mais o que os separa do que o que os une.

> "agora cada um (...) anda mais ao seu" [Infte. Pedro de Vilela]

Ante o mesmo serviço avaliam a quem beneficia mais a posta em forma desse bem comunitário e passam à situação de "colaboro e dou se ganho eu mais que o vizinho".

Esta situação leva para a tensão das relações nalgum momento, o deterioro da prestação dos serviços e o abandono dos bens que lhes são

de utilidade, aos quais não prestam mais atenção porque pensam que beneficiam mais uns que do outros.

O espaço da empatia está sendo substituído nas mesmas comunidades pelo da apatia; no fundo, não é que queiram mal o vizinho, o que se passa é que não se interessam por ele; já não o vem tão amiúde, não se precisam tanto nem se relacionam com tanta assiduidade, vão caminho de serem alheios dentro da mesma comunidade. Carecer de empatia na comunidade é como esvarar pela superfície da existência.

> "passam semanas (...) e não vês a ninguém" [Infte. Maria de Vilela]

A assertividade está sendo substituída pela inibição: ao não se interessar tanto não é necessário comprometer-se, sai-se melhor pelo caminho da inibição; com dizer que isso não vai com eles é mais fácil, faz a vida mais cómoda, mas menos rica e solidária.

Já não é necessária a reciprocidade psicológica ao não haver tanto intercâmbio de favores. Não faz falta pô-la em prática e assim perde-se a satisfação de ajudar e de ver-se ajudado, dá-se menos e, portanto, recebe-se menos. Esta situação contribui para empobrecer as relações vizinhais, afrouxando os laços da confiança nas comunidades em benefício da desconfiança.

Muitas vezes no verão escassea a água, e não é toda a culpa da seca, antes do abandono a que estão submetidas as fontes, poças e regos; mas como mudou a forma de avaliar a utilidade, agora medem mais pelo que os separa, ou pela taxa de benefício que uns levam mais que os outros. O resultado é o lacerante abandono destes bens de utilidade comunitária.

Essa sensação de equilíbrio «ganho eu, ganhas tu» que imperava nas comunidades e que tantos benefícios lhes reportou está a ser substituída por mercantilismo mal entendido, onde se negoceia. Só se vê um benefício que supere o do vizinho; impera muito mais o curto prazo, com o qual se pode chegar à situação de que o que é pão para hoje poda ser fome para amanhã.

> "agora as poças se as limpo eu (...) a ninguém lhe interessa (...) ainda que tenham que passar sem água no verão (...) ou não tenham para duchar-se (...) mas como pensam que beneficia mais os da cima do lugar (...) assim está tudo abandonado" [Infte. vizinho de Vilela]

Na medida em que o forno foi perdendo a sua função principal, que era a de cozer o pão, foram desaparecendo o resto dos papéis que se desenvolviam no seu interior. Isto levou consigo a perda duma riqueza comunitária acumulada ao longo dos tempos.

No discurso actual da gente associa-se o forno com pobreza, com miséria ou sujidade; tem uma conotação negativa.

> "aqueles tempos que não volvam (...) fame (...) ver aqueles velhinhos (...) cheios de cinza" [Infte. Pedro de Vilela]

Na sociedade actual é impossível que volte a ter esse protagonismo; mas é de justiça reconhecer a função integradora e vital que nele se desenvolveu durante muitos séculos, e como mostra mínima de agradecimento como não recuperá-lo e cuidá-lo, dado que foi uma peça vital da vida comunitária.

O forno faz parte do nosso património histórico e social; todos temos a obriga de manter viva a sua memória e poder transmitir a sucessivas gerações os papéis que se desenvolveram nesta humilde construção com tanto acerto e eficácia até bem entrado o século XX.

Bibliografia Básica

ALONSO, F., "El espíritu del grano: tradiciones agrícolas propiciatorias en Galicia y en otras comunidades europeas", *Cuadernos de estudios gallegos*, nº 106, 1992.

BAS, B., *As construcións populares*, Cadernos do Seminario de Sargadelos, 2002.

BERGER, P., *La construcción social de la realidad*, Amorrortu editores, Buenos Aires, 1991.

DEVILLARD, M., *De lo mío a lo de nadie*, Siglo XXI, 1993.

GEERTZ, C., *El surgimiento de la antropología posmoderna*, Gedisa, Barcelona, 1998.

GIMENO, A., *El pan de Valladolid*, Editorial cuatro y el gato, Valladolid, 2002.

LISÓN, C., *Antropología cultural de Galicia*, Akal, 1990.

SÁNCHEZ, F., *La liturgia del espacio*, Editorial Nera, Madrid, 1990.

VELASCO, H., *La lógica de la investigación etnográfica*, Editorial Trotta, Valladolid, 1997.

VEIGA DE OLIVEIRA, E., *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 1994.

VEIGA DE OLIVEIRA, E., *Construções primitivas em Portugal*, Dom Quixote, Lisboa, 1994.

BARCOS NO POR DO SOL

Todo é de lume o mar, cruza-se
a tarde no seu latexo último
entre ouros e morados que lle dan ao silencio
rumor escintilante de vivir. Risca a vela
no dourado azul e o marcante perfume
o corazón do océano, mentres a tarde
se derruba e pase a túa única
a chilra como fora un soño ou corazón no esquezo.

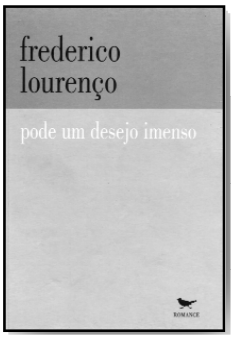
A man no lume, os ollos no horizonte
seducido que nos leve por vieiros de lembranzas
onde arrombara o amor que deixo antigo
vai e ven neste mar en barcos novos
— saudade e fragatas nas cidades do deus —

Os barcos abran ouros na praia do sol,
e vén a noite hoxe traguendo a túa
lembranza inesquecible: O tempo é un destino...

26-9-91

RECENSONS

"QUEM QUER QUE VIU OU QUE LEU/ TERÁ POR NOVO E MODERNO..."



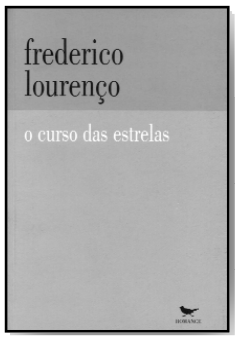
Um dos acontecimentos mais importantes do último ano e meio no panorama literário português, nomeadamente no género romanesco, é a irrupçom, poderíamos dizer que fulgurante, de Frederico Lourenço, professor de língua e literatura gregas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No período que vai de Março de 2002 a Outubro de 2003 virom a luz três romances da sua autoria, todos eles publicados nas Edições Cotovia, que o colocam entre os nomes mais referenciados da literatura lusa actual.

O primeiro passo deste autor, e aquele que maior impulso lhe incutiu, foi dado com *Pode um desejo imenso*, cujo próprio título, tirado do primeiro verso da Ode VI, anuncia a importáncia que a obra de Camões tem no romance. A primeira das cenas, a que equivalem quase todos os capítulos do livro, tem lugar na véspera da inauguraçom dum colóquio internacional camoniano, que coincide para o protagonista, o professor Nuno Galvão, tamém presidente do Departamento de Estudos Portugueses, com a entrega das notas aos alunos finalistas. Antes de receber no gabinete o último deles, o professor Galvão recebe a notícia de que a sua comunicaçom, intitulada "Camões e D. António de Norenha: Ecos homoeróticos nas *Rimas*", foi relegada da sessom inaugural por ter esse título. Como di a colega que lho comunica: "É o grande símbolo da cultura de expressão portuguesa, e ninguém quer ouvir as tuas teorias malucas que ele era maricas" (p. 16). A entrevista com o aluno tampouco é irrelevante, pois o protagonista guarda por ele umha paixom silenciosa desde há meses, que se complica ao saber que Filipe Vaz quer ser seu orientando no mestrado.

Com esse ponto de partida, o romance desenvolve paralelamente em 5 capítulos mais, que se correspondem com apenas três dias da vida das personages, a evoluçom da paixom de Nuno Galvão polo aluno, que terá como clímax a festa surpresa do seu 40.º aniversário, e a sua leitura do camoniano Canto de Frondélio, na Écloga I. O principal e grande mérito do romance reside na harmonia existente entre o componetente erudito (pode-se qualificar de ensaístico), exposto por extenso numha conversa com o colega e amigo inglês que ocupa o seu lugar na sessom inaugural (cap. 2) e durante a última correcçom (cap. 5) e leitura da comunicaçom no colóquio, que ocupa 12 páginas quase no final da obra, sem esquecer o insólito recurso num romance às notas bibliográficas do fim. Para muitos dos leitores de *Agália*, alunos ou ex-alunos de cadeiras de Literatura Portuguesa renascentista a que se fam extensíveis

as palavras do narrador sobre os discursos oficiais do colóquio –"quando as pessoas abriam a boca para falar de Camões, pouco mudara desde os tempos de Teófilo Braga"–, as páginas dedicadas ao autor dos *Lusíadas* som exemplares quanto a poder lê-lo e ensiná-lo suscitando no público gosto pola (muita) riqueza desse universo, sendo que toda leitura desse género parte dum grande conhecimento da literatura e mitologia clássicas.

Pode um desejo imenso recorre, pois, principalmente a dous temas, Camões e o mundo universitário, e em menor medida a um terceiro, a homossexualidade, que garantem, se utilizados com inteligência, umha atençom nom independente de certa intençom polémica. Frederico Lourenço nom fai de Camões, como Lobo Antunes, personage que escreva oitavas dos *Lusíadas* em Santa Apolónia enquanto vê descer retornados do comboio, ou, como Jorge de Sena, que vivia na miséria dominado pola figura da mai até ter a epifania de que nascêrom as redondilhas de *"Sobo-los rios que vão"*. O registo ensaístico impugna, com maior contundência que qualquer tratamento ficcional, a figura desse símbolo nacional ao mesmo tempo que ameaça as posiçons dos grandes vultos da crítica camoniana, cuja reacçom é imediata (veja-se o comentário que Vasco Graça Moura fijo do livro, com o eloquente título de "Não, Camões não era gay –obviamente não era", na revista *Os meus livros* 1, Junho de 2002). Mesmo assi, durante o romance, pequenas pinceladas inseridas em diálogos –o amigo de Oxford é nesse sentido de grande valor– ou reflexons do protagonista blindam habilmente a leitura camoniana de grande parte dos ataques que se sabia que esta iria receber. Quanto à universidade, nom estamos diante de umha versom portuguesa dos romances de David Lodge. O recurso ao humor sobre a instituiçom, que também impregna uns diálogos fluídos num português mui coloquial, aparece em vários momentos, e o cenário do colóquio também nos poderia lembrar o *Small World*, mas o grau de sarcasmo nunca atinge o que manifestam as obras do escritor inglês. Finalmente, o tratamento do amor entre personages homossexuais nom difere do que estamos habituados a ver em obras sobre heterossexuais, facto que contribui para a normalizaçom social das relaçons entre pessoas do mesmo sexo. Só que, às vezes, a relaçom estabelecida entre Nuno e o jovem Filipe acusa demasiada desigualdade, de idade e de bagage intelectual, para ser verossímil, ainda que se nom fosse assi deixaria de fora umha visom platónica do amor que, sendo Camões o pré-texto, estaria menos justificada.

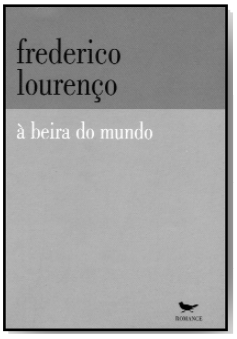


No segundo romance da trilogia, *O curso das estrelas*, repetem-se elementos que tam bom resultado deram no seu

antecessor. A começar pola orige do título, cita a um tempo de verso camoniano e de António Franco Alexandre, e a seguir por umha parte do elenco, pola ubicaçom universitária do cenário ou pola equivalência quase-perfeita dos capítulos com cenas.

A acçom começa em 1985, no *"últi - mo Verão em que o General Ramalho Eanes foi presidente de Portugal"*, Nuno Galvão tem 24 anos e fai parte, com outros quatro bolseiros, dum projecto de investigaçom para editar as *Rimas* dirigido por dous professores antagónicos e conhecido como *"grupo da Lírica"*. Neste caso, o protagonista nom elabora qualquer proposta interpretativa sobre Camões, está mais preocupado com as suas experiências como poeta sob o influxo de Sophia de Mello Breyner (o leitor tem amostras disso no capítulo 4). Com o início das férias, que irá passar na Serra da Arrábida em casa da namorada, Helena, já professora assistente, agudiza-se para Nuno Galvão a sensaçom de crise nom apenas nessa relaçom, mas quanto à sua identidade e ao seu futuro universitário, que passa pola candidatura a umha vaga iminente em Braga ou por esperar a que se abra outra em Lisboa.

Como acontecia no romance anterior, há também aqui um momento de "clique mental" (p. 84), com a Serra da Arrábida ao fundo e associado a umha personage secundária, a tia Concha, que precipita o resto do romance. Também se guarda aqui um equilíbrio entre o espaço que ocupam os dous temas principais. Camões cede o seu lugar ao universo sentimental do protagonista, nomeadamente à assunçom da homossexualidade, e as baixezas da universidade ganham terreno em momentos de grande comicidade. O primeiro deles, a descriçom do ambiente na equipa de investigaçom, da figura dos dous professores que o dirigem e, no meio deles, da secretária cuja crise serve de centro ao primeiro capítulo. O segundo, também muito divertido, é a primeira das entrevistas com o professor Ligurino Aulácio em Braga (cap. 7), que curiosamente ocorre nos sonhos do protagonista, perdendo a segunda, a "real", toda jocosidade. Nom nos parece que a primeira, por mais onírica seja menos verossímil e, portanto, susceptível da etiqueta de "acontecida". Ainda assim, leituras de *O Curso das Estrelas* como romance exclusivamente "universitário", como a feita por Carlos Câmara Leme no suplemento "Mil Folhas" do jornal *Público* (29/03/2003), nom som totalmente atinadas, porque deixam de parte o componente de reflexom sobre a liberdade para se decidir o que se é e o que se quer, tanto a nível pessoal quanto profissional, que o livro tem. Nesse sentido, o tratamento dado às decissons e aos pactos entre catedráticos de diferentes faculdades para a colocaçom dos pupilos, apesar de tratada com ironia, poderia integrar um produto do realismo socialista.



Cronologicamente, *À beira do mundo* (aqui a citaçom já só é de António Franco Alexandre), o livro que encerra a trilogia, situa-se num momento posterior a *Pode um desejo imenso* que coincide com a actualidade mais raivosa, como indicia logo a referência na página 14 às notícias sobre pedófilos de que "ao longo de toda essa semana, os jornais e noticiários tinham falado incessantemente". Nuno Galvão cede o protagonismo do prólogo e do primeiro capítulo a Vicente, um dos colegas naquele "grupo da Lírica", que agora vive em Braga, é divorciado e tem dous filhos. Vicente foi vítima do "rigor" do sistema universitário e por nom apresentar a tese de doutoramento dentro do prazo foi expulso quando já fazia parte do quadro de professores, mas também foi vítima de si mesmo e da sua renúncia à assunçom da homossexualidade, com o casamento arruinado a que isso deu lugar, e os problemas com o álcool derivados de todo isso. Agora malvive com o dinheiro que ganha fazendo traduçons, que nom lhe chega para pagar a pensom à ex-mulher e o aluguer do apartamento. Nom menos ruinosa é a sua relaçom de fins-de-semana e feriados esparsos com Valdemar, um home casado e com filhos, com quem precisamente se vai encontrar em Lisboa para a passage de ano. Nessa viage, Vicente encontra casualmente no comboio Filipe, o aluno por quem Nuno se apaixonava em *Pode um desejo imenso,* acaso que o conduz ao reencontro com o antigo colega e amigo.

A partir daí, as vidas de Nuno e Vicente voltam a cruzar-se e ao longo do romance, as suas vidas de homes maduros que ainda nom encontrárom nada do que queriam obrigam-nos a ajudar-se e a encontrar umha possível saída. Redunda-se pois na ideia que já se focava em *O Curso das estrelas*, o facto de as pessoas serem livres na escolha daquilo que som e fam, sempre partindo dum sentido trágico da vida, e completa-se a deriva. Repete a Arrábida como cenário do ponto de inflexom em que as personages terminam o diagnóstico dos seus problemas e a acçom envereda para final aberto e, por isso, algo mais esperançador.

Talvez o leitor se interrogue sobre se *À beira do mundo* é uma repetiçom de elementos presentes nos romances anteriores que, umha vez agitados, dam lugar a um novo romance? Se calhar os elementos estám repetidos, mas a sensaçom de *déjà vu* esfuma-se graças a um estilo narrativo melhorado a respeito dos romances anteriores, menos linear e mais lúdico. Essa fluência também se apoia na retoma de pormenores dos outros dous livros que puderam parecer insignificantes e que agora som aproveitados com solvência para completar ou dar mais sentido a este desfecho. Nesse sentido, se lido independentemente dos seus irmaos, *À beira do mundo* tem vida própria, como acontecia ao primeiro elemento da trilogia, e dá vida e sentido a *O curso das estrelas*, que por si só carecia de autonomia suficiente. Pode ser que neste último o facto de pertencer à trilogia seja mais marcante, está por ver qual seria o resultado de uma leitura (ou ediçom?) conjunta e continuada das três partes.

Depois de analisado o conjunto, caberia interrogarmo-nos sobre se o mérito destes romances, mesmo na altura em que o terceiro ainda nom fora publicado, é suficiente para que num inquérito sobre "Escritores (s)em

férias" (*Público*, 2 / 08 / 2003) o nome e a image de Frederico Lourenço apareçam à direita de Agustina Bessa-Luís e antes de José Eduardo Agualusa. Na verdade, parece-nos que, para além do mérito inegável do primeiro dos romances e tendo em conta o capital simbólico que lhe deu a traduçom da *Odisseia*, a primeira em verso editada em língua portuguesa, a projecçom pública do autor nom é independente do número de vezes que aquele jornal e os seus suplementos o convidam a ocupar espaços nas suas páginas.

Para já ficam exemplos de um tipo de romance que na Galiza nom se cultiva, e nom é porque as nossas universidades e os seus departamentos, ou a nossa literatura, nom forneçam material para isso (poderiam-se publicar colecçons inteiras). Esperamos que o futuro nos mostre se o talento de Frederico Lourenço para o romance se estende, agora que acabada a trilogia, para fora da vida de Nuno Galvão.

Carlos Alhegue Leira

TEMPO BRASILEIRO: 40 ANOS DE VIDA

A revista *Tempo Brasileiro*, editada no Rio de Janeiro, dedicou o Nº 151 (Outubro-Dezembro 2002) a comemorar o 40 aniversário. Presta também *"justa homenagem a Eduardo Portella, por sua marcante contribuição à cultura brasileira, não só como homem de ação e administrador público, mas também como ensaísta modelar que escreveu textos que melhor refletem a nossa contemporaneidade"*, segundo Paulo Roberto Pereira (2002:7), da comissom editorial, no artigo de introduçom.

Esta revista, fundada em 1962, é um dos principais empreendimentos de Portella, descendente de galegos. Professor universitário, editor, ensaísta consagrado, ministro na década de 70, director da Biblioteca Nacional do Brasil no Governo de Fernando Henrique Cardoso, alto cargo da UNESCO, membro da Academia Brasileira de Letras, fundador do Colégio do Brasil no Rio... seria fastidioso continuar a enumeraçom das muitas produçons deste intelectual e político, com intervençom activa na vida brasileira (e nom só) das últimas décadas, atingindo um posicionamento de relevo em diversos campos. Estudou em Madrid e sempre tivo bom relacionamento com nomes de destaque da cultura, da Universidade e da política espanhola.

No texto de apresentaçom, "40 anos de vida", indica-se a respeito da trajectória seguida: *"O tempo e o espaço têm sido o Brasil, e cada vez mais o mundo –diálogos e conflitos, enlaces intercultu - rais, no encalço de um novo humanismo, nem nostálgico nem filantrópico, mas cer - tamente militante e esperançoso, enraiza - do e cosmopolista"*. Segundo Janice Theodoro (p. 57), Profª de História da USP, foi *Tempo Brasileiro "capaz de con - jugar reflexões de natureza literária com temas bastante polêmicos, ancorados em*

situações históricas específicas. A revista não apenas informou os leitores como valorizou a língua portuguesa, reunindo artigos onde verdadeiros artífices da nossa língua deixaram suas marcas".

Para além dos já citados textos de Pereira e Theodoro, este volume inclui mais outros 13 trabalhos, e um índice final dos 40 anos (pp. 165-331), finalizando com cinco páginas (pp. 333-338) de créditos dos autores.

Trata-se, como se salientou, de um volume consagrador da figura de Portella, evidente em título de contributos como "Eduardo Portella, o humanizador das palavras" (pp. 45-55), de Domício Proença Filho, Prof. emérito da Federal Fluminense, ou "A vida intelectual na geração de Eduardo Portella" (pp.153-158), de Vamireh Chacon, prof. da Univ. de Brasília. Um outro artigo dedicado a Portella é o intitulado "Sábio engenheiro do futuro", de Marco Lucchesi, prof. da Univ. Federal do Rio. Outros trabalhos fazem balanço de assuntos e transformações das quatro últimas décadas.

No antes citado texto introdutório, Pereira refere as dificuldades enfrentadas, ao lembrar (p.6) como *"as turbulências políticas ocorridas no Brasil, fizeram com que a sua circulação fosse interrompida, entre dezembro de 1963 e outubro de 1965. (...) Quando se estancou aquele intervalo censório, seus dirigentes retornaram à actividade, publicando o famoso editorial 'Como dizíamos ontem'"*. Esse era o número 7 da revista, e esse texto editorial finalizava com este parágrafo: *"Durante êsse período interrompido, os livros que editamos, em dias e momentos difíceis, continuaram a nossa ação, assinalaram a nossa presença permanente. Não temos compromissos senão com a causa do homem e o empenho de construção nacional. A nossa autoridade provém precisamente dessa liberdade. Queremos trazer o nosso esfôrço para a superior tarefa de libertação do homem. É o que dizíamos ontem e o que reafirmamos hoje"*. Esse número 7 tem ainda interesse para a Galiza, por incluir umha recensom do poemário Rio de Sonho e Tempo, de Ernesto Guerra da Cal, realizada por Estella Glatt[1].

Portella contribui no número comemorativo com o texto "A curva sinuosa da educação" (pp. 161-164), que se indica corresponder às palavras por ele proferidas na abertura do "Seminário Latino-americano –A Escola na Idade Mídia", em Novembro de 2002. Nesse lugar conclui que *"Ensinar é sinônimo de qualificar. A qualidade é o dever ético da educação"*.

O comprido índice final classifica o contributo da revista segundo os trabalhos publicados por cada autor, e por temas. Observa-se a importáncia concedida por *Tempo Brasileiro* à escritora Clarice Lispector ou a pensadores como Jürgen Habermas e Martin Heidegger, mas também a K. Marx, S. Freud, J. Amado, G. Freyre, N. Chomsky, B. Brecht, W. Benjamin, J. Piaget, Sílvio

(1) A esta especialista correspondeu também a versom brasileira do estudo de Guerra da Cal sobre Eça de Queirós, publicado em 1969 pola editora Tempo Brasileiro de colaboraçom com a Universidade de São Paulo, com o título *Língua e Estilo de Eça de Eça de Queiroz*. Da poesia de Guerra da Cal publicou ainda novo trabalho a revista *Tempo Brasileiro*, no número duplo 19/20 (pp. 57-78), assinado por Euryalo Cannabrava e subordinado ao título "Comunicação poética: forma e ritmo vocabular". Portella tivo grande relacionamento e amizade com Guerra da Cal. Ao respeito, vale a pena citar o artigo de César Leal neste número 151 de *Tempo Brasileiro*, ao afirmar (p. 38) que *"Eduardo Portella idealiza o I Congresso Internacional de Teoria, Crítica e História Literárias. (...) ao preparar a relação dos convidados, coloca entre os primeiros Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, José Cardoso [Pires], Ernesto Guerra da Cal, Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro, René Wellek, Maria Lourdes Belchior, os espanhóis Dámaso Alonso e Carlos Bousoño e quase todos os militantes na crítica brasileira daquele período"*.

Romero, Guimarães Rosa, Machado de Assis... e assuntos como África, América Latina, Ciências Sociais, Cinema, Comunicaçom, Crítica, Cultura, Interdisciplinariedade, Mito, Modernidade, Música, Património (Artístico, Cultural, Imaterial), Poesia, Política, Sociedade, Teatro, Universidade... por citar alguns. Demonstraçom, em definitivo, da multiplicidade de temas e da atençom e seguimento às principais inovaçons.

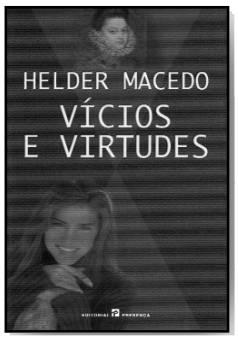
Tempo Brasileiro continua o seu andamento com Eduardo Portella como Director e o seu irmão Fanco como Diretor-Presidente. No "Conselho Consultivo" figuram Nélida Piñon, escritora consagrada e igualmente com ascendência galega; com outros nomes bem conhecidos da cultura brasileira, como Alfredo Bosi, Moacyr Scliar ou Rubem Fonseca, por citar três dos mais internacionais.

A revista e a editora, ao igual que o Colégio do Brasil *"estão presentes para continuar o registro e o impulso do Tempo Brasileiro, abertos à reflexão crítica, compromissados com o saber por vir, declaradamente plurais, no encalço da cidade cosmopolita"*, segundo se frisa na badana deste número comemorativo. O facto de entregar a editoraçom ao Colégio do Brasil, ou os números monográficos, som outros assuntos que merecem destaque e atençom. Mas, em definitivo, insistir que estamos perante umha empresa bem sucedida, que se fizo merecedora de um lugar no quadro da cultura e a intelectualidade brasileira destas últimas décadas, e com um êxito que serviu também para a projeçom pública de boa parte dos seus promotores e colaboradores.

Joel R. Gômez

Milhadoiro, Outubro de 2003

VÍCIOS E VIRTUDES: SEBASTIANISMO EM TEMPO CONDICIONAL



Helder Macedo apresentou ao público em 2000 um romance sob o título *Vícios e virtudes* (Lisboa, Presença), estruturado em volta de um jogo –tam caro à posmodernidade– de identidades (nom só pessoais, mais também, e, sobretudo, nacional) e de épocas históricas, definido polo seu protagonista (e à vez narrador e mesmo autor) como um romance *«sobre gente que não é o que é. Que é o que não é. Sobre coisas que acontecem quando não acontecem»* (p. 190).

O argumento que desenvolve este conjunto de incertezas é a relaçom de um escritor, identificado com a inicial H. e residente em Londres, com umha mulher que conta de si própria uma história suspeitosamente semelhante à de Joana de Áustria, mai de D. Sebastião. Esta relaçom começa despois de H. ter conhecimento da existência desta mulher por um colega de trabalhos literários que também tinha estado envolvido com ela. A relaçom, condicionada polas muitas narraçons que a conformam –trata-se de umha relaçom falada máis do que vivida–, mantém um difícil equilíbrio

no espaço que medeia entre a realidade e a ficçom. Este efeito procurado é levado até as últimas consequências ao converter-se o narrador-autor em sua própria personage, introduzindo ainda a possível identificaçom da inicial deste e a de algumha das suas circunstáncias vitais com as do próprio Helder Macedo, circunstáncia sobre a qual reflexiona o narrador:

> *Realista ou não, o que não gosto é de estar a sentir-me eu um personagem da minha personagem, ela a mandar vir e eu a ir ver como é. Percebo agora que devia ter escrito este livro em terceira pessoa, tudo ali trans - posto e bem arrumadinho, como fazem os autores que se sabem defender. Pintor em vez de escritor, a morar em Paris em vez de em Londres e o autor oculto a topar tudo cá de cima, sonhos, pensamentos, sensações, o que aconteceu e o que não aconteceu, a nunca ser levado. (p. 124)*

No romance de Macedo joga-se um jogo de identidades e de posicionamentos ideológicos formalmente evidenciados na confusom do narrador, o protagonista, o escritor no texto e o escritor real, mais sobretodo na alternativa entre aceitaçom e rejeitamento do cánone, tanto no literário como no histórico. Por umha parte, encontramos um narrador céptico a respeito do sistema literário –ao menos do actual–, do seu repertório máis sucedido (definido como obscuro, barroco, tendente para a posmodernidade máis vazia, cheio de referências à África e à reconciliaçom com os fantasmas da guerra…) e dos seus mecanismos de canonizaçom: prémios, jornalismo literário, relacionamento entre produtores…, e particularmente irónico com aqueles autores que podemos considerar «na primeira linha» os quais som pormenorizada e maliciosamente caracterizados como implicados em política nos 60, levados para as guerras na África e posteriormente acomodados nas marges do PS. Mais este cepticismo a respeito do sistema literário português actual nom é extensível às figuras canonizadas da história literária portuguesa, e este facto nom pode ser considerado à marge da questom da identidade nacional, porque, como os estudos de Itamar Even-Zohar tenhem demostrado, a construçom das literaturas nacionais europeias é absolutamente inseparável da própria construçom das naçons que as acompanham, e Macedo coloca no início do romance citaçons dos nomes e das obras máis centrais do cánone literário português, a começar por Bernardim Ribeiro e acabando por Herberto Helder, e com esta moderna invocaçom «ás musas» está a ser exibida a própria história da contruçom de umha identidade nacional que, nom por acaso, começa com o seiscentista, autor de *Menina e moça*.

Este mesmo duplo jogo que encontramos no literário, aparece também, portanto, no relativo à História e ao que esta implica, isto é, a definiçom nacional de Portugal. Se por umha parte o romance trata de forma irónica a matéria de D. Sebastião, por outra está a voltar para este assunto tantas vezes tratado polo literatura portuguesa, e nom só isso, mais está, máis umha vez, a tratá-lo em relaçom com a questom da identidade nacional, estratégia que, por outra parte, aparece condenada no romance («*tocou-me numa das minhas fobias, estou farto dessa, dos que falam da identidade nacional como se fosse gente*» [p. 27]). Estamos, portanto, ante umha procurada ambiguidade

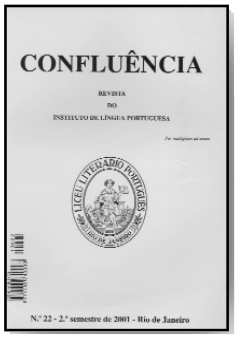
a respeito da utilizaçom do mito de D. Sebastião como símbolo da identidade naiconal e todo o que isto implica –a espera, a imobilidade, o azar o fatum («*o melhor é esperar por Dom Sebastião quer venha ou não. Também já dizia o Pessoa, não é? E nós a acreditarmos. O pior é que entretanto a vida continua com os factos lá dela*» [p. 197]). O mito é posto em causa, em primeiro lugar, deslocando o foco de D. Sebastião para a sua mai, revelando um intento de renovaçom e modernizaçom do mito, chegando, finalmente, mesmo à ridicularizaçom do tópico:

> *e quanto ao nunca assaz defunto Dom Sebastião de fantasmática memória, que ficasse a ser identidade nacional onde pertence, […] na morte anunciada a meio de uma foda, não entraria mais na história onde deixou de entrar mesmo quando as suas congénitas impotências foram e continuam sendo recicladas nas de tantos poetas e romancistas e ensaístas, até cineastas, mesmo os que se lhe dizem avessos e continuam a perpetuá-lo na própria negação, naus, sagas de África, saudade aqui, ternurinha ali, objeccionismo porque também é de rigor dizer que sempre fomos uma merda para quem desse modo se autocoprofiza poder ficar a julgar que assim ficou menos cagado. Mas saudade não existe só em português, não senhor. (p. 106)*

Mais, apesar desta irónica perspectiva posmoderna, a modernizaçom nom deixa de ser umha forma de conservaçom do mito, e, afinal, estamos perante um romance em que o assunto da identidade nacional continua a andar à volta de D. Sebastião, que nem a ironia nem o desrespeito conseguem tirar do centro do palco.

Raquel Bello Vázquez
(Grupo Galabra/USC)

***CONFLUÊNCIA*, Nº 22**



A revista *Confluência* do Rio de Janeiro dedicou o nº 22 a honrar a memória de Gládstone Chaves de Melo, eminente filólogo e político brasileiro, Membro de Honra da *AGAL*, participante activo nos congressos internacionais da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, e colaborador na *Agália* (Instituto de Língua Portuguesa, 2º semestre 2001, 268 pp. –editado em 2002). Nascido em 12-6-1917 e morto em 7-12-2001, ele foi, como conclui Maximiano de Carvalho e Silva, prof. da Univ. Federal Fluminense (2002:59) "*uma das principais figuras da vida cultural brasileira do século XX*".

O volume inclui trabalhos, para além do assinalado, de Paulo de Tarso Chaves de Melo, filho do homenageado, e outros de conhecidos cientistas e intelectuais portugueses e brasileiros, como Antônio Gomes da Costa, Evanildo Bechara, Leodegário A. de Azevedo Filho e Aníbal Pinto de Castro; as homilias de Justino de Almeida Bueno e de Irineu Penna, proferidas em cultos religiosos com ensejo da sua morte; críticas sobre a sua produçom da autoria de Serafim

da Silva Neto, Ismael de Lima Coutinho, Rosalvo do Valle e Adriano da Gama Kury; e textos de alocuçons de Gládstone Chaves de Melo na sua actuaçom pública, e respeitantes a questons religiosas, educacionais, e de cultura humanística e política, literatura, lingüística e filologia.

Magnífico contributo, pois, e referente imprescindível para os pesquisadores que dediquem esforços a este grande vulto. Nas páginas de *Confluência* indica-se que Gládstone Chaves de Melo foi (2002:63) membro da Associaçom Galega da Língua; e inclui-se (2002:237-247) o seu extraordinário estudo *"A reintegração galego-portuguesa"*, publicado originariamente in *Carta Mensal*, do Rio de Janeiro (Agosto, 1980). Este contributo concluía que essa reintegraçom significava *"o reencontro de dois irmãos, que se separaram há cerca de seiscentos anos"*.

Resulta difícil fazer levantamento de umha produçom tam vasta como a deste filólogo, que além do seu trabalho na docência e na investigaçom destacou noutros campos do conhecimento e mesmo na vida pública, servindo em diferentes cargos e responsabilidades. A esse ingente labor somam-se as pressas que supom toda publicaçom periódica, e sobretodo quando está promocionada por umha instituiçom como o Instituto de Língua Portuguesa do Rio, que exige o cumprimento da periodicidade estipulada. É isso, sem dúvida, o que explica certas ausências no relacionamento da produçom de Gládstone Chaves de Melo. Com o fim de completar a informaçom desse volume, acrescentamos dados respeitantes à colaboraçom do homenageado com a Associaçom Galega da Língua (quer na revista *Agália*, quer nos volumes das *Actas* assinalados, figura também iconografia de tam ilustre Mestre):

MELO, Gládstone Chaves de,

(1986) "Dêicticos e anafóricos na língua portuguesa", *Agália*, nº 8, pp. 375-384.

(1988) "Uma interpretação do 'Velho do Restelo'", *Agália*, nº 15, pp. 313-316.

(1990) "A terceira vertente", *Actas do II Congresso Internacional Galiza 1987*, A Corunha, Associaçom Galega da Língua, pp. 59-67

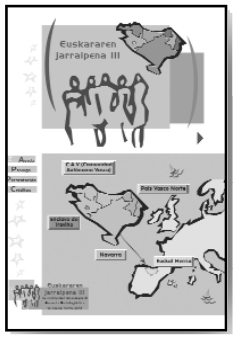
(1993) "Em defesa da reintegração", *Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego Portuguesa na Galiza*, A Corunha, Associaçom Galega da Língua, pp. 89-96.

(1996) "A língua poética de Ernesto Guerra da Cal, modelo de reintegração", *Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, A Corunha, AGAL, pp. 233-240.

Na intervençom no congresso de 1987 lembrou a primeira visita à Galiza (1963), indicando que no seu livro *Iniciação à Filologia Portuguesa*, de 1957, apelidara a língua da Galiza de *"co-dialecto"* do português. Na altura mudara de opiniom e defendia (1989:60) que *"Hoje, com o tempo, as leituras e a meditação, o galego deixou de ser para mim co-dialecto, mas, sim, a terceira vertente de uma mesma língua, a sexta mais falada do mundo, rica, facetada, harmoniosa, língua de Camões, de Rosalia de Castro, de Alphonsus de Guimaraens, de Florbela Espanca, de Manuel Bandeira, de Fernando Pessoa e de Carlos Drummond de Andrade. As três vertentes, as três normas, os três idiomas, para falar como Herculano de Carvalho, formam um trio de violoncelo, viola e violino, onde o galego é o violoncelo, com voz grave e antiga"*.

Joel R. Gômez

UMHA LEITURA EM GALEGO DO *III INQUÉRITO SOCIOLINGÜÍSTICO DE EUSKAL HERRIA*



Os inquéritos sociolingüísticos ajudam a descrever as tendências verificadas em qualquer comunidade lingüística em períodos concretos, e som especialmente úteis em comunidades ameaçadas, como a nossa ou a basca. Mas, a diferença do que acontece entre nós, no País Basco a publicaçom de estudos tem sido periódica, constante e sistemática durante a última década. Além disso, é abrangente do conjunto da naçom, apesar de auspiciada por umha instituiçom nom nacional, como é o Governo da Comunidade Autónoma Basca. Assim, o primeiro *Inquérito Sociolingüístico* é de 1991, o segundo de 1996, e agora sai o terceiro (com dados de 2001), que confirma a contraditória situaçom da língua basca nos diversos territórios e faixas etárias desse país. A eles acrescentam-se outros estudos parcelares como os realizados com motivo dos recenseamentos de populaçom.

O País Basco, que usamos como referente nestas linhas com motivo da recente publicaçom do *III Inquérito*, nom é umha excepçom nos estudos sociolingüísticos em sociedades com línguas minorizadas. O Quebeque ou a Catalunha som outros exemplos de umha dinámica institucional como a citada, praticamente inexistente na Galiza autonómica actual.

De facto, no caso galego, o único inquérito mais ou menos completo foi publicado há umha década, em 1993, com dados de 1991: o *Mapa Sociolingüístico Galego* realizado pola Real Academia Galega, dependente da Junta da Galiza. E dizemos "mais ou menos" porque excluiu dos seu estudo as comarcas que o Estatuto de Autonomia deixou de fora, apesar de contarem com populaçons galegofalantes que, mesmo que fosse só na sua condiçom de tais, tinham o mesmo direito que o resto do país a conhecer a sua situaçom. Quer dizer, aqueles que costumam acusar-nos de "politizar" a língua, ao mesmo tempo que amarram de perto essa inoperante Academia, aplicárom um critério político segundo o qual as comarcas do leste nom existem, depois de eles próprios as terem descartado de um Estatuto de Autonomia, o de "Galicia", aprovado com 20% de votos favoráveis.

É notório que os resultados de aquele *Mapa Sociolingüístico Galego* apresentavam umha situaçom extremamente grave para a nossa comunidade lingüística, mas, apesar disso, na última década nom foi aplicada qualquer variaçom na orientaçom da políti-

(*) Ediçom impressa: *Euskal Herriko III. Soziolinguistikazko Inkesta / III.ª Encuesta sociolingüística de Euskal Herria.* Vitoria-Gasteiz (2001). Ediçom electrónica: *www.euskadi.net/euskara_inkestak/eae/cs/cs_ca_01.pdf*

ca lingüística institucional, nem a do Governo autonómico nem a dos concelhos. Nom só nom se variárom as orientaçons, como se deixárom de cumprir as próprias normativas aprovadas, desde a Lei de Normalizaçom até às ordenanças municipais, todo papel molhado, como nom fosse para a imposiçom da normativa isolacionista.

Tampouco se realizárom novos inquéritos sistemáticos, embora os parciais que se figérom em sectores concretos ou com motivo de algumha outra pesquisa, como o recente *Recenseamento de Populaçom e Habitaçom*, confirmem o rumo nefasto que segue a política lingüística aplicada polo PP e os outros partidos com representaçom institucional na Galiza, cada um com o nível de co-responsabilidade que lhe corresponder.

Quanto ao caso basco, se algo caracteriza a situaçom do euskara, segundo este *III Inquérito Sociolingüístico* cujos dados pertencem a entrevistas realizadas entre 2001 e 2002, som as diferenças entre territórios no seu estatuto legal e tendências. As três situaçons administrativas que dividem o País Basco (quatro, se incluirmos o enclave de Trevinho) fai com que o idioma receba tratos diversos, jurídica e e politicamente, na CAB, em Nafarroa e em Iparralde.

Basicamente, o euskara recupera usos no território do Estado espanhol, enquanto no Estado francês caminha numha direcçom dramática que o conduz para a desapariçom.

Se no território sob domínio espanhol a situaçom do euskara está longe de permitir garantir o seu futuro, no caso do território sob domínio francês a percentagem nas geraçons de nascidos entre 1966 e 1985 de falantes de euskara que o usam efectivamente nom atinge nem 5%. Já os inquéritos anteriores davam ideia de umha situaçom em Ipar Euskal Herria com pontos de contacto com o caso galego, com umha queda espectacular de usos nas geraçons mais novas, apesar de contar com umha situaçom objectiva de uso generalizado da língua própria na gente de mais idade e nas áreas rurais (e nom nas urbanas costeiras, onde se concentra a maioria da populaçom), como na Galiza. Quer dizer, mais falantes, menos consciência, desprotecçom legal e tendências socioeconómicas favorecedoras da substituiçom lingüística. Também na autoidentificaçom nacional existe algumha semelhança entre o território basco sob administraçom francesa e a Galiza: escassos 10% de afirmaçom "só basca" / "só galega" e maioritária identificaçom francesa / espanhola, respectivamente.

Noutros territórios bascos, as diferenças som maiores, até por existirem áreas em que o idioma se tinha perdido, e agora tenta ser recuperado graças à vitalidade de umha significativa fatia do corpo social que, mesmo minoritária no caso navarro, defende os seus direitos lingüísticos com um grau de consciência bem superior à dos governos.

Os dados do *Inquérito* basco a que agora temos acesso confirmam que o papel institucional, sendo importante, nom é definitivo. Nas províncias da CAB, o uso habitual está já por cima de 15%, mas a sua situaçom é pior nas capitais, incluído um Bilbo governado polo nacionalismo basco. De resto, é nas comarcas do norte de Nafarroa que se registam os dados mais favorá-

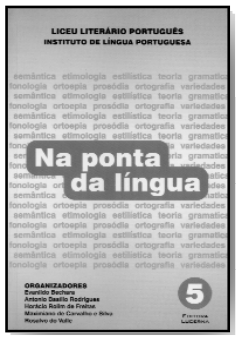
veis para o euskara, apesar do signo claramente anti-basco do governo regional; no conjunto de Nafarroa, há mais incorporaçons ao euskara do que abandonos, e um aumento progressivo dos modelos de ensino euskalduns. E isso, apesar de a maior parte da populaçom navarra ser contrária ou indiferente ao progresso do euskara; graças a esses escassos 30% conscientes e compactados na defesa dos seus direitos lingüísticos.

De resto, nom é merecente de especial reconhecimento a política lingüística do PNB na Comunidade Autónoma Basca, nem é o contexto basco um modelo ideal para a Galiza. De umha parte, a orientaçom que dá o Partido Nacionalista Basco à normalizaçom caracteriza-se polos mesmos solavancos que definem a sua prática política noutras matérias; e, de outra parte, o País Basco contém elementos de desquilíbrio sociolingüístico, a nível territorial e populacional, que dam vantagem ainda à Galiza como espaço potencial para a recuperaçom da língua própria.

Porém, sempre é agradável comprovar os avanços que o povo basco tem conseguido nas últimas décadas de trabalho normalizador sério e firme por parte da própria comunidade, apesar das dificuldades e contradiçons objectivas que enfrenta. É nesse senso que merece a nossa simpatia a publicaçom deste *III Inquérito Sociolingüístico de Euskal Herria*, além do nosso incondicional apoio ante os reptos comuns que ambos povos enfrentamos.

Maurício Castro
(E. O. I. de Badajoz, Espanha, 19-11-2003)

NA PONTA DA LÍNGUA (VOLUME 5), DE EVANILDO BECHARA ET ALII



Em Junho de 2003 publicou-se o volume 5 da colecçom *Na ponta da língua*, sob organizaçom de Evanildo Bechara, António Basílio Rodrigues, Horácio Rolim de Freitas, Maximiano de Carvalho e Silva e Rosalvo do Valle, todos eles representantes do Liceu Literário Português-Instituto de Língua Portuguesa do Rio de Janeiro (Lucerna, 2003, 242 páginas). Como os quatro anteriores, inclui as colaboraçons de teor lingüístico que se publicam semanalmente, desde 10 de Maio de 1990, no jornal *O Mundo Português*. Esta publicaçom, segundo explica Sílvio Elia (2003:58), edita-se no Rio de Janeiro desde 1948, constituindo-se em *"expoente de fraternidade luso-brasileira"*. Evanildo Bechara informa (2003:XIII) que este novo volume reúne os *"artigos publicados entre 365 e 465"* e continua o propósito dos anteriores de *"discutir com a profundidade exigida por um leitor inteligente –ainda que não técnico– questões fundamentais da Língua Portuguesa com vista atenta para o uso padrão da língua escrita"*.

Estamos perante um empreendimento de sucesso. Assim ou demonstra que os dous volumes iniciais da série (o primeiro datado em 1998) fossem já reeditados. Para além de que, como afirma na "Abertura" A. Gomes da Costa, director de *O Mundo Português*, esta colaboraçom começasse a aparecer (2003:IX) "*numa altura em que na imprensa brasileira já não se concedia espaço para as questões do vernáculo*" e "*por sua influência, ou não, hoje, outros grandes jornais de dimensão abriram seus quartos de página para tratar da Língua viva e da forma de escrever melhor*". Assim acontece, *v. gr.*, com o de maior difusom, *O Globo*, que inclui na pág. 2 comentários que rectificam e corrigem erros ou imprecisons do dia anterior.

Este volume 5 principia com o "Sumário" (pp. V-VIII); os textos de abertura e apresentaçom de A. Gomes da Costa (IX-X), Sílvio Elia (XI-XII) e Evanildo Bechara (XIII); os artigos publicados no semanário carioca (pp. 1-236) e um utilíssimo "Índice de assuntos" (pp. 237-241) final.

Embora os artigos oferecidos sejam 94, individualizados e ordenados segundo a data em que fôrom publicados, os assuntos focados som na realidade 41. Destes trabalhos, 18 referem-se, com efeito, a umha só questom, como os quatro primeiros ("Linguagem forense", "Forró: uma história ainda mal contada", "Linguagem politicamente correta" e "Norma gramatical") ou o dedicado à morte de Sílvio Elia; mas nos 23 restantes trata-se de um mesmo tema desenvolvido em duas ou mais entregas, ocupando sete o mais extenso de todos, o intitulado "Cá e lá más fadas há", de Evanildo Bechara, que se inclui entre as páginas 27 e 45.

Os autores som 12, três deles (Sílvio Elia, Gládstone Chaves de Melo e Evanildo Bechara) bem conhecidos entre nós, por terem participado com presença activa nos congressos internacionais da Língua Galego-Portuguesa na Galiza organizados pola Agal; outros sete (Agostinho de Campos, J. G. Herculano de Carvalho, M. Said Ali, Manuel de Paiva Boléo, Serafim da Silva Neto, Silva Ramos e Sousa da Silveira) som grandes mestres da Filologia, já falecidos, que recebem homenagem ao serem reproduzidos trabalhos seus que continuam com pleno vigor e actualidade, e que som objecto de diferentes apresentaçons; e os outros dous (Castelar de Carvalho e Ricardo Cavaliere) som reputados especialistas que exercem o seu magistério na actualidade. O principal autor é Evanildo Bechara, membro (e dirigente na actualidade, como tesoureiro) da Academia Brasileira de Letras e autor de umha *Gramática da Língua Portuguesa* muitas vezes reeditada, que se constituiu em referente principal e imprescindível na matéria, ao ser responsável de 49 artigos e 23 dos assuntos focados.

O objectivo principal deste empreendimento é alertar sobre a necessidade de manter a unidade lingüística em Portugal e no Brasil, e conseqüentemente nos restantes países que partilham o idioma comum. Nos trabalhos tenta-se justificar o melhor uso da língua, e explicar desde a evoluçom de palavras segundo a melhor ortodoxia da Gramática Histórica, até à vigência de certos termos e mesmo a explicaçom de neologismos. Por isso nas páginas do volume encontramos desde clássicos como Camões, o Padre Vieira ou Camilo Castelo Branco, a

personalidades de agora como o escritor brasileiro João Ubaldo Ribeiro ou o ministro também brasileiro "de origem proletária" que forjou o neologismo imexível, salientando-se neste caso (2003:68-69) por Sílvio Elia e Evanildo Bechara que, apesar das críticas recebidas no seu dia, este vocábulo "regula-se pelos princípios que fundamentam a gramática portuguesa".

Estes artigos alertam também sobre carências, como fazia *v. gr.* Evanildo Bechara ao indicar (2003:4) em 1998 que *"a falta cada vez mais sentida de um levantamento histórico do léxico da nossa língua põe o estudioso e os utentes do idioma em grande desvantagem quando se compara o português com as suas irmãs românicas"*. Outras vezes chama-se a atençom sobre fenómenos como o salientado, *v. gr.*, por Ricardo Cavaliere (2003:11-14): *"A partir dos anos 70, cresceu no seio da inteligentia brasileira um inusitado confronto entre norma gramatical e liberdade de expressão, em que a primeira figura como instrumento de coerção e censura, até mesmo de exclusão social. Promove-se, assim um levante contra os cânones gramaticais à semelhança dos movimentos de resistência política radicalizada contra a opressão e o arbítrio, a ponto de se confundir incorreção gramatical com democracia lingüística. O professor de português dos anos 70 lutava por despir-se da incômoda indumentária de censor. (...) Muitos dos jovens que estiveram na escola antigramatical dos anos 70 sofrem hoje dessa incapacidade de modular o discurso. São vítimas da crença generalizada de que era um enorme contra-senso ensinar língua materna a um falante nativo, que, afinal de contas, já a dominava completamente"*. De semelhante teor é a colaboraçom de Gládstone Chaves de Melo "Preservemos o vernáculo" (2003:89 e passim) na qual começa por lamentar que no Brasil *"desde algum tempo se deixou de estudar português no curso médio. A disciplina foi substituída, ou escamoteada, por outra, a que chamaram 'comunicação e expressão', onde eventualmente pode figurar até ginástica"*.

Em ocasions utiliza-se como modelo e pretexto umha publicaçom estrangeira, como faz Evanildo Bechara (2003:27 e passim) ao se valer de *El dardo en la palabra*, do académico espanhol Lázaro Carreter (ou de um trabalho semelhante do italiano Trista-no Bolelli), para se ocupar do uso do idioma no jornalismo. Mas também de publicaçons próprias, muito esperadas, como faz o mesmo Bechara com ensejo do lançamento, em 10 de Setembro de 1998, da segunda ediçom do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, pola Academia Brasi-leira de Letras, empreendimento em que ele estava envolvido e de que se ocupou em dous artigos no mês seguinte, agora recolhidos em volume (2003:71-77), fazendo um apelo final para *"trabalhar juntos e aperfeiçoá-lo"*. Nesse lugar destacava como no *Acordo Ortográfico* de 1943 a Academia Brasileira se comprometera a atender este assunto, e também a publicar um *Vocabulário Onomástico*, de nomes próprios de pessoas e lugares, que "nunca saiu", embora se assinale ao reeditar o artigo neste Volume 5 (umha das inegáveis ventagens da revisom dos textos) que, com efeito, se publicou no seguinte ano 1999.

Nom faltam nestas páginas luitas e polémicas, que transparecem em trabalhos como v. gr. no de Sílvio Elia "Brasileirismos 2: Eu vi ele" (2003: 45 e passim) entre os seguidores do Estruturalismo a respeito do método

histórico-comparativo. Ou colocar problemas derivados da proximidade de espanhol e português, como faz mais umha vez Bechara ao se ocupar (2003:117 e passim) da forma como grafa a multinacional espa-nhola "Telefonica" o seu nome, assim sem acento, com o que *"a empresa garante uma uniformidade que paira por sobre os concertos e desconcertos de sistemas orto - gráficos daqui e d'alem-mar"*.

Todos os os trabalhos som, com certeza, de especial interesse e merecedores de comentário. Assinalemos ainda mais dous: o de Sousa de Silveira intitulado "TER usado impessoalmente" em que, partindo de textos latinos, repassa a presença deste fenómeno tam caracterizador hoje do idioma do Brasil, mas com antecedentes em autores portugueses clássicos como Mendes Pinto, Frei Pantaleão de Aveiro ou Eça de Queirós, concluindo como surgiu esse uso impessoal do verbo ter que *"apenas esboçado em Portugal, tomou tão largo incremento na língua falada do Brasil e noutros dialectos do português*". Ou outro de Evanildo Bechara sobre a escrita do sobrenome Gandavo, do gramático e historiador português do século XVI Pero de Magalhães Gandavo, grafado com circunflexo no primeiro "a" por muitos autores, mas que Bechara defende ser sem ele, rebatendo com argumento de peso a doutrina do estudioso português Joaquim da Silveira, favorável à pronúncia proparoxítona.

Os artigos compilados publicárom-se entre o 26/3/1998 e o 22/3/2000. Umha outra vantagem de estarem reunidos é facilitar o seguimento de aqueles dispersos em vários números do jornal *O Mundo Português*. Outros grandes mestres da Filologia, portugueses ou nom (entre estes figura igualmente citado o também bem conhecido polos leitores da *Agália* e membros da AGAL, Eugénio Coseriu, por colocar outro exemplo) som aludidos repetidamente para alicerçar as teses defendidas. E sempre com um estilo ameno e que se faz interessante para o leitor.

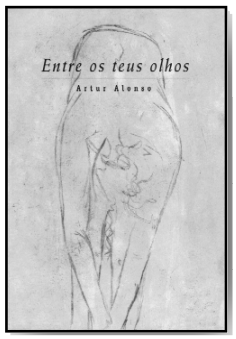
Afirma Sílvio Elia como objectivo do Intituto de Língua Portu-guesa o (2003:XI) *"estudo e difusão da língua portuguesa em tudo que diz respeito ao mundo da lusofonia: língua literária, modalidades regionais, estratos sociais, raízes históricas, particularmente as do seu rico passado medieval, tudo próprio de uma língua de cultura, com cerca de 160 milhões de utentes, a sexta língua mais falada do mundo"*. A colaboraçom no citado semanário carioca e a ediçom destes volumes estám, com certeza, na linha de conseguir esses objectivos.

Desde um lugar como a *Agália*, na Galiza do século XXI, nom se pode deixar de saudar tam felizes iniciativas e desejar o maior sucesso e continuidade. Oxalá em próximas ocasions haja nestes contributos presença da Galiza e da sua variedade autóctone desse idioma comum, ao qual nom renunciam os defensores do Galego-Português, como é bem conhecido.

Joel R. Gômez

Milhadoiro, Setembro de 2003

ENTRE OS TEUS OLHOS



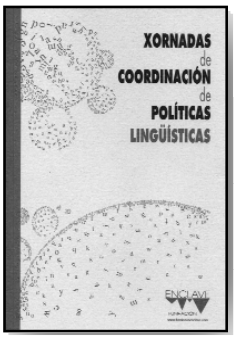
Quando nom se é leitora habitual de poesia, a aproximaçom aos livros deste género fai-se quase do preconceito. Mais ainda quando as diferentes tentativas de amar a poesia tivérom poucas possibilidades de êxito. Por isso, é muito agradável que chegue às tuas maos obras que se lêem deliciosamente e se gozam e, o qual é mais difícil, se compreendem. Isso foi o que me sucedeu com *Entre os teus olhos*, o primeiro livro de poesia de Artur Alonso Novelhe, editado pola Difusora de Letras, Artes e Ideias e com ilustraçons de Marta Vega (Ourense, 2003).

Agradece-se também a delicadeza da ediçom e os oportunos desenhos. Tudo nesta ediçom transpira poesia, desde o formato até ao tipo de letra. É uma transversal que o impregna tudo e o transmite. Mas, sobre todas as cousas, *Entre os teus olhos*, é um livro de amor. E o amor de *Entre os teus olhos* é um processo. Aparece desde os inícios até o fim, passando por diferentes fases que tenhem algo de quotidiano, de próprio, como se tu também alguma vez pudesses ter dito o mesmo (embora nom fosse em forma de poesia). O amor que é arriscado nos princípios ("*nós crescemos ousados*"), que luita contra os demais por sobreviver ("*Ainda que ninguém dos presentes/ em ele acreditasse*"), que se sente e se necessita único ("*nem quanto tempo dei - tado/ procurei aquela noite/ enlouquecida - mente sonhando/ palavras furtivas que tam só fossem pra mim*"), que nos serve de refúgio ("*mas nunca supusérom/ por mais e mais que imaginassem/ que tu virias comigo/ e nunca jamais deixarias que nada de mau me acontecesse*") e que, uma vez perdido se serve da memória para o resgate, o resgate do objecto amoroso nom se sabe se esquecido ou arrebatado pola morte ("*por que nom te foste/ porque nunca te deixamos ir/ enquanto a nossa memória retenha o seu tempo*"). Um processo completo em que cada passo tem algo de nostálgico e muito de telúrico. E no qual há sítio também para o humor, ou para um piscar de olho com reminiscência medieval ("*Foi por um beijo teu/ que perdi meu amigo*").

Embora entre no plano do anedótico, nom podo evitar fazer uma paragem sobre um aspecto que, como leitora feminina sempre atenta ao género, chamou a minha atençom. O "eu" poético que escreve é um "eu" masculino. Nom sabemos se o objecto de amor é também masculino ou feminino, no entanto, algo indeterminado no tom fai supor que é feminino. Porém, os habituais roles de género intercambiam-se no poema número 11, em que o masculino se torna protegido e o feminino protector. Também agradecida.

Raquel Miragaia

XORNADAS DE COORDINACIÓN DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, DE AA. VV.



A Fundaçom Enclave, relacionada com Esquerda Nacionalista, um dos grupos integrantes do BNG, publicou em 2003 *Xornadas de Coordinación de Políticas Lingüísticas* (Vigo, 2003, 94 pp), volume que recolhe trabalhos elaborados com ensejo de umha actividade que organizou dous anos antes.

Consta de 5 epígrafes diferenciadas. Na primeira, "Limiar", António Fernández Oca (pp. 7-9) salienta a actividade da Funda-çom, em especial dos grupos de trabalho que propicia; e Xosé Manuel Maceira Fernández, gerente, no artigo intitulado "O idioma, unha urxencia" (pp. 10-12), explica que o objectivo das jornadas foi atender *"catro elementos complementarios: o marco teórico, os dinamizadores lingüísticos, os decisores políticos e propostas concretas"*.

A segunda epígrafe, "A situación lingüística en Galiza na actualidade", apresenta contributos de Xosé Ramón Freixeiro Mato (pp.14-21) e de Ramón Mariño Paz (pp. 22-26). O primeiro deles, na sua qualidade de professor de Língua Galega e vice-decano da Faculdade de Filologia da Univ. da Corunha, ao focar "A cuestión da norma" afirma (2003:21): *"A única solución, neste como en todos os conflitos, é o diálogo e o consenso. Persoalmente coido que a norma debería aproximarnos no posíbel ao portugués e distanciarnos do castelán, porque senon corremos o risco de o galego se converter nun dialecto deste. Por contra, a aproximación posíbel ao portugués, sen o galego perder nengunha característica de seu, non supón nengún perigo, senón que é a garantia de supervivencia do idioma, sen renunciarmos de paso ao imenso patrimonio lingüístico-cultural (e inclusive económico) que nós mesmos ciramos na Idade Media. Ora ben, por riba de todo a norma debe ser consensuada entre todas as persoas que estiveren dispostas ao acordo. A mellor normativa será a que consiga aglutinar máis vontades, entre as que deben estar aquelas máis dispostas a loitaren pola dignificación e normalización do idioma"*. Parágrafo este realmente interessante por vir de quem vem e estar publicado neste lugar, mas ao que haveria que questionar, sobretodo tendo em conta que a seguir salienta o diálogo entre os departamentos de "Filoloxía Galega" das três universidades e a moderaçom da AS-PG para a elaboraçom de umha nova proposta normativa (aprovada em Julho pola Real Academia Galega) que se exclua aos defensores da práctica activa do Galego-Português propiciada pola AGAL e outros grupos, apesar da trajectória destes anos, e estarem na vanguarda entre essas vontades mais dispostas a loitarem pola dignificaçom e normalizaçom do idioma a que se refere Freixeiro, sendo mesmo os únicos em ocasions. Mariño, director do Departamento de Filologia Galega da Universidade de Santiago de Compostela, no seu contributo, subordinado ao título "A lin-

gua galega hoxe" afirma que (2003:23) "as políticas lingüísticas practicadas desde a creación do Estado das Autonomías resultaron manifestamente insuficientes", e admite (2003:25-26) *"a milenaria cultura tradicional de que o galego foi medio de expresión está irremisiblemente tocada de morte, condenada a recluirse en museos, en tratados de etnografía, en libros de historia, en relatos de tempos pasados. Hoxe resulta inconcebible a supervivencia do galego como lingua íntima e exclusivamente conectada co mundo rural e mariñeiro, onde tan 'naturalmente' resistiu durante séculos. (...) cómpre aproveitar a mellora das actitudes lingüísticas respecto do noso idioma para frear o acelerado descenso do seu uso (...) É preciso exercer unha discriminación positiva a prol do galego, pois abandonalo a unha pura competencia co castelán nas actuais circunstancias equivalería con certeza a condenalo a unha desaparición tal vez lenta, pero sen dúbida segura. (...) O galego non está hoxe en condicións de competir libremente co castelán. Todas as persoas interesadas na sua subsistencia deberiamos traballar a favor da súa plena rehabilitación, do seu necesario robustecemento"*. Umha perspectiva para a que há suficientes respostas em muitos trabalhos publicados nesta revista Agália e em diversos volumes editados pola AGAL, que lamentavelmente parercem ignorar representantes da oficialidade como Mariño, pois de os considerar com certeza que as suas formulaçons seriam bem diferentes.

Na terceira epígrafe, "Experiencias de normalización", Socorro García Conde (pp. 28-34) refere a do Departamento de Lingua Galega do Concelho de Santiago, desde 1984, onde ela trabalha; Xosé María "Xepe" Torres Reino (pp. 35-51), docente e em representaçom da Coordenadora de Equipas de Normalizaçom Lingüísticas de Santiago, foca a situaçom do idioma no ensino secundário, verificando (2003:39) que *"Podemos apreciar unha caida brutal do uso do galego nas aulas segundo se incrementa o nivel de estudos. E segundo pasan os anos estes datos estatísticos son peores"*; e Camilo Regueiro López escreve sobre (pp. 42-45) "A presencia do galego na programación informática".

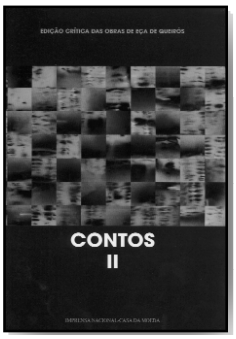
Na quarta epígrafe, *"Propostas de coordinación de políticas lingüísticas"*, encontram-se trabalhos de Francisco M. Veiga García (pp. 48-59), desde a perspectiva do ensino; Valentín García Gómez (pp. 60-76) a respeito da organizaçom do serviços lingüísticos locais; e o sindicalista e ex dirigente da *Mesa pola Normalización Lingüística* Xosé C. Baldomir Pego (pp. 77-81) escreve o artigo *"Necesitamos un novo pulo normalizador"*.

Finalmente, na última epígrafe, Manuel Portas (pp. 84-94) explica *"A elaboración do Plano de Normalización Lingüística do Concello de Santiago*", um processo em muitos aspectos exemplar e pioneiro e em que, como indica na página que fecha o volume (p. 94), se contou com a opiniom da AGAL e outros colectivos que defendem o Galego-Português.

É pena que nom figurem conclusions dessas "Xornadas de Coordinación". Mas, sobretodo, nota-se a ausência entre os relatórios da perspectiva do Galego-Português organizado, umha exclussom que neste lugar nom podemos entender nem justificar de modo algum, por mais que reconheçamos contributos de interesse neste volume, de que merece salientar-se ainda a cuidada ediçom.

Joám Manuel Araújo

CONTOS II, DA EDIÇOM CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS



Com data de impressom de "Junho de 2003" publicou-se o volume *Contos II*, mais um novo título da colecçom da ediçom crítica das obras completas de Eça de Queirós, em andamento desde 1992, sob coordenaçom do Professor Carlos Reis e com apoio do Ministério da Cultura de Portugal (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda). Inclui as narrativas *"A Catástrofe"* (2003: 63-75), publicada por vez primeira em 1925; *"Um dia de Chuva"* (2003: 77-100) e *"Enghelberto"* (2003: 101-117), com primeiras ediçons em 1929; e *"Sir Galahad"* (2003: 119-134), que apareceu só em 1966. Os quatro textos tivérom sucessivas reediçons.

O livro, dentro deste plano de ediçom, situa-se entre a produçom dos denominados *"Semi-póstumos e Póstumos"* de Eça, como salienta Carlos Reis na "Nota prefacial" (2003: 11-12). Nesse lugar adverte-se igualmente que esta publicaçom *"corresponde, de facto, a uma rearrumação do cânone dos textos queirosianos, rearrumação de base genológica"*. A seguir do "Sumário" (2003: 13-14) encontra-se a "Introdução" (2003:15-60), redigida por Marie-Hélène Piwnik, catedrática "émérite" da Universidade da Sorbona; e a continuaçom pode-se ler o "texto crítico" dos quatro contos. Finaliza com umhas (2003: 135-141) "Notas biobibliográficas" respeitantes a Eça e à estudiosa destes textos, sempre de utilidade e interesse.

Contos II respeita, como assinala Piwnik (2003:57), as normas deste empreendimento editorial e visa a *"transcrição fiel dos manuscritos queirosianos"*, estudando com rigor o processo e elaboraçom e primeiras ediçons dos quatro contos, pois nos três primeiros observam-se rectificaçons do filho do romancista, José Maria, que atribui (2003: 31) a *"razões provavelmente relacionadas com a época, mas também devido à admiração que tem pelo pai, a ainda talvez a uma vocação literária frustrada"*; embora nessas intromissons (2003: 32) *"tudo indica que existe uma vontade de melhorar o texto"*, por mais que em algumhas das alteraçons se observe (2003: 33) *"uma certa censura ideológica"*. E de "Sir Galahad" há diferentes versons do manuscrito: da filha mais velha de Eça, D. Maria, e da exímia queirosianista brasileira Beatriz Berrini na ediçom de *Obras Completas* que preparou nos finais da década passada, segundo adverte igualmente Piwnik (2003:50) no seu rigoroso trabalho.

Nesse estudo manifesta-se sobre alguns problemas que apresentavam estas narrativas. Assim, Piwnik assinala (2003:26) nom ser "A Catástrofe" um fragmento de *A Batalha do Caia*, *"pois o verso da página 17, finalmente revelado, permitiu-nos concluir que aquele texto é uma narrativa acabada"*[(1)]; e

(1) *A Batalha do Caia*, como também indica Piwnik (2003:19) foi um projecto de um "romance ambicioso (...)

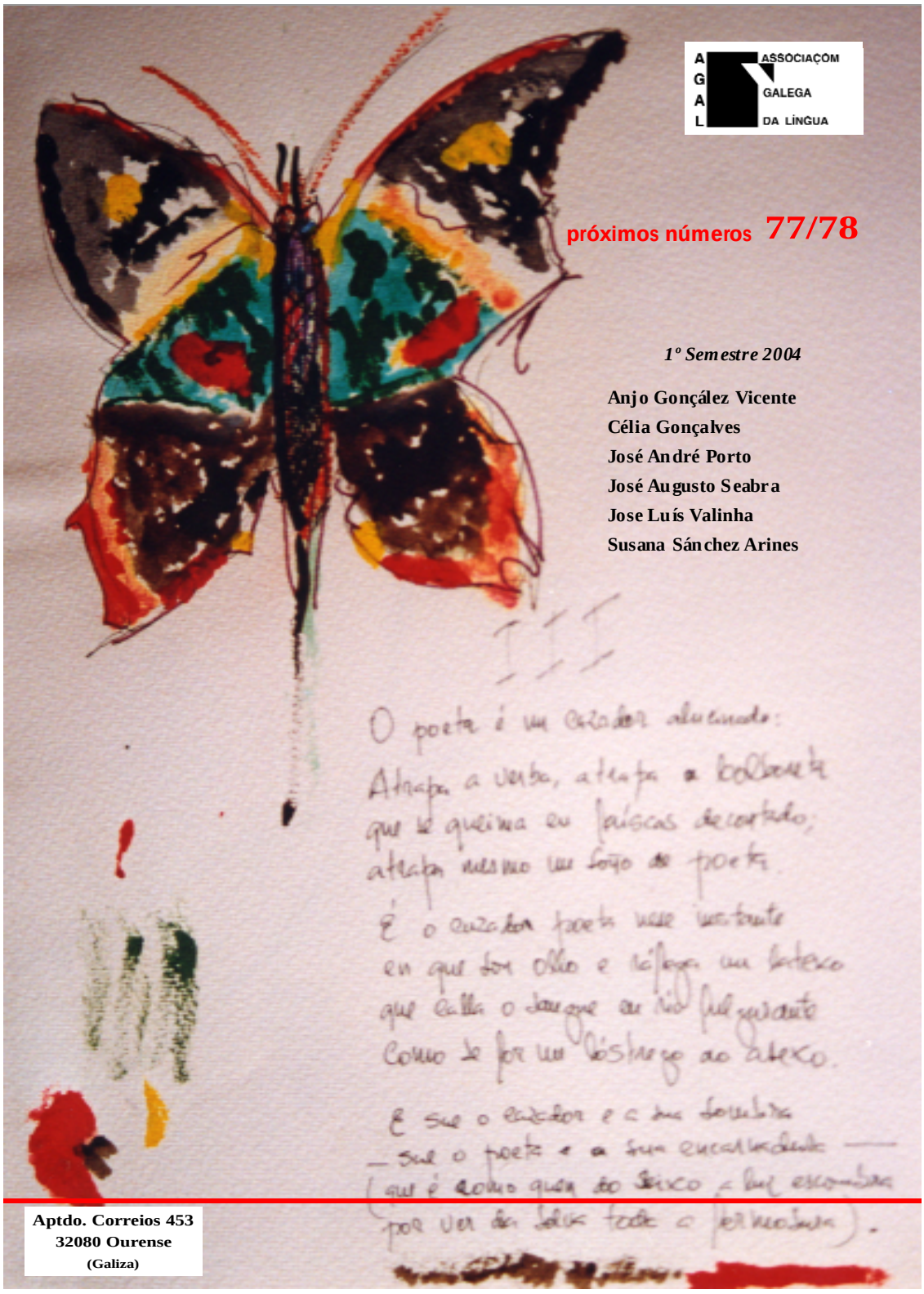
defende que a data desta narrativa nom coincide com o *Ultimatum* de 1890, pola forma positiva como é vista a Inglaterra no texto. Da dataçom de "Sir Galahad" julga (2003:53) que debe situar-se por volta de 1876. Piwnik (2003:35) indica que a conservaçom dos textos deteriorou-se com a passagem do tempo, e outros estudiosos tivérom oportunidade de trabalhar com um manuscrito mais completo que o utilizado por ela, pois faltavam-lhe menos folhas, e mesmo com umha cópia que se tem citado mas que ela nom viu.

Nom podemos deixar de salientar neste lugar como para este novo volume da ediçom crítica queirosiana, ao igual que para os anteriores, é referência inexcusável o labor de pesquisa de Ernesto Guerra da Cal, Membro de Honra da Associaçom Galega da Língua e colaborador da *Agália*, profusamente citado e muito valorizado, sobretodo polo contributo da *Bibliografía Queirociana*.

O volume finaliza, é claro, com o texto completo, devidamente anotado, das quatro narrativas assinaladas, que agora se oferecem para o leitor segundo umha versom mais fiel e acorde com a escrita do literato, após o labor de pesquisa realizado pola especialista francesa que, como nos restantes títulos desta colecçom, apresenta um novo Eça, o que se recomenda que sigam e respeitem as ediçons que se fagam a partir de agora.

Joám Manuel Araújo
Compostela, Dezembro de 2003

cuja ideia condutora é a invasão de Portugal pela Espanha durante uma guerra europeia", mas desta narrativa "são conhecihdas apenas duas folhas manuscritas". Em diferentes ocasions relacionou-se este projecto com "A Catástrofe". Assim se fai também na "Introdução" à ediçom deste conto que apareceu no número 20 da *Agália*, correspondente a "Inverno 1989" (pp. 459-477), de responsabilidade de A. Brea Hernández, A. Gil Hernandez e I. Rodriguez Aldrei, embora nas duas ocasions em que se relacionam esses títulos nesse trabalho se acompanhem de um "segundo parece" e "parece ser". Este contributo da *Agália* atende mais a critérios sociolingüísticos, e outros; e referente ao rigor textual dizer que, segundo se indica em nota, reproduz a ediçom de Lello&Irmão, de 1981.



ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

próximos números 77/78

1º Semestre 2004

Anjo Gonçález Vicente
Célia Gonçalves
José André Porto
José Augusto Seabra
Jose Luís Valinha
Susana Sánchez Arines

Aptdo. Correios 453
32080 Ourense
(Galiza)